

Laura Maria Cerqueira Marinha Nunes

Análise Biográfica, do Estilo de Vinculação e da Personalidade, em Indivíduos com  
História de Abuso de Substâncias e Condutas Delinquentes

Universidade Fernando Pessoa  
Porto 2010







Laura Maria Cerqueira Marinha Nunes

Análise Biográfica, do Estilo de Vinculação e da Personalidade, em Indivíduos com  
História de Abuso de Substâncias e Condutas Delinquentes

Universidade Fernando Pessoa  
Porto 2010







Laura Maria Cerqueira Marinha Nunes

Análise Biográfica, do Estilo de Vinculação e da Personalidade, em Indivíduos com  
História de Abuso de Substâncias e Condutas Delinquentes

Tese apresentada à Universidade  
Fernando Pessoa como parte dos  
requisitos para obtenção do grau de  
Doutor em Ciências Sociais, sob a  
orientação do Prof. Doutor Carlos  
Mota Cardoso.



## RESUMO

Este trabalho debruça-se sobre a frequente co-ocorrência de dois comportamentos estreitamente ligados: o consumo de drogas e a conduta delituosa. Partindo da ideia de Agra a respeito das particularidades destes indivíduos, questionou-se a possibilidade de um modo específico de funcionamento global, típico desta população e contextualizado num determinado tipo de percurso biográfico. Indagou-se a possível existência de similaridades aos níveis da personalidade e do padrão de vinculação, questionando-se, ainda, a associação entre personalidade e vinculação nestes sujeitos.

Procurando tais respostas, adoptou-se um desenho de estudo transversal, retrospectivo, observacional, exploratório, descritivo, correlacional e baseado no auto-relato. Recorreu-se à triangulação inter-métodos, dos dados qualitativos e dos quantitativamente tratados, buscando compreender este registo comportamental. Para tanto, apelou-se à entrevista semi-estruturada e semi-directiva e a uma grelha de registo de comportamentos não verbais, para recolha de informação posteriormente submetida à análise de conteúdo proposta por Bardin (2004), bem como ao Inventário *NEO Personality Inventory Revised* (NEO PI-R) e à Escala de Vinculação no Adulto (EVA) para avaliar, respectivamente, a personalidade e a vinculação.

Os resultados, obtidos numa amostra de 53 indivíduos do sexo masculino com história de consumo de substâncias e práticas delinquentes e com uma média de 36 anos de idade (desvio-padrão de 8,24 anos), conduziram à conclusão de que estes sujeitos apresentam regularidades ao nível do percurso biográfico, com claras falhas no seu processo de socialização, tendo-se desenvolvido no seio de famílias problemáticas cujo estilo educativo terá sido predominantemente negligente, não favorecendo a consolidação de laços sociais e afectivos. Foram encontradas similaridades em termos de personalidade, como os elevados valores de Neuroticismo e os valores muito baixos para a Extroversão, a Abertura à Experiência, a Amabilidade e a Conscienciosidade, a par de um padrão de vinculação predominantemente Inseguro Evitante. Encontraram-se

correlações entre a vinculação predominante e a personalidade, designadamente, correlações positivas entre a vinculação Evitante e as facetas Assertividade e Actividade, e correlações positivas entre o mesmo padrão de vinculação e as facetas Fantasia, Assertividade e Actividade.

Estes resultados permitiram aceder aos aspectos tácitos e subjacentes à manifestação concomitante destes comportamentos, fornecendo elementos úteis para as prevenções primária, secundária e terciária.

## ABSTRACT

The present thesis focuses on the frequency of the co-occurrence of two strictly connected behaviours: drug consumption and delinquency. Starting with Agra's idea on the particularities of these individuals, we questioned the possibility of a characteristic global functioning mode which was typical of this population and simultaneously contextualized in a specific biographic course. We also questioned about the possible existence of similarities between personality and attachment pattern, as well as the association between attachment and personality in these individuals.

While searching for these answers, we adopted a transversal, retrospective, observational, exploratory, descriptive, co-relational and self-reported based study. We used inter-method triangulation to handle both qualitative and quantitative data while we tried to understand this behavioural pattern. In order to do so, we appealed to the semi-structured and semi-directive interview, using a non-verbal behaviours' grid to collect data that was later submitted to the contents' analysis proposed by Bardin (2004), as well as to the NEO Personality Inventory Revised (NEO PI-R) and to the attachment scale "Escala de Vinculação no Adulto (EVA)" [Attachment in Adults' Scale], in order to evaluate personality and attachment, respectively.

The results were obtained from a 53 male individuals' sample with history of substance abuse and delinquent practises and with an average age of 36 years old (deviation: 8,24 years). These results led us to conclude that these individuals have certain biographic regularities, with clear failure on their socialization process, which had started within problematic families whose educational style must have been predominantly negligent and non-favourable to social and affective bonds. Personality similarities, such as high levels of Neuroticism and low levels for Extraversion, Openness, Agreeableness and Conscientiousness were found, along with an attachment pattern mainly Insecure Avoidant. Co-relations between predominant attachment and personality, namely, positive co-relations between Avoidant attachment and Assertiveness and Activity were

also found, as well as positive co-relations between Avoidant and Fantasy, Assertiveness and Activity.

These results allowed us to access tacit and underlying aspects of these behaviours, giving us useful elements to primary, secondary and tertiary prevention.

## RESUMÉ

Ce travail se penche sur la fréquente co-occurrence de deux comportements étroitement liés : la consommation de drogues et la conduite délictueuse. Suite à l'idée d'Agra concernant les particularités de ces personnes, on s'est questionné sur la possibilité d'un mode spécifique du fonctionnement global, typique de cette population et contextualisé dans un certain type de parcours biographique. La possible existence de similitudes aux niveaux de la personnalité et du modèle d'attachement a été enquêtée, en s'interrogeant, sur l'association entre la personnalité et l'attachement de ces sujets.

En cherchant telles réponses, il a été adopté un dessin d'étude transversal, de rétrospective, observation, exploratoire, descriptif, corrélation et basée sur l'auto-rapport. On a fait appel à la triangulation inter-méthodes, des données qualitatives et quantitativement traitées, en cherchant comprendre ce registre comportemental. Pour cela, il a été fait appel à l'entrevue semi-structurée et semi-directive et à une grille de registre de comportements non verbaux, pour une collecte d'informations ultérieurement soumises à l'analyse de contenu proposée par Bardin (2004), ainsi qu'à l'Inventaire NEO Personality Inventory Revised (NEO PI-R) et à l'Echelle d'Attachement de l'Adulte (EVA).

Les résultats, obtenus sur un échantillon de 53 personnes du sexe masculin avec un historique de consommation de substances et pratiques délinquantes, et une moyenne d'âge de 36 ans (écart type de 8.24 années), nous ont emmené à conclure que ces sujets présentent des régularités au niveau du parcours biographique, avec de claires imperfections dans leur processus de socialisation, en ayant développée, au sein de familles problématiques, dont le style éducatif aura été majoritairement négligent, en ne favorisant pas la consolidation de laceaux sociaux et affectifs. Il a été trouvé des similitudes dans la personnalité, comme les valeurs élevées de Neuroticisme et les valeurs très basses d'Extroversion, d'Ouverture à l'Expérience, d'Amabilité et de Consciencialité, de pair avec une norme de rapport majoritairement Instable Evitant. Il a été trouvé des corrélations entre l'attachement prédominant et la personnalité. Ces

résultats ont permis d'accéder aux aspects tacites et subjacents à la manifestation concomitante de ces comportements, en fournissant des éléments utiles pour les préventions primaire, secondaire et tertiaire.

## **DEDICATÓRIA**

À minha filha e ao meu pai.



## **AGRADECIMENTOS**

Desde logo, começo por agradecer ao Sr. Prof. Doutor Carlos Mota Cardoso, a quem tanto prezo e por quem tive o privilégio de ser orientada. Agradeço-lhe os ensinamentos, bem como o cuidado e a atenção com que tornou possível a realização deste trabalho. Em boa verdade, agradeço à vida a oportunidade e o privilégio de ter sido acompanhada pelo Sr. Professor Mota Cardoso ao longo deste laborioso percurso.

Estou profundamente grata ao Sr. Prof. Doutor Salvato Trigo, Reitor da Universidade Fernando Pessoa, pela forma como torna tão especial esta Casa onde tanto tenho aprendido.

Não poderia deixar de manifestar os meus agradecimentos ao Sr. Prof. Doutor João Marques Teixeira, enquanto Director Clínico do Centro Hospitalar Conde Ferreira, pela autorização para a realização deste estudo naquela Instituição.

Estou grata à Sra. Prof. Doutora Ana Cláudia Moutinho, responsável pela Secretaria de Doutoramentos da Universidade Fernando Pessoa, pela atenção, pelo cuidado e pela imensa dedicação com que me apoiou na condução deste processo.

Agradeço ao Mestre Ernesto Paulo, da Universidade do Porto, pela disponibilidade com que me aconselhou no tratamento estatístico dos dados.

A minha gratidão aos meus familiares, em especial ao meu marido, pelo muito que me apoiaram.

Os meus agradecimentos às amigas que tão de perto me acompanharam, Rita Arcanjo, Cristina Santos e Raquel Monteiro, pela dedicação e pelo apoio incondicionais.

Por último, mas nem por isso menos importantes, os meus agradecimentos a todos os participantes neste estudo, que me confiaram as suas dramáticas histórias de vida.



## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.1. Correntes explicativas da anti-socialidade .....	25
Quadro 2.1. Correntes explicativas sobre o consumo de drogas .....	62
Quadro 3.1. Correntes explicativas da relação droga/anti-socialidade.....	90
Quadro 4.1. As principais perspectivas da personalidade .....	120
Quadro 4.2. Postulados do Modelo dos Cinco Grandes Factores .....	129
Quadro 6.1. Domínios (ou dimensões) e facetas da personalidade, avaliadas pelo NEO PI-R .....	180
Quadro 6.2. Valores atribuídos a cada amplitude definida no NEO-PI-R .....	182
Quadro 6.3. Caracterização dos cinco domínios da personalidade e respectivas facetas .....	183
Quadro 6.4. Estatística descritiva para as notas da Escala .....	185
Quadro 6.5. Medidas descritivas da idade e da escolaridade dos participantes no estudo.....	186
Quadro 6.6. Frequências relativas ao estado civil e à situação laboral dos participantes no estudo .....	186
Quadro 6.7. Resultados obtidos para a categoria de Comportamentos Não Verbais .....	202
Quadro 6.8. Resultados obtidos para a categoria de História Desenvolvidor no período da Infância .....	205
Quadro 6.9. Resultados obtidos para a categoria de História Desenvolvidor no período da Adolescência.....	206
Quadro 6.10. Resultados obtidos para as subcategorias Ordem Droga/Delito, Anti-socialidade Precoce e Idade do 1º Delito, da categoria de Trajectória Desviante .....	210
Quadro 6.11. Resultados obtidos para as subcategorias Tipo do 1º Delito, Contexto do 1º Delito e Motivos do 1º Delito, da categoria de Trajectória Desviante .....	212

Quadro 6.12. Resultados obtidos para a subcategoria Tipologia de Delitos, da categoria de Trajectória Desviante .....	213
Quadro 6.13. Resultados obtidos para as subcategorias Idade do 1º Consumo, Substância de Iniciação e Contexto do 1º Consumo, da categoria de Trajectória Desviante .....	215
Quadro 6.14. Resultados obtidos para a subcategoria das Substâncias Consumidas, da categoria de Trajectória Desviante.....	217
Quadro 6.15. Resultados obtidos para as subcategorias Período de Consumos, Percepção do Período de Consumos e Problemas com Justiça, da categoria de Trajectória Desviante .....	219
Quadro 6.16. Resultados obtidos para a categoria Análise Prospectiva.....	221
Quadro 6.17. Resultados obtidos a partir da Escala de Vinculação no Adulto (EVA) .....	222
Quadro 6.18. Resultados obtidos para a dimensão do Neuroticismo .....	223
Quadro 6.19. Resultados das facetas que constituem a dimensão do Neuroticismo .....	224
Quadro 6.20. Resultados obtidos para a dimensão da Extroversão.....	226
Quadro 6.21. Resultados das facetas que constituem a dimensão da Extroversão.....	227
Quadro 6.22. Resultados obtidos para a dimensão da Abertura à Experiência.....	229
Quadro 6.23. Resultados das facetas que constituem a dimensão da Abertura à Experiência.....	230
Quadro 6.24. Resultados obtidos para a dimensão da Amabilidade .....	232
Quadro 6.25. Resultados das facetas que constituem a dimensão da Amabilidade ..	233
Quadro 6.26. Resultados obtidos para a dimensão da Conscienciosidade .....	235
Quadro 6.27. Resultados das facetas que constituem a dimensão da Conscienciosidade .....	236
Quadro 6.28. Correlações encontradas entre os padrões de vinculação e as dimensões e facetas da personalidade .....	239

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1. Aspectos implicados no desenvolvimento do laço social da teoria de Hirschi.....	40
Figura 2.1. Modelo Compreensivo e Sequencial das Fases de Consumo de Drogas na Adolescência de Becoña.....	73
Figura 2.2. Modelo de Desenvolvimento Social do Comportamento Anti-social.....	77
Figura 3.1. Esquema do Modelo de Carreira Desviante.....	102
Figura 3.2. Esquema da Formação Droga/Crime .....	108
Figura 4.1. Sistema de personalidade da Teoria dos Cinco Grandes Factores.....	127
Figura 4.2. Modelo de Vinculação no Adulto de Bartholomew.....	138
Figura 4.3. Dinâmica do sistema de vinculação .....	141
Figura 4.4. Padrões Seguro, e Inseguros Evitante e Ansioso .....	141
Figura 5.1. Integração dos modelos de Becoña, de Catalano e Hawkins, de Hirschi e de Agra, e a sua ligação à vinculação e à personalidade.....	153
Figura 5.2. O plano da pesquisa .....	169
Figura 6.1. O sistema de categorias .....	189
Figura 6.2. A categoria de Comportamentos Não Verbais, as correspondentes subcategorias e as respectivas classes de resposta.....	192
Figura 6.3. A categoria de História Desenvolvidora, as correspondentes subcategorias e as respectivas classes de resposta .....	195
Figura 6.4. A categoria de Trajectória Desviante, as correspondentes subcategorias e as respectivas classes de resposta.....	199
Figura 6.5. A categoria de Análise Prospectiva, as correspondentes subcategorias e as respectivas classes de resposta.....	200
Figura 6.6. Biograma representativo do Ideal-tipo.....	267

## ÍNDICE

Índice de Quadros .....	XXI
Índice de Figuras .....	XXIII
Introdução .....	5
Parte A: Fundamentação Teórica .....	9
Capítulo I: Crime, Delito e Anti-socialidade.....	11
Nota Introdutória .....	13
1.1. Algumas Considerações sobre Comportamento Anti-social, Delito e Crime .	14
1.2. O Transgressor até à Emergência da Criminologia .....	21
1.3. A Afirmação da Criminologia .....	22
1.4. Perspectivas Teóricas Explicativas da Anti-socialidade .....	25
1.4.1. Perspectivas Biológicas .....	25
1.4.2. Perspectivas Sociológicas.....	33
1.4.3. Perspectivas Psicológicas .....	43
1.4.4. Perspectivas Integradoras .....	47
Epítome do Capítulo I .....	51
Capítulo II: Consumo Problemático de Drogas.....	55
Nota Introdutória .....	57
2.1. O Consumo Problemático e o Policonsumo de Álcool e de Drogas Ilegais....	58
2.2. Perspectivas Teóricas Explicativas do Consumo Problemático de Drogas....	61
2.2.1. Teorias Parcelares e Baseadas em Poucos Componentes.....	62
2.2.2. Teorias e Modelos de Estádios Evolutivos.....	67
2.2.3. Teorias e Modelos Integrativos e Compreensivos.....	70
Epítome do Capítulo II .....	79

Capítulo III: Droga e Anti-socialidade .....	83
Nota Introdutória .....	85
3.1. Droga/Anti-socialidade: do Determinismo ao Processual.....	86
3.2. Perspectivas Teóricas da Relação Droga/Anti-socialidade .....	89
3.2.1. A Explicação Determinista Causal .....	90
3.2.2. A Explicação Estruturalista .....	96
3.2.3. A Explicação Processual .....	100
Epítome do Capítulo III.....	109
Capítulo IV: Personalidade e Vinculação.....	113
Nota Introdutória .....	115
4.1. Personalidade.....	117
4.2. Perspectivas Teóricas da Personalidade .....	119
4.2.1. Perspectiva Psicanalítica.....	120
4.2.2. Perspectiva da Aprendizagem .....	121
4.2.3. Perspectiva Humanista .....	123
4.2.4. Perspectiva dos Traços de Personalidade .....	124
4.3. Vinculação .....	132
4.4. Perspectivas Teóricas da Vinculação .....	136
4.4.1. Modelo de Quatro Dimensões .....	138
4.4.2. Modelo de Três Dimensões .....	139
Epítome do Capítulo IV.....	143
Parte B: Transição Metodológica .....	147
Capítulo V: Da Fundamentação Teórica à Análise Empírica.....	149
Nota Introdutória .....	151
5.1. Das Drogas e do Crime.....	151
5.2. Da Personalidade e da Vinculação .....	155
5.3. Da Análise Biográfica, da Personalidade e da Vinculação .....	164
Parte C: Estudo Empírico .....	171

Capítulo VI: Aspectos Metodológicos .....	173
Nota Introdutória .....	175
6.1. Método.....	175
6.1.1. Os Focos de Análise .....	176
6.1.2. Os Instrumentos de Análise .....	177
6.1.3. Caracterização da Amostra.....	185
6.1.4. Procedimento .....	186
6.1.4.1. O Sistema de Categorias.....	187
6.1.5. Resultados.....	201
6.1.5.1. Resultados Relativos às Histórias Narradas .....	201
6.1.5.2. Resultados Relativos à Vinculação e à Personalidade .....	222
6.1.5.3. Correlações entre Vinculação e Personalidade.....	238
6.2. Discussão dos Resultados .....	242
6.2.1. Análise Interpretativa do Padrão Predominante de Vinculação .....	242
6.2.2. Análise Interpretativa das Similaridades de Personalidade.....	244
6.2.3. Análise Interpretativa das Relações entre Personalidade e Vinculação .....	249
6.2.4. Análise Integrada da História e do Funcionamento Global.....	252
Conclusão .....	263
Bibliografia.....	273
Índice de Anexos .....	319



## INTRODUÇÃO

O consumo de drogas e a prática de delito são dois comportamentos que se cruzam frequentemente sendo, também por isso, alvo de análise neste trabalho. Acrescente-se a curiosidade a respeito de uma tal intercepção de condutas que, tendo vindo a ser alvo de estudo, continua a apresentar aspectos por explorar. Assim sendo, o que se procura é analisar o registo de funcionamento global, em termos de personalidade e de padrão de vinculação, em indivíduos com história de abuso de substâncias e condutas delinquentes, tendo em consideração a contextualização dessa análise ao nível do percurso existencial desses sujeitos.

De facto, essa intercepção das duas condutas acontece com uma frequência tão elevada que Gonçalves (2008) considera “estulto” procurar analisar um desses comportamentos sem atender ao outro, até porque, alega o autor, a maioria dos reclusos portugueses cumpre pena por delitos que apresentam ligações, mais ou menos directamente, com o consumo de substâncias psicoactivas. Assim, essa estreita ligação entre consumo de drogas e acções delituosas apresenta-se como uma problemática pertinente, quer pela sua frequência, quer pela sua gravidade, quer, ainda, pela actualidade do fenómeno. Contudo, muito embora estreita, tal ligação não assume necessariamente contornos de casualidade.

Tradicionalmente, os estudos desenvolvidos colocavam a tónica no poder predictivo do consumo de substâncias sobre a prática de delito, enquanto outras investigações apontavam para uma relação causal inversa, tendo sido vários os autores que apresentaram resultados consistentes, num e noutro sentido (Negreiros, 1997). Na verdade, classicamente, a literatura aponta para a existência de uma relação causal entre as duas condutas, tendo gerado três hipóteses referenciais: i) a droga como causa do delito; ii) a prática delituosa como causa do consumo de drogas; iii) a inexistência de causalidade, havendo outros factores implicados na relação entre os dois

comportamentos (Agra, 2002; Agra & Matos, 1997; Manita, 1997b; Otero, 1994; Otero, Luengo, Miron, Carrillo & Romero, 1994).

Mais recentemente, a tendência é de abandono da busca de uma causalidade linear e directa entre as duas condutas, assumindo-se a consideração de uma multiplicidade de factores inter-actuates, que contribuem conjuntamente para o fenómeno. Assim, a co-ocorrência do consumo de drogas e da prática delituosa é olhada sob uma perspectiva de interacção das duas condutas, num registo de mutualidade de influências conducentes ao desenvolvimento, em espiral, de ambos os comportamentos (Negreiros, 1997). De facto, essa intercepção entre droga e delito parece estar ligada a variadíssimos aspectos, num registo psicológico e sociocultural em que o corpo, o espaço e o tempo vividos se desvanecem, num regime de interacção, de integração e de indiferenciação entre as duas condutas, que evoluem concomitantemente e sob o poder das substâncias. Então, a relação entre droga e delito não é redutível ao somatório das características da personalidade de delinquentes e de toxicodependentes, obedecendo antes a um registo em que se verifica a emergência de características próprias, num modo de funcionamento específico dos indivíduos que adoptam os dois comportamentos (Agra, 2002).

Esse modo global de funcionamento específico remete para a personalidade dos sujeitos. Contudo, não seria razoável procurar uma personalidade que, previamente, tivesse sido determinante na edificação dos trajectos desviantes dos indivíduos. O que parece fundamental é o enquadramento da análise da personalidade num esforço de contextualização da trajectória transgressiva, relativamente à história de vida dos sujeitos (Manita, 1997b). Por outro lado, alguns estudos têm focalizado a influência das experiências de vinculação sobre o comportamento e a personalidade de indivíduos com trajectórias desviantes (Ijzendoorn, 2002; Machado, 2004).

Assim, parece pertinente analisar o percurso existencial dos indivíduos, nomeadamente a sua história de desvio, considerando o seu modo global de funcionamento, quer em termos de personalidade, quer ao nível do padrão de vinculação predominante, procurando contextualizar esse funcionamento e as ocorrências mais significativas para os próprios, na sua história de vida. De facto, o que se pretende não é uma análise de cariz explicativo das condutas, mas antes uma abordagem de índole compreensiva do

fenómeno, através da busca de similaridades, bem como de aspectos tácitos e subjacentes a um tal registo comportamental.

Assim sendo, as questões centrais de investigação que se colocam são as seguintes:

- i) Encontrar-se-á um registo típico de funcionamento global, contextualizado num determinado tipo de percurso existencial, entre indivíduos consumidores de substâncias e com condutas anti-sociais?
- ii) Embora se trate de um grupo heterogéneo, encontrar-se-ão similaridades ao nível de algumas dimensões da personalidade entre indivíduos consumidores de substâncias e com comportamentos anti-sociais?
- iii) Verificar-se-á a existência de um padrão de vinculação predominante entre os sujeitos consumidores de substâncias e com condutas anti-sociais?

Efectivamente, a colocação destas questões não procura indagar a respeito do porquê da concomitância das duas condutas, mas antes compreender como as mesmas se foram instalando e desenvolvendo. Nessa perspectiva de compreensão, o objectivo geral definido para o presente trabalho é o seguinte:

- i) Procurar a existência de factores comuns, tácitos e subjacentes à emergência dos comportamentos anti-social e de consumo problemático de substâncias.

Quanto aos objectivos específicos, referem-se os que se seguem:

- i) Procurar identificar eventuais regularidades nos percursos existenciais dos sujeitos consumidores de drogas e com condutas anti-sociais;
- ii) Averiguar a eventual existência de um padrão de vinculação predominante entre os indivíduos com história de abuso de substâncias e condutas anti-sociais;
- iii) Indagar sobre a eventual existência de similaridades ao nível das dimensões de personalidade dos indivíduos consumidores de substâncias e com condutas anti-sociais;
- iv) Procurar a presença de associações entre os padrões de vinculação predominantes e as dimensões de personalidade dos indivíduos consumidores de substâncias e com condutas anti-sociais.

O estudo segue um desenho observacional, exploratório, descritivo e correlacional, pautado por todas as limitações inerentes a uma pesquisa transversal e retrospectiva, tendencialmente emergente e indutiva, baseada na observação e no auto-relato.

Assim, o trabalho que aqui se apresenta encontra-se dividido em três partes, a primeira das quais, a parte A, inclui a fundamentação teórica, onde se procura expor o fenómeno do delito, a problemática do consumo de drogas e a convergência de ambos os comportamentos, apresentando-se, também, a contextualização teórica dos conceitos de personalidade e de vinculação. Quanto à parte B, trata-se de um segmento que visa estabelecer a transição entre o corpo teórico e o estudo empírico propriamente dito. Este último, cuja apresentação constitui a parte C, inclui o método, a apresentação e a caracterização da amostra, assim como o procedimento através do qual emergiu o sistema de categorias criado através da análise de conteúdo desenvolvida sobre os dados qualitativos. Posteriormente, seguem-se os resultados dos dados qualitativos e quantitativos e, finalmente, é apresentada a análise interpretativa dos resultados alcançados para se passar à conclusão do trabalho.

**PARTE A**  
**FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**



**CAPÍTULO I**  
**CRIME, DELITO E ANTI-SOCIALIDADE**



## NOTA INTRODUTÓRIA

A opção de estudar a co-ocorrência do comportamento anti-social e do consumo de drogas não se prendeu apenas com a actualidade e a pertinência do tema, mas também se ficou a dever ao facto de se tratar de um registo comportamental deveras intrigante, cuja complexidade ultrapassa a da problemática do consumo de substâncias psicoactivas, bem como a do fenómeno dos comportamentos delinquentes, constituindo, antes, um quadro em que ambas as condutas convergem para um plano de estreita intercepção.

Ao procurar compreender a concomitância dos dois comportamentos, tornou-se imperativa uma contextualização teórica, até porque, segundo Popper (1999), todo o conhecimento científico é hipotético, conjectural e construído a partir, não da observação, mas antes da teoria, sendo uma permanente reconstrução teórica.

Actualmente, sabe-se que qualquer das duas condutas aqui tratadas pode anteceder a outra podendo, ainda, verificar-se uma emergência mais ou menos simultânea de ambas. No entanto, isso não obsta a que cada um dos comportamentos, separadamente, influencie o indivíduo, afectando o desenvolvimento e a manutenção do outro comportamento. Então, se o que se persegue é a compreensão da co-ocorrência das duas condutas, é imperativo que se comece por conhecer cada uma delas para, posteriormente, melhor se aceder à forma como se vão integrando e influenciando mutuamente. Portanto, este primeiro capítulo aposta na contextualização teórica das condutas anti-sociais, começando pela clarificação do que se poderá entender por anti-socialidade, delito e crime.

Procura-se, também, apresentar o percurso evolutivo dos significados atribuídos ao infractor e a forma como este foi sendo percebido e interpretado ao longo do tempo, num movimento de aproximação às perspectivas mais recentes, de que se apresentam algumas das conceptualizações teóricas desenvolvidas em torno dessa figura desviante.

### **1.1. Algumas Considerações sobre Comportamento Anti-social, Delito e Crime**

Ambas as condutas, consumo de drogas e práticas anti-sociais, são consideradas como desviantes e impõem a necessidade de uma clarificação de como podem ser definidas. Assim, ao longo deste capítulo, abordar-se-á a problemática da anti-socialidade, começando-se pela definição desse conceito.

De facto, tal como a palavra “desviante”, também o vocábulo “anti-social” é muito recente no léxico da Psicologia. O termo “anti-social” surgiu com o objectivo de se alcançar um maior rigor científico na designação de determinados comportamentos. Na área da Psicologia, anti-socialidade e criminalidade surgiram muito associadas à delinquência, mais precisamente à delinquência juvenil, o que levou certos autores a adoptarem expressões como “desvio social” ou “desvio juvenil”, para designarem as práticas delituosas. No entanto, tem-se mantido a tendência para associar entre si as noções de desvio, marginalidade, anti-socialidade e delinquência (Gonçalves, 2008).

De facto, pode constatar-se a dificuldade em denominar e definir um comportamento que abarca uma grande variedade de acções e cuja designação é, também ela, confusa e diversificada. Na verdade, desde os primórdios da Criminologia que se erguem grandes obstáculos à definição concreta e universal de crime. Enquanto alguns teóricos, de que é exemplo Moro, jurista, sociólogo e humanista inglês, faziam sobressair a ligação do crime a aspectos sociais, económicos e inerentes à estrutura social, outros, como Beccaria, enfatizavam a necessidade de rapidez e eficácia na aplicação da pena, focalizando-se na definição da mesma e alegando ser imperativa uma acção preventiva (García-Pablos, 1988).

Entretanto, vários têm sido os vocábulos usados para denominar os comportamentos anti-sociais, aos quais se têm atribuído designações tão variadas como crime, delinquência ou perturbação comportamental. A literatura sobre o tema apresenta certa ambiguidade, até porque a conduta anti-social abarca uma variadíssima gama de comportamentos, como agressão, furto, roubo e outras acções associadas à não observância das normas e das expectativas sociais. Para além das diferentes denominações, a conduta anti-social é também alvo de díspares interpretações, à luz de diferentes áreas do saber e sob distintos pontos de vista que enfatizam os mais diversos factores associados ao fenómeno. Deste modo, a Psiquiatria, por exemplo, procura definir o comportamento anti-social sob o ponto de vista da perturbação

comportamental, numa busca de classificação nosológica sob critérios de diagnóstico objectivamente definidos (Negreiros, 2001).

Exemplo dessa perspectiva de cariz psiquiátrico é a apresentação da Perturbação Anti-social da Personalidade que, de acordo com a American Psychiatric Association (2002), é diagnosticada em função de critérios baseados na presença de determinadas manifestações. Esses critérios, essencialmente pautados pelas sintomatologia e semiologia, incluem um funcionamento obediente a um padrão global de desrespeito e violação dos direitos dos outros, desde os 15 anos de idade, indicado por três (ou mais) dos seguintes critérios: i) incapacidade de conformação às normas sociais no que diz respeito a comportamentos, como é visível pelos actos repetidos que são motivo de detenção; ii) falsidade, como é demonstrável por mentiras e nomes falsos, ou pela tendência para contrariar os outros, visando a obtenção de lucro ou de prazer; iii) impulsividade ou incapacidade para planear antecipadamente as próprias acções; iv) irritabilidade e agressividade, que são demonstradas pelos repetidos conflitos e lutas físicas; v) desrespeito temerário pela própria segurança e pela dos outros; vi) irresponsabilidade consistente, como é demonstrado pela incapacidade repetida para manter um emprego ou honrar obrigações financeiras; vii) ausência de remorso, como é revelado pela racionalização com que o indivíduo reage após ter magoado, maltratado ou roubado alguém. Acrescente-se que, segundo a mesma fonte, o indivíduo deve ter uma idade mínima de 18 anos, com evidência de Perturbação do Comportamento anterior aos 15 anos, sendo que a sua conduta anti-social não deve ocorrer exclusivamente durante a evolução de Esquizofrenia ou de um Episódio Maníaco.

Ora, este tipo de análise remete para as investigações na área da Psicopatologia anti-social, que partem do princípio da existência de uma perturbação sistemática e definível, não contemplando o acto criminoso isolado (Beck et al., 1993). Por outro lado, de acordo com Hare (1985), a conduta criminosa ou delincente é definida pela American Psychiatric Association mediante critérios que não atendem aos traços de personalidade que, eventualmente, possam estar subjacentes aos comportamentos do indivíduo. Por isso, o autor propôs uma lista dos traços mais frequentemente encontrados entre sujeitos com comportamentos criminosos. Dessa lista fazem parte as seguintes características: i) volubilidade/charme superficial; ii) senso grandioso do próprio valor; iii) necessidade de estimulação/propensão para o tédio; iv) mentira patológica; v) enganador/manipulador; vi) falta de remorso ou culpa; vii) afecto superficial; viii)

insensível/falta de empatia; ix) estilo de vida parasitário; x) fraco controlo do comportamento; xi) comportamento sexual promíscuo; xii) problemas comportamentais precoces; xiii) falta de planos realistas a longo prazo; xiv) impulsividade; xv) irresponsabilidade; xvi) falha em aceitar responsabilidades pelas próprias acções; xvii) várias relações conjugais de curta duração; xviii) delinquência juvenil; xix) revogação de liberdade condicional; xx) versatilidade criminal.

Contudo, na lista proposta por Hare, como na maioria das avaliações por traços, as descrições denunciam uma marcada presença de julgamentos mais subjectivos que os encontrados nos próprios critérios definidos no manual da American Psychiatric Association (Beck et al., 1993). Além disso, é necessário salientar que o desvio à norma não implica, necessariamente, a presença de distúrbio psicopatológico (Gonçalves, 2008). Então, a manifestação de condutas desviantes em relação às normas socio-legais não impõe, forçosamente, a obediência a critérios conducentes à emissão do diagnóstico de perturbação da personalidade.

Sob a grelha de interpretação legal, o código penal português refere o crime como a acção, ou omissão, danosa a um interesse penalmente protegido, sendo um acto antijurídico em que a culpabilidade constitui pressuposto de pena. O sujeito activo do crime é, sob esta perspectiva, aquele que executa um acto descrito como incriminador na norma penal (Gonçalves, 2007). Dito de outra forma, do ponto de vista legal, pode referir-se o crime como sendo simplesmente a ofensa contra a lei criminal (Faulkner, 2010). Trata-se de violar uma norma que, não sendo natural, visa homogeneizar o que é heterogénio, gerando um quadro de leis e de convenções definidoras de padrões de normalidade (Cardoso, 2002).

Pode afirmar-se que, sob o ponto de vista legal, a conduta anti-social é analisada em função de critérios que definem a delinquência como o conjunto das práticas de que resultam contactos oficiais com os tribunais (Negreiros, 2001). No entanto, pode verificar-se um registo comportamental anti-social, sem que se constate o estabelecimento de contactos com os tribunais. Além disso, a abordagem legal à delinquência parte da análise do acto delituoso propriamente dito. Ora, essa definição, baseada no enfoque do acto em si, torna-se inadequada por diferentes razões: i) primeiro, porque se trata de uma leitura menos interessante e reveladora, que as alternativas existentes; ii) depois, porque o acto em si mesmo é inapropriado e

insuficiente para se estabelecer se o actor que o desencadeou é, ou não, um delinquente; iii) por último, porque a delinquência integra actos tão diversos que não pode ser analisada como uma unidade (Hirschi, 2002).

Na verdade, delinquência, comportamento anti-social e crime são frequentemente referidos de forma indistinta e pouco clara, sob critérios que variam em função da grelha de leitura, existindo uma grande dificuldade em defini-los concreta e consensualmente. Actualmente, mantêm-se as diferenças entre abordagens com díspares focos centrais, verificando-se o desenvolvimento de teorias que se orientam por estilos, tipos e formas muito diferentes, e que provêm de áreas científicas tão distintas como a Economia, a Sociologia, a Psiquiatria, a Psicologia, a Biologia e outras (Howitt, 2005). A literatura refere a anti-socialidade sob diferentes pontos de vista e atendendo a aspectos de cariz legal e/ou psiquiátrico. No entanto, nem toda a conduta anti-social transgride necessariamente a lei, podendo apenas violar normas e expectativas sociais (Bordin & Offord, 2000; Manita, 1997a, Regoli, Hewitt & Delisi, 2009).

Acrescente-se que certos comportamentos marginais não passam de tentativas de originalidade ou de ensaios levados a cabo pelo indivíduo que pretende destacar-se do seu grupo de pertença, procurando a integração num outro grupo. Esses comportamentos são muito frequentes, principalmente na adolescência, sendo apenas acções integradas em movimentos de contra-cultura que não se associam, forçosamente, ao desenvolvimento de comportamentos anti-sociais. Só quando essas manifestações se tornam sistemáticas e organizadas, se pode afirmar que pertencem a um domínio alvo de crítica e de censura por parte do corpo social. Nessas condutas já se enquadram comportamentos como o consumo problemático de drogas e outras acções de risco como a participação activa em desordens e em agressões. São os comportamentos fronteiriços que se situam nas margens da tolerância social, conduzindo ao risco de serem sinalizados e identificados pelos mecanismos de controlo social (Gonçalves, 2008).

Uma meta-análise desenvolvida com 95 estudos sobre a anti-socialidade concluiu que as ambiguidades presentes na sua definição ficavam a dever-se, essencialmente, a dois aspectos: à heterogeneidade do constructo de comportamento anti-social, e à heterogeneidade metodológica. De facto, o próprio termo “anti-social” é usado com alguma confusão, uma vez que nem todo o comportamento anti-social é

necessariamente agressivo e, a agressividade, não é critério único e exclusivo para identificar a conduta anti-social (Lorber, 2004) que, saliente-se, requer uma análise amplamente contextualizada (Pacheco & Hutz, 2009). Rijò e Sousa (2004) apresentam uma definição muito abrangente daquilo que consideram comportamentos agressivo, desviante, socialmente desajustado ou anti-social. Para os autores, são condutas que devem ser percebidas a médio/longo termo, a partir de uma constelação de aspectos interligados que se fazem sentir desde muito cedo, afectando globalmente o desenvolvimento do indivíduo.

Efectivamente, a definição universal de comportamento anti-social acarreta dificuldades e gera confusões, por exemplo, entre anti-socialidade e delinquência, pelas razões que se passam a enumerar (Otero, 1994): i) primeiro, por se tratar também de um problema social com uma multiplicidade de causas, correlatos e consequências; ii) a seguir, pela existência de interpretações muito diferentes, uma vez que a conduta anti-social é objecto de estudo de diferentes áreas do saber, que se focalizam em díspares aspectos e sob distintos pontos de vista; iii) depois, pela constante preocupação dos investigadores em estudar empiricamente o comportamento anti-social, sem proceder a uma prévia definição do mesmo; iv) seguidamente, pela relatividade encerrada no próprio termo, cuja definição implica uma contextualização social da acção executada; v) ainda, pela amplitude da palavra, que rotula diferentes comportamentos em função da sua gravidade; vi) finalmente, pela idade do actor que comete a transgressão, a qual também afecta a classificação do comportamento.

Na verdade, a problemática é tratada diferentemente, sendo que, por exemplo, alguns consideram a delinquência no âmbito da construção de uma carreira, enquanto outros veem o acto delinvente como ocasional e circunstancial (Born, 2005) e, outros ainda, apenas o distinguem do crime em função da idade do executor (Regoli et al., 2009). Ora, segundo uma grelha de leitura psicossocial, o acto delinvente opõe-se à norma legal ou social, apresenta uma evolução no espaço e no tempo e é, essencialmente, um comportamento social através do qual se estabelecem ligações entre os indivíduos, muito embora essas ligações não se limitem a ser relações imediatas e directas. Na verdade, devem distinguir-se os comportamentos neutros, pró-sociais, associais e anti-sociais. Os comportamentos neutros simplesmente não interferem com o referencial de normas instituído. Os pró-sociais são aqueles que se inscrevem num registo de funcionamento concordante com as normas instituídas. Os associais incluem as acções

que, podendo causar dano, não implicam uma intencionalidade do indivíduo nesse sentido. Já os anti-sociais integram as condutas que encerram a intenção de causar dano ou prejuízo. Tanto os comportamentos associiais como os anti-sociais pertencem às acções consideradas delinquentes, dependendo da avaliação de responsabilidade em termos de Direito Penal. Essa avaliação do acto delincente varia em função do grupo social, religioso, cultural, étnico ou tribal (Born, 2005).

Do ponto de vista da Criminologia, a gravidade do acto é definida em função de aspectos sócio-legais, enquanto sob o prisma legal, essa gravidade é estabelecida em função da pena potencial. Contudo, na perspectiva da opinião pública, a classificação da acção quanto à sua gravidade pode ser muito diferente das anteriores. À luz de uma grelha interpretativa de carácter desenvolvimental, a acção delituosa acontece em determinado momento da vida do transgressor, impondo-se a necessidade de atender a dois aspectos cruciais: i) à macrogénesse, enquanto análise da vida do actor no sentido de captar mecanismos que, muito anteriormente ao acto, terão contribuído para o mesmo; ii) e à microgénesse, enquanto averiguação dos mecanismos e das ocorrências periféricas da passagem ao acto. Do ponto de vista clínico, procede-se à análise do acto delincente mediante uma integração de factores individuais e familiares, de forma a alcançar possíveis reflexões sobre as componentes da personalidade do actor. Nesta perspectiva, tenta-se a captura da organização interna do sujeito e, partindo de uma multiplicidade de casos, procura-se a extracção de hipóteses gerais (Born, 2005).

Também o crime tem sido conceptualizado das mais variadas formas e sob diferentes perspectivas. De facto, o crime tanto é percebido como um fenómeno absolutamente natural e enquadrado nos comportamentos humanos que quebram as normas e os princípios universais, como é interpretado como o resultado de um código penal cuja imposição visa a manutenção da ordem instituída e a coesão social. Não obstante, sob outros pontos de vista, o crime passa pela anti-socialidade implícita na organização social e presente na estrutura do indivíduo. Acrescente-se uma outra leitura do crime, que o define como resultante dos processos de construção e de rotulação sociais. Ora, cada crime executado é diferenciado em termos psicológicos, sociais e jurídicos, na medida em que determinado acto pode ser visto como uma violação a uma norma essencial, ou como uma acção reprovável e danosa sob o ponto de vista social e/ou moral, não sendo necessariamente um acto punível por lei. Por oposição, um acto pode ser visto como crime passível de punição, não sendo, no entanto, uma acção considerada

danosa sob as perspectivas moral e social. Por isso, a existência de uma multiplicidade de pontos de vista com diferentes critérios de análise torna muito difícil a adoção de uma definição precisa e consensual do crime (Manita, 1997a).

Consequentemente, dadas as dificuldades e a multiplicidade de designações e definições para determinados comportamentos, alguns sociólogos apontam a necessidade de alargar o conceito de delinquência, de forma a incluir os comportamentos socialmente desviantes, quer sejam passíveis de punição legal, quer não (Otero, 1994). A delinquência passaria então a perceber-se como um fenómeno social que exige uma contextualização, relativamente à comunidade em que se verifique a sua ocorrência (Manita, 1997a; Otero, 1994). Assim, o desvio poderia entender-se como um conceito sujeito a mutações mais ou menos drásticas, dependendo do contexto espacio-temporal em que ocorreu a manifestação desse comportamento desviante (Cardoso, 2002). A abordagem à conduta delituosa poderia, assim, basear-se na análise do processo de rotura da norma instituída, o que implicaria tratar o acto em si como não problemático, não o considerando como foco central, mas antes como um epifenómeno que decorre da assunção de desempenho de um papel não normativo (Hirschi, 2002).

Os comportamentos anti-sociais, por seu turno, deveriam incluir uma larga amplitude de actos nos quais se enquadrariam agressões, furtos, vandalismo, mentira, absentismo escolar e fugas de casa. Então, poderia entender-se a conduta anti-social como aquela que viola as normas e as expectativas sociais, incluindo também as acções contra o meio, contra a propriedade e contra as pessoas. Em suma, nesta perspectiva, a anti-socialidade integraria todos os comportamentos que constituíssem uma infracção às regras sociais e/ou os actos contra os demais (Kazdin & Buela-Casal, 2001), quer fossem puníveis por lei, quer não. Neste trabalho optou-se por essa definição alargada de anti-socialidade, pelo que, sempre que se refiram os termos delito e crime, estarão a apontar-se condutas que fazem parte integrante dos variadíssimos comportamentos anti-sociais, que constituem violações às normas sociais e/ou legais.

Uma vez definidos os conceitos de comportamento anti-social, delito e crime, parece pertinente proceder a uma breve contextualização do fenómeno, analisando a forma como o acto transgressivo foi sendo diferentemente interpretado e tratado, como o transgressor foi sendo alvo da atribuição de díspares representações e como foi

passando por diferentes tratamentos ao longo do tempo, antes e depois da emergência da Criminologia.

## **1.2. O Transgressor até à Emergência da Criminologia**

Se é certo que, como foi visto anteriormente, ainda hoje reina uma grande disparidade de leituras a respeito da conduta anti-social, não será menos correcto depreender que tal diversidade de interpretações transporta, muito provavelmente, a herança difusa com que se foram tratando as diferentes figuras desviantes, ao longo dos tempos.

O percurso daqueles que foram manifestando condutas desviantes foi, desde sempre, pautado por duras penas e pesados tratamentos, principalmente até ao século XVIII. O indivíduo não normativo, com doença mental ou sem ela, era enclausurado em instituições tuteladas pelo poder judiciário e sem qualquer ligação a um sistema de saúde (Cordeiro, 2003). Crime e doença mental eram objecto de similares considerações e medidas, sendo que ao transgressor, mentalmente perturbado ou não, eram impostas penas que variavam entre o banimento, as galeras, os açoites, a confissão em público e, não raras vezes, a morte. Verificava-se, então, o predomínio do castigo físico cuja severidade podia variar, dependendo dos costumes, da gravidade e da natureza da infracção, bem como do estatuto social do infractor (Foucault, 1997).

Pinel procedeu a uma tentativa de separação entre os infractores com e sem doença mental, alegando que aqueles que padeciam de perturbação deveriam ser alvo de um tratamento diferente. Mais tarde, um dos seus discípulos, Esquirol, também lutou pela assistência diferenciada aos doentes mentais (Piccinini, 2004). Contudo, o infractor das normas sociais e/ou legais, com doença mental ou simplesmente transgressor, continuou a ter destinos muito semelhantes na medida em que, embora em espaços físicos diferentes, ambas as figuras se iam confundindo no tratamento de que eram alvo, padecendo do enclausuramento destinado a proteger a sociedade das suas acções desviantes (Cordeiro, 2003). Portanto, pode afirmar-se que as duas figuras do desvio foram caminhando por trilhos muito próximos, ao longo do tempo. Refira-se que, após a separação de tratamentos, que emergiu com o desenvolvimento da Psiquiatria, uma nova aproximação acabaria por se verificar, sob uma renovada forma de racionalizar o fenómeno do desvio, a científica. Aliás, o próprio Esquirol cruzou as duas figuras ao

referir a existência do “criminoso alienado”. Segundo o autor, certas formas de “loucura” seriam a manifestação evidente de uma “desordem moral” potenciadora da prática criminosa (Manita, 1997a).

Desde longa data, foi-se verificando uma tendência persistente para o estabelecimento de ligações entre crime e doença mental. No entanto, nada indica que a presença de doença mental constitua um aumento de risco da prática de condutas violentas, ao contrário de outros factores, como o consumo de substâncias psicoactivas, que revela uma relação com o desenvolvimento de comportamentos delinquentes e até de crimes violentos (Howitt, 2005).

Os debates mais recentes a respeito da transgressão colocam a tónica na rede de influências de cariz social, em associação com os comportamentos transgressivos, destacando dessa forma a complexidade do fenómeno. Por esse motivo, e tal como já foi referido, a transgressão à norma não pode ser analisada através do mero conhecimento das acções executadas pelo transgressor, devendo ser auscultada, de forma contextualizada, em termos sociais, culturais e económicos (Carvalho, 2005a). Assim, pode afirmar-se que o acto transgressivo, por si só, pouco ou nada permite compreender, sendo imperativa a sua contextualização a vários níveis, sem que se descurem os aspectos sociais, culturais e económicos, bem como os factores relacionados com o percurso existencial do sujeito e as ocorrências que para ele se revelem mais significativas na edificação da sua trajectória.

Como se verá, este ponto de vista foi adquirindo consistência ao longo do desenvolvimento da Criminologia, cuja emergência e progressiva afirmação passa a ser sumariamente apresentada.

### **1.3. A Afirmação da Criminologia**

Com pouco mais de um século, a história da Criminologia enquanto ciência apresenta-se impregnada de múltiplas influências em termos metodológicos, ao nível das técnicas de investigação, das áreas de interesse e das afiliações teóricas e ideológicas dos investigadores (Dias & Andrade, 1997).

De grande influência para o desenvolvimento da Criminologia, foi a obra de Beccaria que procurou legitimar a punição do transgressor e definir critérios de estabelecimento da pena, a partir da ideia de contrato social, enquanto elemento gerador da congregação de todos em torno de valores fundamentais (Beccaria, 1764). Para Beccaria, como para Bentham, deveriam criar-se formas de anular as gratificações alcançadas pela prática criminosa (Gottfredson & Hirschi, 1990; Moyer, 2001).

O termo “Criminologia” viria a surgir apenas um século depois, sendo referido pela primeira vez em 1879 pelo antropólogo francês, Topinard. Na década seguinte, em 1885, o mesmo termo fez parte do título da obra de Garofalo, que contribuía para o início da escola positivista das abordagens científicas ao fenómeno do crime (Alvarez, 2002; Dias & Andrade, 1997). Numa perspectiva atávica, Garofalo orientou-se no sentido dos aspectos morais e psicológicos do indivíduo, alegando que o criminoso seria possuidor de uma anomalia moral e psíquica, resultantes de uma espécie de “lesão ética”, que seria a fonte e a causa das práticas delituosas (Dias & Andrade, 1997), numa clara inclinação para o determinismo exacerbado e a consequente desresponsabilização do indivíduo (Alvarez, 2002). De grande relevância foi a Teoria do Homem Criminal proposta por Lombroso em 1876, defendendo a existência de um tipo criminal pré-definido e identificável por traços característicos que, de forma determinante, levavam ao reconhecimento do homem delinvente marcado com o estigma anatómico, fisiológico e funcional, a que se juntava um traço essencial de carácter psicológico (Alvarez, 2002; Gottfredson & Hirschi, 1990; Horn, 2003). O indivíduo com tais características padeceria de um definhamento dos sentidos de compaixão e de piedade, a par de uma ausência total de escrúpulos ou de remorsos (Horn, 2003; Lombroso, 2006).

Entretanto, a frenologia viria a identificar achatamentos e protuberâncias cerebrais e cranianas que, de certa forma, contribuíram para corroborar a ideia de Lombroso (Gonçalves, 2008). Contudo, é conveniente salientar que o movimento frenológico, nascido dos trabalhos desenvolvidos por Gall no século XIX, revolucionou os conceitos até aí transmitidos nas escolas. Gall privilegiou o cérebro como um conjunto de órgãos e de estruturas responsáveis pelo desenvolvimento de certas funções, moldando a calote craniana e possibilitando a antevisão das competências do indivíduo e de certas características da sua personalidade (Caldas, 1999).

A abordagem de Lombroso manteve, até meados do século XX, uma alargada esfera de influência e, ao longo do tempo, a componente biológico continuou a inspirar e a basear estudos, muito embora num registo paradigmático actualizado (Queirós, 1997a). Efectivamente, a perspectiva encetada por Lombroso pode considerar-se como o arranque da Criminologia enquanto ciência empírica e autónoma (García-Pablos, 1988). Porém, o atavismo presente nessa explicação do comportamento humano, inscrita num registo de exacerbado positivismo, foi alvo de acérrimas críticas e a sua rotura foi iniciada, precisamente, por um discípulo de Lombroso. Fala-se de Ferri que, em 1893, abriu portas a novas interpretações do comportamento criminoso através da sua obra intitulada “Sociologia criminal”. O autor procurou a convergência entre causas biológicas e sociológicas como originárias do crime, rompendo com o determinismo única e exclusivamente antropológico (Alvarez, 2002). Pode mesmo afirmar-se que o autor perfilhou a primeira explicação multifactorial do delito (Agra & Matos, 1997).

Assim, a Sociologia foi introduzida nas abordagens ao crime, vindo a gerar uma perspectiva explicativa do mesmo, num registo em que a etiologia desses comportamentos deixou de estar centrada no indivíduo delincente, para se focalizar nos aspectos que lhe eram externos. Estas abordagens constituiriam-se como antecedentes da moderna Sociologia do crime. Progressivamente, foram surgindo enfoques teóricos multifactoriais que, de orientação prioritariamente sociológica, começaram a atribuir a conduta criminosa à ocorrência de uma multiplicidade de factores heterogéneos, como os traços básicos do delincente, a sua vida familiar, o seu percurso escolar, a organização dos seus tempos livres, etc. Esse princípio da multiplicidade de factores implicados, de natureza predominantemente social, dominou a Criminologia americana até à década de 50 do século XX e está presente em muitas das abordagens mais actuais (García-Pablos, 1988).

A tendência para a integração de múltiplos factores na explicação do comportamento delituoso foi-se instalando, decorrendo de forma não homogénea (Agra & Matos, 1997), mas sempre no sentido de se vir a alcançar um paradigma em que o homem passasse a ser visto como um todo complexo, cuja compreensão exige um olhar sobre as suas dimensões biológica, psicológica e social. De acordo com Navas e Muñoz (2005), impõe-se, cada vez mais, a necessidade de integrar distintas abordagens que, num regime de complementaridade, se aproximem mais da complexidade do comportamento humano, normativo ou desviante. A aproximação gradual a esse registo de integração de

distintas conceptualizações teóricas e de múltiplos factores é perceptível através das diferentes perspectivas adoptadas na abordagem ao fenómeno da anti-socialidade, como pode ver-se de seguida.

#### 1.4. Perspectivas Teóricas Explicativas da Anti-socialidade

Além das diferentes designações e definições, o comportamento anti-social tem sido alvo de diversas tentativas de explicação, em que se foram seguindo díspares conceptualizações teóricas com diferentes focos centrais. Do determinismo inicial das abordagens da Criminologia, que procuravam uma explicação directa e linear, foi-se passando, progressivamente, para conceptualizações multifactoriais e, mais recentemente, para a compreensão dos processos subjacentes aos comportamentos, num movimento de deslocação do foco sobre a explicação causal, para uma visão de compreensão processual.

Os pontos que se seguem apresentam, sumariamente, algumas das perspectivas teóricas sobre comportamento anti-social que se encontram no quadro 1.1.

Quadro 1.1. Correntes explicativas da anti-socialidade.

Perspectivas			
Biológicas	Sociológicas	Psicológicas	Integradoras
Estudos Genéticos, Cromossómicos, de Cariz Orgânico e dos Factores Bioquímicos e Farmacológicos.	Da Anomia; Do Desvio; Da Aprendizagem Social; Modernas do Desvio; Do Controlo Social.	Psicanalítica; Fenomenológica; Das Análises à Personalidade; Cognitivistas; Construtivistas.	Dos Vínculos Sociais; De Feldman; Dos Preditores do Delito.

##### 1.4.1. Perspectivas Biológicas

A Criminologia começou por se assumir como uma ciência do criminoso e não do crime, num registo que se consagrava inteiramente à busca das características que,

eventualmente, permitissem distinguir o autor de crimes, dos restantes indivíduos. Essas características foram sendo definidas no sentido da tipificação do criminoso, que seria reconhecível pelo seu semblante e por determinadas especificidades anatómicas (Robert, 2007). Contudo, tais perspectivas, de natureza essencialmente biológica, sofreram um interregno causado pela manifestação de algum descrédito científico, quer em relação à validade dessas teorias, quer no que respeita aos limites explorados nessas teses (Dias & Andrade, 1997).

Não obstante, apesar das objecções que se foram erguendo relativamente às perspectivas pura e determinadamente biológicas, e após uma fase de algum abandono, essas abordagens mantêm-se actualmente em desenvolvimento, muito embora se tenham libertado do exacerbado atavismo anterior (Dias & Andrade, 1997). Entretanto, salvo raras excepções, foi-se verificando uma tendência para a inclusão, nestes estudos, de factores psicossociais (Gao, Raine, Venables, Dawson & Mednick, 2010) que, indubitavelmente, estão implicados nos comportamentos delituosos. Porém, as abordagens centradas no universo social não explicam o envolvimento de aspectos de carácter neurológico e de outras variáveis biológicas associadas à probabilidade de desenvolvimento de condutas criminosas (Iria & Barbosa, 2008), sobretudo quando se procuram, na infância, elementos preditores do crime em idade adulta (Gao et al., 2010). Ora, parece haver evidências da existência de ligações entre a criminalidade e vários factores de natureza biológica (Iria & Barbosa, 2008), como os níveis de testosterona, de glicemia, de serotonina, de cortisol e de certos padrões de registos electroencefalográficos (Ellis, 2005; Ischikawa & Raine, 2003a). Consequentemente, torna-se imperativo ter em consideração que os aspectos biológicos se associam aos de cariz social para, conjuntamente, exercerem um papel que influencia o possível desenvolvimento de condutas anti-sociais (Raine, 1993; 2004).

Efectivamente, entre as investigações mais recentes encontram-se estudos centrados na Biologia, designadamente, na herança genética. Na verdade, vários estudos com gémeos parecem ter evidenciado a influência genética sobre o possível desenvolvimento de comportamentos agressivos e anti-sociais (Schug et al., 2010). No entanto, actualmente, nenhuma dessas abordagens considera o genoma como determinante dos comportamentos, defendendo antes um potencial genético que terá algum impacto no desenvolvimento de certas condutas (Born, 2005). Entre esses estudos centrados na componente genética, encontram-se os desenvolvidos com gémeos, mediante uma

comparação da concordância de manifestação de anti-socialidade entre gémeos mono e dizigóticos (Tehrani & Mednick, 2002). Tais estudos têm encontrado evidências, mais do que os estudos de adopção que se verão de seguida, a favor da influência de carácter hereditário sobre o comportamento anti-social (Raine, 1993; 2002; Schug, et al., 2010). No entanto, nessas investigações verificam-se grandes variações nos resultados obtidos por diferentes investigadores (Cadoret, Leve & Devor, 1997; Joseph, 2004). Além disso, levantam-se certas limitações, nomeadamente, pelo facto dos gémeos monozigóticos serem geralmente educados de forma muito semelhante, o que poderá contribuir para uma maior concordância comportamental entre eles. Pelo contrário, entre os gémeos dizigóticos não é invulgar ocorrer um funcionamento de mútua oposição, como por exemplo, de dominância/submissão, o que poderá, também, enviesar os resultados. Acrescente-se que a avaliação e selecção dos gémeos é, geralmente, feita com base em análises sanguíneas e não por exame de comparação do Ácido Desoxirribonucleico (ADN). Ora, o método de análises sanguíneas carece de exactidão na definição do tipo de gémeos, podendo até conduzir a falsos resultados (Gonçalves, 2008; Joseph, 2004). Assim, o que se pode realmente afirmar é que a genética, como outros factores biológicos, encontrará expressão sobre o comportamento, mas num registo de interacção com os factores ambientais (Raine, 2002; 2004).

Outra vertente desses estudos biológicos passa pela análise comparativa entre a concordância comportamental de indivíduos adoptados muito precocemente, e os respectivos pais biológicos e adoptivos. Uma dessas análises foi desenvolvida por comparação, em termos de crenças quanto à prática criminosa, entre 14427 adoptados e os respectivos pais biológicos e adoptivos. Os resultados evidenciaram a existência de uma correlação estatisticamente significativa entre as crenças dos adoptados e as dos respectivos pais biológicos, relativamente aos crimes contra a propriedade, mas não em relação aos crimes violentos (Mednick, Gabrielli & Hutchings, 1984). Relativamente a este tipo de análises, verifica-se que as conclusões não se têm revelado muito consistentes, constatando-se a existência de diferenças metodológicas, bem como da definição do próprio conceito de comportamento anti-social. Saliente-se ainda, que muitos dos indivíduos adoptados provêm de situações em que os pais adoptivos apresentam um baixo estatuto sócio-económico, o que poderá indiciar a presença de um outro factor a considerar, o da vivência de situações de privação (Gonçalves, 2008).

Ainda dentro das abordagens biológicas, os estudos cromossômicos atendem à eventual presença de anormalidades na paridade cromossômica. Essas investigações, algumas das quais muito recentes (Leggett, Jacobs, Nation, Scerif & Bishop, 2010) têm incidido sobretudo nas anomalias dos cromossomas sexuais, de que é exemplo a sobejamente conhecida Síndrome do Duplo Cromossoma Y (Dias & Andrade, 1997). Uma dessas análises foi desenvolvida sobre 1040 indivíduos condenados por crime, em que se concluiu que os portadores de duplo cromossoma X ou Y, tipo XXY ou XYY, apresentavam uma maior ocorrência de crimes de natureza sexual que os restantes condenados (Schroder, Chapelle, Hakola & Virkkunen, 2007). Na verdade, vários estudos sugerem uma maior frequência da prática criminosa entre indivíduos do sexo masculino com anomalias nos cromossomas sexuais. Não obstante, a maioria dessas investigações tem evidenciado a presença de viés (Gotz, Johnstone & Ratcliffe, 1999), até porque muitas dessas pesquisas foram conduzidas com participantes provenientes de prisões e de asilos. Contudo, também entre a população geral é possível encontrar um número considerável de sujeitos com essa anomalia cromossômica, sem que isso os tenha levado à manifestação de condutas anti-sociais (Gonçalves, 2008). O recente estudo de Leggett et al. (2010) refere o risco de dificuldades cognitivas e comportamentais nos sujeitos com triplo cromossoma, XXX, XYY ou XXY, muito embora também refira que as evidências se revelam insuficientes, havendo uma imperativa necessidade de mais estudos sobre o tema.

Outras análises apontam a influência genética num registo dinâmico em diferentes etapas de desenvolvimento dos sujeitos, com implicação de diferentes genes em diferentes fases do desenvolvimento individual, ou com envolvimento de díspares genes em desiguais evoluções comportamentais (Bullock, 2002). Uma investigação levada a cabo por Rowe (1986), com 265 pares de gémeos adolescentes, analisou os relatos de condutas anti-sociais, falsidade, percepção de rejeição parental, raiva, impulsividade e valor atribuído ao sucesso escolar. Após analisar os resultados, o autor concluiu que os efeitos genéticos apenas pareceram associar-se à falsidade e aos traços de temperamento dos indivíduos. Mais recentemente, um estudo realizado por Schmidt, Fox e Hamer (2007) averiguou a interação entre certos genes e a sua possível influência sobre o desenvolvimento de comportamentos problemáticos em 108 crianças. Os autores concluíram a favor da presença de factores genéticos em crianças com problemas

comportamentais, sendo que tais factores podem constituir elementos biológicos de risco ou de protecção.

Actualmente, a genética comportamental exhibe uma nova e promissora posição, designadamente, sobre o comportamento anti-social, encontrando-se em expansão no sentido da interacção genes/meio (Moffitt, 2005). É nesse registo que se enquadra uma análise de Button, Scourfield, Martin e McGuffin (2004). Os autores questionaram se os comportamentos anti-sociais, agressivos e não agressivos, resultavam igualmente de factores genéticos e ambientais. O estudo, com uma amostra de 528 pares de gémeos, analisou as duas formas de comportamento anti-social, bem como a possibilidade do fenómeno ser consequência da partilha de genes ou dos factores ambientais. Os resultados evidenciaram uma influência genética parcial, sendo que esse efeito dos genes parecia contribuir para o desenvolvimento de anti-socialidade de forma mais marcante nos indivíduos do sexo feminino, do que nos de sexo masculino. Muito recentemente, uma análise de Nasuryte, Andershed, Neiderhiser e Lichtenstein (2007), debruçou-se sobre os dados de uma pesquisa longitudinal com 1314 pares de gémeos, seguidos desde os 13-14 anos aos 16-17 anos. Os resultados revelaram que a agressividade das crianças parece conduzir ao desenvolvimento de estilos parentais negativos que, por seu turno, afectam a manifestação de anti-socialidade. Segundo os autores, os mecanismos subjacentes parecem ser consistentes com a ideia de associação genes-meio como fonte de influência para a expressão de condutas anti-sociais.

Então, poder-se-á dizer que o impacte genético sobre os comportamentos implica um risco probabilístico, não havendo qualquer certeza de que tal influência se venha a traduzir no desenvolvimento de condutas anti-sociais (DiLalla & DiLalla, 2004), na medida em que devem considerar-se também os factores de cariz ambiental. Os resultados obtidos pelos estudos sobre a família, com gémeos e com adoptados, não apoiam a existência de uma predisposição genética para o desenvolvimento de comportamentos anti-sociais, independentemente da sua definição em qualquer sociedade e em qualquer época, situando-se essas investigações entre as que dispõem de reduzido apoio empírico (Joseph, 2004).

Ainda na linha das investigações de carácter biológico, podem referir-se os estudos de cariz orgânico. Entre estes, encontram-se as análises com base nos registos electroencefalográficos, as que envolvem o sistema nervoso autónomo, as que

consideram a possibilidade de disfunção cerebral e as que atendem à influência de factores bioquímicos e farmacológicos.

É um facto que desde a década de 40 do século XX os registos electroencefalográficos têm constituído a base de explicações para a prática de comportamentos anti-sociais (Gonçalves, 2008). Alguns desses estudos (Raine, Brennan, Mednick & Mednick, 1996) remetem para a influência da co-existência de défice neurológico e psicossocial sobre o desenvolvimento de práticas criminosas. Outras análises têm evidenciado uma actividade cerebral invulgar, sobretudo no lobo temporal esquerdo, relativamente a grupos de controlo constituídos por indivíduos sem história de violência (Howitt, 2005). As investigações nesta área são muitas e variadas, procurando ligações diversas, como é o caso da busca de associações entre os registos encefalográficos e a presença de duplo cromossoma (Y ou X) que, por sua vez, é frequentemente ligada ao desenvolvimento de condutas criminosas, como já foi referido. Nesta investigação, os resultados revelaram a inexistência de diferenças significativas entre os electroencefalogramas dos grupos de indivíduos com e sem duplo cromossoma X ou Y (Volavka, Mednick, Rasmussen & Teasdale, 2007). A verdade é que muitos destes estudos vão revelando conclusões contraditórias. Enquanto algumas investigações apontam para a existência de uma associação entre o registo electroencefalográfico e o comportamento delituoso, outras têm concluído no sentido de uma total ausência dessa associação. Além disso, não há qualquer evidência de correlação entre o traçado do electroencefalograma do indivíduo num dado momento, e a posterior manifestação de condutas anti-sociais (Born, 2005).

No âmbito da acção reguladora do sistema nervoso autónomo têm sido procuradas algumas das possíveis explicações para a conduta anti-social, nomeadamente, para os actos criminosos mais violentos. Essas perspectivas partem da ideia de que certas características mais frequentes nas personalidades anti-sociais são a insensibilidade emocional e a incapacidade de antecipação e de aprendizagem (Gonçalves, 2008). Entre esses estudos, refira-se o realizado por Fung et al. (2005), que encontraram semelhanças, em termos de uma menor resposta electrodérmica, entre os adolescentes com comportamentos tendencialmente psicopatas e os adultos com diagnóstico de psicopatia. Ainda sob esta perspectiva, foi realizada uma meta-análise sobre 95 estudos que procuravam identificar associações entre a actividade electrodérmica, o ritmo cardíaco e os comportamentos agressivo e psicopata. Os resultados dessa meta-análise sugeriram a existência de uma modesta associação entre os comportamentos

problemáticos, agressivos ou psicopatas, e as actividades cardíaca e electrodérmica (Lorber, 2004). Assim, também ao nível do funcionamento do sistema nervoso autónomo, os estudos efectuados apontam para resultados pouco consistentes e, até, algo contraditórios.

Outras análises têm averiguado sobre uma possível explicação para as condutas anti-sociais, com base na existência de disfunções cerebrais e/ou défices neurológicos (Brower & Price, 2001; Gonçalves, 2008; Iria & Barbosa, 2008; Ishikawa & Raine, 2002; 2003a; León-Carrión & Chacartegui, 2003; Raine, 2008; Schug et al., 2010). Certos estudos têm-se centrado na lateralidade cerebral. Entre essas investigações, algumas têm procurado a existência de tumores ou de lesões no sistema límbico de indivíduos com condutas agressivas. Outras têm averiguado a possível associação entre lesões ao nível do lobo frontal e o desenvolvimento de condutas anti-sociais (Hawkins & Trobst, 2000) e, outras ainda, têm indagado sobre a possível associação entre problemas neurológicos e certas condutas, como a delinquente (Krober, Scheurer & Sass, 1994). No entanto, também a este nível não se tem verificado uma consistência significativa nos resultados obtidos pelos vários estudos desenvolvidos (Born, 2005). Acrescente-se que essas análises devem ter em consideração a existência de factores sociais como potenciais mediadores entre o cérebro e o comportamento (Ishikawa & Raine, 2003a).

A verdade é que é extremamente difícil definir as bases neuroanatômicas ligadas ao comportamento humano, dado o elevado desenvolvimento do sistema nervoso central, bem como a imensa rede de sistemas e de interligações reguladoras da conduta humana. Há, de facto, o reconhecimento da implicação de algumas estruturas e sistemas cerebrais nos comportamentos (Marcelli, 2005). Nomeadamente, em termos dos comportamentos delituosos, podem referir-se estudos ao nível do corpo caloso (Raine et al. 2003), da região pré-frontal (Ishikawa & Raine, 2003a; 2003b; Yang et al., 2005), do hipocampo (Raine et al., 2004), da amígdala (Gao et al., 2010), do sistema límbico (Kiehl et al., 2001) e os que averiguam a possível existência de anomalias em termos neuropsicológicos (Hanlon, Rubin, Jensen & Daoust, 2010). Contudo, todas essas estruturas e sistemas recebem e transmitem informação com múltiplas proveniências, internas, externas, centrais e periféricas, individuais e ambientais. Na verdade, tudo isto torna muito difícil concluir simplista e abusivamente sobre a influência de um tão

complexo sistema no comportamento humano, seja ele normal ou desviante (Marcelli, 2005).

Dentro das Perspectivas Biológicas, encontram-se alguns estudos que procuram uma explicação associada a factores bioquímicos e farmacológicos (Marques-Teixeira, 1993a). Designadamente, tem-se procurado analisar a relação entre a exposição pré-natal ao álcool e a outras drogas, e a maior ou menor tendência para se vir a verificar a posterior manifestação de condutas anti-sociais. Contudo, apesar de se observar um acréscimo dos níveis de agressividade em crianças que foram expostas a tais substâncias no período pré-natal, é importante considerar que terão estado presentes, também, outros factores biológicos e sociais (Ishikawa & Raine, 2003a; Scarpa & Raine, 2003). Ainda assim, o consumo de substâncias psicoactivas parece afectar os processos de tomada de decisão dos jovens, afectando, conseqüentemente, os seus comportamentos (Gervilla & Palmer, 2010).

Também no âmbito dos factores biológicos, têm-se desenvolvido investigações que procuram averiguar, por exemplo, a associação entre o crime e o ritmo cardíaco (Yaralian & Raine, 2001), os níveis de certas hormonas (Ishikawa & Raine, 2003a) e de alguns neurotransmissores (Moore, Scarpa & Raine, 2002), havendo até estudos que procuram a existência de marcadores biológicos que indiquem, a longo termo, a manifestação de comportamentos anti-sociais e de psicopatia (Stalenheim, 2002), analisando-se, inclusivamente, a composição dos cabelos de delinquentes consumidores de drogas (Kintz, 2007) e até os genes relacionados com a produção de certas enzimas (McDermott, Tingley, Cowden, Frazzetto & Johnson, 2009). Os próprios aspectos nutricionais durante os primeiros anos de vida têm sido estudados de forma a tentar avaliar o impacte da dieta em idade precoce, no posterior desenvolvimento de conduta anti-social (Liu, Raine, Venables & Mednick, 2004).

De facto, não pode negar-se a influência da componente biológica sobre a manifestação de comportamentos. Se é certo que a conduta criminosa decorre de múltiplos factores, não será menos correcto afirmar que todos os comportamentos têm uma representação cerebral, no âmbito da sua bioquímica, da sua actividade eléctrica, da sua estrutura e do seu desenvolvimento. Assim, o comportamento não pode ocorrer sem um suporte biológico (Rowe, 2001). Por isso, e como foi sendo referido até aqui, os estudos sucedem-se atendendo às condutas desviantes, como droga e/ou delito, perspectivadas

na componente biológica e nas consequências biológicas do consumo (Agrawal & Lynskey, 2006; Ahmed et al., 2005; Corominas, Roncero & Casa, 2010; Johnson et al., 2006; Koob & Le Moal, 2008; Nestler & Landsman, 2001; Leggett et al., 2010; Liu et al., 2005; Schug et al., 2010; Silveira, Fernandes, Barbieri, Labigalini & Silveira, 2001).

Não obstante, embora o conhecimento da Biologia do crime possa vir a contribuir para tratamentos médicos de certos casos, tudo indica ser muito difícil estabelecer uma relação entre factores puramente biológicos e o comportamento das pessoas (Howitt, 2005). As Neurociências apresentam novas e promissoras perspectivas de estudos sobre o comportamento humano, muito embora deva ter-se em consideração que o crime é também atravessado por variáveis psicossociais (Raine, 2008).

Acrescente-se que, dada a possibilidade de se avançar para uma tendência de rotulação dos indivíduos em função de análises centradas nas suas características biológicas, é fundamental ter em consideração que esses estudos apresentam limitações e não exibem resultados suficientemente consistentes, sendo de evitar a procura de relações causais deterministas e unicamente baseadas em factores biológicos (Alper, 1995), pelo que se torna imperativa uma leitura que integre outros aspectos, como os de cariz social, explorados nas conceptualizações teóricas que se passam a expor.

#### **1.4.2. Perspectivas Sociológicas**

Quando a Sociologia se estreou no cenário do crime, deparou-se com o predomínio da vertente médico-psiquiátrica, ombreada pela “surdez” face aos métodos sociológicos (Robert, 2007). No entanto, tal como as Perspectivas Biológicas, também as sociológicas foram inauguradas com abordagens um tanto deterministas, muito embora com focalização sobre os determinantes sociais.

Entre as primeiras explicações sociológicas podem mencionar-se algumas, como as da Escola Socialista, que identificaram a estrutura sócio-económica capitalista como o elemento determinante da prática delinvente, considerando que tal comportamento resultaria da luta de classes. Já a Escola do Meio Social fazia referência a aspectos sócio-culturais, alegando que, à semelhança dos microorganismos, também os “criminosos” careciam de um meio cultural próprio para se manifestarem. Uma outra abordagem foi sustentada pela Escola da Interpsicologia, que explicava a acção social

sobre a personalidade delinvente mediante interações em que estaria presente a imitação, como forma de aprender e desenvolver aqueles comportamentos (Agra & Matos, 1997).

Sob um outro ponto de vista, a Escola Sociológica de Durkheim apontava para a “normalidade” do crime, que deveria ser analisado de forma contextualizada, relativamente à sociedade, à época e às especificidades culturais em que se enquadrasse. Assim, de acordo com a perspectiva de Durkheim, seriam as sociedades anómicas, aquelas que subsidiariam o esbatimento das normas sociais e o enfraquecimento da pressão social sobre os seus membros, com conseqüente aumento das condutas delituosas (Bernburg, 2002). Portanto, o que conferia carácter criminoso aos comportamentos de certos indivíduos, não eram as suas qualidades intrínsecas, mas as definições que lhes eram atribuídas pelo colectivo social (Giddens, 1972). Também Mannheim (1965) apontou para um conceito sociológico do crime como um fenómeno a ser analisado à luz da cultura em que se inscreve.

É precisamente a ideia de anomia, lançada por Durkheim, que no início do século XX veio a ser resgatada por alguns dos investigadores que muito contribuíram para as leituras sociológicas do crime. Entre essas interpretações teóricas, destaca-se a de Merton que, em 1938, afirmou ser a sociedade, e a forma como a mesma se encontrava estruturada e organizada, a detentora da possibilidade de encorajar os indivíduos a adoptar condutas reprováveis e passíveis de punição (Agnew, 1992; 1999; Bernburg, 2002; Gonçalves, 2008; Merton & Sztompka, 1996). Sob esta perspectiva, os padrões sócio-culturais levavam à construção de imagens de sucesso, em que a ambição e a competitividade eram os protagonistas do cenário social, não havendo, no entanto, iguais oportunidades de acesso ao emprego e ao estatuto ambicionados e valorizados por todos. Uma tal discrepância, paradoxalmente criada pelo próprio universo normativo, acabava por se traduzir numa situação contraditória para o indivíduo (Merton, 1999), que era levado a procurar vias alternativas e ilícitas para obter o que ambicionava (Guenther, 1976; Merton, 1999; Merton & Sztompka, 1996).

Também inscrita nas Perspectivas da Anomia, encontra-se a abordagem de Cohen que, em 1955, propôs a ideia de que os jovens pertencentes às classes sociais mais desfavorecidas apresentavam grandes dificuldades em obter sucesso. Essas dificuldades colocavam-se-lhes logo na escola, que era concebida de forma adaptada à classe média,

não respondendo às necessidades dos mais desfavorecidos. A essa ideia, o autor acrescentou que o prejuízo destes jovens advinha, igualmente, do facto de não serem preparados pelos respectivos pais para abdicar de gratificações imediatas, em prol de objectivos de longo prazo, estando, também por esse motivo, em franca desvantagem (Farrington, 1996), numa situação muito desfavorecida (Agnew, 1992; 1999), até por estarem, à partida, pobremente apetrechados de recursos que lhes possibilitassem competir no mundo normativo. Então, criar-se-iam sub-culturas desviantes, sedimentadas na desorganização social dos mais desfavorecidos (Guenther, 1976).

Pouco mais tarde, em 1960, Cloward e Ohlin ilustraram o potencial contexto do fenómeno do crime, alegando que a problemática estaria dependente da estrutura social e das oportunidades, legítimas ou ilegítimas, disponíveis na vizinhança (Agnew, 1992; 1999; Bursik Jr. & Grasmick, 1996). Consequentemente, o desenvolvimento de condutas delituosas por parte dos indivíduos pertencentes às classes desfavorecidas seria função da pressão sobre eles exercida, e das oportunidades que o meio lhes proporcionasse no sentido de acederem aos objectivos de sucesso socialmente valorizados, por vias social e/ou legalmente condenáveis. Por sua vez, essas oportunidades surgiriam em função da sua maior ou menor integração numa sub-cultura desviante (Guenther, 1976).

Ainda na vertente sociológica, enquadram-se as Perspectivas do Desvio, como a de Shaw e McKay que, em 1931, basearam a explicação do crime nas rápidas alterações ocorridas nas cidades do início do século XX quando, face às exigências de uma industrialização emergente e ferozmente competitiva, se verificaram movimentos migratórios das populações rurais, para as grandes urbes. Essas condições viriam a favorecer a deterioração dos laços de coesão anteriormente existentes nas comunidades (García-Pablos, 1988; Moyer, 2001). Por seu turno, o esbatimento dos laços sociais teria fragilizado as redes de controlo familiar e comunitário, contribuindo para o agravamento da desorganização social, num registo potenciador do crime (Capaldi, DeGarmo, Patterson & Forgatch, 2002; Gold, 1987; Moyer, 2001). Aliás, já em 1925, Park havia definido a cidade como possuidora de uma orgânica dotada de uma morfologia física que integrava indivíduos, equipamentos e um determinado “estado de espírito” com claro impacte no desenvolvimento de condutas desviantes (Xiberras, 1996).

Numa outra vertente, as Perspectivas da Aprendizagem Social apontaram para a existência de uma marcada influência do grupo sobre o jovem, condicionando os comportamentos do mesmo, através de processos de aprendizagem sedimentados na imitação e na modelagem (Benavente, 2002). Nessa linha de pensamento, Dollard e Miller, em 1941, referiram que o desenvolvimento de comportamentos obedecia a um processo de aquisição de certos “hábitos”. Acrescentaram os autores que a aprendizagem da existência de recompensa decorrente de uma determinada forma de actuar em certas situações, constituía a “hierarquia dos hábitos”. Então, dependendo da análise dos comportamentos aprendidos, bem como da possibilidade de serem compensatórios, poderia resultar a adopção dessas mesmas condutas (Friedman & Schustack, 2004; Howitt, 2005). Ainda nesta perspectiva, Bandura (1977) referiu que o comportamento delincente também era aprendido, sendo que os indivíduos eram detentores da capacidade de aprender padrões de conduta, quer pela experiência, quer através da observação dos comportamentos alheios.

As Perspectivas Modernas do Desvio são particularmente interessantes, na medida em que se libertam do determinismo social para considerarem o indivíduo como um actor social. As Teorias da Rotulação inscrevem-se nestas perspectivas, defendendo que, tal como sugeriu Goffman (2003), o comportamento humano seria muito semelhante ao do actor que, estando em cena, envergaria o papel que lhe fora atribuído por outros. Consequentemente, também o indivíduo, enquanto actor social, cumpriria o papel que lhe fosse atribuído, a fim de alcançar um determinado estatuto social. Se, pelo contrário, o indivíduo não se comportasse de acordo com o que dele era esperado, desencadear-se-ia um fenómeno de estigmatização, mediante o qual o sujeito seria rotulado, tornando-se-lhe cada vez mais difícil a libertação relativamente a tal etiqueta.

Entre as leituras sociológicas destaca-se, aqui, a Perspectiva do Controlo Social, por oferecer uma inovadora focalização, não sobre os factores conducentes à anti-socialidade, mas antes sobre os aspectos que podem levar o indivíduo a um registo de conformidade à norma (Gonçalves, 2008). Trata-se de um ponto de vista algo diferente, porque baseado nos elementos que, eventualmente, poderão ter falhado no seu contributo para o processo de desenvolvimento de condutas pró-sociais (Cusson, 2005). Entre as Perspectivas do Controlo Social podem referir-se algumas conceptualizações, como a de Nye que, em 1958, referiu o controlo social como algo que, assegurando a conformidade do indivíduo, visava impedi-lo de aderir ao desvio. Assim, seriam os

mecanismos de controlo social que impediriam as pessoas de ceder às características internas que as impeliam para o desvio, levando-as a optar pela conformidade à norma (Akers, 1999). Tudo se passaria mediante um balanceamento de forças ou de factores de contenção externos, que podiam ser formais ou informais (Catalano & Hawkins, 1996).

Esta abordagem revela-se muito actual, na medida em que se centra na família enquanto instância de socialização (Gonçalves, 2008). Trata-se de uma corrente de pensamento sobre a anti-socialidade que se encontra na base de investigações muito recentes, como é o caso do estudo longitudinal realizado por Cernkovich, Lanctôt e Giordano (2008) com mais de 100 indivíduos do sexo feminino. Os autores procuraram averiguar a respeito do impacte e do poder preditor dos factores de natureza familiar, tendo como base a Perspectiva do Controlo Social. As conclusões do estudo foram no sentido de que o abuso sofrido na infância constitui um elemento preditor do desenvolvimento de condutas criminosas na idade adulta, mas não da manifestação de delinquência na adolescência. Aliás, é de salientar que a família se mantém como centro de várias investigações (Kierkus & Hewitt, 2009; Krohn, Hall & Lizotte, 2009; Schroeder, Bulanda, Giordano & Cernkovich, 2010) sobre o desenvolvimento de condutas anti-sociais.

Ainda nesta perspectiva, destaca-se a conceptualização teórica de Hirschi como uma das mais proeminentes teorias que, indubitavelmente, muito tem contribuído para o desenvolvimento de variadíssimos estudos na área da Criminologia (Le Blanc, 1997). Saliente-se, ainda, que se trata de uma teoria que enfatiza a importância do processo de socialização do indivíduo, bem como do papel das instâncias socializadoras, adequando-se tanto à práticas criminosas como ao consumo problemático de drogas e, também, a um registo comportamental em que ambas as condutas se interceptam.

De acordo com esta interpretação do fenómeno, verifica-se a existência de uma propensão para o desenvolvimento de condutas ofensivas. Uma tal propensão é reflectida por determinadas características individuais, de que é exemplo o défice ao nível do auto-controlo, principalmente se tais características se manifestarem muito precocemente no indivíduo, constituindo, assim, indicadores da possibilidade de desenvolvimento de comportamentos anti-sociais (Wiesner, Kim & Capaldi, 2005). No entanto, segundo a interpretação de Hirschi, todo o indivíduo é potencialmente delinvente, apenas não o sendo no caso de haver uma forte ligação entre ele e a

sociedade normativa. Então, o indivíduo anti-social e pró-social não diferem significativamente nas suas características intrínsecas, mas antes ao nível da maior ou menor consolidação dos laços estabelecidos com a sociedade normativa (Catalano & Hawkins, 1996).

Actualmente conhecida por Teoria do Vínculo Social, esta conceptualização teórica surgiu como uma interpretação crítica a duas grandes Perspectivas Sociológicas. Relativamente a uma dessas perspectivas, a das sub-culturas desviantes, Hirschi referiu que o desvio apenas se constitui num problema se existir uma continuidade cultural entre o delinvente e a sociedade normativa. Mas, fez notar o autor, a questão central não se prende com a adesão do indivíduo a uma sub-cultura desviante, mas antes com o porquê da violação de normas nas quais esse mesmo indivíduo acreditava. A outra perspectiva sociológica questionada por Hirschi foi a da anomia. De facto, relativamente às teorias da anomia, Hirschi criticou o aparente esquecimento da ubiquidade do crime, na medida em que a capacidade explicativa daquelas abordagens acabou por se esgotar com o delito perpetrado por indivíduos socialmente desfavorecidos (Dias & Andrade, 1997).

Assim, a abordagem de Hirschi inscreve-se num campo de análise que entende o desvio como a outra face da norma, enfatizando os factores que contribuem para a maior ou menor consolidação de laços entre o indivíduo e a sociedade convencional, num registo que destaca o papel da família em todo esse processo (Fonseca & Simões, 2002; Moyer, 2001). Aliás, é essencial referir que todos os factores que afectam, directa ou indirectamente, a ligação do indivíduo à sociedade normativa têm importância. De acordo com Hirschi e Stark (1969), até a prática da religião pode constituir um meio de promover o desenvolvimento de valores morais com aceitação da autoridade convencional, revelando-se um meio de consolidação dos laços sociais.

Assim, o desenvolvimento, mais ou menos consolidado, do vínculo social no indivíduo processa-se através de quatro tipos de ligação, que passam a ser sumariamente descritos (Hirschi, 2002): i) o Apego (*Attachment*), referente ao estabelecimento de um vínculo afectivo-emocional entre a criança, ou o jovem, e aqueles que o rodeiam. Pode dizer-se que a solidez desse vínculo se reflecte no desenvolvimento emocional do indivíduo e está relacionado com o maior ou menor desenvolvimento da capacidade empática do sujeito. Assim, a criança que tiver estabelecido fortes laços emocionais com a família e

com o respectivo sistema de valores, tenderá menos a desenvolver acções que comprometam essas relações. O nível de vínculo afectivo-emocional com os professores e com a escola pode, também, ter um papel determinante; ii) o Compromisso (*Commitment*), que remete para variáveis como a motivação, a ambição, a realização e o sucesso, estando associado ao investimento do indivíduo relativamente à persecução de metas convencionais. Assim, o sujeito que investe em objectivos social e culturalmente valorizados, acaba por reflectir e ponderar sobre a possibilidade de arriscar todo esse investimento, se adoptar comportamentos desviantes; iii) o Envolvimento (*Involvement*) que se prende com o investimento por parte do jovem, quer em tempo, quer em energia, nas actividades valorizadas pela sociedade normativa; iv) e as Crenças (*Belief*), cujo desenvolvimento se associa à interiorização e à consolidação de valores convencionais, em diversos graus nos diferentes jovens. De acordo com esta ideia, o jovem que tiver mais consolidadas as crenças e os valores normativos, mais dificilmente se envolverá em acções desviantes.

Portanto, através de um processo em que não se verifique a consolidação do laço social, e mediante um frágil desenvolvimento dos aspectos anteriormente referidos, o indivíduo pode mais facilmente enveredar pelo desvio, num processo em que estarão presentes a perda progressiva de controlo, a ausência de afectos sedimentados e satisfatórios e o deficitário sentido de deveres/obrigações. Nesse processo de fragilização do laço social verifica-se, não só a aversão/evitamento do sujeito em relação a actividades convencionais, como também a presença de crenças e a observância de normas que, não se integrando socialmente, são até legitimadoras das práticas anti-sociais. Nestes casos, os elementos do laço social não se consolidaram a ponto de prevalecer sobre os seus contrários, e o indivíduo terá aderido a um registo comportamental desviante (Hirschi, 2002).

Esta teoria centra-se no processo de socialização que, sendo atravessado por múltiplos factores, aponta para um registo de continuidade entre o normativo e o desviante, em que cada indivíduo se poderá situar em diferentes posições em função do maior ou menor desenvolvimento do laço social, conforme se pode ver no esquema da figura 1. 1.

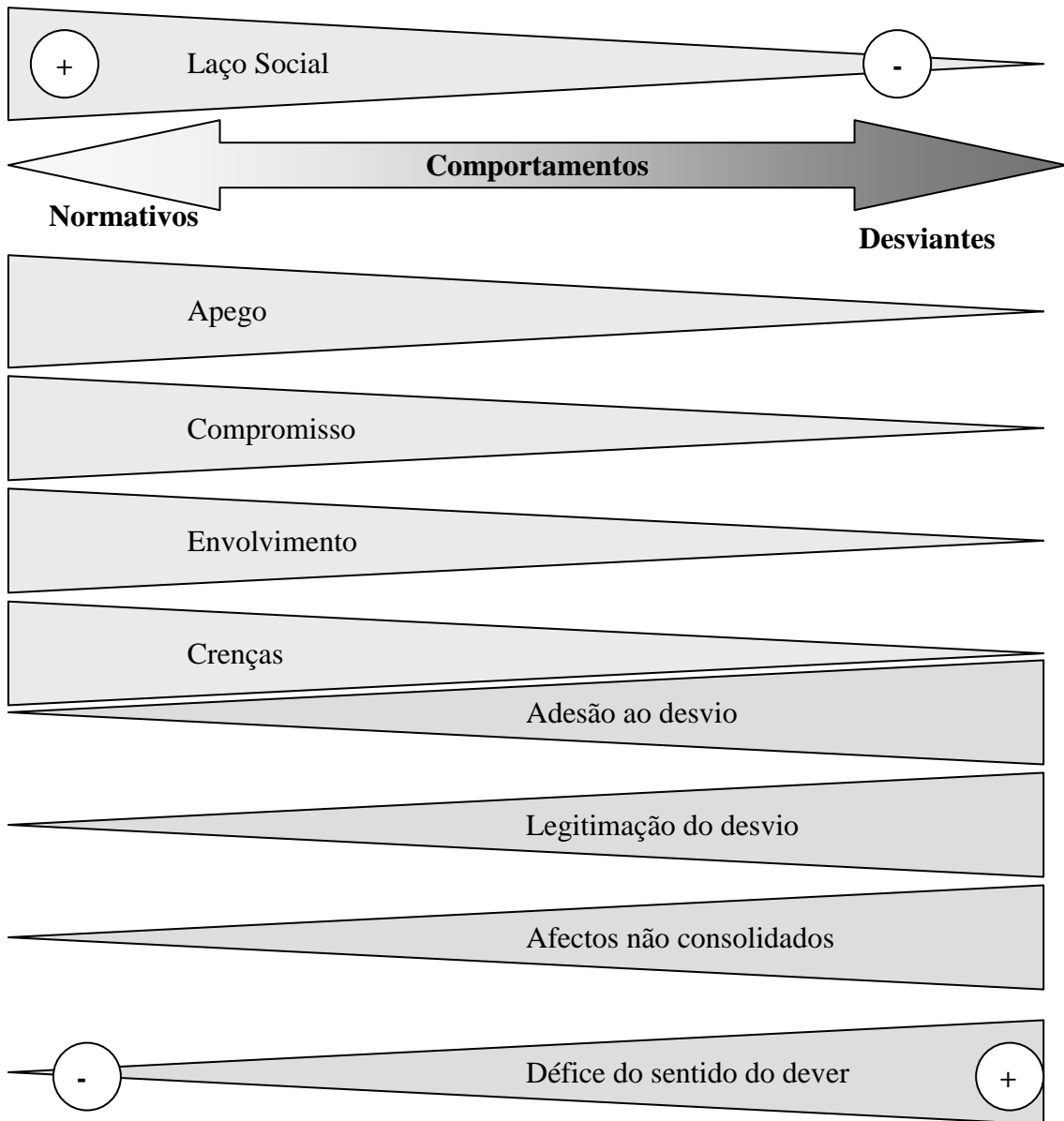


Figura 1.1. Aspectos implicados no desenvolvimento do laço social da teoria de Hirschi.

Conforme já foi referido, a teoria de Hirschi tem constituído um grande contributo para o desenvolvimento de estudos a respeito do desvio à norma (Carvalho, 2005b; Ford, 2005; Lacourse et al., 2006; McCrystal, Percy & Higgins, 2007; Romi & Marom, 2007; Wall & Kohl, 2007), inspirando novas investigações (Beaulieu & Messner, 2010; Leiber, Mack & Featherstone, 2009; Robertson, Xu & Stripling, 2010; Wright & Younts, 2009). Exemplo disso é o estudo realizado por Longshore, Chang, Hsieh e Messina (2004) que analisaram dados longitudinais recolhidos junto de indivíduos do sexo masculino, consumidores de drogas e transgressores. O estudo centrou-se nos quatro pontos essenciais para o desenvolvimento e consolidação do laço social

apresentados na teoria, considerando a associação a pares consumidores de drogas e ao reduzido auto-controlo. O baixo auto-controlo foi negativamente associado à solidez do laço social, e positivamente associado ao consumo de drogas e ao envolvimento com pares consumidores de substâncias.

Outros estudos se vão realizando, como o de Carvalho (2005b), que se centrou nos dados relativos a jovens institucionalizados por decisão judicial. Os resultados evidenciaram que, entre outros aspectos, existia uma interacção social vincadamente negativa, em que os espaços de socialização, familiar e escolar, eram marcados por relações instáveis e conflituosas, sendo caracterizados por um clima de privação afectiva e por múltiplas e graves roturas ao nível dos laços sociais.

Então, pode afirmar-se que uma tal privação afectiva remete para a necessidade de averiguar a respeito da vinculação desenvolvida ao longo da existência daqueles sujeitos. Uma outra pesquisa, longitudinal, foi desenvolvida por Lacourse et al. (2006), concluindo que as crianças do sexo masculino, em idade de infantário, provenientes de um meio de baixo nível socio-económico, hiperactivas, destemidas, com raras manifestações pró-sociais, cujo desenvolvimento se processava num meio familiar adverso, apresentavam um risco muito mais elevado de se envolverem precocemente com grupos desviantes. Depreende-se que as condições em que se desenvolve o sujeito, os seus acontecimentos de vida mais marcantes e a adversidade presente no meio familiar, apontam para a imperativa análise da história do indivíduo e da qualidade das relações, com ele e por ele estabelecidas.

Ford (2005) procurou apurar a recíproca influência entre droga e crime durante a adolescência, tendo em consideração o laço social eventualmente estabelecido. Foram encontradas evidências de que a delinquência primária é um preditor do posterior consumo de drogas, e de que este último comportamento constitui, por seu turno, um preditor da delinquência. Assim, pode dizer-se que o consumo de substâncias e a delinquência enfraquecem o laço social, conduzindo à perpetuação das duas condutas. Ainda nesta linha de investigações, um outro estudo, de Valdez, Kaplan e Curtis Jr. (2007), confirmou a hipótese de que o vínculo social desenvolvido no indivíduo constitui o principal factor individual com efeito mediador sobre a co-ocorrência de consumo de substâncias e de práticas delinquentes. Ora, o vínculo social constrói-se

pela forma como o indivíduo se liga a valores e a pessoas significativas, passando, logicamente, pela maior ou menor solidez do vínculo afectivo.

Outras investigações (Anderson, Sabatelli & Kosutic, 2007) procuraram averiguar a associação entre a família, o envolvimento com os pares e a orientação do indivíduo para a realização, a sua regulação emocional e a sua atitude face à escola. Entre as conclusões, a inteligência foi referida como significativamente mais baixa entre jovens delinquentes (Romi & Marom, 2007) que, certamente, apresentariam uma frágil ligação à escola, num registo em que McGloin, Pratt e Maahs (2004) encontraram, como variáveis mediadoras, a pressão dos pares delinquentes e o reduzido auto-controlo. Aqui, podem identificar-se factores estreitamente ligados ao registo de funcionamento do sujeito, quer em termos de personalidade, quer ao nível da vinculação, envolvendo as relações com a família, com os colegas de escola e com as figuras de autoridade. Para Esterle-Hedibel (2006) a escola é particularmente importante, sendo que o absentismo e o abandono escolares, embora atravessados por uma multiplicidade de outros factores, constituem elementos de risco para o desenvolvimento dos jovens. Estas conclusões remetem para a importância do envolvimento em actividades convencionais como forma de consolidar o vínculo social. Efectivamente, os aspectos sociais são também mediados por outros factores, nomeadamente, pela qualidade das relações com as figuras parentais, bem como por outros, como os de cariz biológico (Verweij et al., 2010).

Potanto, a pertinência e a actualidade da abordagem sociológica de Hirschi, bem como a sua particular atenção sobre o percurso desenvolvimental dos indivíduos e sobre a forma como se processa a socialização, torna-a especialmente interessante, enquadrando-se nas perspectivas mais actuais que procuram uma compreensão dos processos subjacentes às manifestações comportamentais problemáticas, como o são, o consumo de drogas e as práticas delituosas.

Não obstante, apesar da inegável relevância dos aspectos de cariz social, o determinismo por vezes atribuído a esses factores foi alvo de oposição por diversos autores, que defendem a implicação de vários outros aspectos no desenvolvimento de condutas anti-sociais (Koudela, 2007). Entre esses aspectos, os factores de natureza psicológica estão, certamente, implicados nos comportamentos desviantes, pelo que passam a expor-se algumas teorias dessa perspectiva.

### **1.4.3. Perspectivas Psicológicas**

As perspectivas de índole psicológica incluem teorias sistematizadas, baseadas em estudos que se debruçam sobre a análise de variáveis específicas do foro psicológico. Entre essas abordagens, a psicanálise não poderia ter ficado indiferente à problemática do delito, procurando uma explicação alternativa às já existentes na altura (Dias & Andrade, 1997; Howitt, 2005).

Em termos freudianos, o delito apresentar-se-ia como uma forma de expressão da pulsão de morte, dirigida para o exterior por via dos esforços desenvolvidos pela pulsão de vida (Fischer, 1994; Koudela, 2007). Assim, a agressividade hetero-dirigida teria origem na pulsão de morte e, por interferência da pulsão de vida, seria deslocada em direcção ao outro, conduzindo à manifestação de tendências destrutivas, de posse e de poder exercidos sobre os demais (Freud, 1924).

Num caminho deveras diferente, encontram-se as leituras fenomenológicas que defendem uma análise das vivências internas do ofensor, numa abordagem inovadora que procura a compreensão dos aspectos processuais internos, conducentes à execução do delito. Sob esse ponto de vista, destaca-se o trabalho de De Greeff que, em 1949, referiu a complexidade e a dificuldade inerentes à socialização do indivíduo, enquanto processo imposto e nunca terminado (Manita, 1997b). O autor procurou, essencialmente, aceder ao processo de passagem ao acto delituoso, partindo da ideia de que o criminoso seria qualitativamente igual ao não criminoso (Cusson, 2005). O primeiro apenas se diferenciaria do segundo em termos quantitativos, possuindo determinadas características desenvolvidas em estreita ligação com a interiorização de normas (Zupancic, 1974), e que poderiam potenciar uma maior ou menor facilidade do sujeito passar à execução do delito (Debuyst, 1985).

Outra das perspectivas de carácter psicológico com grande impacte na investigação dos comportamentos anti-sociais foi a das análises à personalidade. De facto, pode dizer-se que todos os grandes autores da área da personalidade referiram aspectos atribuíveis aos indivíduos com condutas delituosas (Born, 2005), havendo, desde há muito, uma procura das características de personalidade que pudessem associar-se ao crime (Cloninger, 2005). Pinatel, por exemplo, já havia referido a especificidade do delinquentes, caracterizado pela hipertrofia de traços nucleares da personalidade, com presença de egocentrismo, labilidade, agressividade e indiferença afectiva (Agra &

Matos, 1997). Eysenck apresentou o Modelo Tridimensional da Personalidade, com base na existência de traços que, sendo predominantemente determinados em termos genéticos, agiriam em conjunto de forma a situar o indivíduo num ponto do espaço multidimensional da personalidade. Assim, a definição das três dimensões, Psicoticismo, Neuroticismo e Extroversão, seria diferentemente conjugada e manifestada naqueles que tendessem para a prática de actos delinquentes (Eysenck & Eysenck, 1970).

Actualmente, continua a verificar-se o desenvolvimento de estudos sobre o crime, envolvendo análises à personalidade (Agnew, Brezina, Wright & Cullen, 2002; Davis, 1999; Edens, Boccaccini & Johnson, 2010; Hundleby, 1986; Stupperich, Ihm & Strack, 2009; Van Dam, Janssens & De Bruyn, 2007), embora já não se procure a tipificação do criminoso. Efectivamente, o estudo do crime no que respeita à figura do transgressor, implica uma averiguação das características pessoais do indivíduo, tendo também em consideração os factores conducentes à evolução da sua personalidade (Le Blanc, 1997). LeBlanc e Fréchette propuseram a existência de uma “personalidade delincente”, cujo desenvolvimento se processaria através de três mecanismos: a Activação, o Agravamento e a Consolidação. Ao longo desse desenvolvimento processual verificar-se-ia um progressivo aumento da variedade, da gravidade e da frequência dos crimes praticados. Assim, uma tal personalidade definir-se-ia em função de três sintomas dinâmicos e em permanente interacção. Esses sintomas, designados pelos autores por Enraizamento Criminal, Dissocialidade e Egocentrismo, incluiriam diferentes processos e juntar-se-iam a diferentes dimensões, bem como às outras características do indivíduo, edificando uma personalidade dinâmica e complexa, que poderia contribuir para diferentes possibilidades de carreiras desviantes (Le Blanc, 2003).

O cognitivismo também deu o seu contributo no âmbito das interpretações psicológicas do comportamento delituoso, tendo introduzido elementos relacionados com as abordagens perspectivadas no processamento de informação e nos processos de tomada de decisão. Entre as primeiras explicações cognitivistas da anti-socialidade, destacam-se autores como Coie e Kupersmidt (1983), que referiram as crianças mais agressivas como aquelas que interpretavam as situações perigosas ou ameaçadoras de forma diferente do que era evidenciado por crianças não agressivas. Neste caso, o comportamento seria, de certa forma, determinado pela forma como as situações eram percebidas e interpretadas pelos indivíduos.

Uma outra leitura cognitivista das condutas humanas refere que a informação social pode sofrer distorções ou défices que poderão estar na base da manifestação de comportamentos violentos. Assim, a partir do sistema sensorial, verifica-se a percepção de uma dada situação com registo das respectivas informações. A percepção da situação como um todo complexo é matizada por índices e, no caso da criança agressiva, não se verificaria uma busca de novos índices, mas antes uma limitação simplista da ocorrência. Por um lado, poder-se-ia falar de uma codificação, com défice ao nível dos índices a registar, que afectaria a selecção da acção a desenvolver. Por outro lado, a motivação e o sentido de acção da criança agressiva estariam também limitados a um repertório comportamental, habitualmente de domínio e de desejo de controlo sobre os outros. Logo, a produção do acto seria decidida em função de desvios cognitivos (Dodge, Pettit, McClaskey & Brown, 1986).

Os factores cognitivos invocados nos processos de tomada de decisão, bem como a intenção comportamental, estão presentes nos trabalhos desenvolvidos por Eisenberg e colaboradores, tendo servido de base a um modelo proposto por Born e Goffin em 1999 (Born, 2005). O modelo procura explicar, quer o comportamento pró-social, quer a conduta anti-social. De acordo com este quadro teórico, a interpretação de uma determinada situação requer uma avaliação de cariz atractivo/repulsivo, relativamente à ocorrência, objecto ou pessoa em questão (Born, 2002). Assim, um comportamento anti-social poderia passar por uma correcta percepção das necessidades do outro sem que houvesse, necessariamente, empatia em relação a essas necessidades. No entanto, esse comportamento poderia também ficar a dever-se à não percepção das necessidades do outro e, assim, o acto anti-social teria resultado de uma interpretação incorrecta da situação, por via de uma incapacidade de descentração de si, num registo de extremo egocentrismo (Born, 2005).

Outro grande contributo para as perspectivas teóricas explicativas do comportamento delituoso foi dado pela vertente construtivista. Efectivamente, a evolução paradigmática implicou o repensar do desvio, quer em termos de avaliação, quer ao nível da investigação. A ênfase colocada na palavra do actor evidenciou a emergência de uma visão interpretativa de permanente edificação, num registo de captura e de compreensão dos processos, que se fez sentir através do construtivismo (Manita, 2002). Autores como Yochelson e Samenhow olharam o delito como resultante de factores comuns presentes nos processos de pensamento dos indivíduos (Adler, Mueller & Laufer, 2004), num

registo que, ainda assim, atendia também às características individuais (Yochelson & Samenhow, 1976). Outros, como Cornish e Clarke, focalizaram-se no utilitarismo e na capacidade de escolha racional do indivíduo que, sendo afectado por múltiplos factores, responderia sempre em função de um processo de decisão ponderada (Cusson, 2005). Já Debuyst (1985; 1990; 1992) propôs-se aceder à análise do indivíduo como um todo, como possuidor da capacidade de agir e de decidir, enquanto actor e construtor da sua história, em articulação com factores que a ela se ligam de forma complexa.

Assim, diferentes leituras do fenómeno acabaram por se ir aproximando cada vez mais da ideia do indivíduo como decisor, como resultante da sua história e, simultaneamente, construtor do seu percurso. Uma das conceptualizações teóricas construtivistas que procura abarcar toda a complexidade do comportamento humano, integrando uma análise biopsicossocial, é a Teoria Geral do Sujeito Auto-poiético, proposta por Agra. A teoria refere o ser humano como um grande sistema complexo que integra três grandes sistemas, também eles complexos: o da Personalidade, o da Acção e o das Significações. Deste modo, o autor focaliza-se nos processos que, contrariamente às causas, constituem um jogo de continuidades e descontinuidades, resultando num conjunto de regras e não apenas numa sobreposição de ocorrências. Isto porque, o sujeito auto-poiético é o indivíduo munido da capacidade de se auto-organizar, de se criar e recriar, numa permanente auto-reconstrução e, por isso, em constante mudança. Logo, o sujeito dispõe de alternativas e enverga o papel de actor social e de construtor de si, numa laboriosa edificação da sua própria história e da sua realidade subjectiva, imbuída de significações também por ele construídas (Agra, 1990; 1996). Nesta abordagem proposta por Agra, é possível identificar uma aproximação ao registo de integração de diversos factores que afectam, interactivamente, o funcionamento do sujeito enquanto sistema altamente complexo, em que as componentes de natureza psicológica influenciam os comportamentos e opções do sujeito sendo, simultaneamente, afectadas por essas mesmas acções edificadoras de um percurso específico.

De facto, esse é o caminho apontado por certos autores (Agnew, Brezina, Wright & Cullen, 2002; Akers, 1999), que referem a necessidade imperativa de atender a aspectos diversos que agem e são agidos uns pelos outros, condicionando, conjuntamente, os comportamentos das pessoas. Os resultados de uma análise desenvolvida por Agnew, Brezina, Wright e Cullen (2002) sugerem que qualquer tentativa para explicar o

comportamento criminoso deve considerar, não apenas os factores de cariz psicológico, mas antes a reciprocidade entre os mesmos e os aspectos de natureza social. Assim sendo, Agnew insiste na necessidade de se (re)pensar o crime em termos integradores, por forma a congregar todas as possíveis dimensões implicadas no fenómeno. Por isso, não poderiam ser esquecidas as perspectivas de tendência integradora, que passam a expor-se.

#### **1.4.4. Perspectivas Integradoras**

As Perspectivas Integradoras procuraram constituir uma alternativa às várias teorizações, nomeadamente às que se centravam num só factor explicativo, recorrendo a diferentes teorias, para delas retirar elementos que, conjugados, melhor contribuam para uma explicação mais completa do fenómeno.

Assim, através da integração, é possível identificar aspectos complementares provenientes de outras conceptualizações, a fim de se produzir uma síntese ou fusão que constitua uma abordagem com maior poder explicativo (Akers, 1999). Com efeito, as teorias contemporâneas que abordam a delinquência voltam costas à visão etiológica unifactorial, encarando a anti-socialidade como um fenómeno determinado por uma variedade de forças sociais e psicológicas, numa leitura de que é exemplo a teoria integradora de Elliott (Thornberry, 1996). Esta perspectiva apresenta como principal factor conducente à adopção de condutas delinquentes, o enfraquecimento dos vínculos do indivíduo, relativamente a pessoas com comportamentos pró-sociais, a par do envolvimento simultâneo com sujeitos que apresentam práticas anti-sociais. Contudo, tal não se revela determinante, uma vez que estão também em jogo os factores do controlo social e da integração do indivíduo em grupos convencionais. (Elliott & Menard, 1996). Ainda assim, o envolvimento com pares delinquentes, tal como a influência de uma vizinhança anti-social, são alvo de estudos muito recentes (Chauhan & Reppucci, 2009; Monahan & Piquero, 2009), tendo uma importância não desprezável (Elliott & Menard, 1996).

Exemplo disso é um estudo longitudinal comparativo de diferentes grupos, de rapazes e raparigas, de origem africana e europeia, no qual Laird, Pettit, Dodge e Bates (2005) verificaram que as associações entre a aproximação a pares delinquentes e o

desenvolvimento de condutas delituosas foram equivalentes nos distintos grupos. Foi também notória a presença de baixos níveis de preferências pró-sociais, assim como de elevados níveis de anti-socialidade, associados à adesão a pares delinquentes. Assim, pode dizer-se que o esbatimento dos laços sociais, a par de uma ligação a grupos com comportamentos anti-sociais, embora atravessados por uma multiplicidade de variáveis, constituem factores a considerar e carecem de uma análise atenta.

Uma outra abordagem integradora foi proposta por Feldman e engloba várias teorizações como as da personalidade com predisposição para a prática de delito, alguns aspectos associados à aprendizagem social, bem como a ideia dos processos de rotulação como elementos de manutenção das condutas anti-sociais. Segundo esta conceptualização teórica, pode referir-se a existência de uma predisposição individual e decorrente de determinadas características da personalidade que, face a processos de aprendizagem que ocorrem durante a socialização do indivíduo, terão um papel considerável para a adopção de condutas anti-sociais, cuja manutenção poderá ficar a dever-se a processos cognitivos bem como a processos de etiquetagem social (Feldman, 1978). A propósito desta interpretação do crime, Feldman, Caplinger e Wodarski, em 1983, desenvolveram um estudo no qual concluíram que os jovens que se faziam acompanhar de pares com condutas pró-sociais, acabavam por manifestar menos comportamentos anti-sociais, relativamente aos que eram frequentemente acompanhados por pares com manifestação de condutas anti-sociais (Farrington, 1996, 2010a; Gae & Camp, 2009).

Também Farrington (1996) tem desenvolvido vários estudos em busca da integração de factores que possam estar implicados no desenvolvimento de comportamentos anti-sociais. Esses estudos têm conduzido o autor a resultados que evidenciam a existência de uma complexa rede de factores que, em permanente interacção, podem contribuir para o fenómeno. Farrington apresentou a abordagem dos preditores do delito, num esforço de distinção entre as acções anti-sociais imediatas e o desenvolvimento da delinquência a longo termo. Assim, por um lado, a anti-socialidade associa-se a aspectos individuais, que encerram uma maior ou menor tendência para a manifestação desses comportamentos, em conjugação com factores do meio envolvente e com o desenvolvimento de processos de tomada de decisão. Acrescente-se que o grau de tendência individual para a anti-socialidade depende de processos que “energizam” “dirigem” e “inibem” essas condutas. Os factores que energizam esses comportamentos

são, por exemplo, o desejo de bens materiais, a necessidade de excitação e de demonstração de estatuto, o tédio, a frustração, a raiva e o consumo de álcool. Já os elementos que dirigem essas condutas incluem as motivações que aumentam a tendência para a anti-socialidade, principalmente quando os meios de satisfação das necessidades individuais são socialmente reprováveis. A escolha desses meios ou métodos de gratificação de necessidades é, por sua vez, função da maturidade e dos recursos comportamentais do sujeito. Finalmente, os factores de inibição das tendências anti-sociais podem agir como redutores ou como amplificadores desses comportamentos (Farrington, 1996).

Quanto à tomada de decisão, trata-se de um processo que reflecte a interacção dos factores individuais e ambientais, e que decorre de uma avaliação subjectiva dos diferentes parâmetros enquadrados numa dada situação. No entanto, convém realçar que essa avaliação não é linearmente racional, sendo antes atravessada por factores sociais relacionados com a aprovação ou a reprovação do acto, por parte dos familiares e dos pares, bem como pela influência da própria impulsividade do sujeito (Farrington, 1996). Saliente-se que o autor repensou a sua própria teoria e avançou com uma nova interpretação, designada por Teoria do Potencial Anti-social Cognitivo Integrado, em que defende que a anti-socialidade pode ser potenciada, tanto a curto como a longo prazo, pela acção de aspectos individuais como, por exemplo, a tendência para elevada impulsividade, a que se juntam os insucessos escolar e profissional, o contacto com o mundo criminal, a inadequação das práticas parentais em famílias disfuncionais, os elementos associados a circunstâncias e acontecimentos de vida, bem como o acesso a oportunidades anti-sociais a par da influência dos pares e da presença de certos factores, como o consumo alcoólico. Note-se que assim, se incluem também elementos da esfera das cognições, verificando-se o desenvolvimento de tomadas de decisão com base em processos de ponderação custos/benefícios (Farrington, 2004, 2005, 2008, 2010b), enfatizando-se, mais uma vez, a extrema importância do processo de socialização já antes referido por autores como Hirschi (Piquero, Farrington, Welsh, Tremblay & Jennings, 2009).

Esta conceptualização teórica integra as perspectivas da propensão para o delito, as que se centram nos determinantes sociais, as que apelam aos aspectos cognitivos implicados nos processos de tomada de decisão e, ainda, as que se focalizam nos processos de rotulação ou etiquetagem social. Assente na integração de várias interpretações e de

diferentes elementos provenientes de outras abordagens, esta perspectiva é um excelente contributo para basear a elaboração de programas de acção preventiva. Note-se que esta conceptualização teórica toca, também, a questão da maior ou menor interiorização de normas, crenças e valores normativos, conducentes a uma maior ou menor consolidação da ligação do indivíduo a esses referenciais. É evidente que a ideia de laço ou vínculo social se encontra aqui subjacente, facto a que não pode ser alheia a perspectiva de Hirschi anteriormente apresentada.

## EPÍTOME DO CAPÍTULO I

Este capítulo começou pelas diferentes tentativas de definição dos comportamentos transgressivos das regras e expectativas sociais e/ou legais. Sob díspares designações, essas condutas têm sido objecto de estudo de diferentes áreas do saber, que avançam com diversas interpretações. Assim, sob uma grelha de leitura psiquiátrica tais comportamentos enquadram um quadro psicopatológico, enquanto sob o ponto de vista legal, são definidos como actos danosos a um interesse penalmente protegido, implicando o contacto do transgressor com os tribunais. Já numa perspectiva psicossocial os comportamentos anti-sociais constituem as acções que violam as normas instituídas, social ou legalmente, independentemente de serem passíveis de punição pelo sistema de jurídico-legal, sendo condutas que carecem de uma contextualização. Neste trabalho optou-se por considerar os comportamentos anti-sociais nesse plano alargado, incluindo todas as acções violadoras de normas e de expectativas sociais e/ou legais.

Após uma breve exposição das interpretações e do tratamento do criminoso, com ou sem doença mental, passou a referir-se a forma como essas figuras foram sendo alvo de diferentes abordagens teóricas, ao longo da emergência e do desenvolvimento da Criminologia. Esta ciência conta com conceptualizações muito diversificadas, tendo-se estreado com a perspectiva determinista e atávica de Lombroso. Actualmente, a Criminologia mantém em aberto os estudos perspectivados nos factores biológicos, muito embora se tenha libertado desse inicial determinismo. Contudo, essas investigações têm revelado algumas limitações e resultados pouco convergentes, sendo insuficientes para explicar o fenómeno.

No que toca às Perspectivas Sociológicas, encetadas por Ferri, foi-se caminhando, também, no sentido da redução do determinismo social inicialmente preconizado. As Perspectivas da Anomia foram abordadas, tendo-se referido conceptualizações como as de Merton e de Cohen, essencialmente voltadas para a desigualdade de oportunidades que afecta as classes mais desfavorecidas. Entre as Perspectivas do Desvio, referiram-se Shaw e McKay que apontaram o impacte do ambiente das grandes urbes do início do

século XX, num registo favorecedor do esbatimento de laços sociais e da desorganização social, que estariam na base da proliferação do desvio. Já no campo das Perspectivas do Controlo Social procurou-se a focalização dos aspectos que levariam ao comportamento pró-social, com averiguação do que poderia ter falhado para que se verificasse o desvio à norma.

Sob esse ponto de vista, Nye apontou a conformidade do sujeito através da acção dos mecanismos de controlo social que, ligados a factores de contenção externos formais e informais, impediriam os indivíduos de ceder às características internas mais tendentes para o desvio. Já Hirschi referiu a forma como era conduzido o processo de socialização dos indivíduos, o aspecto que poderia ter implicações no desenvolvimento de condutas pró ou anti-sociais. Assim, não se verificariam diferenças significativas entre o transgressor e o normativo, ao nível das respectivas características intrínsecas. De facto, todo o indivíduo seria um potencial delinvente, dependendo da sua maior ou menor vinculação à sociedade convencional. Nesta teoria encontram-se factores de cariz social mas, também, aspectos de pendor psicológico, numa tentativa de abarcar a globalidade do processo de socialização e o seu impacte sobre o registo comportamental. É que, tal como foi referido a propósito dos factores biológicos, também os aspectos sociais são atravessados por múltiplos elementos, como os de natureza psicológica, que também contribuem para o registo comportamental do sujeito.

Entre as Perspectivas Psicológicas, fez-se referência à interpretação psicanalítica do crime e, logo de seguida, passou-se às abordagens fenomenológicas, das quais se apontou o trabalho de De Greeff que, apelando à dificuldade e constante exigência do desenvolvimento do processo de socialização, apontou a ideia de que o criminoso seria qualitativamente igual ao não criminoso, havendo apenas diferenças quantitativas ao nível de certas características, que poderiam potenciar a manifestação de condutas delinquentes. Também LeBlanc identificou algumas características pessoais que poderiam constituir a “personalidade delinvente”, através do desenvolvimento de três mecanismos: a Activação, o Agravamento e a Consolidação. Nesse desenvolvimento processual da personalidade, instalar-se-iam três sintomas, o Enraizamento Criminal, a Dissocialidade e o Egocentrismo que, dinamicamente, articulariam com as características pessoais, conduzindo a diferentes carreiras desviantes.

Ainda assim, esses factores não terão total determinância sobre os comportamentos, que passam também pelas escolhas e decisões do indivíduo. Esses processos de tomada de decisão são referidos nas perspectivas cognitivistas, através do apelo à opção racional baseada na análise de informação. Dodge et al. (1986), bem como Born e Goffin, apontaram a resposta agressiva como resultante de distorções interpretativas da realidade, atravessadas pela motivação e pelo habitual repertório comportamental do indivíduo, enquanto factores conducentes à decisão por um tipo de resposta comportamental delituosa.

Destacaram-se, ainda, as abordagens construtivistas, de que se salientou a Teoria Geral do Sujeito Auto-poiético, da autoria de Agra. Trata-se de uma visão global do indivíduo como um sistema complexo de que fazem parte os sub-sistemas, igualmente complexos, da Personalidade, da Acção e da Significação. Estes últimos interagem dinâmica e constantemente num registo que contribui para a auto-organização do sujeito, em permanente construção de si e do seu percurso. Embora de cariz psicológico, esta conceptualização teórica procura conjugar uma multiplicidade de elementos implicados em regime de mútua influência. É que, a inegável importância dos factores psicológicos, não exclui o carácter imprescindível da integração de múltiplos factores que confluem, afectando os comportamentos. Por isso, actualmente, verifica-se a tendência para integrar díspares teorias, nas quais se procuram server leituras complementares e multifactoriais.

Nesse registo integrador, referiu-se Elliott que apontou a convergência de variados factores, como o esbatimento do laço social, a par da vivência de experiências negativas no seio da sociedade convencional, bem como o simultâneo envolvimento em relações anti-sociais. Feldman integrou diferentes teorizações para conjugar a existência de uma predisposição individual, decorrente das características da personalidade, a que se juntam processos de aprendizagem presentes ao longo da socialização, e vários factores com impacte nas condutas anti-sociais. Já Farrington integrou ideias das perspectivas da propensão para o delito, dos determinantes sociais, dos processos cognitivos de tomada de decisão e da etiquetagem ou rotulação, para procurar os factores que “energizam”, “dirigem” e “inibem” a maior ou menor tendência do sujeito para a anti-socialidade.

\*\*\*

Este trabalho iniciou-se com a apresentação de diferentes designações, interpretações e definições de comportamento anti-social, delito e crime. Ora, precisamente aquando da definição de comportamento anti-social, como conceito alargado que integra os actos transgressivos das normas sociais e/ou legais, ficou definido que tais condutas abarcam as acções desviantes passíveis de punição legal, tanto quanto os actos que, sendo desviantes relativamente a normas e expectativas sociais, não implicam necessariamente o contacto com o sistema jurídico-legal, como é o caso do consumo problemático de drogas.

Assim, sendo este um trabalho que se debruça sobre a co-ocorrência de práticas delituosas e de consumo de drogas, pareceu pertinente apresentar uma súpula das principais correntes teóricas que procuram explicar um desses comportamentos, o delituoso. Na verdade, entre as perspectivas teóricas respeitantes ao crime, encontram-se elementos aplicáveis à figura do toxicodependente. Contudo, as abordagens a uma e a outra problemática exibem as especificidades inerentes a cada uma das correspondentes figuras desviantes. A exploração da temática do crime, separadamente da do consumo de substâncias, também se justifica pela necessidade de procurar entender cada um dos comportamentos que, isoladamente, terá certamente impacte no desenvolvimento do outro.

Precisamente pelos motivos aqui apontados, torna-se imperativa a apresentação da problemática do consumo de drogas, bem como a definição de alguns conceitos nela envolvidos.

**CAPÍTULO II**  
**CONSUMO PROBLEMÁTICO DE DROGAS**



## NOTA INTRODUTÓRIA

Entre as condutas desviantes, o consumo de drogas é uma das que mais frequentemente se cruza com a prática de acções delituosas, conforme já foi referido. Por isso, este capítulo centrar-se-á no fenómeno do consumo de substâncias, para melhor se perceber a posterior apresentação da co-ocorrência das duas condutas.

A droga foi considerada na Antiga Grécia como toda e qualquer substância à qual se podia atribuir um carácter benéfico ou nocivo. De facto, a droga podia assumir um ou outro cariz, dependendo da dose ingerida e da forma do seu uso. Assim, a vetusta sabedoria grega capturou essa essência de dupla finalidade de certas substâncias, que poderiam agir como veneno ou como remédio (Escohotado, 2004a). Também na Antiga Grécia, as drogas foram definidas como substâncias que, não sendo vencidas pelo corpo, tinham a capacidade de o vencer mediante alterações orgânicas e/ou anímicas que provocavam naqueles que as consumiam (Escohotado, 2004b). Dessa sábia definição grega, muito pouco resta entre as muitas tentativas de definir e de classificar as drogas, que podem considerar-se substâncias que são introduzidas voluntariamente no organismo para, como referiu Jervis em 1979, provocarem alterações nas condições psíquicas, acabando por gerar uma situação de dependência no seu consumidor (Fernandes, 1997).

É sobre os conceitos envolvidos na problemática do consumo de drogas que se inicia o primeiro ponto deste capítulo, no qual se incluiu, também, a apresentação das principais conceptualizações teóricas sobre o fenómeno, procurando-se, dessa forma, melhor perceber um dos comportamentos manifestados pelos indivíduos sobre os quais se debruça este trabalho. É que, à semelhança do que foi dito relativamente ao capítulo anterior, é necessário analisar cada um dos comportamentos para, posteriormente, se buscar uma inteligibilidade para a convergência interactiva de ambos.

## **2.1. O Consumo Problemático e o Policonsumo de Álcool e de Drogas Ilegais**

O abuso de drogas e as farmacodependências representam um pesado problema da actualidade, quer para os indivíduos directamente envolvidos no consumo, quer para as sociedades de todo o mundo (Organización Mundial de la Salud, 2005). Além da gravidade e da alargada dimensão do problema, pode ainda dizer-se que não se trata de um fenómeno estático e simples, mas sim dinâmico e complexo, com evoluções nem sempre previsíveis. De facto, desde há mais de 200 anos que o consumo de substâncias psicoactivas e os problemas que lhe estão associados tendem a edificar-se na forma de ciclos ou de vagas, em que se verificam movimentos ascendentes e descendentes, gerando-se, assim, situações sempre novas e configurações muitas vezes surpreendentes (Gamella, 2001) e, não raras vezes, contraditórias (Mendiola & Becoña, 2003). Acrescente-se a essa complexidade, uma das especificidades da actual configuração da problemática das drogas, que passa pela sua frequente associação às práticas delinquentes, sob díspares formas evolutivas de um percurso desviante (Agra, 1996; 2002; Brochu, 1995a; 1995b; 2006; Direcção Central de Investigação do Tráfico de Estupefacientes, 2004; Huizinga, Loeber & Thornberry, 1994; Parent & Brochu, 1999; Otero et al., 1994), pelo que a análise do consumo de substâncias se torna pertinente, tal como a definição do que se entende por toxicodependência.

A dependência relativamente às drogas tem sido definida diferentemente por diversos autores. Numa perspectiva biomédica, a toxicodependência define-se como a resultante da interacção entre o organismo e a substância tóxica ou droga que o indivíduo se sente compelido a consumir continuada ou periodicamente (Fonseca, 1997), podendo dizer-se que se trata de uma “doença do cérebro” (Leshner, 1997). Contudo, essa afirmação tem sido contrariada por perspectivas que referem a adicção às drogas como mais do que uma doença cerebral, sendo um estado que envolve elementos de natureza social, económica e psicológica, que devem ser considerados (Koop, 2007). Saliente-se, ainda, que o toxicodependente não deve interpretar-se como doente, num registo de impossibilidade de cura e de desresponsabilização do próprio (Marlatt & Fromme, 1988), nem mesmo como imoral ou delincente, mas antes como aquele que edifica o seu trajecto existencial no âmbito de um quadro específico de significações (Mendes & Manita, 2006).

Num plano ainda tendencialmente biomédico, a dependência física é uma adaptação orgânica conducente à manifestação de sintomas, aquando da suspensão do consumo da substância (Fonseca, 1997). Ainda nesta linha de pensamento, a adicção às drogas é apresentada como um ciclo de decréscimo das funções cerebrais em termos dos sistemas de recompensa, com desenvolvimento de sistemas anti-compensatórios que, progressivamente, se vão agravando, resultando no consumo compulsivo de substâncias (Koob & Le Moal, 2008). Genericamente, pode definir-se a toxicodependência como um estado de intoxicação crónica decorrente do consumo de uma ou mais substâncias, em que está presente o desejo irremediável de persistir nesse consumo, com consequente prejuízo para o indivíduo e para a sociedade (Cardoso, 2001). Assim, o consumo problemático de drogas conduz ao designado estado de adicção, em que o indivíduo perde o controlo sobre o seu desejo intenso de consumir, como um reflexo das alterações cerebrais sofridas. Contudo, verifica-se um grande desconhecimento dos mecanismos implicados nas complexas relações existentes no fenómeno, para o qual contribuem não apenas as propriedades das substâncias mas, também, as características individuais do consumidor (Marques-Teixeira, 2001). A própria psicofisiologia do consumidor levanta muitas questões que devem ser contextualizadas em termos biopsicossociais (Marques-Teixeira, 1993b).

Schuckit (1998) apresentou um ponto de vista que abarca, também, essa componente individual e de índole psicossocial, definindo a dependência de substâncias como um conceito que remete para a centralidade do papel da droga na vida do indivíduo que a consome, com subsequente perda de controlo sobre esses consumos e emergência de uma série de problemas relacionados, a despeito dos quais o sujeito persiste em repetir as suas experiências com a droga. A Organización Mundial de la Salud (2005) introduziu os factores ambientais, bem como os processos de aprendizagem implicados na dependência de substâncias. Assim, o fenómeno da dependência apresenta-se como um transtorno cerebral, em termos funcionais, em que também está presente um processo de aprendizagem em que se verificam alterações duráveis resultantes da interacção das substâncias consumidas e do meio. A mesma Organização definiu, ainda, a dependência de substâncias em função de critérios que pautam a classificação nosológica do consumidor, devendo verificar-se a presença de três ou mais dos seguintes critérios (Organização Mundial de Saúde, 1993): i) forte desejo ou compulsão para consumir a substância; ii) dificuldades em controlar os consumos em termos de

início, fim, ou níveis de consumo; iii) manifestação de abstinência fisiológica por suspensão ou redução dos consumos; iv) evidências do desenvolvimento de tolerância, com necessidade de aumento das doses consumidas para alcançar os mesmos efeitos; v) abandono progressivo de outros interesses devido ao consumo da substância, com aumento do tempo investido em obter e consumir a droga, ou em recuperar dos seus efeitos; vi) persistência dos consumos apesar das consequências prejudiciais dos mesmos.

Contudo, é importante salientar que o conceito de dependência não pode aplicar-se indiferenciadamente às diferentes drogas, num registo de obediência uniforme a critérios objectivamente definidos. De facto, deve observar-se, como já foi referido, a variabilidade individual (Ribeiro, 1998), para além de que as próprias substâncias exigem diferentes olhares interpretativos (Cardoso, 2001) e o próprio fenómeno requer uma adequada contextualização (Ovejero, 2007). Assim sendo, pode considerar-se que a dependência psíquica consiste num desejo irreprimível de consumo da substância, a fim de se lhe sentirem os efeitos, sendo também o reflexo psíquico da dependência física, produzida em função das propriedades específicas da substância, bem como das memórias do sujeito e dos efeitos residuais da droga. Então, pode dizer-se que o “pulsar” biológico conduz à activação desse desejo incontrolável de consumo, numa íntima e inquebrantável ligação entre o biológico e o psíquico (Ribeiro, 1998).

A própria ideia de abstinência pode incluir uma vasta gama de sintomas muito variados, não sendo, por isso, um fenómeno absoluto (Schuckit, 1998). Na verdade, a Síndrome de Abstinência pode definir-se como a emergência de um conjunto de fenómenos de natureza fisiológica, comportamental e cognitiva, mediante os quais o uso da substância, ou daquela classe de substâncias, se torna prioritário relativamente a outras actividades que o sujeito valorizava anteriormente. Esse carácter prioritário do consumo da substância, ou daquela classe de substâncias, faz-se acompanhar de um desejo, geralmente muito forte e frequentemente incoercível, de consumir drogas (Seibel & Toscano Jr., 2001).

Note-se que os autores se referem a uma substância ou a uma classe de substâncias, apelando à noção de dependência cruzada, que remete para uma outra ideia, a de politoxicomania ou policonsumo de substâncias, em que se verifica o desenvolvimento de dependência relativamente a, pelos menos, uma das drogas consumidas regularmente

(Seibel & Toscano Jr., 2001). O fenómeno do policonsumo de substâncias tem vindo a aumentar, podendo ocorrer mediante um padrão no qual se verifica a passagem de uma droga para outra, num percurso em que umas substâncias funcionam como “trampolim” para as seguintes. Além disso, pode também verificar-se a instalação de um padrão em que as substâncias consumidas se vão acumulando, num registo de consumos mais ou menos regulares de múltiplas drogas em simultâneo (Schuckit, 1998). De facto, não são raros os casos em que o indivíduo procede a combinações muito complexas e com consequências graves, nomeadamente sobre o comportamento, podendo afirmar-se que o poli-consumo de drogas entre os jovens funciona como um preditor de comportamentos problemáticos como a prática criminosa, em idade adulta (Newcomb, Galaif & Carmona, 2001). Trata-se de uma realidade que aumenta a mortalidade dos consumidores, sobretudo quando se combinam o álcool com outros depressores, a que se adicionam estimulantes como a cocaína (Mack, Franklin Jr. & Frances, 2003). Exemplo desse uso de combinações entre distintas substâncias é o consumo simultâneo de cocaína e heroína. Na verdade, não há evidências de que a junção da cocaína aos opiáceos possa levar a novos e mais fortes efeitos por parte daquelas drogas. Contudo, sabe-se que a cocaína, embora sendo um estimulante, alivia a abstinência da heroína, que actua como um depressor (Leri, Bruneau & Stewart, 2003).

Nestes e noutros esquemas de consumos conjugados de duas ou mais substâncias, o sujeito tenta potenciar os efeitos da substância até aí consumida, ou adicionar-lhe novos cambiantes, alcançando um estado de grande complexidade, na medida em que sofre as consequências do consumo de cada uma das drogas e, também, das interações entre elas (Becoña & Vázquez, 2001). Como se pode ver pelo que acaba de ser dito, a complexidade do consumo de drogas vai-se tornando cada vez mais visível, pelo que se torna imperativa a procura de abordagens explicativas que proporcionem alguma compreensão do fenómeno.

## **2.2. Perspectivas Teóricas Explicativas do Consumo Problemático de Drogas**

A problemática do consumo de drogas tem sido objecto de variadíssimos estudos e a sua explicação tem sido tentada por uma grande diversidade de modelos teóricos. Entre as diversas conceptualizações, algumas têm procurado explicar o porquê de se consumirem substâncias, enquanto outras têm tentado analisar a problemática numa

perspectiva mais centrada nos processos e, outras ainda, têm procurado abranger a complexidade desse comportamento, considerando uma multiplicidade de factores relacionados (Becoña & Martín, 2004).

Por isso, Becoña (1999) propôs uma classificação que contempla três grandes grupos de teorias: i) as parcelares e baseadas em poucos componentes; ii) as de estádios evolutivos; iii) as integrativas e compreensivas. Cada grupo de teorias está sumariamente apresentado no quadro 2.1.

Quadro 2.1. Correntes explicativas sobre o consumo de drogas.

<b>Teorias e Modelos</b>		
<b>Parcelares Baseados em Poucos Componentes</b>	<b>De Estádios Evolutivos</b>	<b>Integrativos e Compreensivos</b>
Biológicas;	Das Etapas de Kandel;	Da Promoção da Saúde;
Da Aprendizagem;	Das Etapas Motivacionais;	Dos Estilos de Vida e Factores de Risco;
De Causas Intra-pessoais;	Da Socialização Primária;	Modelo Interaccional do Desvio;
De Enfoque Sistémico;	Dos Estádios Evolutivos;	Modelo Compreensivo e Sequencial;
De Cariz Social.	Da Pseudo-maturidade.	Do Desenvolvimento Social.

### **2.2.1. Teorias Parcelares e Baseadas em Poucos Componentes**

Estas abordagens teóricas procuram uma explicação para o consumo de drogas mediante o apelo a um número muito limitado de elementos ou de factores (Becoña, 1999).

Dentro deste grupo de teorias, podem referir-se as de carácter biológico, cuja grelha de leitura se reduz a uma explicação etiológica da problemática, baseada no transtorno biológico do indivíduo dependente de drogas (Becoña & Martín, 2004), com base nas consequências da acção das substâncias ou em eventuais “acidentes” genéticos (Alexander, 1988). Trata-se de uma área de pesquisas de desenho predominantemente

experimental, em que se procura discriminar os efeitos das substâncias sobre os indivíduos, numa linha em que se têm desenvolvido vários estudos (Farré et al., 2003; Jansen & Theron, 2003; Sáiz et al., 2003; Tavares, Silva-Araújo, Lopes, Silva & Sousa, 2002). É uma perspectiva que, frequentemente, remete para a toxicodependência como uma doença incurável e, de certa forma, aponta para a não responsabilização do sujeito que, assim, não se curará. Esta é, aliás, uma das premissas de um dos modelos de prevenção de recaída, proposto por Gorzki, e muito usado para orientar o tratamento de indivíduos dependentes de drogas (Trigo, 2006).

Dentro destas perspectivas da toxicodependência aponta-se, reiteradamente, a implicação de certos neurotransmissores como, por exemplo, os níveis de dopamina (Di Chiara, 1995) ou os de serotonina (Heinz et al., 1998). Igualmente frequente, é a referência à importância da componente genética no desenvolvimento do consumo problemático de substâncias, alegando-se a possível existência de uma predisposição geneticamente potenciadora da toxicodependência (Grabbe, McSwigan & Belknap, 1985; Minister of Public Works and Government Services Canada, 2006). Não obstante, é de salientar que a carga genética poderá ter expressão no fenómeno, mas sempre por acção conjugada com uma multiplicidade de factores, nomeadamente, de cariz ambiental (Schuckit, 1980).

Também inscrita no âmbito dos modelos de carácter biológico, encontra-se a Perspectiva da Auto-medicação, que pode ocorrer numa tentativa de alívio de dor, de insónia ou de outros problemas físicos (Minister of Public Works and Government Services Canada, 2006). No entanto, esta explicação parece focalizar-se apenas nas razões associadas ao início dos consumos. Inspirado nessa conceptualização teórica, Khantzian desenvolveu uma outra, que contempla o funcionamento das instâncias psíquicas do sujeito (Farate, 2000; Sánchez & Berjano, 1996). Trata-se da consideração da existência de problemas aos níveis da estrutura e do aparelho psíquico do indivíduo, que recorre às drogas numa tentativa de suspensão de uma realidade interna com um Eu enfraquecido, e em que vigora uma perturbação do sentimento de si, em que a droga será percebida como fonte de alívio para os problemas do sujeito (Khantzian, 1980; 1985). Posteriormente, o autor alargou a sua interpretação do fenómeno, alegando a existência de efeitos directos do consumo de drogas sobre a componente afectiva dos consumidores. No entanto, um estudo recente (Hall & Queener, 2007) concluiu pela

inexistência de evidências de uma relação directa entre a dimensão afectiva e o consumo de substâncias.

Na verdade, muito embora possam existir situações em que algum distúrbio possa estar na origem do contacto do indivíduo com certas substâncias, não parece razoável considerar tal explicação no âmbito da persistência dos consumos de drogas. Além disso, os indivíduos dependentes de substâncias não recorrem a um qualquer fármaco para procurar o alívio dos seus males, consumindo antes substâncias estimulantes dos centros cerebrais de prazer. Então, o que parece mais credível é a existência de uma situação de dependência camuflada pela racionalização da auto-medicação (DuPont, 2005).

As investigações que procuram relacionar o consumo de drogas com factores biológicos, agora despidas do determinismo inicial, têm continuado a desenvolver-se, alegando que a toxicodependência constitui uma doença crónica ou procurando associar certas substâncias a consequências biológicas muito marcantes (Ahmed et al., 2005; Corominas et al., 2010; Ibañez, 2008; Koob & Le Moal, 2008; Koob & Nestler, 1997; Nestler & Landsman, 2001; Leshner, 1997; Liu et al., 2005; McLellan, Lewis, O'Brien & Kleber, 2000). A esse respeito, é de salientar que as pesquisas biológicas na área das toxicodependências se têm revelado tão numerosas quanto dispersas, conduzindo a resultados muitas vezes contraditórios. Esse registo de dispersão também decorre da construção de conceptualizações teóricas fortemente apoiadas em perspectivas unilaterais, num determinismo a que se juntam resultados duvidosos, bem como falhas metodológicas (Marques-Teixeira, 1993a).

Pode afirmar-se que a predisposição biológica do indivíduo para o desenvolvimento destes comportamentos, a existir, terá certamente uma base genética. Todavia, uma explicação desse cariz será aplicável a um número muito reduzido de pessoas, pelo que deve haver o máximo cuidado para não se sucumbir à tentação de reduzir a complexidade do comportamento a explicações lineares e directas, exclusivamente baseadas na Biologia (Becoña & Vázquez, 2001), que se tem revelado insuficiente para explicar a problemática (Ambrosio, 2003). Ainda assim, a Biologia, nomeadamente a Psicofisiologia do toxicodependente, apresenta especificidades que requerem atenção, a par de análises relativas a outras dimensões, como as variáveis de cariz psicológico e eco-social (Marques-Teixeira, 1993b). Deve ainda considerar-se que o adicto às drogas

apresenta, também, um funcionamento específico em termos de processamento cerebral de informação, em diferentes estados emocionais (Marques-Teixeira & Barbosa, 2005), bem como um perfil específico em termos psicofisiológicos e emocionais (Marques-Teixeira, 2001), pelo que a Biologia não pode ser abandonada mas antes integrada, em complementaridade com outras dimensões da problemática. Acrescente-se que certos estudos muito recentes (Schramm-Sapyta, Walker, Caster, Levin & Kuhn, 2009), de desenho experimental e de pendor biológico, procuram outros aspectos cuja utilidade é indiscutível, como por exemplo, o grau de vulnerabilidade às drogas em diferentes idades.

Ainda entre os modelos parcelares e baseados em poucos componentes, destacam-se as Teorias da Aprendizagem, que procuram explicar o comportamento do consumidor de drogas através das aprendizagens do indivíduo. De acordo com estas interpretações, o fortalecimento do comportamento adictivo não resulta apenas dos reforços alcançados através dos consumos, na medida em que esses reforços funcionam como base de um processo que pode conduzir a um condicionamento ainda mais resistente. É que o acesso às drogas pode estimular cada vez mais a procura das substâncias, gerando-se um ciclo quase inquebrantável, em que a própria antecipação do uso da droga já estimula a busca da mesma com subsequente consumo. Trata-se de um ciclo crescente que vai alimentando as respostas adictivas (Frederick, 1980). Na verdade, a Perspectiva da Aprendizagem Social proporcionou uma explicação para o consumo problemático de drogas, nomeadamente na fase de iniciação. Além disso, trata-se de uma linha interpretativa com forte apoio empírico, cujos princípios constituem grande ajuda ao nível da intervenção junto destes sujeitos (Becoña, 2002; Becoña & Martín, 2004).

As teorias baseadas em causas intra-pessoais são, também, abordagens psicológicas pertencentes a este grupo de modelos. A Teoria do Comportamento Desviante, de Kaplan, assume a execução de actos desviantes como adaptativa e dependente do referente normativo considerado como tal pelo indivíduo. Segundo esta leitura, é imperativo que o sujeito encontre uma forma de se sentir valorizado pelos que o rodeiam para, assim, alcançar a auto-valorização. Então, se o indivíduo não se sente valorizado quando manifesta comportamentos convencionais, acaba por desenvolver motivações para enveredar por acções não convencionais e de cariz desviante, procurando alcançar nesse meio os reforços e os sentimentos de auto-estima de que carece (Becoña, 2002; Becoña & Martín, 2004).

Ainda nesta primeira classe de teorias, inscrevem-se as baseadas na família e de enfoque sistémico. Segundo esta interpretação, a família, enquanto sistema, é possuidora de determinadas propriedades cujo funcionamento pode levar à manifestação de comportamentos problemáticos, por um ou mais dos seus membros (Alda, 1995). Sob este prisma, a toxicodependência pode considerar-se a resultante de uma perturbação relacional entre o indivíduo e o meio, uma vez que o consumidor de drogas tenta comunicar por meio das suas “incomunicações” e desordens biológicas, familiares e socio-culturais. Então, pode falar-se de um fenómeno de carácter sistémico, em que a dependência estabelecida com as drogas mais não será do que a replicação da dependência anteriormente existente, relativamente à família (Gomes, 1996).

Já numa leitura muito diferente, mas igualmente inscrita neste grupo de teorias, o modelo apresentado por Peele em 1985 aponta a cultura das civilizações ocidentais como favorecedora dos processos adictivos, uma vez que incentiva a observância de valores de êxito e de lucro individuais. Ora, tais valores são perseguidos por todos mas nem sempre alcançados, levando o indivíduo a refugiar-se no comportamento de consumo de drogas como uma tentativa de se deslocar para um ponto de vista diametralmente oposto ao culturalmente definido (Becoña, 2002; Becoña & Martín, 2004; Fuente, 1993; Sánchez & Berjano, 1996). Assim, o sujeito, incapaz de enfrentar a vida quotidiana, é tentado a exercer controlo sobre as componentes física, emocional e comportamental, num registo de funcionamento e de busca de compensação do anteriormente incontrolável, através da obtenção de efeitos imediatos e antecipados por ele próprio (Donovan, 1988).

Como estes, vários outros modelos baseados em poucos componentes têm procurado uma explicação para o consumo de substâncias. Contudo, tal como se constatou a respeito das condutas anti-sociais, a complexidade do comportamento humano não obedece a leituras unifactoriais e, por isso, o contributo destas teorias não terá bastado, pelo que se desenvolveram outras, ancoradas na ideia dos estádios evolutivos do desenvolvimento do fenómeno, conforme se passa a expor.

### **2.2.2. Teorias e Modelos de Estádios Evolutivos**

Este grupo de teorias focaliza-se na definição de estádios ou de etapas através das quais se vai edificando o percurso desenvolvimental do indivíduo, segundo fases que dizem respeito à sua maturidade e ao processo de adesão e desenvolvimento do consumo de drogas (Becoña, 2002; Becoña & Martín, 2004).

Um dos modelos que mais se destaca neste grupo de teorias é o de Kandel, essencialmente centrado na definição de passos sequenciais, começando por uma primeira fase de iniciação com o uso de substâncias legais, para passar a apresentar as etapas subsequentes no sentido dos consumos de drogas ilegais. Assim, a primeira etapa de consumos acaba por se revelar facilitadora da evolução do indivíduo no sentido das fases seguintes (Botvin, 1996). Desta forma, os primeiros passos no consumo de tabaco, vinho e cerveja, seriam os intermédios entre o estado de não consumo e a posterior fase de uso de marijuana. Esta última, por seu turno, seria a substância cujo uso constituiria uma fase crucial no sentido de vir a verificar-se o consumo de outras drogas ilegais, como heroína, anfetaminas ou LSD (Kandel, 1975), num processo que incluiria quatro fases principais ou estádios sequenciais, identificados pelo autor do modelo, através do desenvolvimento de um estudo longitudinal (Kandel, Yamaguchi & Chen, 1992).

Num estudo anterior, Kandel e Logan (1984) averiguaram a iniciação, a continuidade e o declínio do consumo de drogas com base na análise de histórias pormenorizadas do consumo de substâncias, entre estudantes adolescentes. Os autores concluíram que o período de maior risco para o início de consumos de tabaco, álcool e marijuana, terminava pelos 20 anos de idade, enquanto o risco de iniciação noutras drogas ocorria num período que findava pelos 21 anos. Saliente-se que, segundo Chen e Kandel (1995), certas fases de desenvolvimento, como a adolescência e a idade de jovem adulto, são tidas como mais vulneráveis à adesão e manutenção do consumo de drogas.

Acrescente-se que, de acordo com esta perspectiva, esse percurso evolutivo de consumos também dependeria da disponibilidade das substâncias, sendo o álcool a droga mais frequentemente consumida e, também, a mais acessível, seguida do tabaco e da marijuana (Botvin, 1996), que seria a substância de transição entre as drogas legais e as ilegais (Kandel, 1975; Yamaguchi & Kandel, 1984). Todavia, é importante salientar que em todo o processo, existem outras variáveis significativas a considerar para além do consumo de marijuana, como a influência do grupo de pares, particularmente

importante na iniciação do uso regular daquela substância, bem como o papel dos pais (Kandel, 1985). Então, o consumo precoce de marijuana, por si só, não constitui um factor determinante da instalação de uma progressão de consumos até ao uso de outras drogas ilegais (Kandel & Chen, 2000), havendo outros elementos, como o sistema educativo, que apresenta um papel fulcral na identificação de múltiplos factores considerados de risco para o desenvolvimento de condutas problemáticas (Niemela et al., 2006). Há, ainda, outros aspectos com influência, como a motivação subjacente ao desenvolvimento de determinados comportamentos disfuncionais, que se associam a essa progressão de consumos problemáticos de drogas (Kandel & Chen, 2000). Para Kandel, este desenvolvimento progressivo do consumo de substâncias não decorre da existência de um quadro de anormalidade, resultando antes de processos sociais que contribuem para a manifestação de certos comportamentos, quer sejam normativos, quer se revelem desviantes (Farate, 2000).

Efectivamente, este modelo tem baseado inúmeros estudos, alguns deles muito recentes (Gervilla & Palmer, 2010), de que é exemplo o de Miller, Naimi, Brewer e Jones (2007), cujos resultados apontaram para uma maior propensão para o desenvolvimento de comportamentos de risco, como o consumo de drogas ilegais, entre os jovens que apresentam picos de ingestão alcoólica. Aliás, essa sequência de consumos foi confirmada numa análise de Kandel e Yamaguchi (1993). Acrescentem-se outras pesquisas (Alfonso, Huedo-Medina & Espada, 2009; Fergusson, Boden & Horwood, 2006; Suris, Akre, Berchtold, Jeannin e Michaud, 2007) que têm corroborado essa ideia de um percurso evolutivo do consumo de diferentes substâncias.

Uma outra conceptualização teórica a respeito do consumo problemático de drogas deve-se a Werch e DiClemente (1994), e também se inscreve no grupo das teorias de estádios evolutivos. Os autores apresentaram o Modelo das Etapas Motivacionais Multicomponentes, baseando-se nos estádios de mudança propostos por Prochaska e DiClemente (1986). Os estádios, embora com a mesma designação dada por Prochaska e DiClemente, foram apresentados por Werch e DiClemente como fases do desenvolvimento evolutivo do consumo problemático de drogas. Assim, através de cinco estádios, o sujeito acabaria por entrar num registo de consumos regulares (Werch & DiClemente, 1994). Este modelo, ao estabelecer um paralelismo entre as etapas de aquisição e desenvolvimento do consumo de drogas, e as fases do modelo de mudança do comportamento apresentadas por Prochaska e DiClemente (1986), acaba por ter

grande relevância, sobretudo em termos da prevenção primária. Ao nível da prevenção secundária, Werch e DiClemente (1994) defendem a aplicação do seu modelo, considerando-o mais adequado às situações realmente vividas pelos jovens que se iniciam nas drogas.

Ainda dentro deste grupo de modelos, refira-se a Teoria da Socialização Primária, de Oetting, Donnermeyer e Deffenbacher (1998), que procuraram explicar a iniciação no consumo de drogas, partindo da ideia básica de que todos os comportamentos são aprendidos ou estão imbuídos de elementos adquiridos por aprendizagem, muito embora a conduta humana tenha também uma base biológica inquestionável. Deste modo, para os autores, os comportamentos como o consumo de drogas são igualmente aprendidos, uma vez que essa conduta não resulta de uma qualquer situação deficitária individual, mas decorre de uma quebra, relativamente às normas pró-sociais. Segundo este ponto de vista, as fontes de socialização primária constituem, assim, um determinante dos comportamentos do sujeito, uma vez que o período da infância constitui a fase mais marcante da socialização. A adolescência, no entanto, representa o período desenvolvimental de maior risco para o possível envolvimento em condutas desviantes (Oetting & Donnermeyer, 1998). Pode afirmar-se que esta conceptualização teórica se centra, essencialmente, na socialização enquanto processo de crucial influência sobre os futuros comportamentos do indivíduo (Oetting & Donnermeyer, 1998), atendendo, também, às características individuais. As características de personalidade são, para os autores do modelo, factores de influência indirecta sobre o possível envolvimento no consumo de substâncias (Oetting, Deffenbacher & Donnermeyer, 1998). A tudo isto, os autores não se abstêm de acrescentar a influência de uma maior ou menor susceptibilidade biológica e/ou psicológica do indivíduo, no sentido da manifestação de tais comportamentos (Oetting, Deffenbacher & Donnermeyer, 1998).

Outras teorias se inscrevem neste grupo de modelos de estádios evolutivos, como a teoria de Kim que, em 1998, propôs a centralidade de certos componentes, como o adequado apoio familiar, os cuidados e o apoio prestados pelos adultos ao jovem, bem como as oportunidades dadas ao jovem no sentido de desenvolver competências de trabalho e de participar activa e significativamente na vida social, cultural, económica e pública da comunidade (Becoña, 2007). Enfim, trata-se de uma abordagem que se focaliza, também, na qualidade do processo de socialização do sujeito.

Também o Modelo da Maturidade de Labouvie, tal como o da Pseudo-maturidade e Desenvolvimento Precoce de Newcomb, se inscrevem neste grupo de teorias (Becoña, 2007) que, por motivos óbvios e também referidos a propósito das teorias sobre comportamentos anti-sociais, são importantes contributos, embora não tenham colmatado a necessidade de apelar a modelos integrativos e baseados numa multiplicidade de factores implicados no fenómeno. Por isso, visando uma maior aproximação à complexidade do comportamento adictivo, passam a expor-se os modelos integrativos e compreensivos.

### **2.2.3. Teorias e Modelos Integrativos e Compreensivos**

Nesta linha de explicações para o consumo de drogas encontram-se as abordagens que, por meio da integração de elementos provenientes de teorias já existentes ou através de uma auscultação compreensiva do fenómeno, procuram captar mais profundamente a multiplicidade de aspectos implicados no consumo de substâncias (Becoña, 2002; 2007). Assim, o que se pretende é proceder à conciliação de elementos diferentes e apresentados por díspares interpretações teóricas para, de forma articulada, serem considerados na busca da melhor compreensão possível da problemática nas suas diferentes facetas (Schenker & Minayo, 2004).

Desde logo, uma dessas conceptualizações é o Modelo da Promoção da Saúde, aplicável a um grande número de contextos sanitários. Proposto em 1986 pela Organização Mundial de Saúde, o modelo atende à relevância da assistência sanitária, à forma de a melhorar e aos factores culturais, económicos, sociais, políticos e organizativos que, directa ou indirectamente, se relacionam com a assistência às populações. Enquadrado numa visão alargada da saúde, o modelo ambiciona ser possuidor de um carácter universal (Soto, Lacoste, Papenfuss & Gutiérrez, 1997), através da consideração das dimensões biológica, psicológica, social e cultural do ser humano (Arnal, 1998). Contudo, a abrangência do modelo implica uma detalhada adequação às especificidades das diversas áreas, nomeadamente, do fenómeno do consumo de substâncias.

Entre as teorias integrativas e compreensivas pode, também, referir-se o Modelo dos Estilos de Vida e dos Factores de Risco, apresentado em 1992, servindo de base para a criação de um programa de prevenção do consumo de drogas. Para os autores, os estilos

de vida e os factores de risco são elementos de importância central, na medida em que se relacionam com toda a dinâmica pessoal e social do indivíduo. Então, a droga não constitui, por si só, um risco para o consumo, não devendo, por isso, ser o elemento central da análise à problemática (Becoña, 2002; Becoña & Martín, 2004). O trabalho desenvolvido por Calafat tem-se centrado em variados factores, de forma a abarcar os diversos elementos que compõem o estilo de vida do indivíduo, com ênfase sobre alguns dos aspectos implicados, tais como os de risco ou os de protecção, relativamente ao possível consumo de substâncias. Partindo dessa mesma ideia, Calafat, Fernández, Juan e Becoña (2005) referem a importância de se repensar a prevenção, incluindo, nesse trabalho, a consideração de sectores como o colectivo profissional das áreas recreativas que, tendo muitas vezes uma percepção de baixo risco relativamente às drogas, acaba por ter uma influência contraproducente sobre os jovens frequentadores de tais locais que, segundo Rodríguez, Agulló e Agulló (2003), constituem os espaços de ócio onde os jovens têm alterado as suas actividades lúdicas, frequentemente associadas ao consumo de substâncias psicoactivas.

Ainda dentro deste grupo de modelos, refira-se a Teoria Interaccional de Thornberry que consiste numa abordagem da delinquência aplicável ao consumo de drogas, integrando elementos provenientes das Teorias do Controlo Social e da Aprendizagem Social. De acordo com esta interpretação, o comportamento desviante resulta de um debilitado vínculo do indivíduo à sociedade convencional, às suas normas e valores, a par de um contexto social facilitador da aprendizagem dessas condutas e do respectivo reforço. Sob este ponto de vista, os comportamentos desviantes sofrem um desenvolvimento dinâmico ao longo da vida do indivíduo, desenvolvimento esse que não resulta apenas de um frágil vínculo social, como também é causa do mesmo, aumentando o esbatimento desse vínculo e levando a um maior envolvimento na desviância (Thornberry, 1996).

Entre as abordagens teóricas a apresentar neste ponto, destaca-se o Modelo Compreensivo e Sequencial das Fases para o Consumo de Drogas na Adolescência, proposto por Becoña (1999). Muito embora o autor apresente fases sequenciais, não as considera propriamente como estádios. Acrescente-se, ainda, que o modelo integra uma multiplicidade de factores, sendo possuidor de uma marcada componente integradora, a par de uma forte componente compreensiva, pelo que se torna adequado inclui-lo neste terceiro grupo de teorias.

As diferentes etapas sequenciais relacionam-se com o conhecimento, com o contacto e com o eventual consumo de uma ou mais substâncias, num registo evolutivo do indivíduo, em termos físicos, psicológicos e sociais. As etapas que constituem essa evolução do sujeito até à adicção às drogas são as seguintes (Becoña, 1999): i) prévia ou de predisposição; ii) de conhecimento; iii) de experimentação e início de consumo; iv) de consolidação; v) de abandono ou de manutenção; vi) de recaída. De acordo com o modelo, as etapas sucedem-se independentemente da idade de iniciação e sob um regime de acção mútua, numa dinâmica que é afectada por uma multiplicidade de factores, num complexo sistema que inclui as dimensões biológica, psicológica e social, também elas em interacção (Becoña, 1999, 2002), conforme o esquema da figura 2.1.

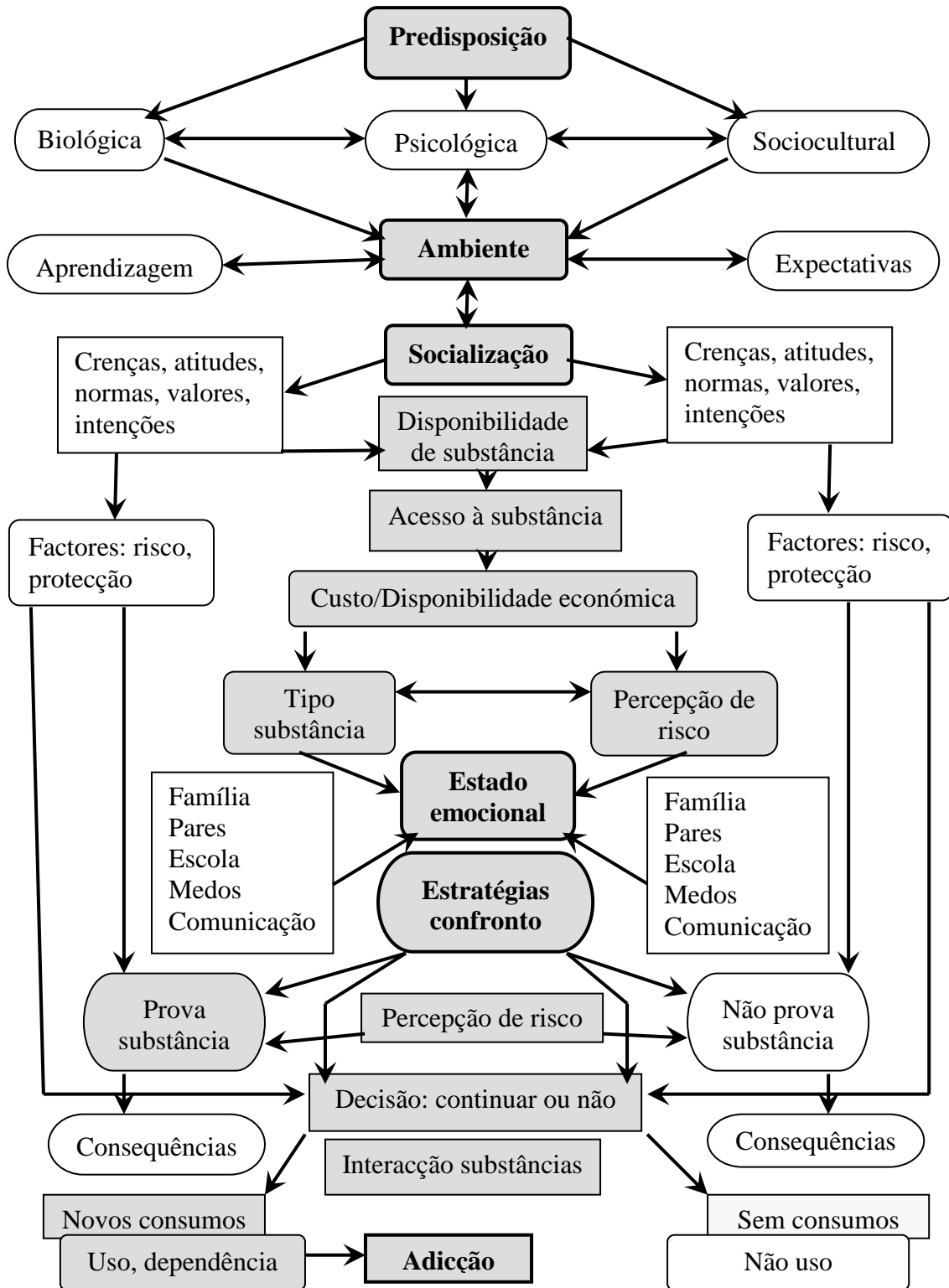


Figura 2.1. Modelo Compreensivo e Sequencial das Fases de Consumo de Drogas na Adolescência de Becoña (1999; adaptado de Becoña 2002).

De acordo com o ilustrado na figura 2.1., as fases do processo, até ao estado de adicção, são as seguintes (Becoña, 2002):

i) A etapa Prévia ou de Predisposição inclui factores de diferentes naturezas, de que fazem parte aspectos socio-culturais, biológicos e psicológicos. A predisposição sociocultural abarca as crenças, os valores, as expectativas e os comportamentos, que são afectados pela história prévia do sujeito, relacionada com o seu grupo social de pertença. A predisposição biológica tem, geralmente, uma base genética, enquanto a predisposição psicológica abarca os elementos psicológicos que marcam as condutas do indivíduo, como a aprendizagem, a personalidade e a inteligência.

ii) A fase do Conhecimento corresponde ao período em que se verifica a descoberta da substância e o contacto com a mesma, dependendo, também, da disponibilidade da droga. Esse conhecimento é possível através de outros indivíduos, na escola, ou pelos meios de comunicação social. Chegada a adolescência, o conhecimento a respeito das substâncias passará a ser menos passivo. Contudo, ao longo de todo o processo, o meio envolvente tem grande impacte, bem como o espaço físico em que decorre a vida e o processo de socialização do indivíduo.

iii) Na fase de Experimentação e Início também se conjugam múltiplos factores de risco e de protecção. Existem inúmeros estudos que evidenciam a determinância da presença/ausência desses factores, entre os quais se encontram os de risco, de que são exemplo os seguintes: os constitucionais, nomeadamente, os de cariz genético, as complicações pré-natais, a doença e os danos após o nascimento; a alimentação e os cuidados médicos; os factores familiares, como a pobreza, a ocorrência de maus-tratos, a indiferença, o conflito, a presença de psicopatologia, etc; os factores emocionais e inter-pessoais, que incluem uma reduzida auto-estima, imaturidade emocional, temperamento difícil, ausência de competências sociais e rejeição pelos pares; os factores intelectuais ou académicos, como o défice de inteligência, os transtornos da aprendizagem e o fracasso escolar; os factores ecológicos, como a delinquência, a desorganização e a discriminação do indivíduo; os factores associados a acontecimentos de vida, como a morte prematura de um progenitor ou, por exemplo, uma situação de guerra. Aqui é também importante ter em conta aspectos como a disponibilidade da substância, o acesso à mesma, o seu preço, o tipo de substância e a percepção de risco

que o indivíduo tem relativamente à mesma, bem como as crenças, os valores, as atitudes e as normas interiorizadas em relação ao consumo de drogas.

iv) A etapa de Consolidação inclui a passagem do uso ao abuso e à dependência da(s) droga(s). O elemento fundamental de manutenção dos consumos é o conjunto de consequências, positivas ou negativas, do comportamento entretanto desenvolvido. Neste processo, conducente à possível dependência, devem considerar-se as diferentes substâncias e respectivas interações, sendo também importante atender ao estado emocional, como elemento de influência sobre o comportamento do indivíduo.

v) A fase de Abandono ou de Manutenção prende-se com uma conduta que, à semelhança de outros comportamentos, será mantida ou abandonada em função das consequências e da percepção que o sujeito tiver delas. Poderão existir motivos de origem externa que orientem o indivíduo num sentido ou noutro, como será o caso da pressão exercida pela família ou pelos amigos. As razões de tipo interno são de natureza física, afectiva, etc.

vi) A Recaída relaciona-se com o facto do consumo de drogas ser um comportamento aprendido e de difícil extinção. Assim, após instalada a situação de dependência, o indivíduo que visa abandonar os consumos corre o risco de sucessivas recaídas, que fazem parte do processo de mudança no sentido da abstinência.

Este modelo integra uma multiplicidade de aspectos que interagem, afectando o comportamento, e atende à possibilidade de prevenção por identificação do estado em que se encontra o sujeito, até porque, para Becoña (2007), tratamento e prevenção devem ser encarados em simultâneo.

Uma outra teoria apresenta esse paralelismo entre dois comportamentos distintos, referindo a possibilidade de conduta pró ou anti-social, numa visão pertencente a este grupo de modelos. Trata-se do Modelo de Desenvolvimento Social do Comportamento Anti-social, da autoria de Catalano e Hawkins. Os autores apresentam uma leitura interpretativa que visa explicar diferentes comportamentos desviantes, entre os quais o consumo problemático de substâncias, a partir da especificação de factores de risco e de preditores de tais comportamentos, que se apresentam ao longo do desenvolvimento do sujeito (Catalano, Kosterman & Hawkins, 1996). Trata-se de um modelo que se centra na previsão do início, da escalada, da manutenção, do decréscimo ou do eventual

abandono dos comportamentos socialmente alarmantes. Essencialmente integrativa, a teoria contempla várias ideias provenientes de abordagens como as do Controlo Social, nomeadamente a de Hirschi, as da Aprendizagem Social e, também, da Associação Diferencial (Catalano & Hawkins, 1996; Catalano, Oxford, Harachi, Abbott & Haggerti, 1999).

O modelo baseia-se na ideia de que o comportamento do indivíduo será pró ou anti-social, dependendo do tipo de condutas, de normas e de valores predominantes naqueles com os quais o indivíduo tiver estabelecido laços sólidos, numa abordagem com pontos convergentes em relação à teorização apresentada por Oetting, Donnermeyer e Deffenbacher (1998). Partindo da perspectiva proposta por Hirschi e anteriormente descrita, os autores entendem que, por exemplo, o estabelecimento de laços de vinculação com uma família envolvida em drogas pode estar associado positivamente à adopção de comportamentos adictivos. A teoria também considera que, mediante processos de aprendizagem social, podem consolidar-se laços, bem como crenças favorecedoras do desenvolvimento de acções anti-sociais, que constituirão, por sua vez, uma alternativa aos comportamentos pró-sociais (Catalano & Hawkins, 1996).

Para tanto, também contribuem vários acontecimentos, como a vivência de experiências que, durante a infância e o início da adolescência, envolvem múltiplos factores de risco, a par de reduzidas perspectivas de futuro (Hawkins, Arthur & Catalano, 1995; Howell & Hawkins, 1998). Assim, sob este ponto de vista, é possível prever o desenvolvimento de comportamentos pró ou anti-sociais, através da especificação de processos de desenvolvimento comportamental na infância e na adolescência. Esses processos de desenvolvimento são marcados pelas três variáveis seguintes (Catalano & Hawkins, 1996): i) Posição na Estrutura Social, como elemento definido pelo estatuto socio-económico, pela raça, pelo género e pela idade. A posição do indivíduo na estrutura social tem também efeitos indirectos sobre a variável de constrangimentos externos, de que se falará adiante, bem como sobre a percepção de oportunidades pró ou anti-sociais; ii) Factores Individuais, constitucionais ou psicológicos, enquanto factores mediados por aspectos como as oportunidades e os reforços pró ou anti-sociais e as competências do indivíduo. Também a acção destes factores não é considerada directa, muito embora sejam elementos que exercem influência sobre os restantes; iii) Constrangimentos Externos, como o conjunto das reacções sociais ao comportamento do indivíduo, quer sejam reacções formais, quer sejam informais. São os constrangimentos exercidos pela

polícia ou por outros mecanismos oficiais de controlo social, ou as pressões como a desaprovação, o ridículo, o ostracismo, o banimento e outras manifestações de grupos informais e da própria comunidade no seu todo.

A partir destas três variáveis, o modelo apresenta os processos de desenvolvimento de condutas pró e anti-sociais em separado, mas paralelamente. As oportunidades percebidas ligam-se ao envolvimento em actividades dos dois tipos. Essas actividades, por sua vez, afectam o possível estabelecimento de um vínculo, no sentido pró ou anti-social. O vínculo estabelecido acaba por se reflectir nas crenças do indivíduo (Catalano & Hawkins, 1996). Veja-se o esquema do modelo apresentado na figura 2.2.

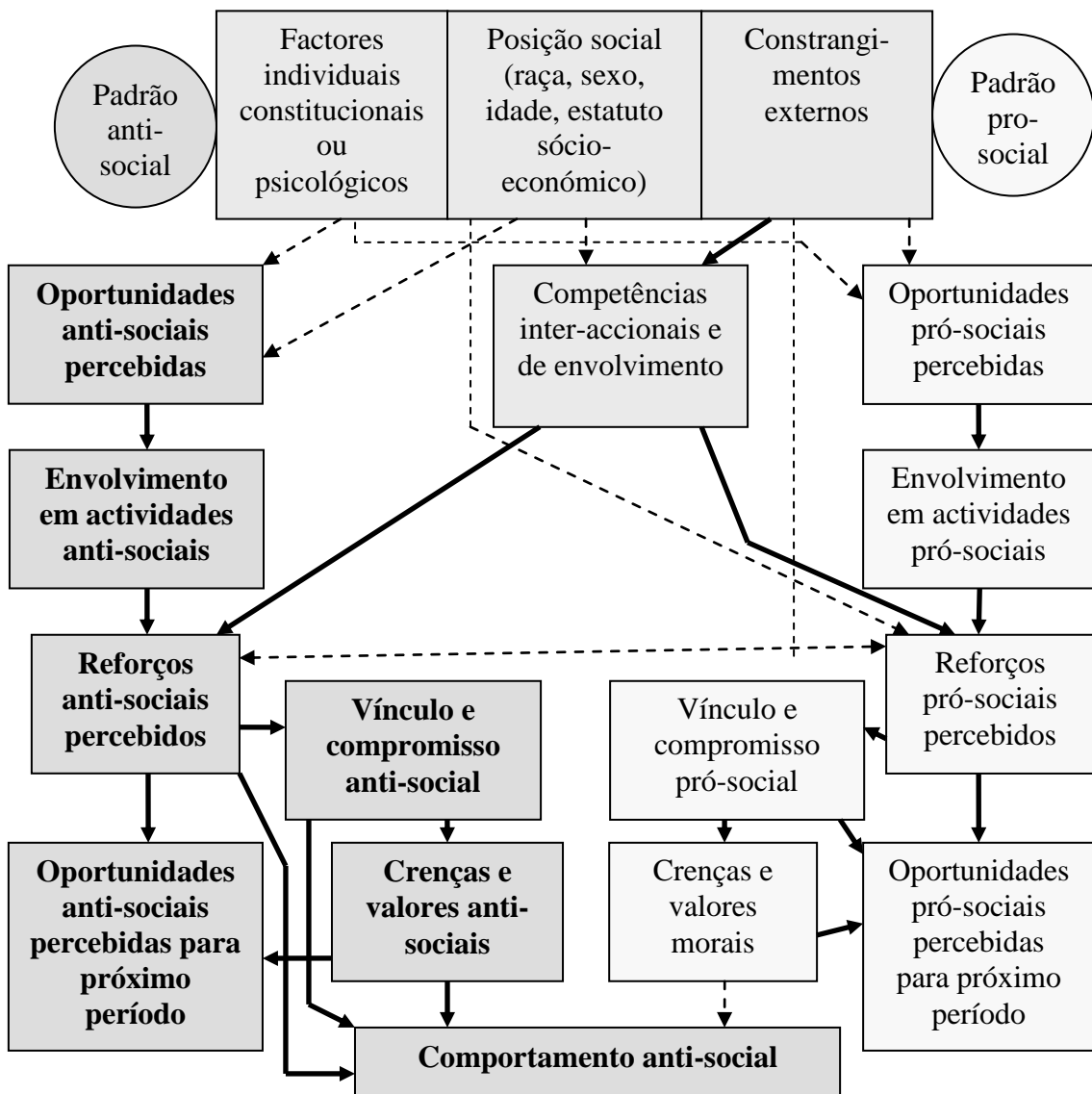


Figura 2.2. Modelo de Desenvolvimento Social do Comportamento Anti-social (adaptado de Catalano & Hawkins, 1996).

Essa teoria foi o centro de um estudo longitudinal desenvolvido por Catalano et al. (1996), que concluíram no sentido do modelo se adequar à previsão do consumo de drogas, em idades entre os nove e 10 e os 13 e 14 anos. Acrescente-se a análise conduzida por Lonczak et al. (2001), que referiu o modelo de Catalano e Hawkins como poderoso no esclarecimento sobre o consumo problemático de álcool, em jovens com 16 anos.

Várias outras análises (Catalano et al., 1999; Kosterman, Hawkins, Guo, Catalano e Abbott, 2000) têm sido levadas a cabo com base no modelo, e algumas dessas pesquisas (Guo, Hill, Hawkins, Catalano & Abbott, 2002; Herrenkohl, Hill, Hawkins, Chung e Nagin, 2006; Oxford, Oxford, Harachi, Catalano e Abbott, 2001; Piquero et al., 2009; Zara & Farrington, 2009) têm averiguado, também, o impacto dos factores de risco particularmente associados à família e/ou aos pares. Na verdade, os laços estabelecidos com as instâncias de socialização são, nesta abordagem como na de Hirschi, de extraordinária relevância, facto que tem sido confirmado por diversas investigações (Catalano, Haggerti, Oesterle, Fleming e Hawkins, 2004; Fagan, Horn, Hawkins e Arthur, 2007; Hawkins, Catalano, Kosterman, Abbott e Hill, 1999).

## EPÍTOME DO CAPÍTULO II

Este capítulo debruçou-se sobre o fenómeno do consumo problemático de drogas, pelo que se tornou necessário fazer uma abordagem a alguns dos conceitos centrais da problemática. Assim, após referência à complexidade inerente a uma tal conduta, passou-se à apresentação do conceito de dependência, na busca de uma visão integradora das componentes fisiológica e psíquica. A ideia de dependência cruzada foi também referida, enquanto fenómeno que tem ligação ao policonsumo de drogas, tão frequente entre consumidores.

Seguiram-se os pontos relativos às perspectivas teóricas explicativas da problemática, expondo-se, sucintamente, os três grandes grupos de teorias e modelos. O primeiro desses grupos incluiu os modelos parcelares e baseados em poucos componentes, que perseguem o estabelecimento de relações causais sedimentadas em um ou em poucos elementos. Entre essas abordagens, constam as teorias perspectivadas na componente biológica da toxicodependência, vista como uma doença crónica que tem despertado uma série de investigações, quer sobre os efeitos fisiológicos das drogas, quer sobre a existência de relações causais com factores de cariz biológico. Dessas conceptualizações, foi referida a teoria ancorada na hipótese de auto-medicação, tal como a perspectiva de Khantzian, baseada nessa mesma hipótese. As investigações em torno da componente biológica, tão variadas quanto dispersas, também procuram o estabelecimento de relações entre a toxicodependência e uma possível predisposição genética, bem como a existência de alterações ao nível dos neurotransmissores. Contudo, o comportamento não pode ser explicado por uma única classe de factores, carecendo de abordagens mais abertas às restantes dimensões da conduta humana.

Foram também referidas as teorias baseadas na aprendizagem como fonte do desenvolvimento dos comportamentos adictivos às drogas. Mas, também aqui se verificou que a aprendizagem, embora constitua um franco contributo para tratar os indivíduos dependentes de drogas, não é, no entanto, suficiente para explicar a manifestação desses comportamentos. As condutas não são determinadas externamente,

pelo que os factores psicológicos têm um papel relevante. Apresentaram-se, então, as perspectivas baseadas em aspectos de cariz psicológico, através de interpretações ancoradas nos motivos intra-pessoais. Abordou-se o modelo de Peele, com a tónica sobre o consumo como uma espécie de refúgio para o indivíduo que não se adequa aos padrões de sucesso culturalmente valorizados. Referiu-se, também, o Modelo Sistémico, perspectivado na ideia de sistema familiar em interacção com outros sistemas. Não obstante, apesar da indubitável importância dos factores focalizados por estas perspectivas explicativas, é notória a necessidade de apelar a conceptualizações mais abertas aos diferentes elementos implicados num fenómeno por demais complexo.

Por tudo isso, apresentou-se o segundo grupo de teorias, mais abrangente, centrado na definição de estádios ou de etapas desenvolvimentais, considerando o desenvolvimento do indivíduo ao longo do seu percurso no âmbito do consumo de drogas. Dos diferentes modelos, destacou-se o de Kandel que, com forte apoio empírico, apresenta os estádios sequenciais de envolvimento progressivo do indivíduo, primeiro no consumo de substâncias psicoactivas legais e, posteriormente, numa crescente envolvimento com drogas ilegais. Apresentou-se a interpretação de Werch e DiClemente, já com focalização nos aspectos motivacionais do sujeito, através de uma sequência de fases inspiradas no Modelo de Mudança Comportamental de Prochaska e DiClemente (1986), ainda que no sentido do envolvimento no consumo de drogas. Já sob um ponto de vista muito diferente surgiu a Teoria da Socialização Primária de Oetting, Donnermeyer e Deffenbacher. Os autores colocaram a tónica no conjunto das instâncias de socialização, como centro nevrálgico do possível envolvimento progressivo do sujeito na toxicodependência.

Também estas conceptualizações teóricas se revelaram extremamente úteis, apesar de não alcançarem as necessárias compreensão e abrangência inerentes ao fenómeno, pelo que, actualmente, se tem optado por integrar múltiplas visões de díspares teorias, numa perseguição de abordagens compreensivas e integradoras. Por isso, passou-se à apresentação do grupo de modelos integrativos e compreensivos. Após referência ao Modelo da Promoção da Saúde, cuja visão alargada torna imperativa uma adequação às especificidades da área das toxicodependências, apresentou-se o Modelo Centrado nos Estilos de Vida e dos Factores de Risco para o consumo de drogas. Seguiu-se a perspectiva de Thornberry que procurou a conjugação de elementos provenientes de diferentes vertentes teóricas, num registo explicativo da delinquência, também aplicável

ao consumo de drogas. Assim, os comportamentos problemáticos como a toxicodependência derivariam da fragilidade do vínculo social, ombreada por um contexto social facilitador das aprendizagens dessas actividades e dos respectivos reforços.

Deste grupo, salientou-se o Modelo Compreensivo e Sequencial das Fases para o Consumo de Drogas na Adolescência que, embora refira a existência de fases, não as assume como estádios, centrando-se na inclusão de múltiplos factores implicados no fenómeno. Segundo este modelo proposto por Becoña, haveria uma primeira fase de Predisposição, de naturezas diversas como a biológica, a socio-cultural e a psicológica, seguida do momento de Conhecimento e contacto com a substância, dependendo de variados aspectos como a disponibilidade da droga e a influência dos que rodeiam o jovem. Passando à Experimentação, o jovem seria afectado por múltiplos factores de risco, podendo transitar ou não para a fase de Consolidação, num registo de repetição das experiências com drogas, considerando as consequências decorrentes de tais consumos. Poderia, então, ocorrer a transição para um momento em que se instalaria a Manutenção, já com regularidade de consumos, num percurso conducente ao desenvolvimento da adicção às drogas. O autor, ao longo da exposição do modelo, foi procurando um paralelismo entre as duas possibilidades de conduta: desenvolvimento de adicção ou abandono das drogas.

De forma igualmente paralela, a conceptualização de Catalano e Hawkins também explora o desenvolvimento de comportamentos pró ou anti-sociais. Segundo esta perspectiva, os factores de risco e preditores atravessam o processo de socialização do indivíduo, tendo um papel fundamental no possível desenvolvimento de comportamentos de índole pró ou anti-social. Trata-se de uma abordagem marcadamente integradora, que congrega ideias originárias das perspectivas do controlo social, designadamente da teoria de Hirschi, da aprendizagem social e da associação diferencial.

\*\*\*

Conforme se salientou no final do capítulo dedicado aos comportamentos anti-sociais, e sendo este um trabalho que se focaliza na convergência entre droga e crime, é pertinente analisar as interpretações teóricas relativas a cada uma dessas condutas para, tentando capturar a sua realidade em separado, buscar uma aproximação à especificidade da

intercepção entre elas, bem como à forma como cada um desses comportamentos afecta o percurso do sujeito no sentido da convergência interactiva entre eles. Na verdade, como foi referido, não é raro que a prática de delito aproxime o indivíduo da manifestação de outros comportamentos problemáticos como o consumo de drogas, não sendo também inusitado que o consumidor de drogas acabe por enverdar por um trajecto delituoso. Recorde-se que o tão frequente poli-consumo de substâncias pode funcionar como um preditor de ambas as condutas em idade adulta: a criminosa e a da politoxicod dependência.

Assim, se é certo que urge captar a realidade subjacente ao fenómeno das drogas, tanto como à problemática do delito, não é menos correcto que se impõe uma análise às teorizações sobre a manifestação conjunta dos dois comportamentos, num registo que, como bem frisam autores como Agra, Brochu, Queirós e Manita, apresenta características distintas das observadas em cada um dos fenómenos separadamente.

Portanto, o capítulo seguinte tratará dessa convergência interactiva entre as duas condutas, numa análise centrada nas especificidades e nas dinâmicas presentes em indivíduos com história de consumo de drogas e de práticas delinquentes.

**CAPÍTULO III**  
**DROGA E ANTI-SOCIALIDADE**



### NOTA INTRODUTÓRIA

Conforme já foi referido, o consumo de drogas e a prática de condutas delituosas são dois comportamentos cuja concomitância se reveste de uma elevada complexidade (Brochu, 2006; Brochu, Cournoyer, Tremblay et al, 2006; Manita, Negreiros, Agra & Guerra, 1997; Minister of Public Works and Government Services of Canada, 2006; Stevens, Trace & Bewley-Taylor, 2005; Seddon, 2006; Tremblay, 1999; White, Tice, Loeber & Stouthamer-Loeber, 2002). Na verdade, se por um lado essa ligação entre os dois comportamentos não pode ser considerada linear (Brochu, 1997; 2006; Casavant & Collin, 2001; Keene, 2005; Kraus, 1981; Manita et al., 1997), por outro lado, existem evidências sólidas de que muitos daqueles que se envolvem em condutas anti-sociais acabam, também, por consumir drogas, como se este último comportamento funcionasse em termos de actividade acessória do registo comportamental anti-social. Além disso, também se verifica o percurso oposto, em que muitos dos que se iniciam no consumo de substâncias tendem a desenvolver posteriores actos anti-sociais (Brochu, 2006; Manita et al., 1997).

De facto, essa associação entre as duas condutas tem sido consistentemente verificada (Bennett & Holloway, 2005b; Hammersley, 2008; Fazel, Bains e Doll, 2006; Harrison e Gfroerer, 1992; Joaquim, 2005; Johnson, 2004; Keene, 2005; Torres & Gomes, 2005; Vitaro, Pedersen e Brendgen, 2007), sendo alvo de estudos muito recentes, que analisam diversas variáveis nesse contexto (Conner, Stein & Longshore, 2009; Fite, Raine, Stouthamer-Loeber, Loeber & Pardini, 2010; Greaves, Best, Day & Foster, 2009; Lier, Vitaro, Barker, Koot & Tremblay, 2009). A verdade é que se calcula que nos modernos países ocidentais, três quartos da população prisional sejam constituídos por indivíduos consumidores de substâncias (Torres & Gomes, 2005), para além das estimativas que apontam para que cerca de metade dos crimes cometidos estejam associados ao fenómeno das drogas (Gossop, 2010). Efectivamente, vários estudos (Agra, Fonseca, Quintas & Poiars, 1997; Fazel et al., 2006; Mallik-Kane & Visher, 2008; Negreiros, 1997; Torres & Gomes, 2005) têm averiguado a respeito do consumo de substâncias estar tão presente entre a população prisional, havendo mesmo

evidências de que os indivíduos consumidores de drogas tendem mais a voltar a delinquir, num registo mais frequente de reincidência, dependendo de outras variáveis também implicadas no fenómeno (Brochu et al., 2006; Mallik-Kane & Visser, 2008; Plourde & Brochu, 2002).

Assim sendo, parece inegável a existência de uma estreita ligação entre as duas práticas (Harrison & Gfroerer, 1992; Junger & Dekovic, 2003; Keene, 2005; McCrystal et al., 2007; Muncie, 2009; Sun, Cousineau, Brochu & White, 2006; Vitaro et al., 2007) que, recorde-se, não se revelam necessariamente imbuídas de uma relação causal (Agra, 2002; Brochu, 2006; Kraus, 1981; Otero, 1994; Seddon, 2006). Acrescente-se que a associação entre práticas delituosas e consumo de drogas não é um problema novo, mas antes uma das mais persistentes formas de comportamento problemático (Snyder & Sickmund, 1995). A esse respeito, o que tem sido sugerido por várias análises é que a ligação entre droga e delito é pautada por uma interacção das duas condutas, sendo atravessada por factores que operam a diferentes níveis e que são parte integrante do contexto de desenvolvimento de processos extremamente complexos (Seddon, 2000, 2006).

Essa complexidade inerente aos processos de desenvolvimento dos dois comportamentos torna imperativa uma revisão teórica sobre o fenómeno, agora sob o ponto de vista da intercepção entre as duas condutas.

### **3.1. Droga/Anti-socialidade: do Determinismo ao Processual**

A alusão ao problema do consumo de substâncias remete, desde logo, para um conjunto de representações variadas e de precisão duvidosa (Cardoso, 2001; Moral, 2005; Taylor, 2008), com imediata associação a temas como doença, insegurança, crime, desvios comportamentais, perversões, transgressões sociais e morais, entre outros cujas pesquisas são, não raramente, divergentes e até antagónicas (Cardoso, 2001). Na verdade, a relação entre droga e crime tem sido alvo de discursos produzidos por áreas muito diferentes, nomeadamente de cariz político e, muito frequentemente, com tendência a elaborar análises de carácter mecanicista (Allen, 2007; Brochu, 1997).

Durante muito tempo, prevaleceu a ideia de que o consumo problemático de substâncias seria a causa do desenvolvimento de condutas delinquentes. Assim, a explicação mais

corrente para a associação entre o consumo de drogas e a manifestação de certos comportamentos, como a prática delituosa, incidiu sobre os efeitos desinibidores das substâncias, que conduziriam ao desenvolvimento de condutas sexuais agressivas e de comportamentos delinquentes. Relativamente ao consumo de drogas ilícitas, a sua associação a um registo comportamental anti-social, nomeadamente a acções de delito contra a propriedade, foi, tradicionalmente, explicada pela necessidade do indivíduo obter meios económicos que lhe permitissem sustentar os consumos (Allen, 2007; Brunelle, Brochu & Cousineau, 1998; Negreiros, 1997; Otero, 1994), num registo de execução de práticas delituosas de carácter essencialmente aquisitivo (Allen, 2007).

Assim, pode afirmar-se que os estudos desenvolvidos a respeito da concomitância do consumo de drogas e da anti-socialidade levantaram três hipóteses explicativas. Duas dessas hipóteses remetem para um dos comportamentos como causa do outro, e a terceira aponta para a inexistência de causalidade entre as duas condutas (Bean, 2004; Manita et al., 1997; Otero, 1994). A primeira hipótese considera que o consumo de substâncias antecede e origina o desenvolvimento de outros comportamentos anti-sociais, nomeadamente de carácter delituoso, sendo a necessidade de manutenção dos consumos o factor que leva o indivíduo a delinquir. De facto, foi esta a ideia que surgiu a partir dos primeiros trabalhos científicos sobre o fenómeno (Bean, 2004; Bennett & Holloway, 2005b; Brunelle et al., 1998; Hammersley, 2008; Otero, 1994). Actualmente, vão sendo investigadas algumas das facetas da problemática através de estudos (Agra & Matos, 1997; DeBeck et al., 2007; Johnson, 2004) que, nos seus resultados, encontram essa relação em que se verifica a necessidade de obtenção de rendimentos através da execução de actos ilegais, muito embora tal posição se faça acompanhar da consideração de outras vertentes explicativas. Junger e Dekovin (2003), por exemplo, apresentam uma perspectiva do delito como constituindo um risco para o posterior consumo de drogas, numa lógica que se aproxima da segunda hipótese explicativa da problemática.

A segunda hipótese parte da suposição de que o delito precede e é causador do posterior envolvimento do sujeito no consumo de substâncias. Sob este ponto de vista, a associação entre os dois comportamentos prende-se com um compromisso do indivíduo relativamente a uma sub-cultura favorecedora de oportunidades de envolvimento com as drogas. Dito de outra forma, o consumo de substâncias seria, nesta perspectiva, uma fase mais avançada de todo um percurso desenvolvido no mundo do desvio (Bean,

2004; Bennett & Holloway, 2005b; Hammersley, 2008; Otero, 1994), em que se poderia considerar que a acção das drogas facilitaria a execução de certos actos delinquentes (Allen, 2007; Brochu, 2003; Brunelle et al., 1998). Este registo foi encontrado num estudo (Agra & Matos, 1997), em que se identificou um tipo de trajectória desviante, dos “delinquentes/toxicodependentes”, no qual os sujeitos revelaram ter contactado as drogas antes dos 16 anos de idade, após integração num contexto de delinquência, pelo que os consumos terão sido um dos elementos de um estilo de vida desviante. O mesmo estudo identificou um outro tipo de percurso, o dos “toxicodependentes/delinquentes”, cujo registo evolutivo vai ao encontro da primeira hipótese apresentada, seguindo-se um terceiro e último tipo de trajectória desviante, que aponta para percursos nos quais, antes dos 17 anos de idade, se verificaram contactos com as drogas em contextos de subculturas delinquentes ou de consumidores regulares de substâncias. São os indivíduos considerados como “especialistas droga-crime” e que se enquadram na terceira hipótese explicativa do fenómeno.

Essa terceira e última hipótese remete para a inexistência de uma causalidade linear e directa entre as duas condutas que, no entanto, parecem também evidenciar uma mutualidade causal, de recíproca potenciação de comportamentos (Bennett & Holloway, 2005a). Sob esta perspectiva, ambas as condutas seriam resultantes da presença de determinados factores, que poderiam conduzir ao desenvolvimento de cada um dos comportamentos separadamente ou, pelo contrário, à emergência mais ou menos simultânea das duas práticas. Com efeito, esta terceira hipótese surgiu como uma alternativa às duas anteriores, na medida em que a relação causal entre as condutas delinquentes e o consumo de drogas acabou por se revelar falaciosa, já que ambos os comportamentos pareciam resultar de uma constelação de factores comuns. Esta última ideia tem sido apoiada por vários trabalhos desenvolvidos com amostras constituídas por jovens nos quais se manifestam as duas condutas (Bean, 2004; Otero, 1994).

De facto, nas análises mais recentes, o que se tem procurado averiguar não é a eventual existência de uma associação de carácter causal entre os dois comportamentos, nem num sentido, nem no seu oposto. A ideia que tem sido privilegiada é a de que a relação droga/crime faz parte integrante de um esquema de desviância social inerente à adopção de um estilo de vida desviante (Brochu, 2006; Brunelle et al. 1998; Parent & Brochu, 1999; Seddon, 2000). Estudos e interpretações muito recentes (Anglin et al., 2009; Bennett e Holloway, 2005a; Conner et al., 2009; Fite et al., 2010; Lier et al., 2009;

Martins & Pillon, 2008; Seddon, 2006;) têm vindo a analisar as possíveis relações entre o consumo de substâncias e as práticas delituosas, numa busca de novas configurações do fenómeno e de diferentes variáveis implicadas, em que se procura, frequentemente, ter em consideração as diferentes substâncias e os díspares registos de criminalidade a elas associados.

Em suma, é possível identificar diferentes vertentes explicativas do fenómeno. Primeiramente, surgiram as abordagens nas quais prevalecia a procura de uma relação de causalidade linear e directa, através do estabelecimento de leis em que toda e qualquer variação de um elemento produziria um efeito directo e previsível sobre um segundo elemento, este último causado pelo primeiro. Numa outra leitura do fenómeno, a explicação procurou basear-se na ideia de que aquela realidade poderia ser vista como uma manifestação de um conjunto de comportamentos, que poderiam ser reduzidos a formas estruturais orgânicas, psicológicas e sociais. Finalmente, sob um outro ponto de vista, o fenómeno passou a ser considerado como interveniente num processo de passagem por estádios que se iriam configurando ao longo do tempo (Agra, 1996).

Então, podem considerar-se três grandes linhas interpretativas da problemática, que passam pela Explicação Determinista Causal, pela Explicação Estruturalista e, por último, pela Explicação Processual (Agra, 1996). Em torno destas três vertentes, foram sendo desenvolvidas diferentes conceptualizações, algumas das quais passarão a ser sumariamente expostas no ponto seguinte.

### **3.2. Perspectivas Teóricas da Relação Droga/Anti-socialidade**

Na sequência do que foi anteriormente referido, podem distinguir-se três correntes distintas na forma de interpretação da co-ocorrência entre consumo de drogas e práticas anti-sociais. Dentro de cada uma dessas correntes de pensamento, podem apontar-se algumas das abordagens teóricas que foram procurando dar uma explicação para o fenómeno, conforme se pode ver no quadro 3.1.

Quadro 3.1. Correntes explicativas da relação droga/anti-socialidade.

<b>Explicação</b>		
<b>Determinista causal</b>	<b>Estruturalista</b>	<b>Processual</b>
Modelo Psicofarmacológico;	Estatística Estrutural;	Perspectiva
Modelo Económico-compulsivo;	Síndrome da Desviância;	Desenvolvimentista;
Modelo Sistémico;	Vertente	Perspectiva Baseada na
Modelo Tripartido.	Psicopatológica;	Ideia de Carreira;
	Vertente Sociocognitiva.	Perspectiva do Estilo de
		Vida;
		Formação Droga/Crime.

### 3.2.1. A Explicação Determinista Causal

Esta perspectiva baseia-se nas hipóteses de existência de uma causalidade linear e directa entre o consumo de drogas e as práticas delinquentes. Sob este ponto de vista, o que se procura, é analisar o fenómeno a partir da ideia de que uma das condutas é causadora da outra.

No que respeita à ideia de que a droga é causadora do desenvolvimento de comportamentos delituosos, alegam-se três razões para a sustentar. A primeira razão supõe que o consumo de substâncias psicoactivas desencadeia alterações comportamentais, originando o subsequente desenvolvimento de condutas anti-sociais (Brochu & Parent, 2005). O segundo argumento, já anteriormente apontado, assenta na necessidade do indivíduo sustentar os seus consumos e, para isso, ser levado a práticas delituosas de carácter aquisitivo com o fim de angariar meios para adquirir as drogas (Anglin & Speckart, 1986; Fisher et al., 2007). A terceira razão baseia-se no argumento de que as sub-culturas da droga, mais especificamente os mercados de substâncias ilegais, constituem um contexto que potencia a manifestação de comportamentos delinquentes (Brochu, 1996; 1997; 2006; Brochu & Parent, 2005). No que diz respeito à hipótese causal inversa, em que o delito é considerado como causa do consumo de drogas, o principal argumento assenta na ideia de que há uma precedência de práticas delituosas em relação ao consumo de substâncias, num contexto em que o delito se inscreve num meio intimamente associado aos consumos, a que o sujeito acaba por aderir (Agra, 2002).

A ideia de que o consumo de substâncias constitui a causa para o desenvolvimento de acções delinquentes revela-se a base de desenvolvimento de modelos como o Psicofarmacológico, o Económico-compulsivo, o Sistémico e o Tripartido (Bean, 2004; Goldstein, 1995; Goldstein, Bellucci, Spunt & Miller, 1991). O Modelo Psicofarmacológico parte da premissa de que o consumo de drogas conduz a estados que levam o indivíduo à prática de condutas anti-sociais, devido aos efeitos produzidos pelas substâncias. Entre esses efeitos, o modelo refere a redução de desempenho em termos das funções cognitivas, a redução do controlo comportamental e, entre outras consequências, a maior propensão para o desenvolvimento de manifestações agressivas e até violentas (Brochu, 2006; Goldstein, 1995; Goldstein et al., 1991; Observatorio Europeo de las drogas y las toxicomanías, 2007).

Efectivamente, alguns estudos desenvolvidos a respeito do consumo de substâncias apontaram para a acção da substância sobre os centros cerebrais da impulsividade e da agressividade, desinibindo o sujeito que, dessa forma, poderia manifestar comportamentos delituosos mais facilmente. Um estudo, realizado por Chalub e Telles (2006), procedeu à análise de publicações entre 1986 e 2006. A investigação constatou que as pesquisas associam as perturbações causadas por substâncias à criminalidade, comprovando-se uma elevada proporção de acções violentas quando se verifica a presença de álcool ou de drogas ilícitas nos agressores, nas vítimas ou em ambos. Contudo, os autores da análise referiram, também, que diferentes indivíduos respondem diferentemente face a igual grau de intoxicação, sendo necessário ter em consideração a conjugação de factores orgânicos, socioculturais e de personalidade. Outras análises (Bennett & Holloway, 2005a) debruçaram-se sobre o consumo de drogas ilegais, nomeadamente a cocaína (Hunt, 1991), procurando averiguar os mecanismos de acção e os efeitos das substâncias para, a partir daí, se explicarem os comportamentos dos indivíduos, principalmente no que toca a condutas violentas.

Este tipo de investigação, geralmente laboratorial, serve-se da observação de situações artificialmente criadas para analisar a relação droga/anti-socialidade. Existem também estudos (Kintz, 2007) que procuram centrar-se na observação de casos em que se verifica a manifestação de comportamentos delinquentes em estado de intoxicação do ofensor. De facto, algumas análises têm constatado que os estados de intoxicação por consumo de substâncias são, frequentemente, aliados à prática de acções agressivas e até a situações de passagem ao acto criminoso mais violento. Exemplo desses estudos é

o apresentado por White et al. (2002), realizado com 506 adolescentes do sexo masculino, em que se evidenciou que os sujeitos relataram cometer mais frequentemente ofensas contra pessoas quando se encontravam sob o efeito de álcool e de outras drogas. No entanto, ainda segundo o mesmo estudo, não se verificou uma associação significativa entre os efeitos das substâncias, a impulsividade ou a desviância do grupo de pares. A conclusão geral da investigação remete, mais uma vez, para a grande complexidade da relação entre o consumo de drogas e os comportamentos ilegais dos adolescentes. Acrescente-se uma outra análise (Martin et al., 2009) que, ao contrário do que seria de esperar, não encontrou uma associação significativa entre o consumo de metanfetaminas e a manifestação de condutas violentas.

Assim, ao que tudo indica, não parece razoável concluir pela existência de uma relação causal directa e linear entre o estado de intoxicação por uso de drogas e as práticas criminosas (Brochu, 2006; Fagan, 1990). É importante ter presente que existe toda uma multiplicidade de variáveis implicadas no fenómeno. Entre esses factores influentes no comportamento do indivíduo, podem referir-se os situacionais, os circunstanciais e os socio-culturais, cuja acção também interfere nas condutas do sujeito que se encontra em estado de intoxicação (Fagan, 1990). Por exemplo, sob a perspectiva dos grupos ou *gangs* que desenvolvem condutas delinquentes, a violência manifestada é independente do facto de se consumirem drogas ou não (Fagan, 1989). As próprias características físicas e psicológicas, a atitude dos restantes actores sociais, o nível de permissividade da situação, a disponibilidade de meios e de oportunidades para práticas anti-sociais, as consequências antecipadas pelo sujeito, a maior ou menor presença de mecanismos de controlo social e até a eventual existência de factores sociais mais ou menos favoráveis à manifestação de condutas desviantes, são factores influentes a considerar (Brochu, 2006). Acrescente-se que a explicação sustentada pelo estado de intoxicação se apresenta inadequada, na medida em que exhibe uma tendência simplista na ligação que estabelece entre os dois comportamentos (Miczek et al, 1994).

Outro dos modelos enquadrados na Perspectiva Determinista Causal é o Económico-compulsivo. Neste modelo, a explicação para a concomitância de consumo de drogas e de comportamentos anti-sociais, nomeadamente no âmbito do delito aquisitivo, baseia-se na existência da situação de dependência de drogas, conforme alguns estudos têm averiguado (DeBeck et al., 2007). Essa dependência, a par do elevado custo de certas substâncias, seria a razão que levaria o indivíduo a executar acções anti-sociais,

designadamente, no âmbito da criminalidade lucrativa (Bean, 2004; Brochu, 1996; 2006; Goldstein et al., 1991; Observatorio Europeo de las drogas y las toxicomanías, 2007). Não obstante, Bennett e Holloway (2005a) constataram a existência de variações, na relação entre droga e crime, que não apenas as ligadas ao custo de manutenção dos consumos, dependendo das particularidades da combinação entre o tipo de drogas consumidas e o tipo de crimes praticados.

Poder-se-ia considerar, então, que este modelo interpreta a toxicodependência como uma doença em que os comportamentos do indivíduo são determinados de forma directa por esse estado patológico. Dito de outra forma, a toxicodependência afectaria inevitavelmente o comportamento do indivíduo no sentido da prática delituosa de carácter aquisitivo, com o fim de evitar o estado de carência da(s) substância(s) cujos consumos teriam de ser mantidos.

É indubitável que esta visão do fenómeno se apresenta como uma construção reducionista que deixa por explicar, por exemplo, o porquê de muito frequentemente se verificar a antecedência da delinquência em relação ao consumo de drogas (Parent & Brochu, 1999). De facto, é necessário ter bem presente que, entre os consumidores de drogas com comportamento anti-social, a sequência temporal do consumo de substâncias e da posterior adopção de condutas delituosas é menos comum que a ordem sequencial oposta, isto é, a da manifestação de anti-socialidade, em que se verifica até uma “criminalidade predatória”, como antecedente do posterior consumo de substâncias (Chaiken & Chaiken, 1990).

Numa linha interpretativa totalmente diferente, embora ainda no âmbito do determinismo causal, situa-se o Modelo Sistémico que, curiosamente, não se identifica com o paradigma sistémico propriamente dito. De facto, o modelo é assim denominado porque a sua explicação sobre o fenómeno extravasa o plano das características individuais para se centrar no meio, nomeadamente, no ambiente típico do mercado ilícito de drogas. O modelo defende que os consumidores de drogas se movem num meio particularmente agressivo. Esse mundo das drogas ilegais proporciona ao indivíduo a vivência de situações que incitam à adopção de práticas anti-sociais. Sob a mesma perspectiva, pode referir-se o modelo causal invertido, no qual o meio em que se envolve o indivíduo com condutas anti-sociais propicia o desenvolvimento de um estilo

de vida favorecedor da adesão ao consumo de drogas (Bean, 2004; Brochu, 1995a; 2006; Brochu & Parent, 2005).

Assim, segundo esta explicação para o fenómeno, não é propriamente o consumo de substâncias que está na origem do delito, mas sim o clima de violência e a especificidade e rigidez das normas prevalentes no mercado das drogas ilegais, sendo o sistema de distribuição e de aprovisionamento dessas substâncias que favorece o desenvolvimento da criminalidade associada (Bean, 2004; Brochu, 2006). Nesta perspectiva, pode enquadrar-se uma investigação desenvolvida por Santos e Kassouf (2007), que se debruça sobre a análise de cariz económico ao mercado das drogas ilegais para, a partir das suas especificidades, procurar associações ao mundo da criminalidade. Os resultados do estudo forneceram evidências de que o desenvolvimento do mercado de drogas ilegais foi assumindo contornos responsáveis pela criminalidade. Contudo, as conclusões do estudo também apontam para outros factores implicados. Então, se é certo que os mecanismos do mercado de drogas ilegais terão algum impacte sobre a criminalidade, não será menos correcto considerar a presença de outros factores, directa e indirectamente envolvidos, podendo argumentar-se de igual forma, em relação aos restantes modelos apresentados até aqui. Assim, tudo parece indicar a necessidade de atender a diversos aspectos que se conjuguem no sentido da manifestação do fenómeno. É nesse sentido que o modelo de Goldstein tende a dirigir-se.

Efectivamente, o Modelo Tripartido, proposto por Goldstein, avança com uma tentativa de conjugação de alguns dos aspectos anteriormente referidos, como forma de estabelecer a ponte de ligação entre o consumo de drogas e as práticas anti-sociais (Goldstein, 1995; Goldstein et al., 1991; Filho et al., 2001). O modelo concilia as razões apresentadas pelas anteriores grelhas de interpretação e aponta os seguintes elementos: i) os efeitos psicofarmacológicos do produto; ii) os elevados custos de determinadas drogas ilegais; iii) o clima de violência inerente aos mercados ilegais de drogas.

Assim, numa perspectiva tendencialmente determinista, Goldstein procurou demonstrar que as drogas podem conduzir à criminalidade por via das suas propriedades psicofarmacológicas, através da sua acção conducente a estados de intoxicação e, ainda, pelos seus elevados custos que tornam difícil a manutenção económica dos consumos (Agra, 1996; Brochu, 1996; 2006). Então, de acordo com este ponto de vista, o

consumidor dependente de drogas poderia, sob o efeito daquelas, cometer actos anti-sociais e até criminosos. Além disso, o delito poderia também ser executado com o objectivo de obter meios monetários para aquisição das substâncias cujos preços são elevados. O indivíduo poderia, também, estar afectado pela violência inerente à sub-cultura das drogas e ao próprio mercado ilegal das mesmas, sendo esse um outro catalizador para o desenvolvimento de certos comportamentos de índole anti-social. Assente nestes três aspectos, o Modelo Tripartido refere a relação entre os dois comportamentos como resultante dessas três direcções possíveis, visto que em cada uma delas se encontram diferentes vítimas, distintos motivos e uma influência diferencial em termos de contexto social e dos diferentes tipos de drogas consumidas (Goldstein, 1995; Goldstein et al., 1991).

Realmente, díspares substâncias produzem diferentes efeitos, já que certas drogas levam à inibição de condutas violentas, enquanto outras podem até potenciar esse tipo de comportamentos. No que respeita ao delito associado à necessidade de adquirir drogas, tal ligação apenas se poderá relacionar com o delito aquisitivo. Outro tipo de delitos poderá ser enquadrado no terceiro aspecto mencionado, uma vez que os próprios mecanismos dos mercados de drogas ilícitas, sem possibilidade de apelo a meios legais de resolução de conflitos, constituem um factor que potencia práticas agressivas e criminosas. Além disso, esse meio favorece a aproximação de duas figuras do desvio, o toxicodependente e o delinquentes, que se movem conjuntamente em torno de um mesmo produto, que é fonte de interesse para ambos (Brochu, 2006). De um modo geral, os aspectos referidos no modelo são três facetas de um mesmo problema que decorre de um estilo de vida específico. Trata-se de um modelo que, muito embora imbuído de um claro determinismo, abre portas à consideração de diferentes factores que actuam conjuntamente. O Modelo Tripartido tem inspirado investigações, de que é exemplo o estudo de Bennett e Holloway (2009), em que se conclui a favor de uma re-análise da perspectiva de Goldstein, no sentido de incluir toda uma gama de factores implicados na relação droga-crime. Essa multiplicidade de factores a considerar deve também passar por análises que separem claramente as motivações económicas das farmacológicas e de outras, para que se compreenda melhor o problema (Kuhns & Clodfester, 2009).

A verdade é que a ideia de que as drogas possam estar na origem do crime deixa por explicar os percursos em que o delito antecede os consumos e em que ambas as

condutas se instalam mais ou menos simultaneamente, como já aqui se referiu. Ora, vários estudos (D'Orbán, 1973; Stephens & Ellis, 1975; Vaillant, 1966) têm evidenciado que a precedência do crime, relativamente ao consumo de drogas, é muito frequente. De acordo com uma análise de Makkai e Payne (2007), a progressão da carreira criminal parece evoluir em escalada, tendo-se verificado que apenas 17% dos indivíduos apresentava uma antecedência do consumo de drogas relativamente ao crime. Os resultados do estudo evidenciaram, também, que 54% dos sujeitos se haviam iniciado na prática de delitos antes de consumirem substâncias, enquanto os restantes tinham iniciado ambas as condutas em simultâneo. Ainda assim, a ideia de que o delito é causador do consumo de drogas também se revela redutora, não explicando as situações em que o consumo antecede o crime ou em que se verifica uma adesão simultânea a ambas as condutas.

Assim, por tudo quanto foi referido, é fundamental recordar a complexidade de que se reveste esta convergência de comportamentos. Tal complexidade não se compadece com análises centradas em determinantes únicos de carácter psicofarmacológico, económico ou associado a regras mercantis (Agra, 1996), nem mesmo em factores externos apresentados como determinante das condutas dos indivíduos. Tais factores terão, certamente, algum impacto, mas devem considerar-se em articulação com outros, num registo de interacção multifactorial, tão vasto quanto profundo que, como acontece nas explicações estruturalistas, norteie as pesquisas no sentido de um menor determinismo.

### **3.2.2. A Explicação Estruturalista**

Por oposição às explicações deterministas causais, a Perspectiva Estruturalista remete para a busca de uma causalidade não linear, mas antes correlacional, através da consideração de factores que estejam subjacentes aos dois comportamentos e que revelem uma associação estatisticamente determinada. Sob a Perspectiva Estruturalista, não se procede a uma análise limitada às hipóteses de que um dos comportamentos seja o causador directo do outro, abrindo-se a possibilidade de considerar outros elementos implicados na problemática (Agra, 2002; Brochu, 1996). Esta linha de pensamento sobre a relação entre as duas condutas interpreta a Explicação Determinista Causal como excessivamente simplista, e parte da ideia de que, se os comportamentos surgem

conjuntamente, haverá algum factor comum a ambos. Quererá isto dizer que haverá elementos comuns e subjacentes às duas condutas, elementos esses que se encontram num plano mais profundo, mais precisamente ao nível das estruturas de funcionamento do indivíduo (Janosz, Le Blanc & Boulerice, 1988).

Assim, nesta grelha interpretativa, a co-ocorrência droga/delito seria um epifenómeno, uma manifestação visível e pertencente a um funcionamento comportamental redutível às estruturas de natureza orgânica, psicológica e social (Agra, 1996). Sob este ponto de vista, procurou-se a relação entre o consumo de drogas e a prática delituosa através de análises cujas conclusões apontaram para a existência de uma relação claramente demonstrada entre os dois comportamentos como, aliás, já aqui foi referido diversas vezes. Porém, segundo esta perspectiva, não foi possível concluir a respeito de uma relação causal, sendo que um comportamento não poderia ser previsível a partir do outro. Assim, de um modo geral, as duas condutas seriam atravessadas por aspectos como o estilo de vida, o envolvente social, a estrutura de personalidade e outras variáveis que impedem a previsão de um dos comportamentos apenas com base na manifestação do outro. De acordo com este tipo de explicação, tudo parece apontar a existência de uma relação de carácter tendencialmente estrutural, e não de cariz puramente causal, havendo muitos factores a influenciar o fenómeno (Anglin & Speckart, 1986; Speckart & Anglin, 1986).

No quadro das Perspectivas Estruturalistas, há quem entenda o desvio como se de um estado latente se tratasse e que, em termos estruturais, encerrasse uma tendência para a rotura com as normas e com as instituições convencionais, nomeadamente, com a família, a escola e a comunidade. Então, de acordo com esta leitura interpretativa designada por Síndrome Geral da Desviância, o desvio seria considerado como a resultante de algo estrutural, que conduziria ao desenvolvimento de comportamentos como a prática de actos delinquentes, o envolvimento no consumo de drogas, a vadiagem, a fuga da escola, o absentismo no trabalho, o vandalismo, a sexualidade precoce e a adesão a grupos desviantes (Le Blanc, 1996; 1999), num registo comportamental com clara tendência anti-social. Assim sendo, a convergência dos dois comportamentos problemáticos mais não seria que uma expressão visível dessa estrutura latente de desviância, com tendência para a negação do normativo e do convencional, e em que a Síndrome Geral de Desviância levaria à rotura, por parte do

indivíduo, relativamente à sociedade normativa (Agra, 1996; Brochu, 1995a; 1995b; 2006).

Já a vertente Psicopatológica procura uma explicação da relação droga/crime baseada na existência de características individuais, que revelam a presença de problemas profundos e conducentes à manifestação de condutas anti-sociais. Este tipo de explicação baseou-se, por muito tempo, na procura de uma personalidade típica em que determinados traços seriam característicos dos indivíduos com comportamentos desviantes, nomeadamente, com condutas criminosas (Agra, 1996). Assim, nesta vertente explicativa, a tendência seria a de isolar traços comuns aos indivíduos com comportamentos anti-sociais e, a partir daí, procurar definir o padrão de personalidade de tais sujeitos. Vários autores, como Eysenck e LeBlanc, tentaram definir uma tal personalidade. Mas, saliente-se, o desenvolvimento de um percurso de delito processa-se dentro de um contexto integrador de múltiplas e variadas condições sociais, em que estão também presentes as componentes biológica e social, as influências de índole desviante e as oportunidades geradas nessas esferas de influência, num registo tendente à auto-perpetuação da conduta por via de regulações sociais e pessoais (Le Blanc, 1994).

Acrescente-se que, na Perspectiva Psicopatológica, a adopção de condutas anti-sociais surge aliada a determinadas características, sendo alvo de uma categorização nosológica mediante a definição de critérios de diagnóstico para o estabelecimento da Perturbação da Personalidade Anti-social, num registo de que pode ser exemplo a lista apresentada por Hare (1985) que, dessa forma, caracterizou o funcionamento dos sujeitos com tal funcionamento. Então, o fenómeno seria traduzido pela expressão sintomatológica de uma tentativa de resolução de estados de angústia, igualmente manifestada em casos de neurose. No caso concreto do indivíduo com condutas desviantes verificar-se-ia a existência de um “negativismo social”, num registo de oposição às normas sociais, em que se verificaria a agressão ao próprio sistema social. O desvio seria, neste caso, explicado ao nível da estrutura social próxima do indivíduo, com manifestação dos sintomas de uma situação patológica e presente na própria estrutura social (Agra, 1996). No entanto, estudos recentes (Kazemian & Le Blanc, 2004) têm apontado para um registo de manutenção de condutas criminosas mais atribuível a aspectos situacionais e de oportunidade, do que a características pessoais.

Outra abordagem à concomitância dos comportamentos delituosos e do consumo de drogas, tanto se apoia na ideia das técnicas de neutralização, como na dos processos de etiquetagem ou rotulação do indivíduo, enquanto pilares que sustentam a relação droga/crime. Fala-se, aqui, da vertente Sociocognitiva que se enquadra no âmbito das explicações estruturalistas, defendendo que a relação entre os comportamentos não é natural, sendo até artificialmente construída por elementos que se prendem com a interacção social e com a componente cognitivo-afectiva (Agra, 1996).

As técnicas de neutralização, apontadas por Sykes e Matza em 1957, enquadram-se nesta vertente e referem-se à expectativa do sujeito relativamente ao efeito do produto, seguida do processo de desresponsabilização do mesmo quanto ao acto cometido. Para tanto, o indivíduo recorre a estratégias como a adopção de um *locus* causal externo, a negação do acto através da racionalização conducente à anulação dos danos provocados pelo mesmo, bem como a minimização da gravidade das suas acções (Gailey & Prochaska, 2007; Newburn, 2007). Pode mesmo dizer-se que a ideia generalizada de que a droga é causa do delito é usada como justificação e forma de neutralização, por indivíduos toxicodependentes que delinquentes. Por seu turno, a técnica de neutralização relaciona-se com a ideia da rotulação ou etiquetagem do indivíduo, até porque, prevalece a ideia generalizada de que um comportamento conduz ao outro e em que, de acordo com a etiquetagem, o toxicodependente cometerá actos social e/ou legalmente reprováveis, numa obediência ao papel com que foi etiquetado. O estigma cumpre-se, assim, no sujeito que desta forma percebe as suas acções como fazendo sentido dentro da constelação droga/delito (Agra, 1996).

Através desta abordagem à relação entre droga e crime foram surgindo interpretações que em muito contribuíram para uma maior aproximação às possíveis explicações do fenómeno. Não obstante, continuaram por compreender os aspectos intimamente ligados a essa concomitância de condutas. É certo que esta leitura do problema, libertando-se do exacerbado determinismo anterior, acabou por proporcionar uma aproximação ao registo comportamental do sujeito e, sobretudo, aos aspectos que mais profundamente podem estar ligados a um tal funcionamento. No entanto, esses aspectos tácitos carecem de uma grelha de interpretação compreensiva para que se possa capturar a realidade destes indivíduos.

Efectivamente, a respeito da caracterização da relação droga-crime, têm sido desenvolvidas variadas análises (Jackson et al., 2010; Sacks et al., 2009) a propósito das quais se pode afirmar que os estudos têm indiciado um funcionamento global específico deste registo comportamental, que importa explorar de forma algo abrangente, com integração da personalidade, dos afectos e do contexto de vida em que tais comportamentos se manifestam. Ao que parece, verifica-se a necessidade de procurar uma leitura que busque a penetração dos processos em si, devidamente contextualizados em termos biográficos, mediante uma focalização na componente processual do fenómeno e não tanto na explicação dos comportamentos manifestos. Por isso, segue-se a exposição da análise processual ao fenómeno droga-crime.

### **3.2.3. A Explicação Processual**

Nesta perspectiva considera-se o percurso existencial dos indivíduos, num registo que contempla o tempo e a história do sujeito, atendendo às diferentes etapas e aos acontecimentos de vida mais marcantes. A relação entre os dois comportamentos, delito e consumo de drogas, é compreendida e explicada, fazendo intervir o fenómeno no reconhecimento das passagens entre estados ao longo do tempo (Agra, 1995), e através da contextualização das condutas na trajectória desviante do indivíduo, bem como na sua história e no estilo de vida por ele adoptado (Agra, 1996; 2002).

Na verdade, nas anteriores tendências explicativas do fenómeno, nomeadamente na Determinista Causal, constatou-se uma incapacidade de consideração das ocorrências, dos contextos e dos sistemas de vida individuais. Já no plano da Explicação Estruturalista, verificou-se a não rejeição dos factores individuais. Contudo, essa tendência explicativa acabou por reduzir o leque de factores implicados no fenómeno, na medida em que se centrou essencialmente na busca dos elementos comuns às duas condutas, sem qualquer contextualização existencial desses elementos. Pelo contrário, no que se refere à Explicação Processual, constata-se a consideração dos factores associados às fases evolutivas da relação entre os dois comportamentos, atendendo-se, também, aos diferentes estilos de vida que vão dando um sentido a essa evolução, devidamente contextualizada na trajectória do indivíduo (Agra, 2002).

Evidentemente, a Perspectiva Desenvolvimentista enquadra-se nesta corrente de que se podem referir alguns autores como LeBlanc, que descreveu o desenvolvimento do sujeito e o seu envolvimento no desvio de forma articulada e interactiva, com consequências sobre uma série de outros comportamentos igualmente problemáticos (Janosz et al., 1998). Trata-se de uma abordagem em que a socialização assume um papel crucial no desenvolvimento moral do indivíduo e no seu auto-controlo, porquanto, a comunidade e a família têm um papel determinante nesse processo (Wikstrom & Sampson, 2003). Basicamente, este ponto de vista aponta a desviância como um fenómeno ligado ao processo de desenvolvimento do indivíduo, em que a co-ocorrência dos dois comportamentos pode emergir sob a influência da crise desenvolvimental que se instala durante o período da adolescência. Então, a instalação das duas condutas poderia circunscrever-se a uma etapa inicial com posterior extinção ou, pelo contrário, poderia evoluir passando por diferentes estádios (Agra, 1996; 1999; 2002).

Também dentro das explicações centradas nos processos, encontra-se a Perspectiva de Carreira Desviante. Sob este ponto de vista, a edificação de carreira passa pela consideração de processos de aprendizagem, através da observação daqueles que já percorreram esse mesmo trajecto. Contrariando a ideia de que a droga é o elemento causador da prática delituosa e negando a causalidade contrária, Faupel optou por uma abordagem assente no conceito de carreira, tendo-se inspirado tanto em Becker como em Goffman (Agra, 1996; 1999). Para Faupel, o conceito de carreira surge como uma sucessão de estados ao longo do tempo, em que se verifica a organização de diferentes acontecimentos inter-relacionados (Maher, 1997; Tinoco, 1999) e que denotam certa regularidade. As regularidades e os estados que se sucedem no tempo prendem-se com a disponibilidade da substância, as motivações, os conhecimentos, as técnicas e as competências do indivíduo em relação ao desvio (Faupel, 1987; 1991). Todos esses elementos potenciam a iniciação no consumo de drogas, que entram na vida do indivíduo e na sua estrutura, concorrendo para a regularidade comportamental. O trabalho desenvolvido por Faupel não se limitou a analisar as componentes do comportamento de um ponto de vista interactivo, perfilhando, também, uma abordagem qualitativa que favoreceu a compreensão do fenómeno, numa busca das percepções e significações dos próprios indivíduos (Brunelle, Cousineau & Brochu, 2005). Na verdade, a partir da análise à história de vida de 32 participantes dependentes de heroína, foi possível concluir que a relação causal entre o consumo de drogas e as

atividades delinquentes apenas se poderia revelar em certos períodos restritos das carreiras desviantes, enquanto noutros períodos essa dinâmica causal não se mostrou relevante (Faupel & Klockars, 1987).

Assim, estrutura de vida e disponibilidade da substância constituem os dois eixos que vão sofrendo alterações, um em função do outro, numa estreita interação (Faupel, 1991), como se pode ver no esquema da figura 3.1.

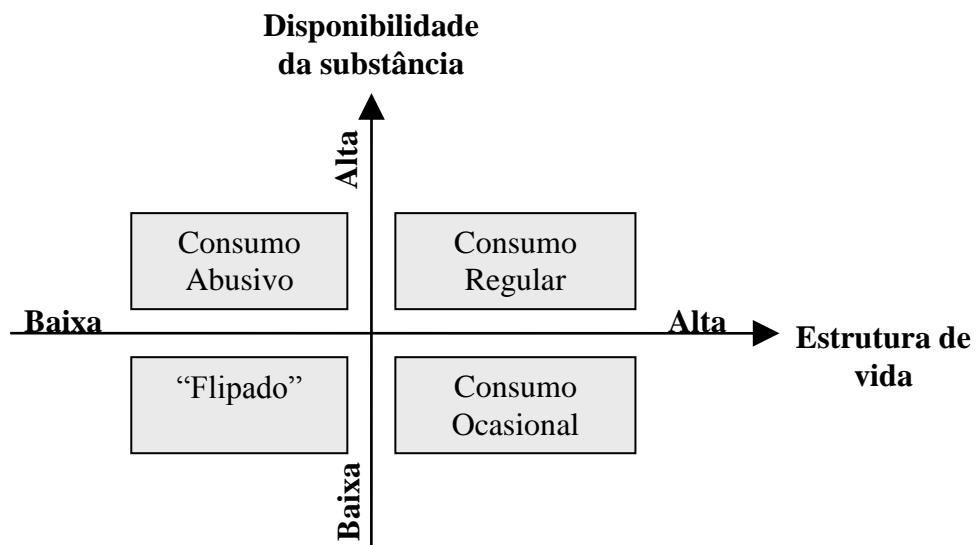


Figura 3.1. Esquema do Modelo de Carreira Desviante (adaptado de Faupel, 1991).

As dimensões consideradas no modelo interagem dinamicamente, verificando-se que, do seu cruzamento, resultam quatro campos distintos. O carácter quantitativo das duas dimensões apenas é assumido na representação esquemática do modelo. De facto, o que é considerado como alta ou baixa disponibilidade da substância depende muito do indivíduo. Da mesma forma, a estrutura de vida é considerada alta quando fornece ao indivíduo situações sociais que o auxiliam na regulação dos consumos, ou baixa quando esses pontos referenciais e reguladores da vida diária são perdidos e, conseqüentemente, acaba por se verificar um aumento descontrolado dos consumos (Faupel, 1991).

O Consumo Ocasional ocorre num período de vida em que persiste a manutenção de laços sociais, ainda que ocorram já experiências desviantes. Segue-se a fase de Consumos Regulares, com especialização no delito conducente ao sucesso facilitador da manutenção dos consumos. Verifica-se, já, um registo em que o indivíduo privilegia um

estilo de vida desviante em detrimento de actividades convencionais. Num terceiro estado, droga e delito assumem um papel determinante, verificando-se um aumento abrupto dos consumos e a rotura da estrutura de vida mediante a quebra de meios externos e internos de controlo (Faupel, 1991). Por fim, o indivíduo chega ao estado designado por “Flipado” (Agra, 1996; Brochu, 1996), com total desmantelamento da sua estrutura de vida, a par da redução de acesso à substância, sendo apenas nessa fase que se revela uma relação causal droga/delito, na medida em que o sujeito acaba por ser levado a praticar acções delituosas, de carácter aquisitivo, para poder consumir a substância de que é dependente. Essa é, também, a fase de maior desvio, em que o indivíduo cai numa situação de total descontrolo sem qualquer referência que oriente a sua vida diária, e em que, para manter os consumos, rompe com toda e qualquer norma, até mesmo com as próprias regras da sub-cultura desviante (Faupel, 1991).

As análises baseadas no estilo de vida, pertencentes às perspectivas focalizadas nos processos, referem que a concomitância dos dois comportamentos adquire sentido, significação e intencionalidade, quando contextualizada num determinado estilo de vida. Na verdade, o estilo de vida do indivíduo é importante na medida em que representa o campo de acção e os factores de influência a que se expõe o sujeito no âmbito do desenvolvimento de certos comportamentos (Wikstrom & Sampson, 2003). Segundo este ponto de vista, pode afirmar-se que a relação droga/delito adquire sentido quando contextualizada no percurso existencial do indivíduo, bem como na sua história e na forma como o próprio a percebe. Trata-se de um olhar sobre a problemática que procura capturar as suas diversas facetas, buscando uma integração das ocorrências ao longo da história do sujeito que as vive.

Nesse registo de pensamento, refira-se a ideia de Formação Droga-Crime apresentada por Agra (2002), para quem a associação entre o consumo de drogas e o crime se revela bem mais complexa do que seria se se tratasse do somatório das características dos indivíduos que adoptam cada um dos comportamentos, separadamente. Efectivamente, o que se verifica é a emergência de características específicas que se fazem sentir com a presença de perturbações típicas da organização do pensamento. Exemplos de algumas dessas perturbações são a rigidez e a passividade cognitivas, as dificuldades em flexibilizar e em atender a diferentes possibilidades de interpretação da realidade, bem como a notória flutuação no fluxo de pensamentos (Agra, 2002; Manita, 1998).

Contudo, essas características seriam insuficientes para a compreensão do indivíduo em que se conjugam as duas condutas.

Assim, pode dizer-se que há factores que, no registo desviante, conduzem o indivíduo em diferentes sentidos e direcções da desviância, dando origem a díspares estilos, como o estilo toxicómano, o delinquente e o estilo droga/crime. O toxicómano é, geralmente, caracterizado por um estado emocional de sofrimento associado à desorganização do pensamento e ao “irrealismo” presente na sua relação com o meio. Este indivíduo não evidencia negativismo relativamente aos demais, às convenções sociais ou aos valores morais e humanitários, podendo, quando muito, tornar-se indiferente em relação a eles. O delinquente caracteriza-se mais pelo pensamento simplista e pela atitude reactiva face à complexidade do meio, recorrendo a estratégias comportamentais reveladoras de um exacerbado egocentrismo. Contrariamente ao estilo anterior, o delinquente evidencia uma desvinculação social marcada, com atitudes muito negativas face aos outros, num registo de isolamento social e de insensibilidade em relação aos valores humanitários e morais (Agra, 2002; Manita, 1998).

Quanto ao estilo droga/crime, consiste na formação diferencial, não resultante da junção dos dois estilos anteriormente descritos, mas que emerge com particularidades (Manita, 1998), em que o sujeito se caracteriza por estabelecer relações com o exterior marcadamente ambíguas. Trata-se de uma figura desviante muito problemática, já que nos processos neuroemocionais tende a aproximar-se do delinquente, enquanto ao nível dos processos de pensamento, tende a aproximar-se do toxicómano (Queirós, 1997b). O estado de anomia interna resulta num comportamento que flutua entre a passividade e a acção dependente de acontecimentos e circunstâncias não controladas pelo próprio, mas pautadas pela irregular flutuação do mercado e dos espaços de procura e de oferta das drogas. Então, o estilo próprio da associação droga/crime oscila entre os sentidos a que o sujeito é obrigado, por um estilo de vida que é função de determinantes exteriores, irregulares, instáveis e imprevisíveis. Não obstante, tal estilo é envergado e desenvolvido por indivíduos que suportam, se é que não procuram, essas dependências relativamente ao que lhes é exterior, ao que não é por eles controlável, num ritmo de tempos e de espaços irregulares e imprevisíveis, vividos de forma incerta mas intensa. No que toca aos percursos de vida, é notória a persistente e constante busca de diferentes comportamentos desviantes, numa diversidade de condutas que formam uma generalidade de comportamentos descontínuos que interagem entre si, numa perpétua

repetição das experiências desviantes da adolescência, que persistem e se repetem sucessivamente (Agra, 2002).

Por um lado, essa associação dos dois comportamentos não se produz por acidente mas, por outro lado, também não obedece a uma sequência determinada de ocorrências, sendo antes um processo muito específico. Essa evolução processual inclui transformações que se vão operando no tempo e que se podem definir em quatro estados diferentes (Agra, 2002):

i) Estado de Expressão Operotrópica

Nesta fase verifica-se uma proximidade entre as duas condutas, num registo mais pró-activo que interactivo, mediante o exercício das duas práticas comportamentais que vão consolidando o estilo de vida em torno dos comportamentos delinquentes, do consumo de drogas e de ambas as condutas. Desta forma, vão-se dissipando o vínculo social e a estrutura de vida. A aprendizagem acabará por conduzir a um estilo de desvio que se situa entre o estilo toxicodependente e o delinvente. Na verdade, droga e delito não se associam através de relações de causa/efeito, mas antes pela aquisição de uma expressão e de um significado próprios e, também, por terem uma função comum de activação e de manifestação de uma desviância geral latente, que carece de uma concretização por via dos comportamentos transgressivos;

ii) Estado de Circularidade Oclusiva

Neste período, o indivíduo entra num registo em que os consumos e a prática delituosa são suficientemente graves e persistentes para formar uma estrutura em que imperam, alternadamente, as vertentes droga/delinquência e delinquência/droga, bem como a intercepção de ambas. Os dois comportamentos tendem, agora, a convergir interactivamente, pautando um estilo de vida concreto e regido por um desvio geral que oscila entre as duas condutas. O sub-estilo da delinquência encontra no consumo de drogas mais uma realização ilícita, que se coaduna com o plano de vida do sujeito, uma vez que é uma fonte de prazer. Por outro lado, o sub-estilo toxicodependente alcança, na acção delituosa, um meio de adquirir e sustentar os consumos de droga. A conciliação dos dois sub-estilos subsidiará um registo comportamental de desvio geral que, por sua vez, alimentará os dois comportamentos conciliados. Acrescente-se que a Formação Droga/Crime é, também, reforçada pelo meio em que o indivíduo se insere, no qual se

verifica a existência de uma sub-cultura droga/crime, mediante a sedimentação das interações com o mercado das drogas, com as instituições ligadas ao sistema jurídico-legal e com os valores típicos das sub-culturas desviantes. Inicia-se, entretanto, uma situação de conflito entre a conduta adoptada e os parâmetros avaliativos da mesma, quer no âmbito da sub-cultura droga/crime, quer pela reacção social a essa sub-cultura. A partir deste estágio, a Formação Droga/Crime fecha-se num ciclo em que os dois comportamentos interagem, alimentando-se mutuamente. Essa interacção das duas condutas fecha-se num ciclo de acção/retroacção, no qual se movimentam as variáveis do desvio geral, do meio externo impregnado da sub-cultura, e do meio interno desorganizado e em conflito.

### iii) Estado da Integração

Este é um estágio que decorre do fecho da circularidade da Formação Droga/Crime. Essa relação, em regime fechado, não carece de finalidades situadas no espaço ou no tempo, uma vez que esse ciclo existe no aqui e agora. A interacção circular dos dois comportamentos leva a que se verifique uma cada vez mais reduzida dependência dos sub-estilos toxicodependente e delinvente, até porque, assim, droga e delito constituem-se como partes integradas, indiferenciadas e indissociáveis. Essa integração traduz-se ao nível dos objectivos de vida, muitos deles anulados pelo consumo problemático de substâncias, bem como ao nível do comportamento em que se concretiza uma rotatividade alternada e constante entre consumo, delinquência, prisão, consumo, ..., e, também, ao nível ético e cognitivo em que os comportamentos se justificam pela relação que traduz a droga como causadora de delito.

### iv) Estado da Implosão

A integração das duas condutas foi sendo acompanhada pela desintegração dos vínculos sociais e dos sentidos da existência do indivíduo. Droga e crime despiram-se do significado inicial, circunscrevendo-se, agora, à ideia de dependência e interacção mútuas. Verifica-se a emergência do poder das substâncias sobre o indivíduo cujo plano de vida se extinguiu, se consumiu, e cuja existência se reduz ao perpétuo mecanismo dos dois comportamentos. Reduz-se a complexidade do meio interno do sujeito cuja vida se desvincula de qualquer projecção no futuro. Droga e crime fundem-se e consomem todos os aspectos e áreas de vida do indivíduo, incorporam-se e confundem-se indiferenciadamente numa entidade de desvio diferente, sem finalidades e sem

lógica, numa rotatividade mecânica e sem ponto de chegada. Acrescente-se, ainda, que a Formação Droga/Crime acaba por assumir uma existência própria, dominando o sujeito cuja existência é praticamente desvanecida. Essa dissipação, ainda de acordo com Agra (2002), faz-se sentir aos níveis psicológico, sócio-cultural, corporal, espacial e temporal, mediante um processo regido por quatro princípios:

i) O Princípio do Não Investimento

Em que os recursos psicológicos, relacionais, sociais, ambientais e económicos não são investidos no âmbito de uma vida convencional, não havendo um projecto de investimento na própria existência, mas antes de consumo imediato da mesma;

ii) O Princípio da Instabilidade

Com ausência de qualquer regularidade de funcionamento psicológico e comportamental, num registo de relação ambígua e oscilante com a vida, esta formação faz-se acompanhar da consumpção da própria estrutura de personalidade, do comportamento e do plano de vida;

iii) O Princípio da Unifinalidade

É o princípio em que o indivíduo se circunscreve à prática alternada das duas condutas, com abandono das múltiplas possibilidades de vida. Aqui, as próprias finalidades do consumo de drogas e da prática de delitos acabam por se dissipar, perdidas entre a voragem da dependência circular e fechada dos dois comportamentos;

iv) O Princípio da Evolução Fechada ou do Envolvimento

Num estado que se prende com a configuração do percurso entre droga e delinquência, entretanto desenhado, cujos contornos são opostos a todo e qualquer desenvolvimento do sujeito. Assim, não só não se verifica o desenvolvimento e a actualização das potencialidades do indivíduo, como acaba por haver um retrocesso com perda de potenciais que, em estado latente, aguardavam um desenvolvimento e uma estimulação que não se processou. Trata-se de um processo de envolvimento e não de desenvolvimento, num regime que, em crescendo, vai alimentando um ciclo fechado e, por consequência, incapaz de reter outras finalidades que não as próprias acções em si. Dá-se, então, uma mecânica repetição do mesmo, em que até essas finalidades próprias se dissiparam.

A formação processual droga-crime pode ver-se esquematizada na figura 3.2., onde se encontram, quer as fases do seu desenvolvimento, quer os princípios que regem a dissipação existencial do sujeito, ao longo desse processo.

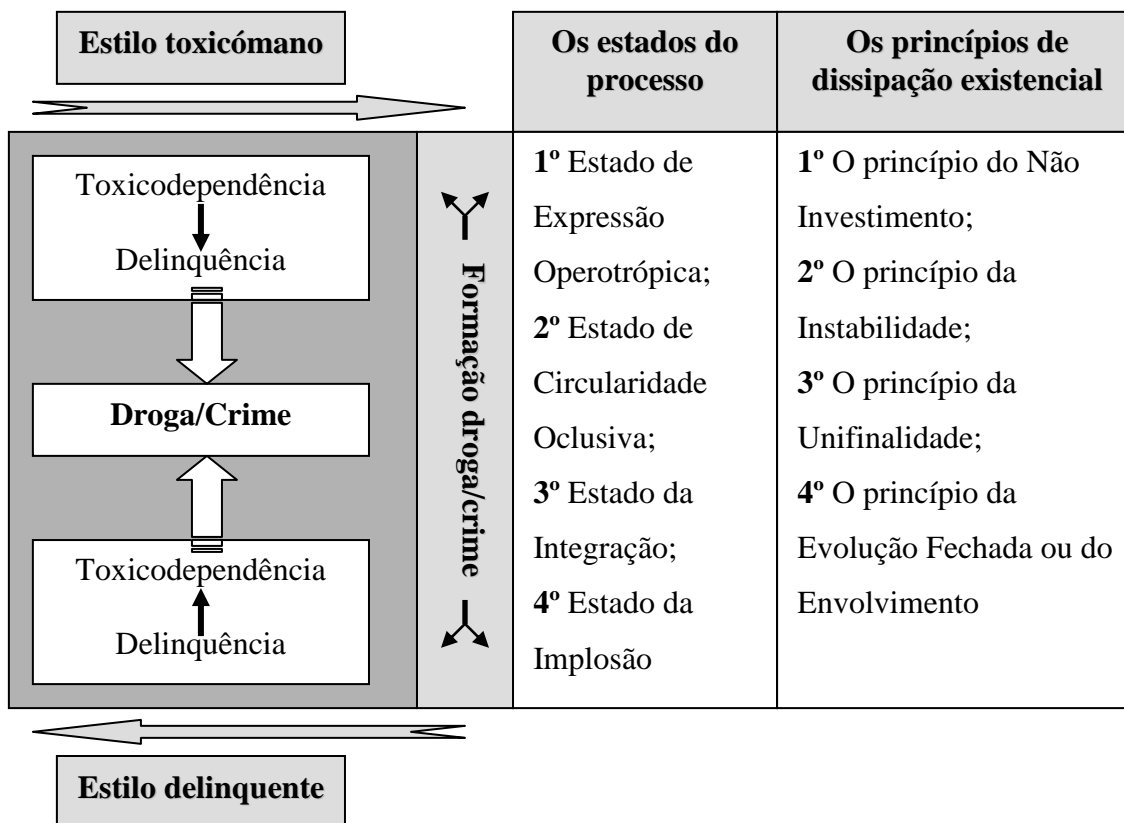


Figura 3.2. Esquema da Formação Droga/Crime (adaptado e ampliado de Agra, 2002).

### EPÍTOME DO CAPÍTULO III

Conforme se salientou na introdução deste capítulo, após a análise separada das problemáticas do crime e do consumo de drogas, tornou-se imprescindível abordar a forma como esses dois comportamentos vão convergindo, numa interacção mútua, em que as condutas dos sujeitos são afectadas por cada um desses registos comportamentais e, também, pela resultante da sua intercepção. Foi precisamente esse registo de intercepção, e não de mera reunião, resultando numa constelação de elementos próprios e específicos, que levou a que se desenvolvessem perspectivas teóricas cuja focalização se foi deslocando do determinismo causal, para a maior compreensão do processo de cruzamento daqueles comportamentos.

Assim, após aludir à indubitável associação entre o consumo de drogas e a delinquência, passaram a expor-se as três hipóteses que os diversos estudos foram levantando sobre a problemática. As duas primeiras, sob a égide da explicação causal, remetem para as drogas como causadoras da prática de delitos e da delinquência como causa do consumo de substâncias. Já a terceira hipótese, perseguida em análises mais recentes, assenta na ausência de uma relação de causa/efeito entre as duas condutas, que se vão desenvolvendo numa interacção progressivamente mais estreita e atravessada por uma multiplicidade de factores influentes.

Efectivamente, os teóricos foram traçando um caminho ladeado por essas três hipóteses, gerando-se três grandes vertentes em que se enquadram diferentes modelos: a do Determinismo Causal, a Estruturalista e a Processual. Na primeira linha de investigações encontram-se os modelos que, na busca de uma causa determinada, se centram essencialmente em elementos ligados às substâncias em si. É o caso dos Modelos Psicofarmacológico e Económico-compulsivo.

Contudo, estes modelos foram referidos como reducionistas, até porque partem do princípio de que o consumo de drogas antecede, invariavelmente, as práticas delituosas, o que não corresponde ao observável. Apresentou-se, então, um terceiro modelo, o

Sistémico, que procura explicações no meio envolvente do consumidor de drogas, alegando ser o próprio contexto em que aquele se move que apresenta um clima e um tipo de relações particularmente agressivos, acabando por conduzir o indivíduo para esse registo comportamental. Mas, tal como nos dois modelos anteriores, também neste não se encontra a consideração de uma multiplicidade de aspectos implicados, reduzindo o fenómeno a um único factor determinante. Outro destes modelos foi apresentado por Goldstein, com um visível avanço em relação aos primeiros, na medida em que procura conciliar os diferentes aspectos apresentados pelos anteriores. Não obstante, este modelo apenas faz convergir diferentes aspectos que se encontram presentes no conjunto dos modelos que o antecedem, pelo que se passou a apresentar o segundo grupo de teorias.

A Explicação Estruturalista assenta na ideia de que a ligação entre droga e crime é correlacional e atende aos elementos comuns às duas condutas. Nesta linha de pesquisas encontram-se as que têm procurado tipificar a personalidade destes sujeitos, bem como as que, como a Síndrome Geral da Desviância, atribuem a tendência latente para o desvio a factores estruturais presentes nestes indivíduos. Também a Perspectiva Psicopatológica procura elementos estruturais que constituam uma constelação de sintomas conducentes a um quadro nosológico. Opostamente, a proposta Sociocognitiva aponta para este registo comportamental como sendo artificialmente criado por via de técnicas de neutralização, exploradas por Sykes e Matza, intimamente associadas aos fenómenos de rotulação presentes no interaccionismo simbólico inspirado no conceito de actor social.

Ao conjunto de abordagens teóricas que constituíram o grupo das Perspectivas Estruturalistas, ficou a dever-se a rotura com a Explicação Causal Determinista e a abrangência dos aspectos tácitos e comuns às duas condutas, numa busca de integração de diversos factores implicados. No entanto, ficou por alcançar a compreensão do fenómeno enquanto processo evolutivo, decorrente de um funcionamento que carece de uma contextualização em relação ao percurso existencial do indivíduo. Por isso, impôs-se a apresentação da Explicação Processual.

Nesse grupo de conceptualizações consideram-se múltiplos factores e aposta-se, não tanto na explicação, mas antes na compreensão dos comportamentos, contemplando o percurso do sujeito, enquadrado no tempo e na história vivida por ele. Aqui, referem-se

autores como Le Blanc e a sua descrição do progressivo envolvimento do indivíduo num registo comportamental anti-social. Também Faupel se enquadra nesta vertente, pela sua explicação de como as relações entre droga e crime se vão alterando ao longo de uma trajectória específica. Obviamente, não poderia deixar de se referir a perspectiva de Agra, que encerra um processo evolutivo através de quatro estados distintos (de expressão operotrópica, de circularidade oclusiva, de integração e de implosão) num percurso que culmina na própria dissipação existencial do sujeito, consumido na voragem dos dois comportamentos agora indiferenciados, já desprovidos de quaisquer objectivos e significados, numa vazia repetição circularmente fechada.

\*\*\*

Até aqui, o que se procurou foi expor o conjunto de teorias que fornece esclarecimentos sobre cada um dos comportamentos, consumo de drogas e delito, separadamente, para depois se apresentar o grupo de conceptualizações que se debruça sobre a convergência entre as duas condutas. Dessa forma, atendeu-se à provável influência exercida por cada uma das manifestações, no sentido do desenvolvimento da intercepção entre ambas.

Exploradas essas manifestações comportamentais, urge apresentar os conceitos em torno dos quais se desenvolverá este estudo. De facto, não basta conhecer os comportamentos manifestos, sendo imperativa uma leitura mais profunda, ao nível do funcionamento global destes sujeitos. Para tanto, a par de uma auscultação ao percurso biográfico dos indivíduos, impõe-se uma análise à personalidade de cada um deles. Ora, se é certo que os indicadores que se possam recolher da avaliação da personalidade conferem já algum conhecimento a respeito da forma como os sujeitos funcionam e actuam sobre a realidade, não é menos correcto que essa informação se completa com a análise ao seu registo relacional.

Assim, após a apresentação dos dois comportamentos manifestados por esta população, é necessário passar a clarificar os conceitos de personalidade e de vinculação, uma vez que são duas variáveis a avaliar nesta pesquisa. A sua apresentação num mesmo capítulo prende-se, precisamente, com o facto de serem complementares. Essa complementaridade joga-se através da captura das principais características de personalidade que, conjuntamente com uma leitura do estilo relacional e afectivo, se tornam mais esclarecedoras sobre a forma de funcionamento destes sujeitos. De facto, como se verá de seguida, personalidade e vinculação ligam-se estreitamente afectando,

em uníssono, a forma como o indivíduo lê, sente e gere as suas relações inter-pessoais, os seus conflitos intra-pessoais, bem como todas as suas interacções com o mundo. Por isso, é pertinente capturar a essência destas variáveis de carácter individual.

**CAPÍTULO IV**  
**PERSONALIDADE E VINCULAÇÃO**



## NOTA INTRODUTÓRIA

Para melhor procurar compreender os comportamentos destes sujeitos, há necessidade de buscar os aspectos intimamente ligados ao seu funcionamento global que, conjugados, permitirão averiguar o que estará comumente associado a tais condutas. Ora, o funcionamento global inerente aos comportamentos dos indivíduos remete para uma análise à sua personalidade, como bem referiu Allport (Bernaud, 2000). No entanto, essa avaliação carece da complementaridade conferida pelo padrão de vinculação predominante em cada um dos sujeitos. Saliente-se que, no âmbito da manifestação de condutas anti-sociais, alguns estudos constataram a presença de certos aspectos nestes indivíduos, como insensibilidade nas suas relações interpessoais, impulsividade, desatenção e problemas comportamentais. Tais factores fornecem uma contribuição diferencial, como preditores do desenvolvimento de condutas desviantes (Pardini, Obradovic & Loeber, 2006), como o delito e o consumo de drogas, para além de serem aspectos que encerram características da personalidade e, também, do padrão de vinculação reflectido na qualidade das relações interpessoais por estes sujeitos estabelecidas.

De facto, personalidade e vinculação estão intimamente ligadas entre si e estreitamente implicadas no funcionamento do indivíduo. Segundo vários autores, como Bowlby (2000) e Thompson (1999), a vinculação tem impacte na emergência e estruturação da personalidade tendo, também, ligação aos processos da sua posterior organização. Efectivamente, essa ligação é tão estreita que Kovak (1994) chama a atenção para a frequente tendência para se considerarem os padrões de vinculação como características da personalidade. Assim, têm-se desenvolvido diversos estudos (Chotai, Jonasson, Hagglof & Adoffsson, 2005; Donnellan, Burt, Levendoski & Klump, 2008; Eggert, Levendosky & Klump, 2007; Erez, Mikulincer, IJzendoorn & Kroonenberg, 2008; Fischer, 2007; Kovak, 1994; George & West, 1999; Nakash-Eisikovits, Dutra & Westen, 2002; Shaver & Brennan, 1992; Waters, Crowel, Corcoran & Treboux, 2002)

que contemplam, de forma mais ou menos directa, essa íntima ligação entre os dois aspectos.

Saliente-se, ainda, que muito embora se verifique o desenvolvimento de certas características que decorrem do processo de adicção às drogas (Nakken, 1996), a verdade é que algumas análises referem a existência de certos factores de personalidade que precedem e influenciam o posterior consumo de substâncias. Se é certo que os consumidores de drogas constituem um grupo heterogéneo a respeito do qual não se pode afirmar sobre a existência de um padrão de funcionamento (Fabião, 2002; Janeiro & Metelo, 2004), também é correcto que têm sido identificadas determinadas características que, combinadas diferentemente, estão claramente presentes nessa população (Ferreira, 2004; Janeiro & Metelo, 2004), tal como sucede entre os indivíduos com um registo comportamental delinvente. De acordo com Renken, Egeland, Marvinney, Mangelsdorf e Sroufe (1989), Suess, na sua pesquisa de doutoramento, encontrou evidências de que o desenvolvimento precoce de padrões Inseguros de vinculação constitui um preditor da posterior tendência no sentido da manifestação de hostilidade e de determinados comportamentos, como a prática criminosa. Aliás, essa tendência para condutas problemáticas começa a manifestar-se muito precocemente, como referiram Wartner, Fremmer-Bombik e Suess (1994), que observaram que as crianças com um padrão Seguro de vinculação manifestam mais competências de resolução de conflitos, menos problemas comportamentais e menos hostilidade, quando comparadas com crianças com padrões Inseguros de vinculação. Também Levy e Orlans (1999) referiram o desenvolvimento de uma vinculação insegura como estando ligada à manifestação de condutas problemáticas e à sedimentação de traços associados a uma personalidade anti-social. Efectivamente, vários outros estudos (Bateman & Fonagy, 2003; Brook et al., 2001; Felizardo, 2005; Frodi, Dernevik, Sepa, Philipson & Bragesjo, 2001; Golder, 2006; Golder, Gillmore, Spieker & Morrison, 2005; Herrenkohl et al., 2006; Levy & Orlans, 1999; Levinson & Fonagy, 2004; Sarkar & Adshead, 2006) têm considerado a vinculação ou a personalidade, como implicadas na manifestação de comportamentos anti-sociais.

Portanto, torna-se pertinente apresentar uma contextualização teórica dessas duas variáveis que, fazendo parte integrante deste estudo, são indissociáveis uma vez que colaboram no sentido da captura compreensiva do que poderá estar subjacente às condutas destes sujeitos.

Começar-se-á, então, pela apresentação da personalidade, quer quanto à sua definição, quer no que toca a algumas das perspectivas teóricas que sobre ela se têm desenvolvido e, posteriormente, passar-se-á à apresentação do conceito de vinculação e de algumas das abordagens teóricas que têm sido pensadas a respeito desse constructo.

#### **4.1. Personalidade**

Historicamente, a origem da palavra “personalidade” remonta ao termo latino *persona* que, na Antiguidade, designava a máscara de teatro usada pelos actores durante as suas representações (Bernaud, 2000; Hansenne, 2004). Pode dizer-se que a *persona* da Antiguidade tinha um significado muito próximo do que se entende hoje por personalidade, enquanto conjunto de aptidões, características e capacidades que distinguem os indivíduos e que se associam a determinados comportamentos (Hansenne, 2004).

A personalidade, percebida como estática durante muito tempo, foi sendo alvo de díspares definições, cuja tendência se foi aproximando de uma visão dinâmica, sobretudo desde a década de 30 do século XX, época em que o moderno conceito de personalidade começou a tomar forma. Para tanto, muito contribuíram alguns dos teóricos que se dedicaram à análise do constructo. Allport, em 1937, virou costas à ideia de fragmentar a personalidade em componentes, para procurar a identificação de uma organização dinâmica e própria de cada indivíduo (Barenbaum & Winter, 2008; Cooper & Pervin, 1998; Friedman & Schustack, 2004; Hjelle & Ziegler, 1992; Hogan, 1996; Saucier & Goldberg, 1996), como ser único e irrepetível, cujos comportamentos apenas se compreenderiam através de uma análise à sua personalidade (Bernaud, 2000). Refira-se a abordagem de Lewin sobre uma personalidade dinâmica, com identificação dos sistemas subjacentes ao comportamento, bem como o contributo de Henry Murray para uma leitura moderna da personalidade (Craik, 2007; McCrae & Costa, 2003).

Porém, o conceito de personalidade reveste-se de tal complexidade, que acabou por ser objecto de variadíssimas definições provenientes de diversas grelhas interpretativas (Hjelle & Ziegler, 1992). Eysenck, em 1953, referiu a personalidade como uma organização de cariz mais ou menos firme e durável, em termos de carácter, temperamento, inteligência e, também, ao nível da dimensão física. A personalidade

seria resultante do conjunto formado por cognições, carácter, afectos e componentes somáticas (Magnavita, 2001) em que, simultaneamente, haveria generalidade e especificidade manifestadas em termos de comportamentos, atitudes e sentimentos, sob uma estrutura organizada em traços (Eysenck, 1998) que teriam bases biológicas (Eysenck, 2006). Esta abordagem revelou-se um grande contributo no âmbito da explicação das diferenças individuais (Stelmack, 1998). Já Cattell, em 1950, apresentou a personalidade como algo que permitiria prever o comportamento do indivíduo em dada situação (Maltby, Day & Macaskill, 2007).

Em contraste com esta interpretação, a vertente fenomenológica refere a personalidade como um sistema de relações dinâmicas e contínuas, que se estabelecem entre o indivíduo e as circunstâncias existentes no “seu mundo”. A concepção fenomenológica da personalidade acarreta uma riqueza e uma abrangência que decorrem, fundamentalmente, da natureza relacional, interactiva e intersubjectiva, que põe termo à reprodução meramente mecânica dos comportamentos aprendidos, à confinidade inerente à ideia de sistema intra-psíquico e à oposição dicotómica entre indivíduo e sociedade (Abreu, 2002).

Sob um ponto de vista construtivista, a personalidade apresenta-se como irrepetível, nas variações existentes no plano geral da evolução humana, expressa mediante padrões de desenvolvimento de traços disposicionais, de características adaptativas e de percursos de vida narrados na primeira pessoa e situados em determinado contexto socio-cultural. Os traços disposicionais revelam-se em estreita e dinâmica ligação com os aspectos culturais, vivenciais, adaptativos e com as experiências do dia-a-dia (McAdams e Pals, 2006). Assim, o indivíduo é visto como actor social e funciona num registo auto-poiético, em que Agra (1996) refere a personalidade como um de três grandes sistemas que interagem permanentemente, definindo-a como sistema complexo e auto-organizado, centro de produção psíquica, com função de atribuição de significação psicológica e de destino para os substratos biológico e sociológico.

Na verdade, a personalidade poderia ser simplesmente definida como o conjunto das causas implicadas no comportamento e na experiência interna individual. Contudo, essas causas não são consensualmente identificadas (Cloninger, 1999), reinando uma grande divergência que torna difícil, ou mesmo impossível, apresentar uma definição suficientemente abrangente e com o grau de profundidade que, indubitavelmente, é

exigido por um conceito cuja complexidade acaba por ser indizível. Ainda assim, é imperativo que se clarifique o conceito, na medida em que, praticamente, todos os efeitos que se estudam nas áreas da Psicologia são moderados, mais ou menos diretamente, por factores da personalidade (Eysenck & Eysenck, 1992).

No essencial, as diferentes concepções passam pela consideração da personalidade como algo relativamente estável ao nível de algumas das suas dimensões, muito profundamente ligado à individualidade, num esquema estrutural organizado e resultante do envolvimento do indivíduo com uma variadíssima gama de fontes de influência, internas e externas (Hjelle & Ziegler, 1992). Acrescente-se que, também de forma mais ou menos consensual, a personalidade é apresentada como possuidora de oito aspectos fundamentais (Friedman & Schustack, 2004): i) todo o indivíduo é afectado por factores inconscientes; ii) é influenciado pelas designadas forças do *Ego*, que lhe proporcionam um sentimento de identidade; iii) é um “ser biológico” cuja natureza genética, física, fisiológica e temperamental é única; iv) é afectado e modelado pelo meio envolvente e pelas suas experiências; v) possui uma componente cognitiva que lhe permite pensar e interpretar activamente o mundo envolvente; vi) detém um conjunto de “traços, habilidades e predisposições” que lhe são específicos; vii) apresenta uma componente espiritual que lhe permite reflectir a respeito do significado da sua existência; viii) e existe, entre o indivíduo e o meio, uma interacção contínua.

Uma vez apresentados os principais aspectos que, segundo vários autores, se enquadram na definição de personalidade, importa passar a expor algumas das conceptualizações teóricas que contribuem para melhor se perceber os seus desenvolvimento, estruturação e funcionamento.

#### **4.2. Perspectivas Teóricas da Personalidade**

Desde há muito, o estudo da personalidade tem inspirado quadros teóricos e classificações muito diferentes. Assim, algumas abordagens teóricas focalizam-se mais na descrição, enquanto outras procuram uma análise que possibilite explicar a génese das diferenças individuais e, outras ainda, visam primordialmente a previsão comportamental (Hansenne, 2004).

As diferentes perspectivas da personalidade podem apresentar-se em quatro grandes grupos, conforme o quadro 4.1.

Quadro 4.1. As principais perspectivas da personalidade.

Perspectivas da personalidade			
Psicanalítica	Da aprendizagem	Humanista	Dos traços
Psicanalítica;	Do Comportamentalismo Clássico;	Centrada na Pessoa;	Da Individualidade
Sociopsicanalítica.	Da Aprendizagem Social;	Centrada nas Necessidades;	Analítico-factorial;
	Socio-cognitiva.		Dos Cinco Factores.

#### 4.2.1. Perspectiva Psicanalítica

A Perspectiva Psicanalítica tem origem na Metapsicologia, enquanto suporte teórico que sedimenta a própria Psicanálise, proporcionando-lhe uma fonte de conceitos básicos (Mijolla & Mijolla-Mellor, 2002).

Na área da personalidade, a Perspectiva Psicanalítica clássica funda-se com o desenvolvimento da teoria freudiana, em que o autor define a personalidade como um conjunto dinâmico possuidor de componentes em permanente conflito, que se encontram sob o jugo de forças inconscientes. Freud, em 1890, apresentou uma estrutura psíquica na qual definiu três componentes: inconsciente, pré-consciente e consciente. Já em 1923, o autor apresentou a estrutura de personalidade assente em três instâncias, o *Id*, o *Ego* e o *Superego*, que se moveriam nos palcos antes identificados, e de cujo conflito resultaria a personalidade. Assim, a mediação do *Ego* assumiria um papel determinante na dinâmica estabelecida entre *Id* e *superego* (Hansenne, 2004). Já no âmbito da Psicologia Analítica de Jung, a personalidade, geralmente referida como “psique” pelo autor, integrava diversos elementos, conscientes e inconscientes, em que estes últimos se revelavam menos determinantes do que na abordagem freudiana, tendo um papel complementar ao da consciência (Jung, 1962).

Entretanto, o dinamismo presente na perspectiva de Freud inspirou diversos teóricos que, no entanto, se foram afastando da sua abordagem relativamente a alguns aspectos. Nomeadamente, através da ênfase colocada sobre as funções do *Ego*, com um papel determinante na estruturação e organização da personalidade, já não tão drasticamente regida por determinantes inconscientes (Cloninger, 1999). Assim, Adler apostou nas motivações dos indivíduos e no impacte da posição social percebida pelos mesmos, com ênfase sobre o papel do *Ego* (Westen, Gabbard & Ortigo, 2008). Mais voltado para a influência social, o autor referiu as atitudes individuais relativamente à sociedade, ao trabalho e ao amor, como tradutoras de um estilo de vida, no qual se definiriam os comportamentos e as opções, em função de objectivos e ideias que se teriam formado desde a infância (Hansenne, 2004; Maltby et al., 2007). Esta ideia, proposta por Adler, foi inovadora e acabou por influenciar várias abordagens à personalidade, desenvolvidas por diversos teóricos (Peterson & Park, 1998). Erikson procurou, também, estabelecer uma ligação entre o individual e o social, mediante um plano de compreensão do desenvolvimento da personalidade ao longo de toda a vida do indivíduo (Barenbaum & Winter, 2008).

O contributo desta perspectiva para o conhecimento da personalidade é inegável, na medida em que foram introduzidos aspectos de crucial importância, como a ideia de inconsciente(s) e a dinâmica de funcionamento das instâncias psíquicas. Contudo, mesmo após a consideração dos aspectos de cariz social, o determinismo dos elementos intra-psíquicos foi-se mantendo, pelo que há necessidade de abordar outras perspectivas. Entre elas, encontra-se a perspectiva da Aprendizagem, que aponta para outros elementos igualmente influentes no comportamento humano.

#### **4.2.2. Perspectiva da Aprendizagem**

As abordagens modernas da aprendizagem fundam-se nos estudos de Pavlov e, como resposta às limitações da introspecção, assentam também em Watson, que avançou com uma proposta que conferisse rigor e objectividade à análise do comportamento. As suposições de Watson a respeito do condicionamento clássico inspiraram Skinner que, num registo de complementaridade, propôs o condicionamento operante, no qual os comportamentos eram alterados em função das suas consequências (Friedman & Schustack, 2004). É importante referir que Skinner, tal como outros

comportamentalistas, considerava a ideia de inconsciente, no mínimo, suspeita, para além de dispensar o conceito de personalidade e as ideias a ele associadas (Barenbaum & Winter, 2008). Hull, numa vertente extremamente mecanicista, defendeu que a reacção do organismo seria desenvolvida de molde a alcançar o alívio de um impulso. Foi essa atenção ao estado interno do indivíduo que possibilitou o posterior desenvolvimento de abordagens mais complexas, a respeito dos processos de aprendizagem (Friedman & Schustack, 2004).

Bandura, outro nome desta vertente interpretativa da personalidade, apresentou a ideia da aprendizagem por experiência vicariante, partindo da observação dos comportamentos de outrem, com posterior reprodução. Comportamento, ambiente e factores pessoais interagiriam no sentido de que a conduta se reproduzisse, ou não (Hansenne, 2004). Assim, de certa forma, Bandura deu um passo em frente no sentido de uma visão Sociocognitiva, na qual se inscreve, também, a abordagem de Rotter (Barone & Kominars, 1998). Rotter, em 1954, atribuiu uma importância razoável ao meio, tal como às consequências dos comportamentos, cuja ocorrência não seria totalmente determinada pelos objectivos e pelos reforços, mas também derivaria das expectativas do indivíduo relativamente aos resultados decorrentes de certa acção. Rotter referiu o *locus* de controlo, respeitante ao grau com que o indivíduo perceberia as consequências dos comportamentos, como decorrentes dos seus próprios desempenhos ou, pelo contrário, como derivadas de factores externos ou aleatórios (Pervin, 2002).

A interpretação de Rotter inspirou e continua a basear investigações (Tongerren & Klebe, 2010) que se centram na análise do *locus* de controlo. Porém, trata-se de um conceito que, sendo interessante, levanta alguns problemas como o facto de ser facilmente confundível com o conceito de desajustabilidade social (Hansenne, 2004). Ainda nesta grelha de leitura da personalidade, a Teoria dos Constructos Pessoais de Kelly, de 1955, merece algum destaque pela ideia de que o indivíduo se rege por princípios internos correspondentes à organização que aplica às situações que se lhe apresentam e que ele antecipa (Pervin, 2002). Os aspectos cognitivos ganham alguma centralidade nesta ideia de personalidade, definida como uma constelação de constructos pessoais, que possibilitam ao indivíduo a rápida categorização da informação relevante para a previsão dos acontecimentos, determinando os comportamentos (Hansenne, 2004).

É um facto considerado por todas as abordagens à personalidade, que o ser humano é o reflexo do mundo envolvente, que procura compreender. Todavia, nas Perspectivas Cognitivas, a forma como o indivíduo percebe e interpreta esse mundo adquire uma posição central da individualidade de cada um (Friedman & Schustack, 2004). Na Perspectiva Comportamentalista mais pura, como na da Aprendizagem Social, a preocupação central volta-se para o que se passa externamente ao indivíduo e para a determinância que o meio tem sobre os seus comportamentos (Hansenne, 2004). Por isso, é de todo conveniente não perder de vista outras abordagens, que se centram no indivíduo e nas suas necessidades, através da leitura fundamentalmente humanista, que se apresenta de seguida.

#### **4.2.3. Perspectiva Humanista**

A emergência da Psicologia Humanista é marcada pela influência de duas correntes filosóficas: a existencialista e a fenomenológica. A vertente existencialista colocou o foco central na experiência vivida no imediato, com ênfase na tomada de consciência e na responsabilidade, e com a tónica sobre a construção da pessoa por si própria. Trata-se de um registo de rejeição relativamente a interpretações genéticas ou sócio-genéticas. Já a corrente fenomenológica partiu para a indagação da realidade como algo que é percebido, interpretado e apreendido de forma única e irrepitível por cada indivíduo (Hansenne, 2004). Relativamente à personalidade, o humanismo abarca a ética e o valor pessoais, voltando costas a leituras deterministas e privilegiando os aspectos relativos à realidade única de cada um (Friedman & Schustack, 2004).

Rogers é, sem qualquer dúvida, um dos representantes mais marcantes desta perspectiva. O autor rejeita a ideia de que o conflito é inerente à natureza humana, contrariamente ao defendido na Perspectiva Psicanalítica (McCrae & Costa, 2003). A sua teoria partiu da focalização sobre o conceito de actualização, correspondente à tendência inata que leva os organismos a desenvolverem todas as suas capacidades de forma a procurar uma progressiva melhoria. Assim, Rogers enfatizou o poder dos indivíduos se modificarem, mudando, também, as suas vidas (Maltby et al., 2007) e o meio envolvente, através da presença de características como a disposição natural e biológica para tal e a capacidade de exploração desse processo selectivo e activo, de forma não aleatória mas direccionada (Hansenne, 2004).

Ainda na Perspectiva Humanista, outro nome de referência se impõe. Trata-se de Maslow que, através da definição da hierarquia de necessidades, apresentou uma abordagem centrada no esforço desenvolvido por cada pessoa para alcançar um estado de evolução, o que denuncia um movimento do autor no sentido de privilegiar o potencial humano. O conceito de auto-actualização, apresentado através do avanço por etapas não necessariamente sequenciais, em que se desenham as necessidades a gratificar, é o cume do desenvolvimento e denuncia a preocupação de Maslow em analisar os valores humanos e em compreender, dessa forma, o funcionamento do indivíduo (Cloninger, 1999).

Contudo, se as Perspectivas Psicanalíticas se centravam em determinantes intrapsíquicos e as da Aprendizagem se focalizavam nos factores externos, as Humanistas parecem voltar-se para elementos intra-pessoais. De carácter individual, embora num registo diametralmente oposto, encontram-se as abordagens que se situam na Perspectiva dos Traços da Personalidade que, inicialmente voltadas para a cristalização e isolamento daqueles, acabaram por gerar uma leitura alternativa que, sendo centrada nos traços, apresenta a integração de diversos factores influentes, como se verá ao longo do ponto seguinte.

#### **4.2.4. Perspectiva dos Traços de Personalidade**

O recurso à definição de traços de personalidade para caracterizar as pessoas já data de há milhares de anos. A primeira abordagem sistemática à análise de traços ocorreu na Antiga Grécia e foi pensada por Hipócrates, que descreveu o temperamento humano a partir dos chamados humores corporais (Friedman & Schustack, 2004; Magnavita, 2001). Desde então, a análise à personalidade através da procura de traços foi-se desenvolvendo, dando origem a várias conceptualizações teóricas.

Para Allport, os traços de personalidade seriam o foco central da análise à mesma e corresponderiam a determinados critérios, de que se destacam os seguintes: os traços são claramente definidos; são mais que um hábito; a sua existência pode ser testada; não são puramente lógicos; interagem entre si; existem e são observáveis; não são objecto de juízo moral; distribuem-se normalmente pela população; e os comportamentos inconsistentes não provam a sua inexistência. Com base nesses critérios, o autor

assumiu o traço como fulcral no estabelecimento de uma teoria da personalidade (Cloninger, 1999). Assim, os traços seriam sistemas neuropsíquicos com propriedades dinâmicas ou motivacionais (Barenbaum & Winter, 2008), a personalidade seria consistente e, mesmo quando as pessoas parecessem comportar-se com alguma inconsistência, muito provavelmente, estaria presente uma coerência subjacente (Cloninger, 1999).

Já Cattell, baseado na observação, considerou as dimensões fundamentais da personalidade através da análise factorial, definindo os traços a partir de dados provenientes da vida dos sujeitos, de questionários e de testes objectivos (Hansenne, 2004). Esse trabalho foi desenvolvido através do cumprimento de um ambicioso programa de investigações sobre os traços definidores da personalidade (Digman, 1996; Mathews, Deary & Whiteman, 2003), que proporcionariam a possibilidade de prever o comportamento do sujeito numa dada situação (Maltby et al., 2007; Matthews, Martha & Whiteman, 2003), sendo a dimensão básica do funcionamento do indivíduo (Barenbaum & Winter, 2008). Mais tarde, Cattell interessou-se pelo impacte da interacção entre traços e variáveis situacionais, sobre as condutas do indivíduo (Maltby et al., 2007).

A importância da hereditariedade dos traços foi também referida por Eysenck, que apresentou a personalidade como uma conjugação entre as cognições, o carácter, os afectos e a componente somática (Magnavita, 2001; Maltby et al., 2007), alegando que, se os factores biológicos não têm uma determinância absoluta, têm, certamente, um papel crucial sobre a personalidade, nomeadamente, ao nível das dimensões Extroversão, Neuroticismo e Psicoticismo, que seriam centrais no indivíduo (Eysenck, 1998; 2006; Eysenck & Eysenck, 1992). Acrescente-se que Eysenck relacionou as três dimensões da personalidade com os aspectos neurofisiológicos que, segundo ele, estariam implicados na manifestação de cada uma delas (Eysenck & Eysenck, 1970).

Tradicionalmente, a área da genética comportamental procurou associar certas características biológicas, enquanto factores de influência, a determinados comportamentos. Actualmente, consideram-se os genes, a sua evolução adaptativa e a sua relação com o ambiente, para procurar explicar determinadas condutas (Friedman & Schustack, 2004), sendo indubitável que os traços de personalidade têm uma componente hereditária (Herbst, Zonderman, McCrae & Costa, 2000). Porém, se é certo

que a componente biológica está presente e que os genes determinam a execução de processos biológicos que afectam o desenvolvimento da personalidade, não é menos correcto que a hereditariedade não existe sem ambiente, nem a personalidade sem os processos biológicos. Pode, então, afirmar-se ser muito improvável que se encontre alguma relação simples e directa entre Biologia e personalidade (Pervin & John, 2004). Assim, talvez as investigações futuras devam conjugar as informações semânticas, do comportamento e dos dados biológicos, nas análises à personalidade (Kagan, 2007).

Efectivamente, a componente biológica é apresentada com alguma expressão sobre a personalidade, afectando os traços da mesma (Costa & McCrae, 1998a; McCrae & Costa, 2003), muito embora não seja possível associar um gene a um traço, pelo que parece muito provável que essa componente hereditária advenha de complexos mecanismos interactivos entre múltiplos genes, que afectam conjuntamente os traços (Paris, 2005). Estes últimos, basicamente, podem definir-se como dimensões de diferenças individuais, em que se verifica a tendência para se manifestarem padrões consistentes de pensamentos, de sentimentos e de acções. Acrescente-se que os traços são apenas disposições, e não determinantes absolutos, manifestando-se mais ou menos intensamente em diferentes indivíduos que, por isso, podem ordenar-se em função do grau com que evidenciam um determinado traço (Costa & McCrae, 1998a; McCrae & Costa, 2003). Assim vistos, os traços representam estruturas psicológicas cuja consideração no estudo da personalidade remete para uma perspectiva de coerência aos níveis cognitivo, afectivo e comportamental (Caprara & Cervone, 2000). Esta é a perspectiva dada pelos autores do Modelo dos Cinco Grandes Factores da Personalidade, também baseado na definição de traços, mas exibindo um marcado carácter dinâmico e compreensivo (Matthews et al., 2003; McCrae & Costa, 2003; Pervin & John, 2004).

A história do desenvolvimento deste modelo remete para o factor da inteligência (g), proposto por Spearman em 1904, que foi alvo de um estudo realizado por Webb, em 1915. Essa análise levou à identificação de um outro factor, relacionado com a tendência para o abandono de tarefas e com a perseverança face aos obstáculos, que parecia ter ligações à actual dimensão da Conscienciosidade. Em 1919, Garnett analisou as correlações de Webb e reconheceu um outro factor que designou por *Cleverness* e que parece associar-se à dimensão hoje conhecida por Extroversão. Cattell, em 1933, também identificou um factor que revela ter ligação à dimensão da Conscienciosidade e,

um outro, que se assemelha à actualmente conhecida Amabilidade. Outros factores, que parecem relacionar-se com as dimensões do actual modelo, foram sendo reconhecidos e confirmados por diversos investigadores, como Guilford e Guilford em 1939, Fiske em 1947 e Digman e Takemoto-Chock em 1981. Em 1983, Goldberg trazia a ideia de que seriam cinco os factores da personalidade, a partir de um simpósio sobre esse tema, levando-a a um seminário organizado por Costa e McCrae que, entretanto, haviam desenvolvido um modelo de três factores, Neuroticismo, Extroversão e Abertura à Experiência, aos quais, posteriormente, juntaram os outros dois, Amabilidade e Conscienciosidade (Digman, 1996).

Assim, na sequência do seu trabalho desenvolvido sobre os factores, Costa e McCrae, em 1999, avançaram com uma explicação das cinco tendências básicas ou factores centrais da personalidade, de como se articulam com a biografia do indivíduo e com as influências do meio (Matthews et al., 2003; Pervin & John, 2004), numa abordagem geral e comparativa dos aspectos relacionados com a marca disposicional da personalidade dos indivíduos (McCrae & Costa, 2003; McAdams, 1996). O modelo foi desenvolvido com base em estudos longitudinais realizados com a população americana da classe média. Trata-se de uma perspectiva muito geral sobre os sistemas que regem o funcionamento da personalidade, conforme pode verificar-se pelos estudos transculturais sobre ela desenvolvidos (McCrae & Allik, 2002; McCrae & Costa, 1997; 2003). A apresentação esquemática do modelo pode ver-se na figura 4.1.

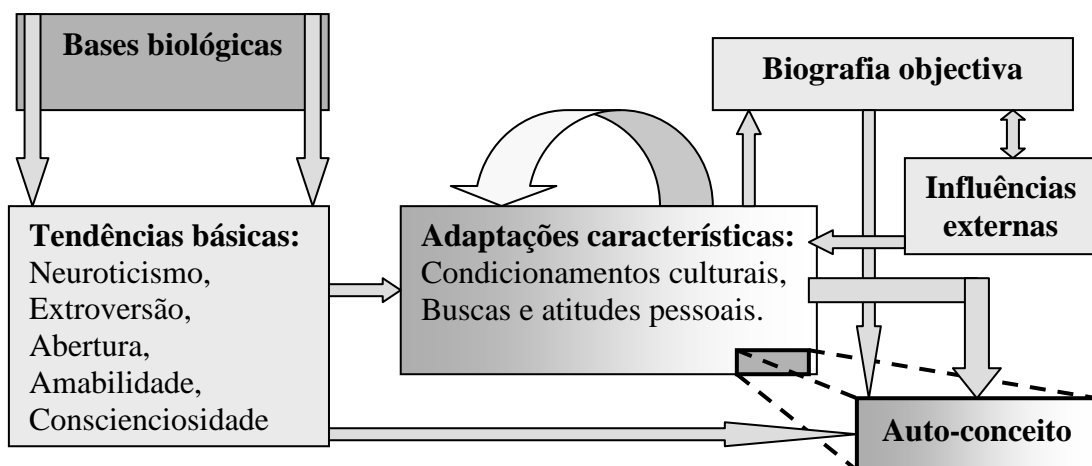


Figura 4.1. Sistema de personalidade da Teoria dos Cinco Grandes Factores (adaptado de McCrae & Costa, 1995).

Basicamente, os autores entendem as cinco grandes dimensões ou domínios da personalidade como factores que encerram tendências básicas, em que as diferenças individuais de comportamento, relacionadas com os cinco factores, têm uma representação corporal em função dos genes. Tais tendências básicas não sofrem uma influência directa do meio, mas antes de disposições endógenas que se desenvolvem independentemente (Costa & McCrae, 1998a; McCrae & Costa, 1995; 2001). Os traços disposicionais estão em ligação dinâmica com factores culturais, vivenciais e adaptativos (McAdams & Pals, 2006), sendo expressões da componente biológica do indivíduo e afectando, consideravelmente e por toda a vida, o auto-conceito e as características do sujeito, as suas crenças, atitudes e objectivos pessoais. Essas características, juntamente com influências externas tais como normas e oportunidades, determinam as opções e as decisões do indivíduo, que se reflectem na sua biografia objectiva. Todas essas ligações, de influência recíproca, são assinaladas como processos dinâmicos através dos quais se estabelece uma ligação entre a Biologia do traço de personalidade, as influências do meio e a biografia do sujeito (McCrae & Costa, 1995; 2001). Pode, por isso, dizer-se que esta é uma abordagem que exhibe uma tendência considerável para a integração (Pervin & John, 2004). Por outro lado, a referência à existência de um dinamismo processual ao nível das influências de uns aspectos sobre os outros sugere uma abertura às interacções dinâmicas, rejeitando a imutabilidade do indivíduo, em termos de personalidade.

Segundo os autores, os elementos presentes no esquema ilustrativo do modelo interagem em conformidade com o exposto no quadro 4.2.

Quadro 4.2. **Postulados do Modelo dos Cinco Grandes Factores (McCrae & Costa, 1996; adaptado de McCrae & Costa, 2001).**

---

### **Postulados da teoria**

---

#### **Tendências Básicas**

Individualidade: todos os adultos se caracterizam pela forma diferenciada com que apresentam os traços de personalidade, que afectam os seus padrões de pensamentos, sentimentos e acções;

Origem: os traços de personalidade são tendências básicas endógenas;

Desenvolvimento: os traços desenvolvem-se ao longo da infância, estabilizando e amadurecendo na idade adulta.

Estrutura: os traços organizam-se hierarquicamente, de padrões marcados e específicos para disposições mais gerais, em que Neuroticismo, Extroversão, Abertura à Experiência, Amabilidade e Conscienciosidade são os níveis mais elevados da hierarquia.

---

#### **Adaptações Características**

Adaptação: É constante, os indivíduos respondem ao meio através de padrões consistentes de pensamentos, sentimentos e acções que sofreram adaptações precoces.

Mal-adaptação: Em que os ajustes adaptativos podem não ser os ideais para o contexto socio-cultural e para os objectivos pessoais.

Plasticidade: Propriedade adaptativa que responde em função das mudanças biológicas, contextuais ou de inflexões deliberadas.

---

#### **Biografia Objectiva**

Múltiplo determinismo: Num dado momento, a acção e a experiência resultam de um complexo sistema que integra todas as adaptações características que são evocadas pela situação.

Percurso de vida: os indivíduos têm planos e objectivos que conduzem a que a acção se organize de forma consistente com os seus traços de personalidade.

---

#### **Auto-conceito**

Esquema de si: o indivíduo mantém uma visão de si, em termos cognitivos e afectivos, que é acessível à sua consciência.

Percepção selectiva: A informação relativa ao auto-conceito é seleccionada pelo indivíduo, em consistência com os seus traços de personalidade, dando-lhe a sensação de coerência.

---

#### **Influências Externas**

Interacção: O meio envolvente interage com as disposições da personalidade, de forma a produzir adaptações características que regulem o comportamento.

Apercepção: os indivíduos tendem a perceber o meio de acordo com os seus traços de personalidade.

Reciprocidade. Os sujeitos tendem a afectar o meio, através da forma como lhe respondem.

---

#### **Processo Dinâmico**

Dinâmica universal: a manifestação do funcionamento individual tende a expressar-se por pensamentos, sentimentos e acções que são regulados parcialmente por mecanismos universais.

Dinâmica diferencial: alguns desses processos dinâmicos são individualmente diferenciados, sendo afectados por tendências pessoais que incluem os traços de personalidade.

---

Assim, de acordo com o modelo e segundo o Inventário de Personalidade *NEO Personality Inventory* (NEO-PI) criado pelos mesmos autores, as tendências básicas ou dimensões da personalidade apresentam-se da seguinte forma:

O Neuroticismo prende-se com a adaptação *vs.* instabilidade emocional e identifica indivíduos preocupados, nervosos, hipocondríacos, emocionalmente inseguros com sentimentos de incompetência e tendência para descompensar emocionalmente, com ideias irrealistas, desejos e necessidades excessivas, num funcionamento em que se verifica a não adequação de respostas de *coping* (Costa & McCrae, 2000; Fjell, Walhovd, Meling & Johansen, 2005). O foco central deste domínio é a tendência para sentimentos negativos, como tristeza, raiva, medo, culpa e repulsa, estando presente uma grande dificuldade em controlar os impulsos (Costa & McCrae, 2000);

A Extroversão é o domínio que assinala a capacidade do indivíduo se relacionar com os outros, nomeadamente com grupos, sendo sujeitos optimistas, alegres e enérgicos. O pólo oposto à extroversão é o da introversão, que inclui sujeitos reservados, menos exuberantes, distantes, silenciosos, que apreciam estar sozinhos, sendo mais orientados para a realização e independentes nos processos de tomada de decisão (Costa & McCrae, 2000);

A Abertura à Experiência é o domínio que, de acordo com Tesch e Cameron, permite a possibilidade de prever a tendência para a procura de mudanças, estando relacionado positivamente com a exploração identitária e, negativamente, com a intensidade de compromisso com a identidade. Tal como a Extroversão, também a Amabilidade diz respeito às tendências interpessoais, mediante um *contínuum* entre o amigável e o hostil, enquanto o domínio da Conscienciosidade se prende com o grau de organização, persistência e motivação, mediante a adopção de comportamentos orientados em função de objectivos (Costa & McCrae, 2000). Trata-se de uma dimensão negativamente correlacionada com comportamentos de busca impulsiva de determinadas sensações que, por sua vez, se associam positivamente ao desenvolvimento de certas condutas desinibidas, de que são exemplo o consumo de substâncias e a prática criminosa (Zuckerman, 1993).

Os domínios da personalidade definidos no modelo são apresentados como tendo a possibilidade de sofrer alterações, não sendo, portanto, traços imutáveis. Segundo Roberts, Walton e Viechtbauer (2006), tudo parece indicar que, mesmo após ter sido

atingida a idade adulta, há evidências de uma mutabilidade considerável ao nível dos traços, em função de acontecimentos de vida e de influências do meio, que não se prendem apenas com aspectos biológicos e intrínsecos. Já para Costa, Jr. e McCrae (2006), os traços de personalidade pouco mudam, sobretudo a partir dos 30 anos de idade, a não ser que se verifiquem grandes alterações de vida ou perante situações em que o indivíduo procurou deliberadamente a mudança.

Esta abordagem teórica causou alguma polémica, gerando algumas críticas a que os autores responderam, contra-argumentando. Assim, segundo os mentores do modelo, os argumentos favoráveis a esta perspectiva seriam os seguintes (Costa & McCrae, 1998b): i) diferentes estudos longitudinais confirmam que os cinco factores são disposições reais, que levam a determinados comportamentos em determinadas situações; ii) verifica-se a presença dos cinco factores na linguagem corrente e nos principais questionários de personalidade; iii) constata-se, também, a presença dos cinco factores em diferentes culturas sem qualquer influência da idade e do sexo; iv) a definição de uma base biológica dos factores leva a que o modelo possa ser considerado universal.

De facto, este modelo apresenta-se flexível e muito rico, possibilitando a previsão de certos aspectos da vida dos indivíduos, a compreensão da diversidade cultural, bem como da capacidade de adaptação do sujeito às mudanças de vida, para além de possibilitar a avaliação da personalidade, permitindo compreender o modo global de funcionamento das pessoas (Lima & Simões, 2003). O Modelo dos Cinco Grandes Factores proporciona uma precisa, e não menos compreensiva, análise à personalidade e ao seu funcionamento global, quer esse funcionamento seja normal, quer seja patológico (Widiger & Lowe, 2007).

Na verdade, vários têm sido os estudos (Derefinko & Lynam, 2007; Ibáñez et al., 2010; Lynam et al., 2005; Miller e Lynam, 2006; Morizot & Le Blanc, 2003; Nathanson, Paulhus & Williams, 2006; Ribeaud & Eisner, 2006; Schmitt, Pinto, Gomes, Quevedo & Stein, 2006; Van Dam Et al., 2007; Wilkowski, Robinson & Meier, 2006) que se têm debruçado sobre a personalidade, nomeadamente, no âmbito do consumo de drogas e/ou das práticas delinquentes, atendendo a algumas das dimensões definidas neste modelo, ou mesmo através da administração do inventário a partir dele criado.

Não obstante, e como foi já aqui referido, a compreensão de tais condutas requer uma análise que use da enriquecedora complementaridade entre personalidade e registo relacional, pelo que se torna imperativo explorar o conceito de vinculação.

### **4.3. Vinculação**

Como frisa Canavarro (1999), há evidências de que as relações de suporte, carinho, disponibilidade e segurança constituem fontes de aumento de auto-estima e de desenvolvimento das capacidades de aprendizagem. De acordo com a mesma autora, as relações afectivas são factores de vulnerabilidade ou de protecção, sendo imperativo que se considere o indivíduo, atendendo ao seu quadro relacional ao longo de toda a vida.

Também por isso, o padrão de vinculação predominante em cada sujeito é fundamental para melhor se compreenderem os seus comportamentos, nomeadamente, as condutas problemáticas. A componente relacional do ser humano deve considerar-se, até por estar ligada a todos os outros aspectos da vida do sujeito. No que toca à delinquência, por exemplo, muitos são os factores de risco conhecidos que acabam por se ligar, de alguma forma, à Teoria da Vinculação. Podem mesmo encontrar-se pontos convergentes entre algumas teorias sobre o desvio, como a de Hirschi, por exemplo, e a Teoria da Vinculação. De acordo com vários autores, como Patterson, De Barysh e Ransey, ou Reid e Patterson, também as teorias da Aprendizagem Social, relativamente ao desvio, referem as relações disfuncionais entre pais e filhos como uma abertura para a anti-socialidade (Fonagy et al., 1997).

Assim, pode considerar-se que um padrão de vinculação Seguro facilita o desenvolvimento de aptidões que reduzem a motivação para o comportamento desviante, inibindo o potencial individual para a prática de acções anti-sociais. Áreas como o desenvolvimento moral, o comportamento disruptivo, a conduta anti-social e o desenvolvimento de perturbações da personalidade, são directamente relevantes no desenvolvimento do crime e, por sua vez, têm relação estreita com os padrões de vinculação que predominam ao longo do processo desenvolvimental (Fonagy et al., 1997). No que toca ao consumo de substâncias, uma vinculação primária deficitária pode conduzir a uma série de consequências aos níveis do estilo relacional do indivíduo e do seu desenvolvimento, criando todo um conjunto de condições que podem potenciar

a motivação para o uso de drogas (Torres, 2003). Então, pode considerar-se que a vinculação tem ligação ao possível desenvolvimento de comportamentos adictivos às drogas (Burkhart, 2000; Flores, 2004), bem como à possível adopção de comportamentos anti-sociais (Farrington & Welsh, 2007) e, até, ao desenvolvimento de traços psicopáticos (Widom & Wilson, 2009). Aliás, o grande teórico da vinculação, Bowlby, foi directamente influenciado pela sua prática clínica, no trabalho directo com jovens delinquentes (Slade, 1999). Na verdade, a possibilidade de uma associação significativa entre a manifestação de condutas anti-sociais e o padrão de vinculação foi uma ideia defendida por Bowlby e tem vindo a ser confirmada empiricamente (Ijzendoorn, 2002; Machado, 2004).

Com efeito, verifica-se a influência da qualidade de vinculação sobre a capacidade de estabelecimento de relações, bem como sobre a imagem que o sujeito vai construindo, quer sobre si próprio, quer sobre os outros (Machado, 2004), constatando-se a existência de um poderoso efeito das primeiras experiências de afecto sobre o padrão de vinculação e, conseqüentemente, sobre o desenvolvimento da personalidade (Bowlby, 2000). A relevância da vinculação não fica apenas a dever-se à sua multifacetada influência no desenvolvimento da personalidade, mas também aos seus efeitos na própria organização daquela, uma vez que vários traços da mesma parecem ser afectados pelo padrão de vinculação predominante (Thompson, 1999). De facto, nem o temperamento, nem as funções cognitivas, nem sequer a disciplina podem criar seres humanos com laços morais e sociais sólidos, sendo essa uma tarefa que respeita à moralidade que emerge das experiências de vinculação, que podem conduzir a uma regulação óptima das emoções negativas, contribuindo para um equilíbrio emocional que propicie um balanço entre a auto-confiança e a preocupação com os outros (Ijzendoorn, 1997).

Contudo, o termo “vinculação” sofreu um enriquecimento que se foi firmando ao longo do tempo, sendo um vocábulo polissémico que importa definir. Entendida como um sistema, a vinculação será o que mantém proximidade, com presença de um sentimento de segurança (Guedeney & Guedeney, 2003). Assim, a vinculação caracteriza-se pelo comportamento promotor de proximidade ou de contacto, relativamente a uma ou a mais figuras, às quais o indivíduo se sente vinculado (Ainsworth, Blehar, Waters & Wall, 1978, citado por Canavarro, 1999). Já o comportamento de vinculação é activado perante situações de perigo, stresse, surpresa e, também, perante a novidade, tendo a

vantagem de promover a proximidade e o contacto de cariz protector e tranquilizante, com a figura de vinculação (Canavarro, Dias & Lima, 2006; Crowell, Fraley & Shaver, 1999). A efectivação de múltiplos laços de vinculação, abrangendo vários objectos, acarreta um grande contributo para o desenvolvimento relacional, social e cognitivo do indivíduo (Montagner, 1993). Considerando-se os laços de vinculação como ligações afectivas entre o indivíduo e as respectivas figuras alvo de vínculo, as orientações ou estilos de vinculação remetem para as tendências apresentadas pelo indivíduo, no sentido de procurar conforto e apoio emocional, junto daqueles com quem estabeleceu laços, partindo do princípio de que tais figuras responderão com o conforto e o apoio solicitados (Rholes & Simpson, 2006a).

Ora, no geral, a Teoria da Vinculação procura explicar como as relações precoces do indivíduo têm um impacte tão marcante e duradouro sobre o desenvolvimento da sua personalidade, bem como sobre o seu estilo relacional, ao longo de toda a vida (Mikulincer & Shaver, 2007). Tem sido largamente averiguada a forma como a vinculação primária pode ser útil para a compreensão dos afectos estabelecidos ao longo do ciclo vital, em que se encontram díspares organizações internas nos diferentes indivíduos (Ainsworth, 1993a). Com efeito, certas relações estabelecidas por adultos apresentam as propriedades inerentes aos processos de vinculação desenvolvidos na infância, na medida em que o adulto continua a ter necessidade de se sentir emocionalmente ligado a alguém (Weiss, 1993). Ora, o conceito de vinculação, enquanto sistema comportamental, compreende a conduta observável e a organização interna, havendo necessidade de se desenvolverem análises que contemplem as relações de vinculação em idades que ultrapassam a infância (Ainsworth, 1993b).

Dada essa necessidade, o conceito de vinculação acabou por sofrer um alargamento, estendendo-se ao longo de toda a vida do sujeito, incluindo a ampliação do leque das figuras de vinculação. Weiss (1982) foi dos primeiros a apoiar a ideia de que a vinculação do adulto é o desenvolvimento/prolongamento da vinculação na infância, apontando os seguintes argumentos: i) há uma similaridade de características emocionais, independentemente da figura de vinculação, que se mantém na idade adulta como na infância, e que se traduzem nas propriedades das relações quanto aos sentimentos ligados à activação de comportamentos de vinculação; ii) verifica-se uma generalização da experiência, em que os elementos associados à vinculação na infância se manifestam nas relações de vinculação do adulto; iii) há uma ligação temporal, pela

qual se verifica a formação de relações de vinculação com os pares na idade adulta, com evidente redução da importância dos pais enquanto figuras primárias de vinculação.

Portanto, no que toca à vinculação no adulto, várias foram as tentativas de definição, das quais se destacam as formuladas por Berman e Sperling e por West e Sheldon-Keller, dadas a clareza e operacionalização que possuem. Os primeiros definiram a vinculação do adulto como sendo uma tendência do indivíduo, no sentido de manter proximidade e contacto com uma ou mais figuras percebidas como fontes de segurança física e/ou psicológica (Canavarro, 1999). West e Sheldon-Keller basearam-se na diferença, na complementaridade e na reciprocidade das relações de vinculação, na infância e em fase adulta, a partir da teoria de Bowlby (Lapsley, Varshney & Aalsma, 2000). Os autores referiram a “vinculação recíproca do adulto” como sendo a relação diádica em que se procura proximidade relativamente ao outro, considerado especial e preferido, numa relação cuja manutenção visa a obtenção de uma sensação de segurança (Canavarro, 1999).

A conceptualização de vinculação do adulto partiu da ideia de que os adultos estabelecem relações, transportando consigo as memórias da sua história de experiências interpessoais vividas (Collins, Ford, Guichard & Allard, 2006; Weiss, 1982). De acordo com a teoria, os efeitos a longo prazo das experiências primárias de vinculação, nomeadamente com as figuras cuidadoras, tendem a apresentar uma certa persistência (Pierce, 2008) em termos de *working models*, incluindo esquemas cognitivo-afectivos ou representações das relações de proximidade. Teoricamente, essas representações influenciarão as expectativas, as emoções, as defesas e o estilo relacional do indivíduo nas posteriores relações de proximidade. Todavia, isso não implica que esses *working models* persistam, forçosa e indefinidamente, muito embora se possa considerar que haja efeitos da vinculação primária que sejam influentes sobre toda a vida do indivíduo (Bartholomew & Shaver, 1998). Realmente, alguns estudos, como o de Horowitz, Rosenberg e Bartholomew (1993), apontam para a existência de diferentes padrões de vinculação que, persistentemente, ao longo da vida, levam a diferentes tipos de problemas interpessoais.

São vários os mecanismos que tentam explicar o porquê de diferentes pessoas, em idade adulta, apresentarem díspares estilos relacionais dotados de certa consistência. Entre tais mecanismos, consideram-se os designados e já referidos *working models*, que têm

grande impacto nos processos de percepção social. Os *working models* acedem às estruturas cognitivo-afectivas que, uma vez activadas, jogam um importante papel na forma como os indivíduos constroem as suas experiências e a sua percepção do envolvente social. Muita da literatura relativa à vinculação do adulto refere diferenças individuais em termos de estilos ou de padrões predominantes de vinculação. Esses estilos apontam para padrões “crónicos” de formas de pensar, sentir e agir no âmbito das relações próximas, e prendem-se com os *working models* desenvolvidos precocemente no indivíduo (Collins et al., 2006).

De facto, o conceito de *working models* encontra-se, ainda, vagamente definido e os processos através dos quais esses mecanismos influenciam o funcionamento do adulto ainda não estão bem compreendidos. Bowlby usou o termo para descrever todo um conjunto de representações internas e individuais, que envolviam experiências de vinculação com pessoas significativas e com o próprio (Collins & Read, 1994). Segundo vários investigadores como Main, Kaplan e Cassidy, os *working models* são descritos como a componente central da personalidade e da organização do pensamento e, hipoteticamente, parecem ser as fontes de continuidade das experiências infantis de vinculação (Mikulincer, Florian & Tolmacs, 1990).

Por tudo isto, é fundamental ter uma ideia dos principais modelos teóricos de vinculação, até porque o padrão de vinculação parece estar implicado na eventual existência de problemas inter-pessoais, bem como na possibilidade do sujeito exibir maiores ou menores dificuldades em estabelecer relações de intimidade satisfatórias e duradouras, o que por sua vez implica a presença de representações internas, sobre si e sobre os outros, com determinadas características específicas (Horowitz et al., 1993).

#### **4.4. Perspectivas Teóricas da Vinculação**

Antes de mais, é importante salientar que a teoria de Bowlby e os avanços proporcionados por Ainsworth constituem o passo determinante para o actual estado dos trabalhos sobre a vinculação (Ainsworth & Bowlby, 1991; Bretherton, 2000). Nenhum daqueles autores, isoladamente, teria sido suficiente para alcançar o que foi conseguido por ambos. Na verdade, sem a teoria de Bowlby, a investigação sobre a vinculação na infância teria continuado a basear-se nas prevaletentes formulações da Aprendizagem

Social. Por outro lado, pode também afirmar-se que, sem a criação da designada “situação estranha” concebida por Ainsworth, a teoria de Bowlby ter-se-ia mantido no plano do arrojo, numa frustrante situação de difícil comprovação empírica (Thompson & Raikes, 2003).

De acordo com a teoria, com o passar do tempo as crianças interiorizam experiências associadas ao estabelecimento das primeiras relações, acabando por formar representações que constituem o protótipo das relações posteriormente desenvolvidas com outras pessoas não pertencentes à família de origem. Bowlby identificou duas características cruciais dessas representações internas ou *working models* de vinculação. A primeira refere-se à possibilidade da figura de vinculação ser percebida, ou não, como alguém que geralmente responde às solicitações de apoio e de protecção; a segunda remete para a possibilidade do indivíduo se perceber, ou não, como próximo dos outros, particularmente da figura de vinculação, percepcionando-se com maior ou menor capacidade de responder no sentido de prestar ajuda ao outro. Assim, a primeira característica corresponde à representação que a criança foi construindo dos outros, e a segunda prende-se com a representação que a criança edificou sobre si própria. Estas características centrais dos *working models* estão associadas ao estilo de vinculação desenvolvido (Bartholomew & Horowitz, 1991) e, posteriormente, transportado para a vida adulta (Weiss, 1982).

O desenvolvimento de análises recentes (Riggs, 2010; Riggs & Kamisnki, 2010; Steele, Hodges, Kaniuk & Steele, 2010) tem facilitado o acesso aos *working models* das relações estabelecidas no passado, que culminam nos estilos de vinculação predominantes na idade adulta. A maioria dessas investigações examina as relações de vinculação com base na percepção dos adultos, relativamente às suas relações precoces (Dickstein, Seifer, Albus & Magu, 2004). Entretanto, ao longo da vida do indivíduo, pode verificar-se uma alteração do padrão de vinculação. Contudo, os processos que permitem essa mudança são pouco conhecidos (Golse, 1998; Main, 1996).

Recentemente, tem-se verificado que o acesso ao padrão de vinculação predominante no adulto é um importante elemento para averiguar o modo de funcionamento dos sujeitos (Lyons-Ruth, Yellin, Melnick & Atwood, 2005), pelo que a Teoria da Vinculação foi alargada a todo o ciclo de vida, tornando possível abarcar o funcionamento relacional das pessoas (Oliveira & Costa, 2005).

Contudo, a vinculação na idade adulta apresenta distintas classificações, em função dos procedimentos de avaliação utilizados. De um modo geral, as tipologias de vinculação incluem os padrões Seguro e Inseguro, havendo diferenças ao nível dos distintos tipos de vinculação insegura (Canavarro, 1999), razão pela qual se podem diferenciar os modelos de quatro e de três dimensões.

#### 4.4.1. Modelo de Quatro Dimensões

Bartholomew combinou os aspectos relacionados com o próprio indivíduo, com as percepções do mesmo a respeito dos outros, para descrever os tipos de vinculação no adulto. De acordo com o autor, se a imagem que o indivíduo tem de si próprio for dicotômica, entre um pólo positivo e um negativo, e se o mesmo ocorrer relativamente à imagem que o indivíduo tem dos outros, obter-se-ão quatro combinações que podem ser conceptualizadas como sendo padrões de vinculação do adulto (Bartholomew & Horowitz, 1991; Bartholomew & Shaver, 1998). Então, este modelo apresenta quatro categorias de padrões de vinculação, a partir do cruzamento de duas dimensões (Bartholomew & Shaver, 1998), conforme o esquema da figura 4.2.

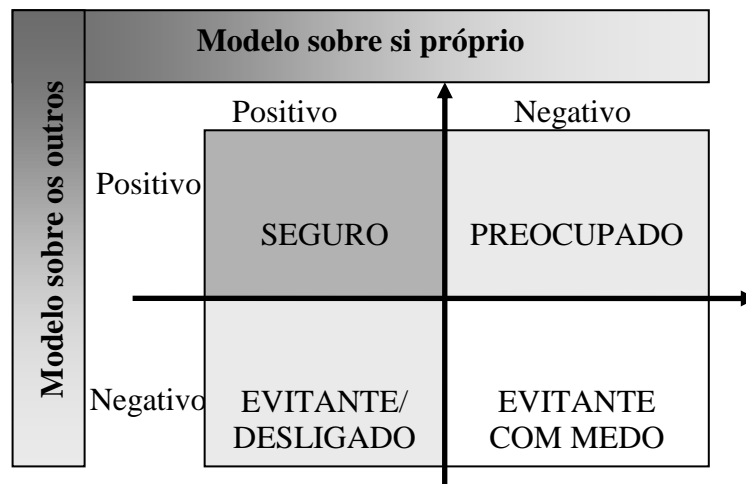


Figura 4.2. Modelo de Vinculação no Adulto de Bartholomew (1990; adaptado de Bartholomew & Horowitz, 1991).

De acordo com o modelo esquematizado, o padrão Seguro corresponde a uma percepção positiva de si e dos que o rodeiam, e o indivíduo vê-se como merecedor dos

cuidados dos outros, que são percebidos como disponíveis e acessíveis. Já o padrão Preocupado encerra uma imagem negativa de si e não merecedora dos cuidados dos outros, em conjugação com uma imagem positiva destes últimos, cuja valorização se faz acompanhar de um sentimento de não merecimento da sua atenção. No que respeita ao padrão Evitante com Medo, verifica-se uma clara auto-percepção de não merecimento dos cuidados alheios, a par de uma percepção dos outros, também negativa e não confiável. Finalmente, o padrão Evitante/Desligado combina uma auto-percepção positiva e de merecimento dos cuidados dos restantes, os quais não correspondem às suas necessidades e expectativas, sendo percebidos como não disponíveis. Assim, trata-se de um padrão em que o indivíduo evita o estabelecimento de relações de proximidade, defendendo-se e prevenindo eventuais desapontamentos (Bartholomew & Horowitz, 1991; Bartholomew & Shaver, 1998).

Cada um dos padrões de vinculação identificados no modelo são entendidos como protótipos teóricos, sendo que cada indivíduo pode corresponder a variados graus de predominância de um padrão. Na verdade, a maioria dos sujeitos exhibe elementos de mais que um padrão de vinculação, daí que a prevalência de um desses tipos exija a consideração do perfil da pessoa relativamente a um dos quatro padrões, no sentido de melhor se perceber o seu estilo relacional (Bartholomew & Shaver, 1998).

#### **4.4.2. Modelo de Três Dimensões**

Hazen e Shaver recorreram aos três padrões de vinculação da infância, definidos por Ainsworth, aplicando-os à idade adulta (Brumbaugh & Fraley, 2006; Oliveira & Costa, 2005; Shaver & Mikulincer, 2006). No seu estudo, os autores conceptualizaram o amor romântico como um processo de vinculação e desenvolveram um instrumento de classificação da vinculação no adulto, com três categorias correspondentes aos três estilos anteriormente definidos para a vinculação na infância (Bartholomew & Horowitz, 1991; Hazan & Shaver, 2004; Shaver, Belsky & Brennan, 2000). Os autores criaram, assim, o primeiro instrumento de avaliação da vinculação no adulto e definiram os padrões de vinculação Seguro, Inseguro Evitante e Inseguro Ansioso/Ambivalente (Brumbaugh & Fraley, 2006; Canavarro, 1999).

Os pontos centrais desta abordagem, apontados por Hazen e Shaver, podem ser sumariados da seguinte forma: i) as dinâmicas emocionais e comportamentais das relações infantis de afecto, tal como as dinâmicas relacionais românticas dos adultos, são geridas pelo mesmo sistema biológico; ii) o tipo de diferenças individuais observadas nas relações afectivas infantis é similar às encontradas no âmbito das relações românticas dos adultos; iii) as diferenças individuais, em termos de comportamento de vinculação, são o reflexo das crenças e das expectativas que as pessoas constroem a respeito de si próprias e daqueles com quem têm relações de proximidade; iv) a base dessa construção é a história das experiências de vinculação, que conduziu à edificação de determinados *working models* (Fraley & Shaver, 2000).

Posteriormente à criação deste modelo, em 1993, Lyddon, Bradford e Nelson reproduziram o instrumento original de Hazen e Shaver, defendendo que o padrão de vinculação Seguro seria aquele em que o indivíduo considera ser-lhe relativamente fácil aproximar-se dos outros e depender deles, não tendo, geralmente, preocupações quanto à possibilidade de vir a ser abandonado, nem quanto à proximidade demasiada dos outros. Já no padrão de vinculação Inseguro Evitante, o indivíduo manifesta desconforto face à proximidade dos outros, tendo dificuldade em confiar e em depender deles, dizendo-se nervoso quando alguém se aproxima demasiadamente de si. Trata-se do indivíduo que, geralmente, refere recear que os seus parceiros pretendam maior intimidade do que aquela com a qual ele se sente confortável. No que respeita ao padrão de vinculação Inseguro Ansioso/Ambivalente, o indivíduo refere considerar que os outros parecem relutantes em aproximar-se de si tanto quanto ele gostaria, e manifesta uma preocupação frequente com a possibilidade dos parceiros não gostarem de si ou preferirem estar sem a sua companhia (Canavarro, 1999).

Assim, pode falar-se de três padrões de vinculação no adulto. Tais estilos relacionais e as correspondentes características e dinâmicas de funcionamento encontram-se esquematizados nas figuras 4.3. e 4.4.

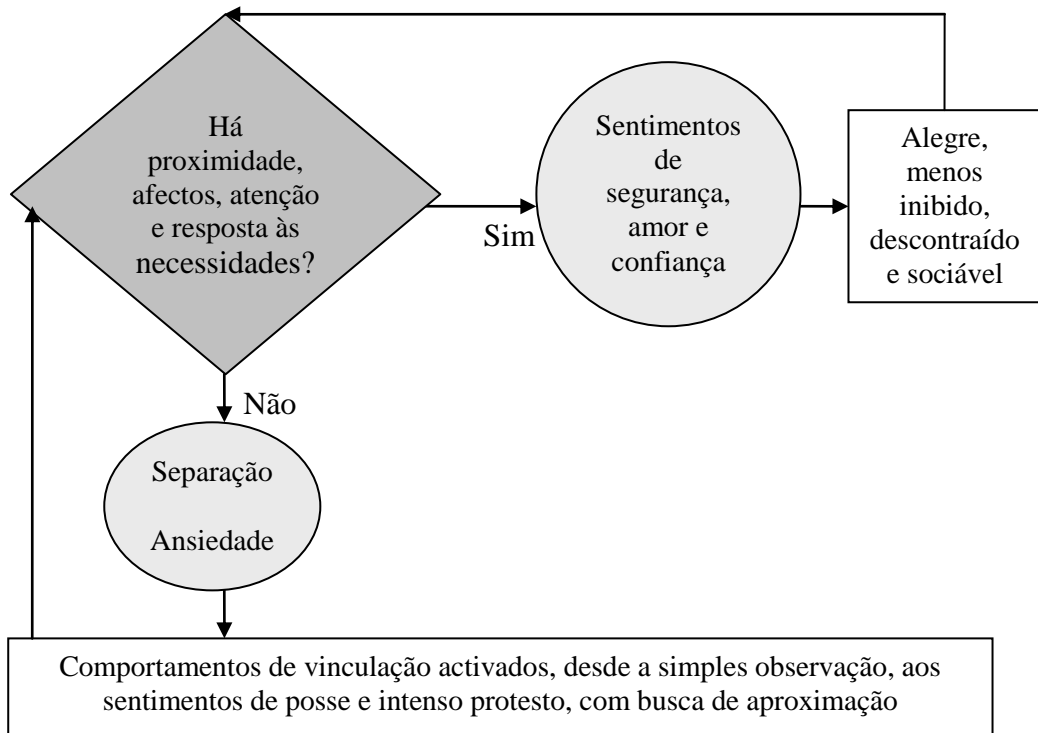


Figura 4.3. Dinâmica do sistema de vinculação (adaptado de Fraley & Shaver, 2000).

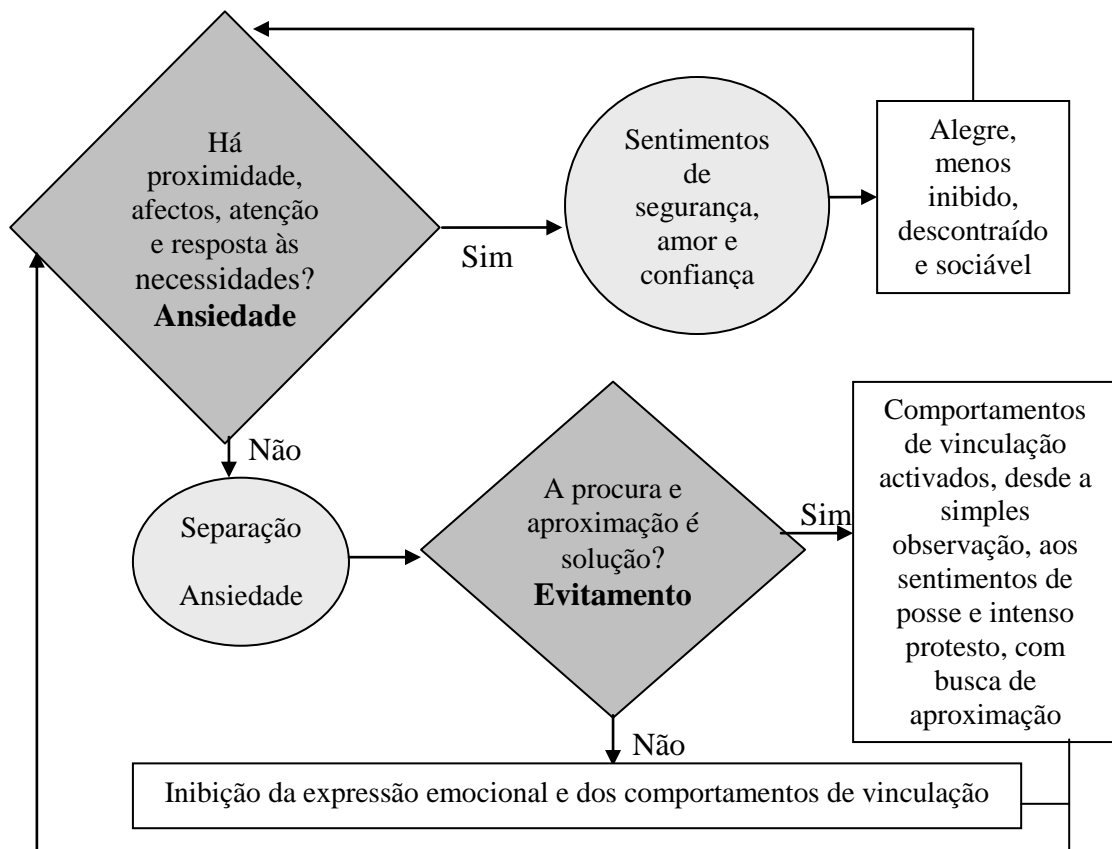


Figura 4.4. Padrões Seguro, e Inseguros Evitante e Ansioso (adaptado de Fraley & Shaver, 2000).

Mais tarde, num outro estudo, Hazan e Shaver concluíram que as pessoas cujo padrão de vinculação se revelava Seguro se apresentavam menos afectadas pelo medo do fracasso, não permitindo que o seu trabalho tivesse influência directa sobre as suas relações íntimas. Pelo contrário, aqueles cuja vinculação se revelava predominantemente Ansiosa/Ambivalente, permitiam que o medo da rejeição afectasse o seu trabalho e, por último, os sujeitos com um padrão Evitante de vinculação, recorriam tendencialmente ao trabalho como forma de evitar o estabelecimento e posterior estreitamento de relações sociais (Canavarro, 1999). Collins e Read (1990) criticaram os estudos acabados de expor por lhes encontrarem as limitações seguintes: i) cada item do instrumento abarca diferentes aspectos do relacionamento, abrindo a possibilidade do inquirido não transmitir a representação da sua percepção a respeito de todas as dimensões, ao seleccionar a descrição completa; ii) a escolha de apenas uma das descrições é impeditiva da obtenção de informação quanto ao grau de identificação sentido pelo indivíduo, e não possibilita o exame das relações entre os diferentes tipos de vinculação.

Com o intuito de colmatar tais limitações, os autores que teceram as críticas acabaram por criar um outro instrumento. Trata-se da Escala de Vinculação do Adulto (EVA) que, de acordo com Canavarro (1999), apresenta índices mais fiáveis para proceder a uma avaliação das dimensões dos estilos de vinculação na idade adulta, sendo este, um dos instrumentos administrados aos participantes deste estudo.

#### EPÍTOME DO CAPÍTULO IV

Vinculação e personalidade apresentam-se intimamente ligadas, verificando-se uma forte influência da primeira sobre o desenvolvimento e a organização da segunda, pelo que ambos os constructos foram apresentados no mesmo capítulo.

Este capítulo iniciou-se com a procura de uma definição de personalidade que, encerrando uma ímpar complexidade, tornou imperativa a convergência dos seus aspectos mais frequentemente referidos por diferentes autores. Assim, dessa reunião de características provenientes de díspares definições, pode depreender-se que a personalidade encerra alguma estabilidade ao nível de algumas das suas dimensões, sendo simultaneamente dinâmica, estando associada às diferenças individuais e sendo organizada mediante um esquema estrutural, resultante de uma variada gama de fontes de influência, internas e externas, de que fazem parte aspectos conscientes e inconscientes, biológicos de natureza genética, física, fisiológica e temperamental e, ainda, os de cariz ambiental e experiencial. Acrescentem-se, também, a componente cognitiva, que permite ao ser humano pensar e interpretar activamente o mundo, bem como a vertente espiritual, que possibilita ao indivíduo reflectir e atribuir significados à sua existência.

Após a clarificação do conceito, passou-se à apresentação das principais perspectivas teóricas da personalidade. No âmbito da interpretação Psicanalítica, referiu-se a leitura de Freud e o dinâmico conflito entre as instâncias psíquicas apontadas pelo autor na sua teoria. Ainda sob um ponto de vista psicodinâmico, apresentou-se a abordagem de Jung que defendeu os factores inconscientes como menos determinantes, enfatizando o papel da consciência. Entretanto, a dinâmica psíquica de Freud influenciou outros autores que, no entanto, acabaram por atribuir um papel central ao *Ego* e aos factores de cariz social, como foram os casos de Adler e de Erikson.

Seguiu-se a apresentação das Perspectivas da Aprendizagem, mais orientadas para a objectividade dos comportamentos observáveis, valorizados pelo comportamentalismo clássico que inspirou autores que, como Skinner, consideravam os determinantes inconscientes duvidosos. Nesta vertente, o carácter predominantemente mecanicista destacou-se nas interpretações como a de Hull, que considerava o comportamento dos indivíduos como resultante de um estado de tensão interna que impunha a reposição de equilíbrio. Outro dos nomes desta perspectiva foi Bandura, que avançou com a aprendizagem por experiência vicariante, dando um passo em frente no sentido das Perspectivas Sociocognitivas, em que se enquadra a leitura de Rotter.

Para Rotter, os comportamentos do indivíduo seriam amplamente determinados pelas expectativas daquele, relativamente a uma determinada ocorrência, verificando-se, também, uma forte influência do *locus* de controlo predominante no sujeito. Já na década de 50 do século XX, Kelly apresentou uma outra leitura da personalidade, em que o indivíduo passou a ser visto como estando voltado para o futuro, elaborando constructos através dos quais procurava interpretar o mundo. De acordo com esta teoria, o ser humano procura compreender e antecipar, cognitivamente, as ocorrências. Já do ponto de vista humanista, Rogers destacou-se com a ideia de busca de desenvolvimento por parte do indivíduo que, activamente, procura melhorar-se, modificando-se e mudando o mundo. No mesmo sentido, Maslow apresentou o actualizador-de-si como estando no topo da hierarquia das necessidades humanas.

As abordagens baseadas na Perspectiva dos Traços, inicialmente centralizadas na estabilidade do traço de origem biológica, foram assumindo o registo dinâmico da personalidade, desde logo apresentado por Allport. Sob este ponto de vista, foi-se caminhando para um conceito de personalidade em que o traço mais não é que uma disposição, sendo relativamente estável mas podendo mudar, e em que se joga com as tendências de origem biológica, com a biografia do indivíduo, com os seus processos adaptativos e condicionamentos culturais, com as suas atitudes pessoais e o próprio auto-conceito, tudo em dinâmica interacção a que não escapam as influências externas. Fala-se, aqui, da Teoria dos Cinco Grandes Factores, de Costa e McCrae, que apresentaram as cinco tendências básicas da personalidade como sendo traços ou disposições.

Apresentada a personalidade, foi altura de se passar à definição de vinculação, como sistema que mantém a proximidade do sujeito em relação aos outros, com maior ou menor sentimento de segurança. A relação entre vinculação e personalidade está, também, presente no contexto das manifestações comportamentais problemáticas, como o consumo de drogas e a prática de delito. Ora, sendo sabido que a vinculação afecta o desenvolvimento e a organização da personalidade, não será de estranhar que a vinculação primária venha a reflectir-se no estilo relacional do adulto. Por isso, a Teoria da Vinculação inicialmente pensada por Bowlby para a infância, acabou por sofrer um alargamento, abarcando o padrão de vinculação que possa predominar na idade adulta. De facto, a instalação de determinados padrões, os designados *working models*, dotados de considerável estabilidade sobre a forma de pensar, sentir e agir, desenvolve-se a partir da infância afectando o estilo relacional do adulto. Assim, seguiu-se a apresentação dos modelos, de quatro e de três dimensões, relativos à vinculação do indivíduo. O Modelo de Quatro Dimensões, da autoria de Bartholomew e Horowitz, apresenta os padrões de vinculação como resultantes do cruzamento de dois eixos: um relativo à forma como o sujeito se percebe e outro respeitante à maneira como ele percebe os que o rodeiam, em termos de relações de proximidade.

Já o Modelo de Três Dimensões, desenvolvido por Hazan e Shaver, transpôs para o adulto os três padrões de vinculação da infância, referidos por Ainsworth, considerando que os *working models* levariam a uma continuidade entre o estilo relacional da infância e o da idade adulta. Como argumentos a favor dessa continuidade do padrão de vinculação prevalente, os autores referiram que a gestão das dinâmicas emocionais e comportamentais das relações precoces, cabia ao mesmo sistema biológico gestor das relações românticas na idade adulta; que as diferenças individuais encontradas nas primeiras relações de afecto coincidem com as encontradas nas relações íntimas do adulto; e que tais diferenças individuais reflectem as crenças e expectativas que as pessoas vão construindo sobre si e sobre os outros ao longo da sua história.

\*\*\*

Concluído que foi este capítulo, importa salientar a determinância do desenvolvimento e da estruturação da personalidade, tendo em consideração o impacto sobre ela exercido pelo padrão de vinculação predominante ao longo do percurso desenvolvimental do indivíduo. É também relevante entender que esse padrão de vinculação conduz ao

desenvolvimento e instalação dos designados *working models*, cuja influência se faz sentir ao nível da vinculação no adulto, assim como em termos de organização da sua personalidade. Atente-se que, de forma mais ou menos directa, se vislumbra uma ligação entre o registo relacional e os traços ou disposições apontados por Costa e McCrae. Aliás, pode considerar-se que o Modelo dos Cinco Grandes Factores da Personalidade contempla sobejamente os aspectos interaccionais do indivíduo, não sendo esquecida, sequer, a forma como aquele se percebe, incluindo o seu auto-conceito como elemento integrado e influente na organização da personalidade.

Na conjugação de ambas as interpretações, é possível capturar a importância atribuída ao percurso desenvolvimental do sujeito e à forma como tal processo foi conduzido e construído. A respeito desse processo, pode afirmar-se que aqueles modelos lhe atribuem uma importância quase central sendo, também esse, o elemento fulcral das teorias de Hirschi, de Catalano e Hawkins, bem como de Becoña. Refira-se que o processo de desenvolvimento dos indivíduos também se encontra noutras abordagens como as de Thornberry, de Oetting, Donnermeyer e Deffenbacher, e de Farrington.

Considere-se, agora, a trajectória existencial do indivíduo, também considerada naquelas abordagens, bem como na de Agra que refere o percurso de integração entre droga e crime, contemplando o estado de anomia interna apontado por Queirós e a ambiguidade das relações com o exterior, salientado por Manita. Agra enfatizou, ainda, que uma tal intercepção de comportamentos não se instala por acaso, mas antes através de um processo, no qual se verifica uma progressiva circularidade que se vai fechando, nomeadamente, no que toca à indiferenciação das duas condutas.

Em suma, pode dizer-se que os quatro capítulos que constituem a parte A que agora termina, tratando de aspectos diferentes, apresentam pontos de convergência numa estreita ligação. É também sobre essa relação existente entre as distintas conceptualizações teóricas relativas aos díspares comportamentos aqui explorados, bem como às diferentes variáveis até agora contextualizadas, que se debruça a parte B, pensada como uma ponte de ligação para a posterior apresentação do estudo empírico.

**PARTE B**  
**TRANSIÇÃO METODOLÓGICA**



**CAPÍTULO V**  
**DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA À ANÁLISE EMPÍRICA**



## NOTA INTRODUTÓRIA

Como foi referido no final da parte A, é possível encontrar pontos convergentes entre as díspares perspectivas teóricas relativas às drogas, ao delito e à intercepção entre ambas as condutas. Além disso, conforme também já foi apontado, verifica-se uma estreita ligação entre as duas variáveis alvo de avaliação psicométrica neste trabalho, a personalidade e a vinculação. Saliente-se, ainda, que ao nível das conceptualizações teóricas sobre cada uma das condutas e a respeito do cruzamento entre elas, bem como nas relativas à personalidade e à vinculação, estão presentes elementos que decorrem da forma como se foi desenhando o percurso existencial do indivíduo, desde tenra idade.

Precisamente por isso, parece conveniente apresentar esta parte do trabalho, em que se procurará elaborar uma súmula do globalmente adquirido, contemplando as ligações existentes entre os seus diferentes segmentos teóricos que, efectivamente, podem unir-se através de um fio condutor. Ao longo dessa síntese de integração, procurar-se-á, também, apurar o que tem sido investigado e, logicamente, especificar o que se pretende averiguar neste estudo. Também nesta parte do trabalho, tentar-se-á expor sucintamente o que levou à escolha do método, das variáveis, o que se pretende alcançar, quais os objectivos perseguidos e o procedimento adoptado em prol do alcance daqueles, bem como da busca de respostas às questões inicialmente colocadas.

Essencialmente, tentar-se-á o estabelecimento de uma ponte de ligação entre o corpo teórico e o estudo empírico, apresentando uma súmula da teoria, a par da lógica sequencial de procedimentos que conduziram à construção estrutural do estudo empírico.

### 5.1. Das Drogas e do Crime

Os três primeiros capítulos deste trabalho trataram da apresentação de teorias e de conceitos relacionados com as problemáticas do crime, do consumo de drogas e,

finalmente, da convergência entre os dois comportamentos, procurando ilustrar a forma como cada uma dessas condutas afecta o indivíduo e como, em interacção, o colocam num registo de circular repetição de acções, até que se extinga toda e qualquer finalidade em vista.

Deste corpo de teorias foi possível retirar aspectos muito relevantes, como a implicação dos factores biológicos que, não sendo suficientes para explicar os comportamentos, estão presentes de forma mais ou menos directa nalgumas abordagens que não se inscrevem nesse tipo de teorias. É o caso do modelo de Becoña que contempla a existência de uma predisposição de que faz parte a componente biológica. Os elementos de carácter social também acabam por estar presentes em muitas perspectivas, e não apenas nas sociológicas. Catalano e Hawkins, tal como Hirschi, referem o processo de socialização, também incluído na abordagem de Becoña, sendo que tal processo está recheado de influências decorrentes do alargamento do universo social do sujeito. Poder-se-iam, então, conjugar essas conceptualizações, na busca das especificidades de um trajecto de convergência dos dois comportamentos, até se chegar à formação droga-crime, conforme o esquema da figura 5.1.

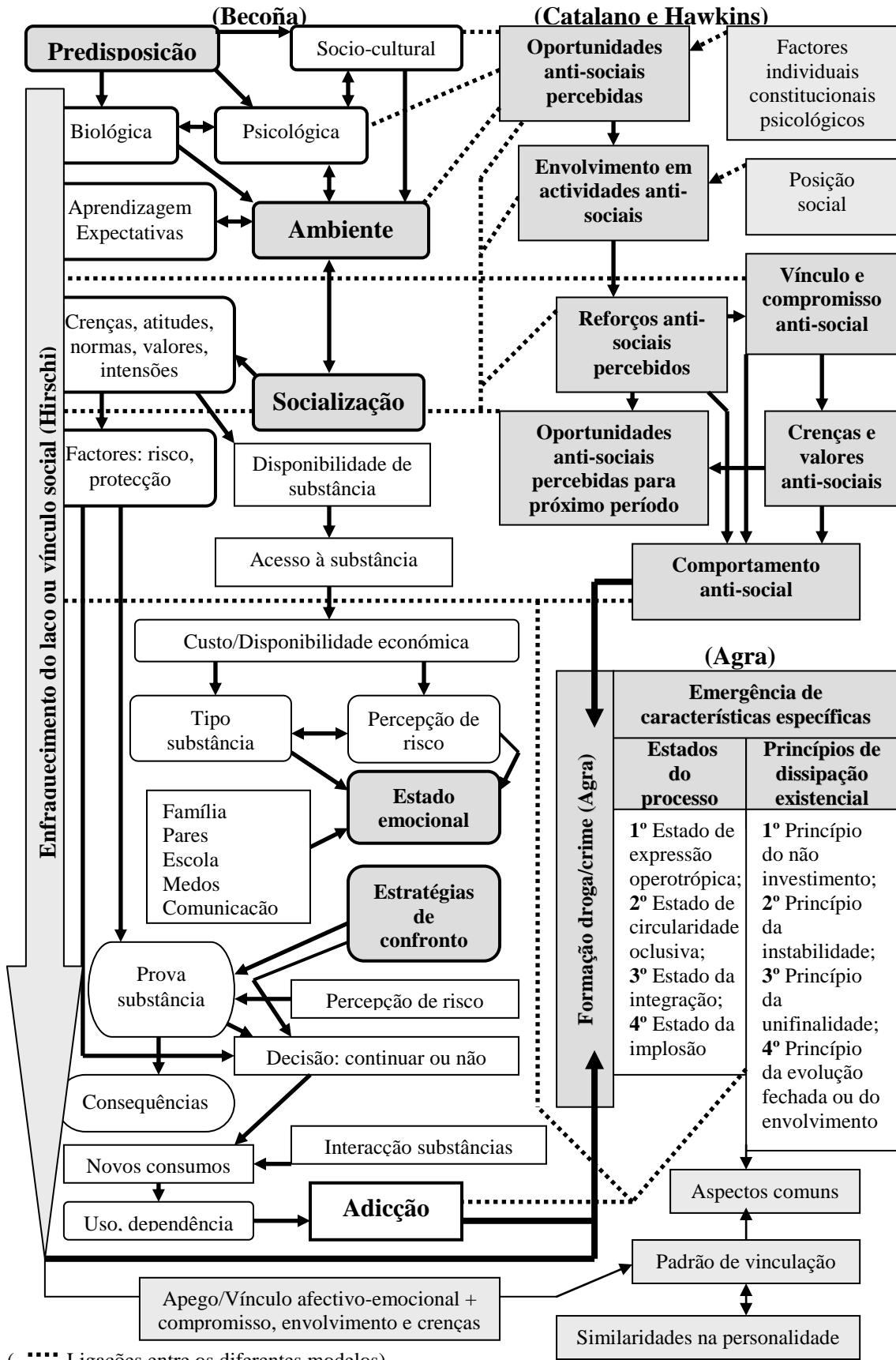


Figura 5.1. Integração dos modelos de Becoña, de Catalano e Hawkins, de Hirschi e de Agra, e a sua ligação à vinculação e à personalidade.

Repare-se que no esquema da figura 5.1. se encontram, de forma mais ou menos directa, elementos das teorias de Farrington, como os factores de risco, de protecção e o potencial anti-social; aspectos ligados à evolução comportamental a partir dos primeiros consumos; factores atribuíveis à socialização apontada por Oetting, Donnermeyer e Deffenbacher; a ideia de esbatimento do laço social referida por Hirschi e, também, por Elliott; a tomada de decisão de prosseguir com o comportamento, num registo cognitivista; os aspectos biológicos presentes na predisposição, os ambientais, também presentes nas Perspectivas Sociológicas, e os de natureza psicológica.

Da análise preliminar a este corpo de teorias, considerando a já referida complexidade inerente ao cruzamento entre droga e crime, ergueu-se a necessidade de procurar compreender o funcionamento global destes indivíduos. Desde logo, que caminhos os teriam levado a um tal registo comportamental, ou seja, que tipo de percurso biográfico poderia ter contribuído para esta ligação entre duas condutas problemáticas, num funcionamento ímpar. Colocou-se, assim, a primeira questão de investigação: encontrar-se-á um registo típico de funcionamento global, contextualizado num determinado tipo de percurso existencial, entre indivíduos consumidores de substâncias e com condutas anti-sociais?

Como se ilustra no esquema da figura 5.1., partindo do trabalho desenvolvido por Agra, é possível perceber a existência de aspectos específicos da formação droga-crime, que indiciam a presença de pontos comumente encontrados na trajectória e no comportamento destes indivíduos. Por outro lado, essas semelhanças resultarão de similaridades em termos de funcionamento, o que nos conduz para a procura de eventuais semelhanças de vinculação e esta, pela sua ligação à personalidade, implicará a possível existência de traços igualmente comuns nestes indivíduos. Ora, o processo conducente à dissipação existencial, referido por Agra, revela uma clara rotura do laço social apontado por Hirschi, que remete para a fragilidade do apego, nomeadamente ao nível afectivo-emocional. Essa frágil ligação aponta para a possível presença de um padrão de vinculação predominante entre estes sujeitos. Dada a estreita relação entre vinculação e personalidade, haverá, certamente, semelhanças de funcionamento que terão subjacentes similaridades ao nível dessa segunda variável. Acrescente-se que a auscultação do funcionamento global exige, como referiu Allport, a análise à personalidade dos sujeitos e, esta última, por seu turno, carece de uma contextualização em termos de percurso existencial, já que os instrumentos de avaliação psicométrica

forneem indicadores relativos apenas ao momento da sua administração, devendo ser perspectivados em termos de história individual. Então, a perseguição do funcionamento global destes sujeitos terá de passar pela análise à sua personalidade, numa busca de características que, eventualmente, possam exibir algumas similaridades. Colocou-se, assim, uma segunda questão de investigação: embora se trate de um grupo heterogéneo, encontrar-se-ão similaridades ao nível de algumas dimensões da personalidade entre indivíduos consumidores de substâncias e com comportamentos anti-sociais?

Mas como capturar o funcionamento global do indivíduo sem penetrar o seu registo relacional, nomeadamente, ao nível dos afectos? A personalidade liga-se intimamente à vinculação que, como já se referiu, apresentará semelhanças que articularão com as similaridades de personalidade. A leitura desta última fornece múltiplos elementos mas carece dessa análise complementar ao investimento de afectos, de que o indivíduo pode, ou não, ser capaz. Assim, colocou-se a terceira e última questão: verificar-se-á a existência de um padrão de vinculação predominante entre os sujeitos consumidores de substâncias e com condutas anti-sociais? Desde logo, o que se pretendia era uma abordagem compreensiva, porquanto se tornou imperativo procurar conhecer, não o porquê das condutas manifestas, mas como se foram desenhando ao longo da existência do indivíduo, e que aspectos tácitos, de funcionamento, poderiam estar por trás de tais comportamentos. Então, a complementaridade entre as análises à personalidade e à vinculação revelou-se de extrema importância para alcançar um melhor conhecimento desta população.

## **5.2. Da Personalidade e da Vinculação**

O quarto e último capítulo da fundamentação teórica iniciou-se com a clarificação do conceito de personalidade, passando-se à apresentação das suas principais perspectivas teóricas.

Aqui, enfatizaram-se particularmente as Perspectivas dos Traços de Personalidade, inicialmente centradas no carácter estático do traço de origem biológica e, progressivamente, mais voltadas para leituras de maior flexibilidade e com poder compreensivo. Foi-se caminhando no sentido da edificação da Teoria dos Cinco

Grandes Factores da Personalidade, em que o traço é uma disposição relativamente estável mas que pode mudar, e em que se joga com as tendências biológicas, a par da biografia do indivíduo, dos seus processos adaptativos e condicionamentos culturais, das suas atitudes pessoais e do auto-conceito, numa interacção permanente e dinâmica também afectada por influências externas. As cinco tendências básicas da personalidade sustentam uma abordagem que se inclina para a integração dos múltiplos elementos implicados no funcionamento do indivíduo, perspectivado na sua globalidade (Costa & McCrae, 1998b). Assim, mediante a descrição da posição do sujeito em cada uma das cinco dimensões, pode aceder-se a um “esquema compreensivo” em que se encontra a síntese do estilo emocional do indivíduo, bem como do seu estilo interpessoal, experiencial, motivacional e atitudinal (Lima & Simões, 2003). Ora, neste estudo, esta perspectiva revela-se muito útil, na medida em que vai ao encontro da necessidade de avaliar a personalidade para, conjuntamente com a análise à vinculação, se aceder ao funcionamento global do indivíduo.

É certo que a análise à “personalidade adictiva” deve ter em consideração o isolamento que se instala no indivíduo adicto, como ilustra o estudo de Felizardo (2005), que refere um processo conducente a alterações que contribuem para que a personalidade do sujeito apresente características que, não sendo necessariamente pré-existentes, decorrem do percurso pelo qual passa o consumidor de drogas (Nakken, 1996), bem como do processo de “encurtamento” do percurso conducente à satisfação de necessidades, tão bem apontado por Cardoso (2001) numa abordagem fenomenológica à questão da dependência. De facto, várias pesquisas têm evidenciado a heterogeneidade dos indivíduos com aquelas condutas problemáticas, mas também é verídico que se têm encontrado evidências da existência de determinados aspectos comuns nestes sujeitos, em termos de personalidade (Ferreira, 2004).

Assim, a personalidade dos indivíduos envolvidos em condutas desviantes tem vindo a ser avaliada em diversos estudos que procuram o perfil do ofensor (Alison, Goodwill, Almond, Van den Heuvel & Winter, 2010), nomeadamente, em termos de traços de personalidade (Witt, Donnellan & Blonigen, 2009). Exemplo disso é o estudo de Miller e Lynam (2006) que procederam à análise de 211 jovens adultos, tendo em consideração algumas condutas como o crime e o consumo de drogas. Entre as conclusões, os autores referiram o Neuroticismo como fortemente associado à agressão reactiva, mais do que à proactiva, acrescentando a necessidade de explorar o papel dessa dimensão, no sentido

de se procurar perceber melhor a heterogeneidade do comportamento agressivo. Com base no Modelo dos Cinco Grandes Factores da Personalidade, Derefinko e Lynam (2007) procuraram averiguar se a psicopatia poderia ser compreendida como uma constelação de traços específicos. Para tanto, utilizaram uma amostra de 297 consumidores de drogas de ambos os sexos, junto dos quais também se recolheram auto-relatos de condutas anti-sociais. Os resultados revelaram evidências de que a psicopatia poderia ser considerada como uma constelação de traços definidos a partir da Teoria dos Cinco Grandes Factores, apesar de se tratar de um modelo geral da personalidade.

Nessa mesma direcção, foram as conclusões de um outro estudo desenvolvido por Lynam et al. (2005), que colocaram a hipótese de que o egocentrismo, a ausência de acolhimento caloroso e a tendente manipulação interpessoal, estariam fortemente associados a uma reduzida Amabilidade, atendendo, também, ao facto da psicopatia apresentar impulsividade, instabilidade e desvio associados a baixa Amabilidade, reduzida Conscienciosidade e elevado Neuroticismo. Os resultados foram consistentes com a hipótese colocada e constituíram suporte empírico para a interpretação da psicopatia como um conjunto de traços extraídos a partir de um modelo geral da personalidade. Ainda no âmbito dos traços característicos em indivíduos com condutas problemáticas como a delinquência, Van Dam et al. (2007) procuraram explorar a relação entre três dimensões da personalidade, Psicoticismo, Extroversão e Neuroticismo, e a prática de delito. Com base nos dados recolhidos junto de 126 participantes do sexo masculino com história de actos delinquentes, os autores chegaram a resultados que revelaram que apenas um pequeno grupo de delinquentes apresentou cotações elevadas naquelas três dimensões. Os autores acrescentaram que tais dimensões da personalidade não possibilitaram a diferenciação entre os delinquentes em recidiva e os que não a apresentavam.

Um outro estudo, de Nathanson et al. (2006), focalizou-se na análise da personalidade de estudantes, com relatos de condutas problemáticas e com práticas de alteração na imagem corporal, através de indicadores de desvio cultural. A análise evidenciou três características: Abertura à Experiência, traços de psicopatia e baixa auto-estima. As conclusões apontaram ainda para o facto da aquisição de indicadores de desvio apresentar uma associação positiva em relação ao consumo de drogas. Já numa análise perspectivada no auto-controlo, Ribeaud e Eisner (2006) procuraram avaliar a

implicação de um baixo auto-controlo, no âmbito da ligação entre droga e crime. Os resultados, obtidos no estudo desenvolvido com estudantes, levaram à conclusão de que o auto-controlo é um forte preditor de ambos os comportamentos. Contudo, os autores acrescentaram que a análise mais apurada do impacto do auto-controlo pareceu apontar para a influência de características como impulsividade e procura de risco.

Um estudo de Morizot e Le Blanc (2003), longitudinal e prospectivo, recorreu a uma amostra de indivíduos do sexo feminino, adjudicados na adolescência e avaliados em quatro momentos até à meia-idade. Analisaram-se a desinibição, o negativismo emocional e a Extroversão, tendo-se identificado quatro tipos de personalidade: o primeiro caracterizado por pontuações médias de desinibição e de negativismo emocional na adolescência, com redução desses níveis no período de jovens adultos. O segundo tipo de personalidade com elevados níveis de desinibição e de negativismo emocional na adolescência, mas com rápida redução desses níveis na fase de jovens adultos. O terceiro tipo de personalidade apontou para elevados níveis de desinibição e de negativismo emocional que se mantiveram até à idade adulta, a par de uma crescente Extroversão. Já o quarto tipo caracterizou-se por elevados níveis de desinibição e de negativismo emocional na adolescência, com ciclos de decréscimo e de aumento até à idade adulta. Os autores referiram que estes quatro tipos de personalidade se revelaram associados ao desenvolvimento de trajetórias de conduta anti-social. Saliente-se a presença de negativismo emocional nos quatro tipos de personalidade identificados. A constância dessa característica remete, logicamente, para a possível vivência de processos de socialização em que poderão ter existido défices ao nível da vinculação, com edificação de *working models* conducentes a um tal funcionamento. Vários outros estudos (Ortiz-Tallo, Fierro, Blanca, Cardenal & Sánchez, 2006; Schmitt et al. 2006; Wilkowski et al., 2006) se têm voltado para a análise de certas dimensões da personalidade entre indivíduos com comportamentos desviantes, como o consumo de drogas e/ou a prática delituosa.

No contexto português, onde se têm desenvolvido estudos sobre esta população (Agra & Matos, 1997; Fernandes, 1997; Queirós, 1997b; Marques-Teixeira, 1993a), é de referir a análise à personalidade e acção em consumidores de drogas e delinquentes, desenvolvida por Manita (1998), junto de 90 participantes divididos em três grupos: o grupo de 35 sujeitos, delinquentes e sem história de consumo de drogas; o grupo de 21 indivíduos toxicodependentes e sem manifestação de comportamentos delinquentes; e o

grupo de 34 sujeitos nos quais se verificava a co-ocorrência dos dois comportamentos. Nos resultados do estudo não foi encontrado um registo específico, em termos de traços de personalidade, que denunciasses uma relação causal com os comportamentos manifestados. Contudo, encontraram-se evidências no sentido de um funcionamento psicológico subjacente aos comportamentos toxicodependente, delincente e misto. Uma tal especificidade de funcionamento não se prendeu com qualquer déficit em termos estruturais, mas antes ao nível dos processos superiores. Segundo a autora, as condutas criminal, toxicodependente e mista não são forçosamente determinadas por características estruturais da personalidade. No entanto, verificou-se a presença de características psicológicas, que se articulam com o funcionamento da personalidade, estando implicadas nos problemas comportamentais dos sujeitos. A análise comparativa dos três grupos de participantes permitiu chegar às conclusões seguintes (Manita, 1998):

Os toxicodependentes evidenciaram, ao nível do pensamento, uma clara “desorganização ideativa”. A desordem ideativa-afectiva, típica do toxicómano, pareceu estar na base de uma leitura distorcida da realidade. Também distorcida, foi a imagem que os indivíduos tinham de si e dos outros (o que de certa forma remete para o padrão de vinculação prevalecente no sujeito), sem que houvesse qualquer evidência de negativismo social. Neste grupo, a relação com o meio revelou-se pouco consistente, oscilando entre a orientação pautada pelas ideias e pelos pensamentos do próprio, e a orientação regida por aspectos afectivo-emocionais e exteriores ao mesmo;

Relativamente ao grupo constituído por delinquentes, e no que toca ao pensamento, as modalidades de edificação da realidade revelaram-se mais eficazes e “realistas” do que no grupo anterior. Apesar destes sujeitos apresentarem baixos recursos cognitivos e um funcionamento “simplista”, foi revelado um esforço cognitivo traduzível em estratégias de resolução de problemas. Foi evidenciada a presença de negativismo social, nomeadamente, no baixo investimento em relações interpessoais, no isolamento social demonstrado (o que também leva ao questionamento sobre a vinculação desenvolvida), bem como na reduzida convencionalidade e adequação de comportamentos. A relação destes sujeitos com o meio apresentou-se mais “consistente” do que nos indivíduos do grupo anterior, muito embora se tivesse feito notar a impulsividade na interpretação das situações, num registo de orientação predominantemente pautado por aspectos emocionais e exteriores;

Já no âmbito da associação entre os dois comportamentos problemáticos, o grupo misto revelou características que não se limitam ao somatório das do primeiro e do segundo grupos, sendo evidente a emergência de outras, mais específicas. Em termos da organização do pensamento, encontraram-se algumas perturbações, como rigidez cognitiva com tendência para a passividade e para a fuga no sentido da construção fantasista da realidade. Em termos afectivo-emocionais, este grupo evidenciou maiores dificuldades do que os grupos anteriores, o que também foi referido por Queirós (1997b), ao mencionar que o grupo droga-crime experienciaria emoções negativas, que conduziriam o sujeito a voltar-se para si mesmo. Nomeadamente, foram evidenciadas uma auto-imagem negativa, um baixo interesse por relações interpessoais (a que não será alheio o padrão de vinculação predominante), bem como uma perda de autonomia e de auto-responsabilização. Nas relações com o meio predominaram a ambiguidade, a inconsistência, a instabilidade e um frágil poder sobre as situações do dia-a-dia. Portanto, este grupo parece afastar-se, no sentido negativo, do grupo de toxicodependentes em termos afectivos e interpessoais. Em relação ao grupo de sujeitos delinquentes, o grupo misto parece distanciar-se, também negativamente, ao nível perceptivo-cognitivo. Em termos gerais, pode dizer-se que o grupo de toxicodependentes evidenciou uma maior proximidade relativamente à população “normal”, tendo em consideração os padrões normais de resposta aos instrumentos psicológicos de avaliação da personalidade. Já o grupo de delinquentes evidenciou uma menor aproximação, e o grupo misto demonstrou o maior afastamento, em relação à população normal.

Pode afirmar-se que estas análises à personalidade remetem para a necessidade de se associar o estudo da vinculação nestes sujeitos cujo registo de interacções parece revelar algumas particularidades. Por isso, apresentada a personalidade, foi altura de se passar à definição de vinculação, como sistema que mantém a proximidade do sujeito em relação aos outros, com maior ou menor sentimento de segurança. A relação entre vinculação e personalidade tem sido apontada por vários autores (Bowlby, 2000; Chotai et al., 2005; Donnellan et al., 2008; Eggert et al., 2007; George & West, 1999; Kovak, 1994; Nakash-Eisikovits et al., 2002; Shaver & Brennan, 1992; Sibley & Overall, 2010; Thompson, 1999; Waters et al., 2002), estando também presente no contexto das manifestações comportamentais problemáticas, como o consumo de drogas e a prática de delito. Ora, sabendo-se que a vinculação afecta o desenvolvimento e a organização

da personalidade, não será de estranhar que a vinculação primária venha a reflectir-se no estilo relacional do adulto (Greenberg, DeKlyen, Speltz & Endriga, 1997). Por isso, a Teoria da Vinculação inicialmente pensada por Bowlby para a infância, acabou por sofrer um alargamento, abarcando o padrão de vinculação eventualmente predominante na idade adulta.

De facto, a instalação de determinados padrões de funcionamento relacional, os designados *working models*, dotados de considerável estabilidade sobre a forma de pensar, sentir e agir, desenvolve-se a partir da infância afectando o estilo relacional do adulto. Apresentaram-se, então, os modelos de quatro e de três dimensões.

O modelo de três dimensões, de Hazan e Shaver, transpôs para o adulto os três padrões de vinculação da infância, Seguro e inseguros Ansioso e Evitante, referidos por Ainsworth (Rholes & Simpson, 2006b). Nesta perspectiva, os *working models* levariam a uma continuidade entre o estilo relacional da infância e o da idade adulta. Aliás, como seria de esperar, dada a estreita relação existente entre personalidade e vinculação, também se verifica uma certa continuidade da influência de aspectos de temperamento na infância, sobre as características de funcionamento da personalidade, nomeadamente ao nível das relações interpessoais e no desenvolvimento de condutas criminosas, em idade adulta (Caspi, 2000). Com base nessa continuidade dos padrões de vinculação, Hazan e Shaver edificaram um modelo de funcionamento em que, mediante a vinculação desenvolvida durante a infância, se poderiam instalar díspares estilos relacionais (Rothbard & Shaver, 1994), a par de uma determinada estrutura organizadora da personalidade.

Essa ideia tem inspirado estudos sobre a vinculação no âmbito do desenvolvimento de comportamentos problemáticos (Davidson & Ireland, 2009). Nomeadamente, uma análise recente (Warr, 2007) refere que o comportamento delinvente dos jovens potencia a fragilidade da vinculação estabelecida com os respectivos pais e, simultaneamente, segundo a pesquisa de Rankin e Kern (1994), a fragilidade do vínculo aos pais facilita o desenvolvimento de comportamentos delinquentes. Fala-se, então, de uma reciprocidade de influências conducentes a um ciclo que encerra um funcionamento determinado. Por outro lado, essa vinculação, quando fortemente estabelecida com figuras parentais que consomem drogas, aumenta as probabilidades dos jovens virem a desenvolver o mesmo comportamento adictivo (Drapela & Mosher,

2007). Mas, Brook, Richter e Whiteman (2000) vão mais longe, afirmando que certos estilos parentais atravessam gerações, verificando-se a sua reprodução, pelo que o consumo de drogas pode ser incrementado pela forma como os pais se comportam e como estabelecem laços de vinculação com os seus filhos. Aliás, essa é também a ideia referida por Brook, Brook, Richter e Whiteman (2006). A esse respeito, uma pesquisa de Wall e Kohl (2007) procurou descrever as características associadas a diferentes níveis de consumo de substâncias entre jovens, provavelmente, expostos a maus-tratos. As conclusões da análise revelaram que a associação entre os problemas de conduta e o baixo nível de cuidado recebido, prevalecia nos jovens com maiores níveis de abuso de substâncias. Por outro lado, elevados níveis de problemas de conduta aumentavam as disparidades de consumo de substâncias, embora um elevado nível de cuidados prestados aos jovens diminuísse essa disparidade de consumos.

Ora, a prestação de cuidados, a atenção e a supervisão por parte dos pais, bem como o estilo educativo por eles praticado incluem-se, como já foi referido a propósito da apresentação de várias teorizações (Becoña, 1999; Catalano & Hawkins, 1996; Hirschi, 2002; Oetting, Donnermeyer & Deffenbacher, 1998) no grupo de factores que atravessam o fenómeno, conjuntamente com as ligações do indivíduo à escola e ao grupo de pares. Uma análise realizada por McCrystal et al. (2007) baseou-se nos dados de um estudo longitudinal (Belfast Youth Development Study), relacionando-os com um grupo suplementar constituído por jovens que haviam sido excluídos da escola. A análise evidenciou que, no grupo de jovens excluídos da escola, se verificavam elevados níveis de consumo de drogas e de comportamentos anti-sociais, baixos níveis de comunicação com as figuras cuidadoras/parentais, e elevados níveis de contactos com o sistema de justiça criminal, provavelmente aumentados pelo facto desses jovens residirem em comunidades caracterizadas pela desorganização social.

De acordo com Lewi (2005), as diferenças individuais observadas em díspares padrões de vinculação têm fortes implicações nos processos que envolvem a adaptação e o desenvolvimento. Um estudo realizado por Cernkovich e Giordano (1987) procurou averiguar, junto de 824 adolescentes, os mecanismos de interacção familiar que podem, eventualmente, estar associados à delinquência. Os autores especificaram sete dimensões de interacção familiar: controlo e supervisão, suporte, cuidado e confiança, comunicação íntima e instrumental, desaprovação parental e dos pares, e conflito. Os

resultados evidenciaram que as variantes da interacção familiar apresentavam efeitos marcantes sobre o desenvolvimento da delinquência.

Mais recentemente, um estudo de Simons, Simons, Chen, Brody e Lin (2007), procurou analisar os adolescentes que são expostos à associação entre certas práticas familiares e determinados riscos para a delinquência, tendo em consideração os aspectos sociocognitivos e emocionais que podem mediar o impacto dos comportamentos dos pais em jovens sob risco de delinquência. Os resultados evidenciaram que a supervisão/disciplina está indirectamente associada ao baixo auto-controlo e à adesão a normas desviantes. Já o efeito da hostilidade/rejeição parece estar indirectamente associada ao baixo auto-controlo, à percepção hostil dos relacionamentos e à adesão a normas anti-sociais. Os efeitos das dimensões de estilo parental apresentaram-se como sendo mediados por factores de natureza cognitiva e emocional.

Na verdade, os mecanismos subjacentes à associação entre a vinculação, relativamente aos pais, e a delinquência têm ainda muito por descobrir (Warr, 2007). Essa constatação remete para um estudo desenvolvido por Queirós (1997b) sobre as emoções e cognições em consumidores de drogas e delinquentes. Os resultados da autora desmentiram a ideia da ausência de moralidade entre os sujeitos que manifestam essas condutas desviantes, revelando antes um maior “negativismo emocional” comparativamente com a população normativa. Um estudo de Mason, Hitchings, McMahon e Spoth (2007) não procurou analisar a vinculação propriamente dita, mas focalizou aspectos implicados nas relações indivíduo/família/escola. A análise centrou-se nos efeitos da delinquência no início da adolescência, sobre o funcionamento psicossocial na família, na escola, em contexto do grupo de pares e em termos de consumo de álcool. Foram também analisados a qualidade das relações pais/filhos, a orientação pró-social da escola e o consumo de drogas entre os pares, como possíveis preditores do consumo de substâncias por parte do jovem. O estudo longitudinal contou com a participação de 429 indivíduos de ambos os sexos e com idades entre os 11 e os 18 anos, contando também com as respectivas famílias. Os resultados evidenciaram que a delinquência parece ter um efeito directo sobre o consumo de álcool.

As análises à vinculação, bem como ao estilo parental, no âmbito das drogas e/ou crime têm sido desenvolvidas em estudos muito recentes (Hoever et al., 2008; Maume, Ousey & Beaver, 2005; Pires, 2005), em que se vai constatando a inegável influência de tais

aspectos sobre os comportamentos, tendo sido já estabelecido que a vinculação tem um papel determinante na organização da personalidade. Também por isso, urge averiguar como ambas as variáveis se relacionam no sentido de afectar as condutas problemáticas da população alvo deste estudo, em que se procuram os aspectos tácitos, subjacentes ao desenvolvimento de tais comportamentos. Havendo identificação de similaridades ao nível das características de personalidade, a par de um predomínio de determinado padrão de vinculação, poder-se-á compreender melhor a forma de funcionamento destes indivíduos.

Dito de outra forma, o objectivo geral deste estudo prende-se com a procura de factores comuns, tácitos e subjacentes à emergência dos comportamentos anti-sociais e de consumo problemático de substâncias. Ora, como já foi mencionado, essa busca de aspectos tácitos que permitam aceder à compreensão de tais comportamentos passa pela análise das características de personalidade, bem como da vinculação e da possível relação entre elas, sem contudo esquecer a contextualização em termos de percurso de vida dos sujeitos. Assim sendo, os objectivos específicos do estudo prendem-se com a identificação de eventuais regularidades biográficas, a averiguação da existência de um padrão de vinculação predominante nos indivíduos, a busca de eventuais similaridades em termos de dimensões da personalidade e, por último, com a análise de possíveis associações significativas entre as características de personalidade e a vinculação prevalente nestes sujeitos. Desta forma, o que aqui se procura não é questionar a respeito do porquê da concomitância das duas condutas, mas antes compreender como as mesmas se foram instalando e desenvolvendo.

Não obstante, para obter uma leitura realmente compreensiva, a contextualização desses aspectos em termos de trajecto de vida torna-se um imperativo. Por isso, a análise biográfica é indispensável, até para procurar averiguar a respeito de eventuais regularidades que possam ter contribuído para a instalação dessas características.

### **5.3. Da Análise Biográfica, da Personalidade e da Vinculação**

Como já foi referido, neste estudo busca-se a compreensão global do fenómeno, sem o fragmentar ou descontextualizar.

Por isso, o trabalho desenvolveu-se através de uma análise de carácter indutivo, e sem qualquer pretensão de alcançar leis generalizáveis (Almeida & Freire, 2003). De facto, o estudo compreensivo aponta para uma forma de abordagem que se aproxima da proposta por Max Weber, mediante a análise dos processos sociais, tendo em vista a captura da lógica social de um fenómeno, o que implica uma focalização centrada nas “racionalidades dos sujeitos” (Guerra, 2006).

Assim, essa busca de compreensão do fenómeno requer, desde logo, que se tenha em consideração o sentido dado pelos indivíduos às suas próprias condutas (Schnapper, 2000). Na verdade, ao referir-se aqui uma análise sem pretensões explicativas, o que se está a negar é a explicação baseada na relação do tipo causa/efeito. No entanto, pode falar-se de uma “compreensão explicativa” quando se trata de procurar apreender o “contexto significativo” do agir, ou de desenvolver uma análise interpretativa do sentido ou do “contexto significativo” a construir, para um tipo frequente de fenómeno. Assim, ao contrário do que se passa, por exemplo, com os organismos, os fenómenos sociais encontram-se “para lá” da definição de regras funcionais entendidas como leis capazes de prever ocorrências por via das relações de causalidade encontradas. No plano social (como no campo psicológico) está-se, precisamente, no âmbito da compreensão do comportamento de indivíduos, logo, no plano da explicação interpretativa (Weber, 2005).

Ora, no que respeita às abordagens biográficas, pode referir-se uma grelha de leitura compreensiva, de busca de “nexos de causalidade” estabelecidos entre díspares acontecimentos, o que propiciará o acesso à compreensão de um determinado percurso. Não obstante, isso não significa que se esteja a procurar uma explicação causal no sentido positivista do termo (Digneffe & Beckers, 2005). Na verdade, o que se persegue é a busca do “sentido da plausibilidade” dos resultados (Guerra, 2006), procurando encontrar uma grelha de inteligibilidade para o fenómeno. Saliente-se que, para o precursor das chamadas “biografias orais”, Dilthey, o plano social apenas se pode apreender através de uma abordagem compreensiva, empenhada em decifrar o sentido que o ser humano atribui às suas acções (Ruquoy, 2005).

Além disso, os métodos de inquérito quantitativamente tratados (aqui utilizados para avaliar personalidade e vinculação) conferem objectividade mas reduzem algumas dimensões do fenómeno. Já os métodos biográficos são complementares dos anteriores,

enquadrando a problemática nos acontecimentos de vida dos indivíduos (Agra & Matos, 1997) e possibilitando a captura dos aspectos tácitos e subjacentes ao seu comportamento.

Assim, pode afirmar-se que o método biográfico, conforme referiu Sartre, possibilita a captura das mediações entre os funcionamentos individual e social. Por isso, o relato biográfico permite o acesso ao grupo a que o sujeito pertence e, fundamentalmente, possibilita a compreensão do que é pertencer a esse grupo. É um método que propicia a apreensão do particular, do marginal, das regularidades e roturas, dos interstícios e equívocos, como elementos fulcrais do social. Em suma, pelo método biográfico é possível captar o sentido e a função do acto social, por via da experiência vivida e do discurso que permite transmitir esse acto (Digneffe & Beckers, 2005). Entre os métodos biográficos, o biograma constitui-se num instrumento que permite a recolha de pequenas narrativas sobre as fases de vida entendidas como cruciais pelo sujeito, mediante uma orientação que paute o discurso do indivíduo em torno dos temas centrais, neste caso, o consumo de substâncias e as práticas anti-sociais. Fala-se, aqui, do biograma temático. É fundamental referir que a biografia abarca a narrativa e o comportamento, e o biograma revela-se, assim, com grande potencial para seguir uma análise processual do percurso do sujeito, feita na primeira pessoa (Manita, 2002).

Por isso, privilegiou-se o método biográfico como forma de alcançar a possibilidade de identificar as regularidades biográficas ao longo do percurso dos sujeitos, bem como as ocorrências mais significativas para os próprios, sempre contextualizadas no âmbito das suas histórias de vida (Agra e Matos, 1997; Manita & Cardoso, 2004; Smith, 1994). O biograma pode incluir a história familiar, o percurso escolar, o percurso de consumos, a história de desvios, os afectos e outros aspectos que, ao longo de um eixo cronológico, compõe a vida do indivíduo (Tinoco & Pinto, 2001). Trata-se de um instrumento com um potencial único que possibilita a sistematização das regularidades biográficas do indivíduo, bem como a identificação dos momentos de mudança e dos acontecimentos que para eles tenham contribuído (Tinoco & Pinto, 2003). Acresce a vantagem de que a tradução biográfica do sujeito encontra no biograma a possibilidade de abarcar a sequência de acontecimentos de vida (Agra & Matos, 1997) e, simultaneamente, propiciar a organização de tal informação. Assim, a ideia é a de recorrer ao método biográfico, de recolha de informação de índole qualitativa, para proceder à análise compreensiva do fenómeno.

Contudo, nada implica que os métodos quantitativo e qualitativo sejam mutuamente exclusivos. Pelo contrário, eles podem ser complementares (Boudon, 1989). Por isso, pareceu essencial atender à objectividade proporcionada por instrumentos psicométricos de tratamento quantitativo, capazes de fornecer indicadores objectivos, sem que contudo fosse descurada a componente única e irreduzível das trajectórias de vida e das experiências subjectivas. Procurou-se, assim, uma leitura que se inscrevesse num paradigma que, segundo Sandage e Hill (2001), fizesse uso da linguagem e do seu significado subjectivo, tendo em consideração as distintas e individuais construções e interpretações da realidade. Por tudo quanto foi dito, houve o cuidado de cruzar os dados obtidos através dos instrumentos psicométricos, de tratamento quantitativo, com os dados de cariz qualitativo recolhidos a partir da entrevista e da observação, que constituíram a base de construção do biograma.

Desta forma, o que aqui se procurou foi alcançar uma triangulação metodológica cuja complementaridade proporciona uma vigilância epistemológica, obtida pelo cruzamento dos resultados alcançados pelos dois métodos, qualitativo e quantitativo. Por triangulação de métodos, entenda-se o recurso a mais do que um método, na mesma investigação. Neste caso, pode falar-se em triangulação inter-métodos, uma vez que se usaram, no mesmo estudo, os métodos quantitativo e qualitativo (Reidy & Mercier, 2003). Esse cruzamento de dados quantitativos e qualitativos torna-se pertinente, possibilitando, de acordo com Rossman e Wilson, uma mútua corroboração, parecendo ser essa a forma de alcançar o desenvolvimento de análises favorecedoras da emergência de diferentes formas de pensar o problema e os resultados, potenciando uma abertura a díspares pontos de vista sobre a problemática (Miles & Huberman, 1994).

Posteriormente, da constelação dos dados, procurar-se-á edificar o biograma representativo do ideal-tipo desta população, ou seja, um quadro que, não sendo a descrição do real e empiricamente observado, constitui antes o meio pelo qual se poderá aceder a uma melhor compreensão do fenómeno. Trata-se de elaborar um quadro esquematizado do objecto de análise, neste caso, apelando aos resultados da observação sistemática do real através dos chamados métodos qualitativos, quantitativos ou (como neste estudo) de ambos, criando-se um instrumento de conhecimento essencialmente compreensivo. É claro que importa ter presente que o ideal-tipo é uma construção abstracta, não sendo, segundo Weber, a realidade histórica ou “autêntica”, mas antes um quadro de pensamento que possibilita a compreensão de uma determinada realidade

(Schnapper, 2000). Criado com o objectivo de constituir um instrumento de comparação em relação ao objecto de estudo no âmbito da análise tipológica apresentada por Weber, o ideal-tipo servirá, neste estudo, para esquematizar o quadro de inteligibilidade do fenómeno, ao qual não corresponde um esquema de padrões de conduta, mas antes um quadro esquemático de compreensão de comportamentos, atendendo às similaridades e às regularidades entretanto encontradas nos participantes deste estudo.

Assim, não se busca a definição de um padrão comportamental e de funcionamento, na medida em que se trata de um grupo heterogéneo. Procura-se, antes, definir o ideal-tipo baseado nos aspectos mais frequentemente encontrados no modo de funcionamento dos participantes no estudo, bem como nos seus percursos existenciais. Para tanto, tendo em vista os objectivos previamente definidos e perseguindo a obtenção de respostas para as questões inicialmente colocadas, procedeu-se à elaboração de um plano de pesquisa, a fim de que todo o processo fosse orientado através de fases antecipadamente pensadas e estruturadas, de acordo com o esquema da figura 5.2.

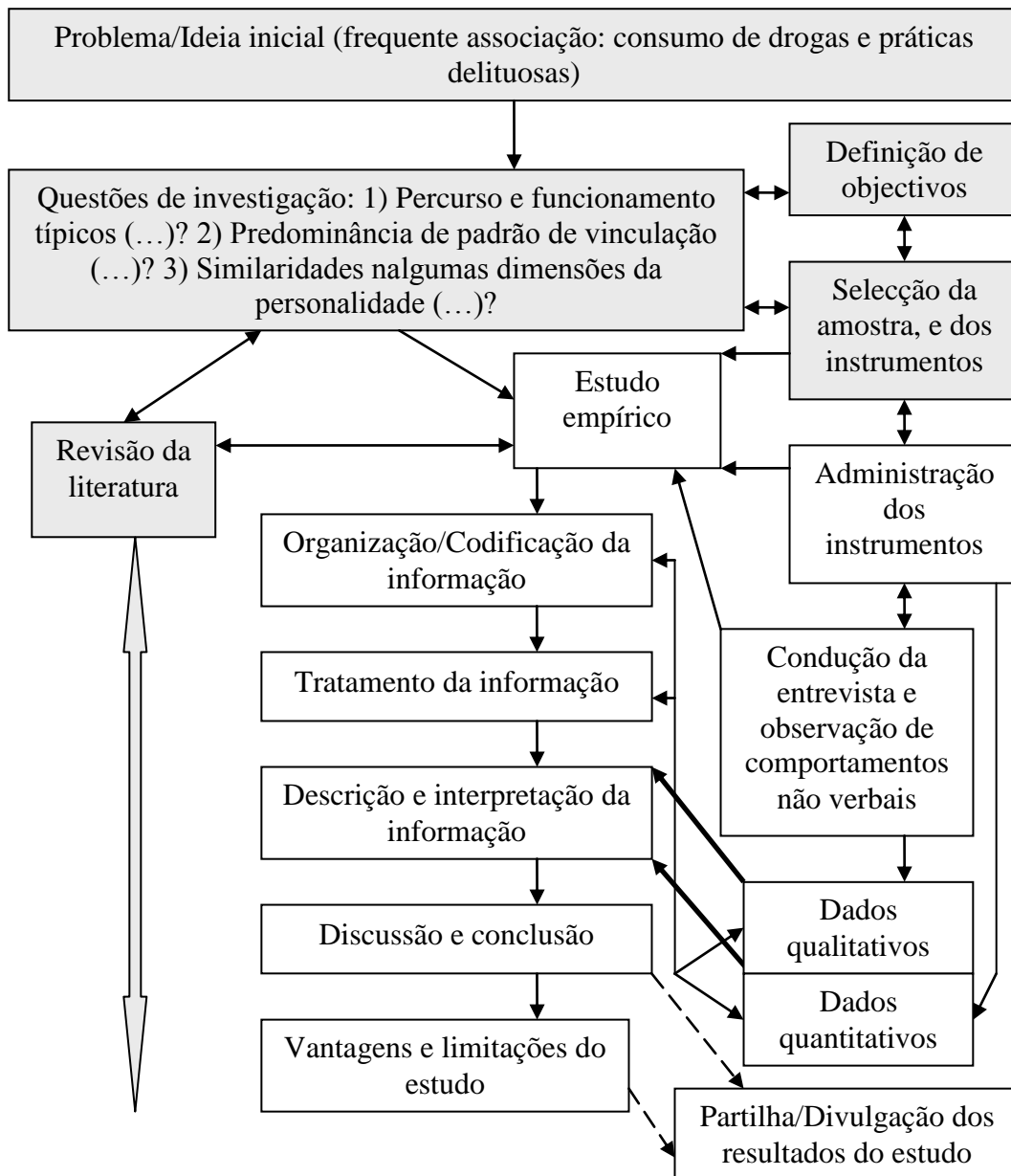


Figura 5.2. O plano da pesquisa.

Neste caso, pòde seguir-se uma orientação definida por etapas, como a formulação do problema e o levantamento de questões centrais de investigação, a escolha de métodos e de técnicas de recolha de dados, bem como a análise dos dados para, posteriormente, se passar à reformulação do problema, agora à luz das informações entretanto obtidas.

Contudo, esta sequência prende-se apenas com o ideal básico que o investigador se propõe seguir (Fortin, Côté & Vissandjée, 2003). Neste caso, todo o processo se foi desenvolvendo de forma flexível, de acordo com o que será apresentado na terceira e última parte deste trabalho, relativa à contribuição empírica.



**PARTE C**  
**ESTUDO EMPÍRICO**



**CAPÍTULO VI**  
**ASPECTOS METODOLÓGICOS**



## NOTA INTRODUTÓRIA

Conforme já foi sobejamente referido, este trabalho procura a edificação de uma análise compreensiva que possibilite a captura dos aspectos tácitos e subjacentes à ocorrência de comportamentos anti-sociais e de consumo de drogas, através de uma triangulação inter-métodos, em que se joga com a complementaridade entre dados quantitativos e qualitativos. Estes últimos, após serem submetidos à análise de conteúdo, foram alvo de tratamento estatístico, em termos de contagem por frequências através da análise de medidas descritivas, igualmente usadas sobre os dados quantitativos que se submeterão, também, à análise correlacional.

Assim, nesta terceira e última parte, recordar-se-ão as questões de investigação e os objectivos previamente definidos, para se passar à apresentação das questões do método, seguidas dos resultados e da sua interpretação para, finalmente, se apresentarem as conclusões.

### 6.1. Método

O estudo segue um desenho observacional, exploratório, descritivo e correlacional, apresentando todas as limitações inerentes a uma análise transversal e retrospectiva, baseada no auto-relato. Trata-se de um estudo de carácter indutivo, no qual se adoptaram os métodos quantitativo e qualitativo em regime de complementaridade, procurando-se, essencialmente, uma vertente sem quaisquer pretensões explicativas para o fenómeno, na medida em que o mesmo exhibe uma complexidade que não se compadece com abordagens focalizadas na busca de relações causais directas e imediatas.

Assim, o que se procura é a obtenção de respostas para as questões de investigação inicialmente colocadas, tal como passam a ser recordadas: i) Encontrar-se-á um registo típico de funcionamento global, contextualizado num determinado tipo de percurso

existencial, entre indivíduos consumidores de substâncias e com condutas anti-sociais? ii) Embora se trate de um grupo heterogêneo, encontrar-se-ão similaridades ao nível de algumas das dimensões da personalidade entre indivíduos consumidores de substâncias e com comportamentos anti-sociais? iii) Verificar-se-á a existência de um padrão de vinculação predominante entre os sujeitos consumidores de substâncias e com condutas anti-sociais?

Recordem-se, também, os objectivos previamente definidos, começando pelo geral que visa procurar a existência de factores comuns, tácitos e subjacentes à emergência dos comportamentos anti-social e de consumo problemático de substâncias. No que respeita aos objectivos específicos, estes propõem-se alcançar o seguinte: i) Procurar identificar eventuais regularidades nos percursos existenciais dos sujeitos consumidores de drogas e com condutas anti-sociais; ii) Averiguar a eventual existência de um padrão de vinculação predominante entre os indivíduos com história de abuso de substâncias e condutas anti-sociais; iii) Indagar sobre a eventual presença de similaridades ao nível das dimensões da personalidade dos indivíduos consumidores de substâncias e com condutas anti-sociais; iv) Procurar a existência de associações entre os padrões de vinculação predominantes e as dimensões da personalidade.

Tendo em vista o alcance destes objectivos, e na busca de obtenção de respostas para as questões inicialmente colocadas, tornou-se necessária a exposição clara do que se deveria averiguar e como se deveria fazê-lo, através de uma série de tomadas de decisão que passam a ser expostas nos pontos seguintes.

### **6.1.1. Os Focos de Análise**

Na sequência do que já foi referido, analisar-se-ão as variáveis sujeitas a avaliação psicométrica, bem como as respeitantes à observação de cada um dos indivíduos e ao respectivo percurso, conforme se passa a expor:

- i) Personalidade;
- ii) Vinculação;
- iii) Comportamentos não verbais;

iv) História desenvolvimental;

v) Trajectória desviante;

vi) Análise prospectiva.

As três primeiras variáveis, personalidade, vinculação e comportamentos não verbais, remetem para momento do encontro com cada sujeito, propiciando o acesso transversal ao que é manifestado naquele preciso instante. Já a história desenvolvimental e a trajectória desviante facultam o acesso ao que o sujeito percepção sobre o seu passado, numa análise claramente transversal, mas retrospectiva. A análise prospectiva, sendo igualmente transversal, remete para a forma como o sujeito antecipa o seu futuro e se projecta nele.

Assim, personalidade e vinculação, além de terem uma estreita relação mútua anteriormente evidenciada, serão analisadas à luz do contexto biográfico de cada indivíduo, considerando-se a forma como ele percepção a sua história passada, como se comporta no momento presente e como se projecta no futuro. A partir do cruzamento destas observações, poder-se-á traçar o biograma representativo do ideal-tipo encontrado.

### **6.1.2. Os Instrumentos de Análise**

Para obter todas as informações necessárias ao estudo, foram utilizados diversos instrumentos de recolha e de registo de dados, que passam a apresentar-se de seguida:

i) Entre o material utilizado, encontra-se a declaração de consentimento informado (Cf. Anexo A), cuja assinatura por parte do sujeito implica que aquele tenha consentido em participar no estudo (Ribeiro, 1999), após ter sido real e efectivamente informado, para decidir livremente (Durand, 2003), tendo conhecimento a respeito da investigação, dos seus objectivos e da forma como seriam utilizadas as informações prestadas. Nessa declaração foram, também, dadas garantias de anonimato e confidencialidade a cada indivíduo.

ii) Igualmente importante, foi a elaboração da declaração de autorização para gravação da entrevista (Cf. Anexo B), cuja assinatura pelo participante comprova a sua

concordância quanto à gravação áudio das informações fornecidas no decorrer do encontro.

iii) Foi também realizada uma ficha de identificação (Cf. Anexo C) a fim de registrar informações fundamentais a respeito de cada indivíduo, como os dados sócio-demográficos, algumas informações a respeito dos consumos de substâncias, o registo do genograma e os dados relativos aos comportamentos anti-sociais e à situação jurídico-legal do sujeito naquele momento.

iv) A lista de verificação de comportamentos (Cf. Anexo D) foi outro instrumento propositadamente concebido para o registo de observações, nomeadamente de comportamentos não verbais, incluindo os aspectos prosódicos que, não sendo linguísticos, acompanham o discurso e também comunicam.

Fala-se, aqui, de um instrumento adequado à análise do não verbal, ou seja, dos aspectos relacionados com os códigos de conduta, com a relação com o corpo, etc (Quivy & Campenhoudt, 2005). Sendo uma das técnicas de recolha de dados através da utilização dos sentidos, a observação sistemática ou estruturada, não participante ou passiva, e individual, carece do recurso a instrumentos de registo dos dados ou dos fenómenos observados (Marconi & Lakatos, 1990). A esse respeito, o uso de uma grelha de observação muito formalizada, à semelhança das utilizadas nas observações de carácter experimental, facilita a interpretação dos comportamentos observados. No entanto, esse tipo de grelha também se pode revelar algo “superficial e mecânica”, relativamente à complexidade dos processos em análise. Ora, no caso das observações de cariz não experimental e, particularmente, no âmbito das Ciências Sociais, opta-se, frequentemente, por grelhas de observação dotadas de flexibilidade, que se utilizam como complemento de outras técnicas como, por exemplo, a entrevista (Quivy & Campenhoudt, 2005), como se escolheu fazer neste estudo.

v) O guião da entrevista (Cf. Anexo E), semi-estruturada e semi-directiva, orientou a condução da conversação a partir da qual se obtiveram os dados para a edificação dos biogramas, numa busca de organização das verbalizações de cada sujeito, enquanto narrador da sua própria história. Para a entrevista adaptou-se um guião, anteriormente utilizado num estudo exploratório (Nunes, 2005) desenvolvido com 10 indivíduos e focalizado sobre o consumo de drogas, acrescentando-se posteriormente e segundo os mesmos moldes, a parte relativa às informações sobre a prática delituosa. Entretanto, a

entrevista foi também conduzida junto de quatro indivíduos que se mostraram cooperantes, compreendendo e respondendo facilmente ao que lhes ia sendo solicitado, num registo indicador de que o guião era eficaz na recolha da informação pretendida.

Conduzida de forma flexível, sem seguir rigidamente o guião, a entrevista proporcionou o acesso a uma grande riqueza de informações, bem como a uma história que foi contada e reconstruída pelo próprio que a viveu, captando-se, dessa forma, os aspectos mais significativos e as ocorrências mais marcantes para cada indivíduo (Rubin & Rubin, 1995). Tratando-se de uma entrevista semi-directiva, situa-se numa região intermédia que procura facultar ao entrevistado a possibilidade de estruturar o seu pensamento em torno do objecto perspectivado e, concomitantemente, definir o objecto de análise de forma a eliminar as diversas considerações para que o entrevistado acaba por se deixar ir, ao sabor do próprio pensamento. Simultaneamente, este tipo de entrevista possibilitou, ainda, o aprofundar de aspectos e de tópicos pertinentes para a pesquisa, e que o entrevistado, provavelmente, teria deixado por explicar (Ruquoy, 2005).

vi) Quanto aos instrumentos psicométricos utilizados no estudo para a avaliação da personalidade, recorreu-se ao Inventário de Personalidade *NEO Personality Inventory Revised* (NEO PI-R) (Cf. Anexo F), que operacionaliza o Modelo dos Cinco Grandes Factores da Personalidade, anteriormente referido, apostando na existência de traços com um papel organizador do funcionamento do indivíduo (Costa & McCrae, 2000; McCrae, 1991; McCrae & John, 1992). O inventário revisto mede trinta facetas que conduzem às cinco grandes dimensões da personalidade definidas no modelo (Costa Jr., McCrae & Kay, 1995), conforme pode observar-se no quadro 6.1.

Quadro 6.1. **Domínios (ou dimensões) e facetas da personalidade, avaliadas pelo NEO PI-R (adaptado de Costa & McCrae, 2000).**

<b>Domínios</b>	
N: Neuroticismo	
E: Extroversão	
O: Abertura à experiência	
A: Amabilidade	
C: Conscienciosidade	
<b>Facetas correspondentes a cada um dos domínios</b>	
<b>Facetas do neuroticismo</b>	<b>Facetas da abertura à experiência</b>
N1: Ansiedade	O1: Fantasia
N2: Hostilidade	O2: Estética
N3: Depressão	O3: Sentimentos
N4: Auto-consciência	O4: Acções
N5: Impulsividade	O5: Ideias
N6: Vulnerabilidade	O6: Valores
<b>Facetas da extroversão</b>	<b>Facetas da amabilidade</b>
E1: Acolhimento caloroso	A1: Confiança
E2: Gregariedade	A2: Rectidão
E3: Assertividade	A3: Altruísmo
E4: Actividade	A4: Complacência
E5: Procura de excitação	A5: Modéstia
E6: Emoções positivas	A6: Sensibilidade
<b>Facetas da conscienciosidade</b>	
C1: Competência	
C2: Ordem	
C3: Obediência ao dever	
C4: Esforço de realização	
C5: Auto-disciplina	
C6: Deliberação	

Recorde-se, a propósito do NEO-PI-R, que as cinco grandes dimensões são o Neuroticismo, a Extroversão, a Abertura à Experiência, a Amabilidade e a Conscienciosidade, e constituem os aspectos básicos da organização e estruturação da personalidade do sujeito (McCrae & John, 1992). Com base nessa ideia, o inventário pode administrar-se a indivíduos com idade a partir dos 17 anos, desde que não padeçam de perturbações como psicose ou demência (Lima & Simões, 2003), possibilitando a avaliação de características “normais” de personalidade e apresentando boas fidelidade e validade (Sherry, Henson & Lewis, 2003).

O instrumento, para cada item, apresenta cinco alternativas de resposta, desde “Discordo Fortemente” até “Concordo Fortemente”. Trata-se de um inventário que propicia o acesso ao “retrato” pormenorizado e apurado das necessidades do indivíduo,

dos seus sentimentos e motivações, bem como do seu estilo interpessoal (Miller, 1991). Contudo, é importante salientar que o perfil fornecido pelo teste deve ser analisado tendo em consideração a história do sujeito e os seus problemas presentes, devendo, por isso, fazer-se uma interpretação dos resultados em articulação com outros instrumentos e técnicas de avaliação, orientados para outros aspectos complementares dos fornecidos pelo NEO-PI-R. Refira-se, ainda, que este instrumento, mesmo sendo constituído por um número considerável de itens, 240, não levanta grandes dificuldades de resposta nem satura facilmente os sujeitos, além de que foi objecto de estudos de tradução, aferição e validação, relativamente à população portuguesa (Manita, 2002). Acrescente-se que os resultados da aferição do teste permitiram concluir que a versão portuguesa do NEO-PI-R mede as mesmas dimensões da personalidade que a correspondente versão original, tendo, de um modo geral, boas qualidades psicométricas (Costa & McCrae, 2000; Lima & Simões, 2003). De facto, embora oito dos itens tenham revelado necessidade de revisão, os índices de fidelidade encontrados, alfa de Cronbach e correlações item/total, apresentaram-se, na generalidade, com valores satisfatórios, podendo concluir-se que a versão portuguesa evidencia boas qualidades psicométricas, sendo, portanto, um instrumento útil nas áreas da Psicologia (Costa & McCrae, 2000).

Na conceptualização do NEO-PI-R não se definem limiares discriminativos nem pontos de corte que destrincem as cotações tidas como normais, das que se possam considerar fora da norma ou indicadoras de algum quadro psicopatológico (Costa & McCrae, 2000). No entanto, as escalas do instrumento medem dimensões em que os pontos obtidos tendem a aproximar-se do modelo de distribuição normal, pelo que a maioria dos indivíduos tenderá a apresentar valores próximos da média. A esse respeito, os autores referiram a utilidade de distribuir os resultados pelos seguintes cinco níveis ou amplitudes: Muito Baixo, Baixo, Médio, Alto e Muito Alto. Assim, na amplitude Muito Baixa enquadram-se os sujeitos com um valor menor ou igual a 34; na amplitude Baixa estão os indivíduos com valores entre os 35 e os 44; já os sujeitos que se encontram entre os 45 e os 55 são incluídos na amplitude Média; numa amplitude Alta localizam-se todos aqueles que apresentam valores entre 56 e 65; e, finalmente, os sujeitos com valores maiores ou iguais a 66 são incluídos na amplitude Muito Alta (Lima & Simões, 2003). Vejam-se, no quadro 6.2., as correspondências entre cada um destes intervalos de valores e a respectiva amplitude.

Quadro 6.2. Valores atribuídos a cada amplitude definida no NEO-PI-R.

<b>Amplitude</b>	<b>Intervalo de valores</b>
Muito Baixo	Menor ou igual a 34
Baixo	De 35 a 44
Médio	De 45 a 55
Alto	De 56 a 65
Muito Alto	Maior ou igual a 66

O instrumento é fornecido com um programa informático que apresenta os perfis de personalidade, pelo que, para aceder à cotação de cada item e aos itens que pontuam para cada faceta e dimensão, houve necessidade de apelar aos autores da aferição portuguesa que, gentilmente, enviaram a respectiva grelha de cotações.

Para uma mais fácil interpretação, as escalas das facetas correspondentes aos cinco domínios da personalidade apresentam-se relacionadas com adjectivos pertencentes a uma lista, possibilitando a caracterização dos cinco grandes domínios ou dimensões, bem como das respectivas facetas, conforme se pode ver no quadro 6.3.

Quadro 6.3. **Caracterização dos cinco domínios da personalidade e respectivas facetas (adaptado de Lima & Simões, 2003).**

<b>Domínios e facetas</b>	<b>Características</b>
<b>Neuroticismo</b>	
N1: Ansiedade	Tenso, medroso, apreensivo vs. Calmo, corajoso
N2: Hostilidade	Irritável, frustrável e zangado vs. Amigável, não se ofende
N3: Depressão	Sem esperança, triste vs. Com esperança, optimista
N4: Auto-consciente	Envergonhado, embaraçável vs. Seguro, à vontade
N5: Impulsividade	Incapaz de resistir às tentações vs. Resiste aos desejos
N6: Vulnerabilidade	Nervoso, com stresse vs. Calmo, resistente
<b>Extroversão</b>	
E1: Acolhimento	Amigável, conversador, afectuoso vs. Frio, formal
E2: Gregariedade	Gregário, alegre, social vs. Evita multidões, solitário
E3: Assertividade	Dominante, confiante, decidido vs. Evita afirmar-se
E4: Actividade	Enérgico, com ritmo rápido vs. Sem pressa, deliberado
E5: Procura excitação	Exibicionista, aprecia estímulos e riscos vs. Cauteloso
E6: Emoções positivas	Alegre, espirituoso, divertido vs. Plácido, sério
<b>Abertura à experiência</b>	
O1: Fantasia	Imaginativo, elabora fantasias vs. Realista, prático
O2: Estética	Valoriza a experiência estética vs. Insensível à beleza
O3: Sentimentos	Emotivo, sensível, empático vs. Leque limitado de emoções
O4: Acções	Procura novidade e variedade vs. Prefere o familiar
O5: Ideias	Curioso, orientado teoricamente, analítico vs. Pragmático
O6: Valores	Horizontes largos, tolerante vs. Dogmático, conformista
<b>Amabilidade</b>	
A1: Confiança	Atribui intenções benevolentes aos outros vs. Cínico
A2: Rectidão	Franco e frontal vs. Maquiavélico, calculista
A3: Altruísmo	Altruísmo vs. Centrado em si próprio
A4: Complacência	Complacente, tolerante, brando vs. Antagonista, contestador
A5: Modéstia	Humilde, modesto, simples vs. Arrogante, narcisista
A6: Sensibilidade	Guiado por sentimentos ao ajuizar vs. Realista, racional
<b>Conscienciosidade</b>	
C1: Competência	Sente que é capaz e eficaz vs. Sente-se incapaz
C2: Ordem	Limpo, organizado, ordenado vs. Desleixado
C3: Obediência ao dever	Adesão a padrões de conduta vs. Irresponsável
C4: Esforço de realização	Atraído pelo êxito, diligente vs Não ambicioso
C5: Auto-disciplina	Persistente vs. Prostrado, desiste face à frustração
C6: Deliberação	Cauteloso e ponderado, planificador vs. Espontâneo

vii) Já em termos de análise ao padrão de vinculação predominante em cada um dos indivíduos, recorreu-se à Escala de Vinculação no Adulto (EVA) (Cf. Anexo G) baseada no Modelo de Três Factores anteriormente apresentado neste trabalho. O

instrumento foi adaptado à população portuguesa num estudo desenvolvido por Canavarro (1997), autora junto da qual se obteve autorização para utilização da escala (Cf. Anexo H).

A escala possibilita uma rápida e simples administração, sendo constituída por 18 itens com cinco opções de resposta que variam de “Nada Característico em Mim” até “Extremamente Característico em Mim”. O instrumento procura avaliar a vinculação do adulto, baseando-se em três dimensões distintas que, de acordo com as designações de Hazan e Shaver, em 1987, são as seguintes: o padrão de vinculação Seguro que, recorde-se, corresponde àquele em que o indivíduo considera ser-lhe relativamente fácil aproximar-se dos outros e depender deles, não tendo, geralmente, preocupações quanto à possibilidade de vir a ser abandonado, nem quanto à proximidade demasiada dos outros; o padrão de vinculação Inseguro Evitante no qual, conforme foi anteriormente exposto, o indivíduo manifesta desconforto face à proximidade dos outros, tendo dificuldade em confiar e em depender deles, e manifestando nervosismo quando alguém se aproxima demasiadamente de si. Fala-se, aqui, no registo relacional em que, geralmente, o indivíduo refere recear que os seus parceiros pretendam maior intimidade do que aquela com a qual ele se sente confortável; por último, o padrão de vinculação Inseguro Ansioso, corresponde ao indivíduo que refere considerar que os outros parecem relutantes em aproximar-se de si tanto quanto ele gostaria, manifestando a preocupação frequente com a possibilidade dos parceiros não gostarem de si, ou preferirem estar sem a sua companhia. Trata-se do indivíduo que, muitas vezes, diz que gostaria de ser mais próximo dos seus parceiros, o que, segundo o próprio, os levará a afastarem-se ainda mais (Canavarro, 1997; 1999).

A escala tem revelado características psicométricas adequadas ao seu uso clínico e científico (Canavarro et al., 2006) e os estudos evidenciaram bons valores em termos de fiabilidade e de validade, sendo que para a consistência interna se verificou um valor de 0,735 para o alpha de Cronbach, e para o coeficiente de Spearman Brown se obteve um valor de 0,732. Quanto aos valores referenciais da versão portuguesa, a escala apresenta, para o padrão de vinculação Seguro (factor F2), um valor médio de 16,00 com um desvio-padrão de 2,88. Esses valores para o padrão de vinculação Ansioso (factor F1) são, respectivamente, 17,89 e 5,33, enquanto para o padrão Evitante (factor F3), o valor médio corresponde a 12,31 e o desvio-padrão a 2,99 (Canavarro, 1999). Esses elementos encontram-se no quadro 6.4.

Quadro 6.4. Estatística descritiva para as notas da Escala (adaptado de Canavarro, 1997).

<b>Factor</b>	<b>Vinculação</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio-Padrão</b>
1	Ansiosa	17,885	5,333
2	Segura	16,005	2,881
3	Evitante	12,013	2,991
	<b>Total</b>	<b>44,036</b>	<b>7,432</b>

Em suma, foram utilizados sete instrumentos, entre os quais se encontram as declarações de consentimento informado e de autorização para gravação áudio da entrevista, dois instrumentos psicométricos, para avaliação da personalidade e da vinculação no adulto, e três propositadamente construídos para orientar a condução da entrevista, registar os dados de identificação dos sujeitos e listar os seus comportamentos não verbais.

Na fase de recolha de dados, os instrumentos psicométricos foram administrados, tendo em consideração a necessidade de evitar os efeitos do cansaço por parte dos participantes no estudo, pelo que se procedeu ao contra-balanceamento. No encontro com cada indivíduo, foi também conduzida a entrevista, durante a qual se procedeu à observação de comportamentos não verbais. A recolha de dados, junto de cada sujeito, foi antecedida da transmissão de informação clara de como seriam utilizados esses dados, bem como do fim a que tais informações se destinavam, conforme já foi mencionado. O encontro com cada indivíduo teve uma duração que oscilou entre os 90 e os 120 minutos. Estes procedimentos foram observados com todos os indivíduos que constituíram a amostra cuja caracterização se segue.

### **6.1.3. Caracterização da Amostra**

Os participantes no estudo constituíram uma amostra de 53 indivíduos, todos eles do sexo masculino, com história de consumo de substâncias e comportamentos anti-sociais, integrados no programa Porto Feliz a funcionar no Centro Hospitalar Conde Ferreira, instituição junto da qual se obteve uma autorização para a realização do estudo. A amostra, inicialmente composta por 56 indivíduos, foi subtraída de três, cuja exclusão se ficou a dever ao facto de apenas dois serem do sexo feminino, e de um terceiro ser proveniente da Ucrânia, onde esteve até à idade adulta. Assim, para evitar qualquer possibilidade de viés, optou-se por considerar apenas os dados relativos a 53 indivíduos.

Veja-se o quadro 6.5. com as características da amostra, relativamente à idade e à escolaridade.

Quadro 6.5. **Medidas descritivas da idade e da escolaridade dos participantes no estudo.**

	<b>Idade (anos)</b>	<b>Escolaridade (anos)</b>
<b>Média</b>	35,75	6,49
<b>Desvio Padrão</b>	8,24	2,65

A idade dos sujeitos participantes no estudo apresenta uma média de 35,75 anos e um desvio padrão de 8,24 anos, denotando uma considerável dispersão em relação à média. Já o desvio padrão da escolaridade, com um valor de 2,65 anos, aponta para uma menor dispersão em relação à média, de 6,49 anos.

Quadro 6.6. **Frequências relativas ao estado civil e à situação laboral dos participantes no estudo.**

	<b>Estado Civil</b>			<b>Situação Laboral</b>			
<b>Frequências</b>	<b>Solteiro</b>	<b>Casado</b>	<b>Divorciado</b>	<b>Total</b>	<b>Emprego</b>	<b>Desemprego</b>	<b>Total</b>
<b>Absoluta</b>	32	3	18	<b>53</b>	3	50	<b>53</b>
<b>Relativa (%)</b>	60,4	5,7	34,0	<b>100,0</b>	5,7	94,3	<b>100,0</b>

Do total da amostra, apenas 5,7% é casado, havendo 60,4% de indivíduos solteiros e 34% em situação de divórcio. Repare-se que 94,4% dos sujeitos se encontra em situação de celibato. Quanto à situação laboral, 94,3% da amostra encontrava-se em situação de desemprego, há mais de 12 meses. Apenas 3 indivíduos (5,7%) se encontravam a trabalhar aquando da entrevista.

#### **6.1.4. Procedimento**

Na sequência do que ficou definido anteriormente, segue-se a apresentação da forma como os dados foram trabalhados, especificamente os qualitativos, expondo-se a forma como foi edificado o sistema de categorias resultantes da análise de conteúdo. Começar-se-á pela exposição dos procedimentos conducentes à construção de um sistema de

categorias nas quais se incluíram os sujeitos, em função do seu discurso e do seu comportamento para, de seguida, se passar à apresentação das categorias criadas e do que nelas se pretendeu registar.

#### **6.1.4.1. O Sistema de Categorias**

A análise de conteúdo, não sendo propriamente um método, consiste numa técnica de tratamento de informação que pode integrar-se nos diferentes métodos de investigação científica, servindo os díspares níveis da investigação empírica. Nomeadamente, ao nível descritivo, como é o caso das histórias de vida em que não se parte de hipóteses previamente formuladas, mas antes da reunião sistemática e organizada de dados para posterior organização e classificação, a análise de conteúdo revela-se a técnica privilegiada. Porém, é necessário ter presente que embora caiba a cada investigador a definição das direcções e orientações da pesquisa, a análise de conteúdo exige a observância de operações sequenciais mínimas (Vala, 2003).

Assim, após a definição dos objectivos que, por sua vez, decorreram da clara indagação das questões centrais de investigação, passou-se à constituição do *corpus* de análise com subsequente categorização e definição de unidades de análise (Bardin, 2004; Vala, 2003). À medida que se foram organizando as informações para edificação dos biogramas, e sempre com base nos dados recolhidos, foram surgindo as diferentes classes de resposta pelas quais se foram distribuindo os indivíduos em função das suas respostas e manifestações comportamentais. Fala-se, aqui, da categorização que, segundo Bardin (2004), mais não é do que uma operação classificativa dos vários elementos que constituem um determinado conjunto, através de processos de diferenciação seguidos de reagrupamento em função de critérios previamente definidos.

Neste caso, optou-se pela análise temática e categorial, desenvolvida sobre o *corpus* de análise previamente definido, em que o processo de recorte, categorização e codificação foi sendo desenvolvido segundo um procedimento por “caixas”, no qual o sistema de categorias foi previamente pensado, resultando dos imperativos teóricos hipotéticos, seguindo a abordagem de Bardin (2004). Assim sendo, procedeu-se à criação de categorias a partir do guião da entrevista e da grelha de comportamentos não verbais, que constituíram, desde logo, a base de construção dos biogramas através dos quais

todos os dados se foram organizando e distribuindo por diferentes classes de resposta, dentro de cada categoria.

Portanto, optou-se pela construção de uma análise temática sobre os pontos centrais da entrevista e da lista de comportamentos observados, com identificação do *corpus* fulcral daqueles instrumentos, recorrendo à identificação e contagem de um sistema de categorias e de subcategorias (Guerra, 2006), mediante a adopção da frequência como unidade de contagem ou de enumeração, através da qual se procedeu à quantificação dos dados.

Em suma, a categorização passou pela classificação de elementos que integrassem determinado conjunto, através da sua diferenciação seguida de uma agregação em função de critérios de agrupamento. Cada categoria constituiu-se numa classe de elementos sob um título genérico e todo o processo foi desenvolvido, tendo em consideração as condições da boa categorização propostas por Bardin (2004), que incluem a homogeneidade, mediante um único princípio de classificação que pautasse a inclusão do elemento na categoria correspondente; a exclusão mútua para que cada elemento apenas pudesse ser incluído numa só categoria; e, ainda, a pertinência de cada categoria em benefício do tema em estudo. A objectividade e a fidelidade também foram consideradas, pela adopção de uma codificação por “caixas”, segundo os mesmos moldes para todo o material em análise, e atendeu-se, ainda, à produtividade, no sentido de que cada categoria fornecesse resultados férteis para a pesquisa, sempre em concordância com as recomendações de Bardin (2004).

Desta forma, foi sendo edificado um sistema de grandes categorias, dentro das quais se criaram subcategorias, como é visível na figura 6.1.

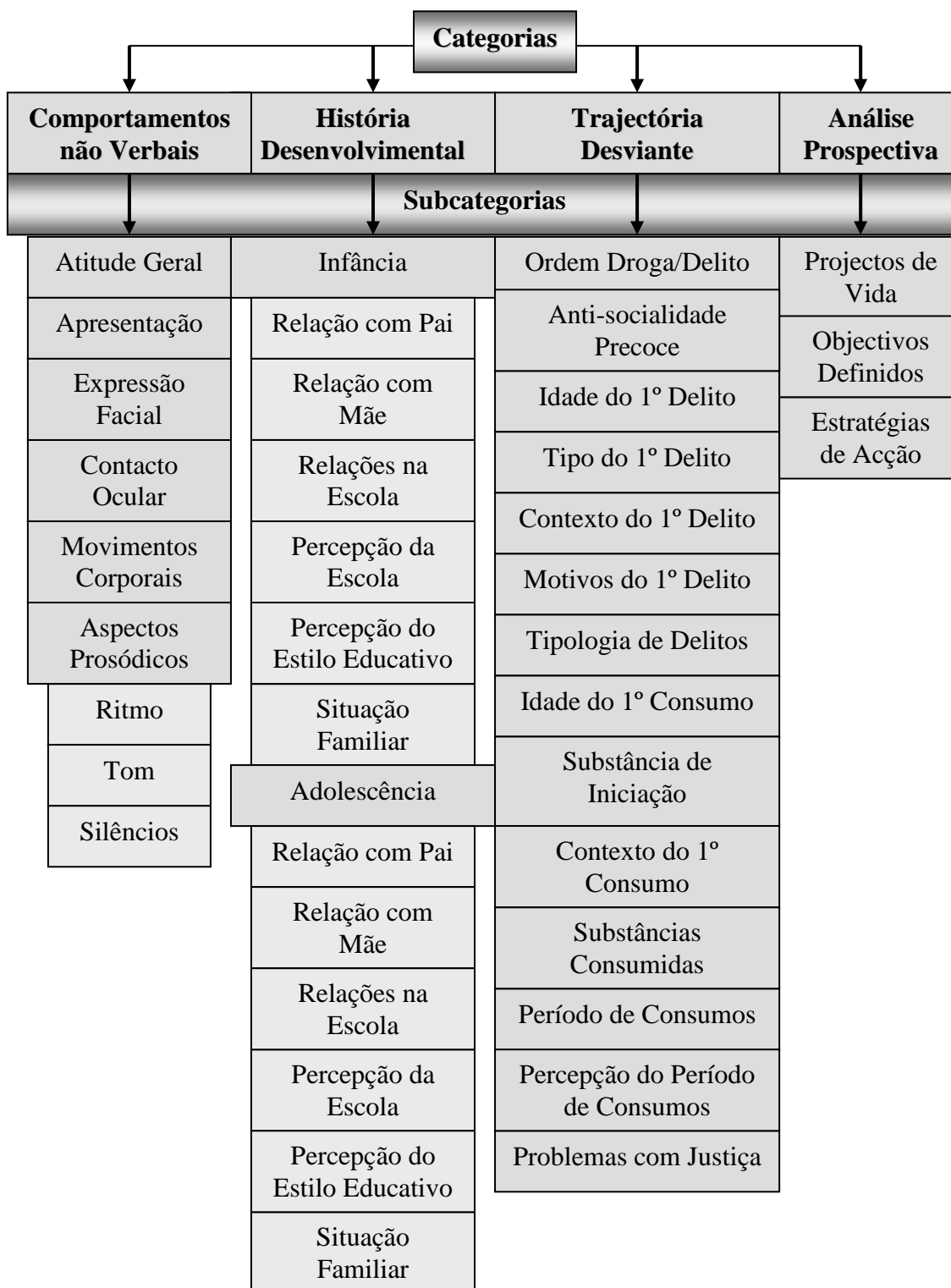


Figura 6.1. O sistema de categorias.

Assim, foram criadas quatro grandes categorias: i) Comportamentos não Verbais; ii) História Desenvolvimental; iii) Trajectória Desviante; iv) Análise Prospectiva. Cada uma das grandes categorias incluiu subcategorias, algumas das quais integraram, por

sua vez, outras subcategorias, através da construção do sistema categorial que passa a ser explicado.

No que respeita à grande categoria de Comportamentos não Verbais, criou-se um grupo de elementos relacionados com aqueles comportamentos que, não sendo parte integrante do discurso propriamente dito, o acompanharam e, por isso, também comunicaram. Assim, a Atitude Geral é a subcategoria referente à forma como o indivíduo se manifestou, em termos de maior ou menor cooperação, face à abordagem da entrevistadora. Nesta subcategoria, as diferentes manifestações observadas levaram a que se considerassem díspares classes de resposta. Entre as respostas observadas encontrou-se a Colaborante, quando o sujeito se mostrou realmente interessado em colaborar ao máximo, sem opor qualquer tipo de resistência. Foram também observadas respostas comportamentais em que o sujeito se mostrou com uma atitude Desconfiada, sobretudo quando se verificava alguma relutância em relatar o seu trajecto de delito durante o período de gravação da entrevista.

Quanto à Apresentação, foi a subcategoria na qual se registou o aspecto geral com que o sujeito se apresentou, em termos de higiene pessoal e de cuidado no vestir. Aqui, as classes de resposta variaram entre a Boa apresentação, com o indivíduo limpo e vestido com algum cuidado, e a apresentação Desleixada, em que foram claramente notórios os reduzidos cuidados com a aparência e até com a higiene pessoal.

Na subcategoria da Expressão Facial registaram-se situações com a expressão considerada Rica, na qual se verificou o acompanhamento, em termos de expressão facial, das mudanças de discurso, dos seus conteúdos e do carácter de maior ou menor carga emocional dos tópicos abordados. Houve também observação de situações em que a Expressão Facial foi considerada Pobre, não se sentindo qualquer variação àquele nível, mesmo quando os conteúdos dos tópicos abordados assim o pareciam justificar. Neste registo da Expressão Facial não pareciam ser transmitidas quaisquer emoções, negativas ou positivas, independentemente dos conteúdos abordados, sentindo-se uma constância na inexpressividade dos sujeitos.

Da mesma forma, o Contacto Ocular foi uma subcategoria em que se verificou que esse contacto era Evitante, quando o sujeito simplesmente desviava o olhar não encarando de frente a entrevistadora e fugindo ao olhar daquela ou, pelo contrário, pôde sentir-se que o Contacto Ocular era procurado e Mantido com a entrevistadora, denunciando um ar de

desafio por parte do entrevistado. Noutras situações o Contacto Ocular foi considerado Adequado, na medida em que o participante não sustentava uma atitude de desafio com o olhar e, simultaneamente, não parecia evitar esse contacto ao longo da conversa.

Quanto à subcategoria dos Movimentos Corporais, as classes de resposta observadas foram de Tremor de Mãos, sendo que esse tremor era persistente e muito notório; Lentificação sempre que se observou a clara lentidão, em termos psicomotores, com que o sujeito gesticulava; Agitação, sempre que foi claramente notória a existência de movimentos rápidos e frequentes, denotando uma certa inquietude; e Normal, quando não se verificava qualquer particularidade em termos de comportamento gestual. Finalmente, a subcategoria dos Aspectos Prosódicos correspondeu aos aspectos que, não sendo palavras, acompanhavam o discurso dos indivíduos, proporcionando elementos que também comunicavam. Entre eles, consideraram-se o Ritmo, o Tom e os Silêncios. O Ritmo apresentou-se com uma fala considerada Adequada nalguns casos. Outra resposta encontrada foi a considerada Lenta, sempre que se verificou que a fala era algo arrastada e articulada de forma claramente vagarosa, ou Rápida sempre que se sentiu que a fala era produzida muito rapidamente e quase sem interrupções. Relativamente ao Tom, procurou observar-se a maior ou menor flutuação do tom de voz em função dos tópicos abordados e da carga emocional dos mesmos. O Tom foi percebido como Constante, nas situações em que o discurso do sujeito foi produzido num registo monocórdico, sem qualquer alteração em função das flutuações do discurso e dos tópicos abordados; foi considerado Adequado nos casos em que essas alterações foram sentidas e observadas em concordância com as flutuações das verbalizações do sujeito. Acrescentem-se os Silêncios, que foram considerados Adequados, ou Excessivos quando o discurso do indivíduo era frequente e prolongadamente entrecortado por silêncios que não pareciam ter qualquer justificação ou, ainda, Inexistentes sempre que se sentiu que o participante cortava toda e qualquer situação em que se instalasse o silêncio, não possibilitando sequer a reflexão sobre o que estava a ser dito, e falando quase ininterruptamente.

Assim, podem ver-se as subcategorias correspondentes à primeira grande categoria, bem como as classes de resposta observadas, no esquema da figura 6.2.

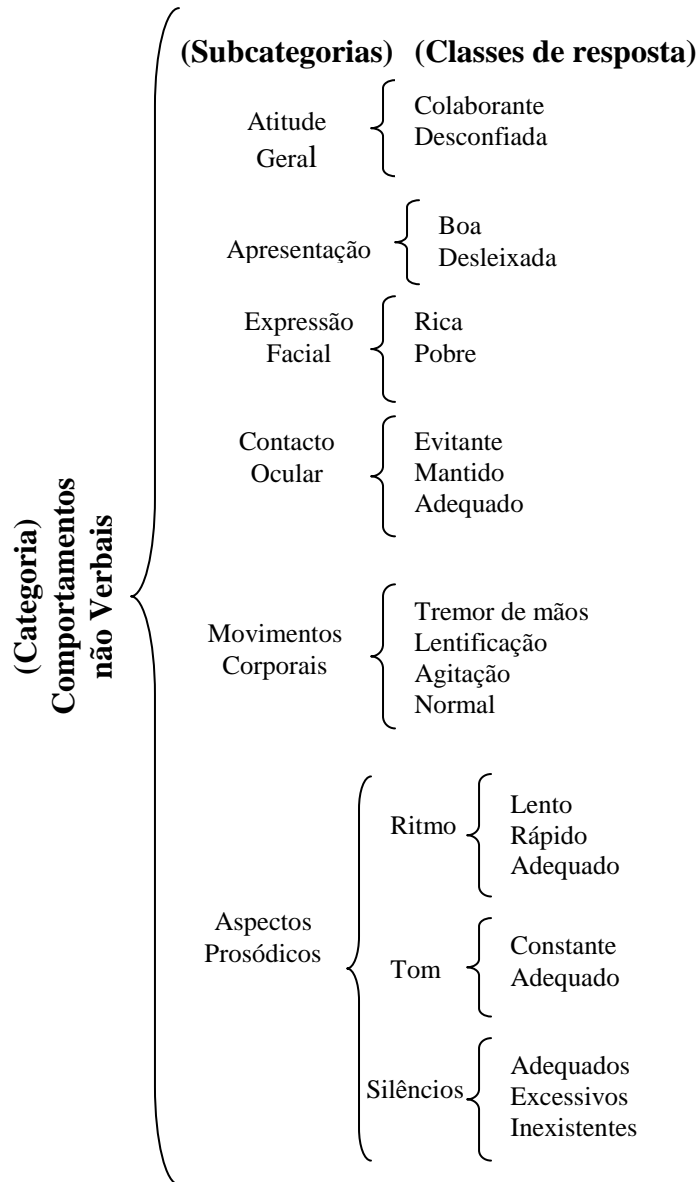


Figura 6.2. A categoria de Comportamentos Não Verbais, as correspondentes subcategorias e as respectivas classes de resposta.

Quanto à categoria respeitante à História Desenvolvidora, abarcou duas grandes subcategorias que, por sua vez, integraram, cada uma delas, outras seis subcategorias.

Na categoria História Desenvolvidora foram incluídos elementos pertencentes ao percurso de cada sujeito, desde a sua Infância à Adolescência. Esta categoria procurou agrupar aspectos relativos às relações dos indivíduos com as figuras parentais, bem como no contexto escolar, numa particular atenção ao processo de socialização pelo qual terão passado os participantes do estudo, considerando a sua própria percepção daquele período das suas vidas. O que se procurou registar foram elementos associados

à forma como o indivíduo se sentiu e como percebeu as suas relações no seio familiar e no âmbito escolar, durante as fases da infância e da adolescência.

Assim, as subcategorias correspondentes à História Desenvolvimental podem descrever-se, quer para o período da Infância, quer no decorrer da Adolescência, da seguinte forma: A subcategoria Relação com Pai remeteu para questões relativas ao carácter e à qualidade das relações entre os participantes e os respectivos pais, segundo a percepção dos próprios sujeitos, durante a Infância e, mais tarde, no período da Adolescência. Nesta subcategoria encontraram-se classes de resposta diferentes, como Inexistente, quando os sujeitos referiram não ter estabelecido uma relação com a figura em causa ou relataram que tal relação era tão ténue que, praticamente, não tinha existido; Distante, foi outra classe de resposta registada quando essa relação era percebida como fria e sem proximidade, sendo notória a ausência de investimento e de atenção por parte daquela figura parental, relativamente ao sujeito. Conflituosa, foi outro tipo de resposta que se enquadrava no grupo em que os sujeitos referiram ter tido uma relação de confronto e discórdia com o pai. Quando a relação era descrita como tendo sido satisfatória, a resposta foi incluída na classe Boa. Na subcategoria Relação com Mãe, também com as classes de resposta da subcategoria anterior, tratou-se de registar os aspectos de carácter relacional, entre cada participante e a mãe, também durante a Infância e no decurso da Adolescência.

No âmbito das Relações na Escola, para os períodos da Infância e da Adolescência, incluiu-se a forma como os sujeitos se relacionavam com os colegas e procurou-se, também, captar a maior ou menor proximidade dos indivíduos, relativamente aos seus colegas, nomeadamente em contexto escolar. Aqui tentou analisar-se, ainda, a forma como os sujeitos se relacionavam com professores e funcionários da escola, tendo em vista o registo mediante o qual os indivíduos estabeleciam relações mais ou menos próximas no ambiente escolar, com figuras de autoridade que não os pais. Nesta subcategoria registaram-se respostas de classes diferentes, como Inexistentes, quando os sujeitos referiram sentir-se isolados na escola, sem qualquer relação de proximidade ou de amizade; de Afastamento, sempre que os participantes referiram ter-se afastado precocemente da escola, desinteressando-se rapidamente por tudo quanto dissesse respeito aos colegas e à escola propriamente dita; e Boas, quando os indivíduos relataram uma vivência da escola como algo gratificante e em que se haviam estabelecido relações satisfatórias, quer com colegas, quer com professores e

funcionários. Também em relação à escola, foi criada a subcategoria Percepção da Escola para as fases da Infância e da Adolescência, onde se tentou registrar a forma como o indivíduo percebeu a escola no seu todo, e como se sentiu relativamente à instituição, podendo manifestar Agrado ou Desagrado.

A subcategoria designada por Percepção do Estilo Educativo referiu-se às percepções dos indivíduos relativamente ao estilo educativo de que tenham sido alvo, na Infância e na Adolescência, por parte dos pais ou das figuras responsáveis, tendo-se registado as classes de resposta correspondentes a alguns dos estilos educativos identificados por Baumrind (1971). Entre essas classes de resposta encontrou-se o estilo educativo Negligente, num registo a que Baumrind chamou de não envolvimento, e em que se verifica que os pais simplesmente não se envolvem nem supervisionam o indivíduo que pode agir como bem lhe aprouver, sem qualquer atenção, restrição ou vigilância. Também se identificou o estilo Permissivo, num registo de ausência de qualquer controlo por parte dos pais, que tendem a aceitar todos os desejos da criança sem imposição de regras nem responsabilização. Encontrou-se, ainda, o estilo Autoritário, de repressão e com elevado controlo por parte dos pais que se revelam rígidos nas suas normas e, por outro lado, não apoiam nem escutam a criança, quando isso se revela necessário (Baumrind, 1966; 1971).

Quanto à Situação Familiar, incluiu os dados relativos a eventuais histórias de condutas desviantes por parte dos pais, bem como o trato de que terão sido alvo os indivíduos e, eventualmente, a vivência de afastamento precoce do seio familiar, com encaminhamento no sentido de passarem a viver sob a guarda de elementos da família alargada ou de instituições. As classes de resposta desta subcategoria, para os períodos da Infância e da Adolescência, foram as seguintes: Pais Toxicodependentes, quando pelo menos um dos progenitores foi referido como tendo manifestado o consumo problemático de drogas ilegais ou de álcool; Vítimas de Maus-Tratos, sempre que o participante referiu ter sido alvo de maus-tratos físicos. Outra das classes de resposta desta subcategoria foi Retirados à Família, quando foi referido o afastamento precoce do indivíduo relativamente à família de origem, para ser entregue a elementos da família alargada ou a uma instituição. A Situação Familiar foi considerada Normal sempre que não se encontraram sinais de nenhuma das situações anteriormente classificadas. Podem ver-se as subcategorias correspondentes à segunda categoria designada por História

Desenvolvimental, bem como as respectivas classes de resposta, no esquema da figura 6.3.

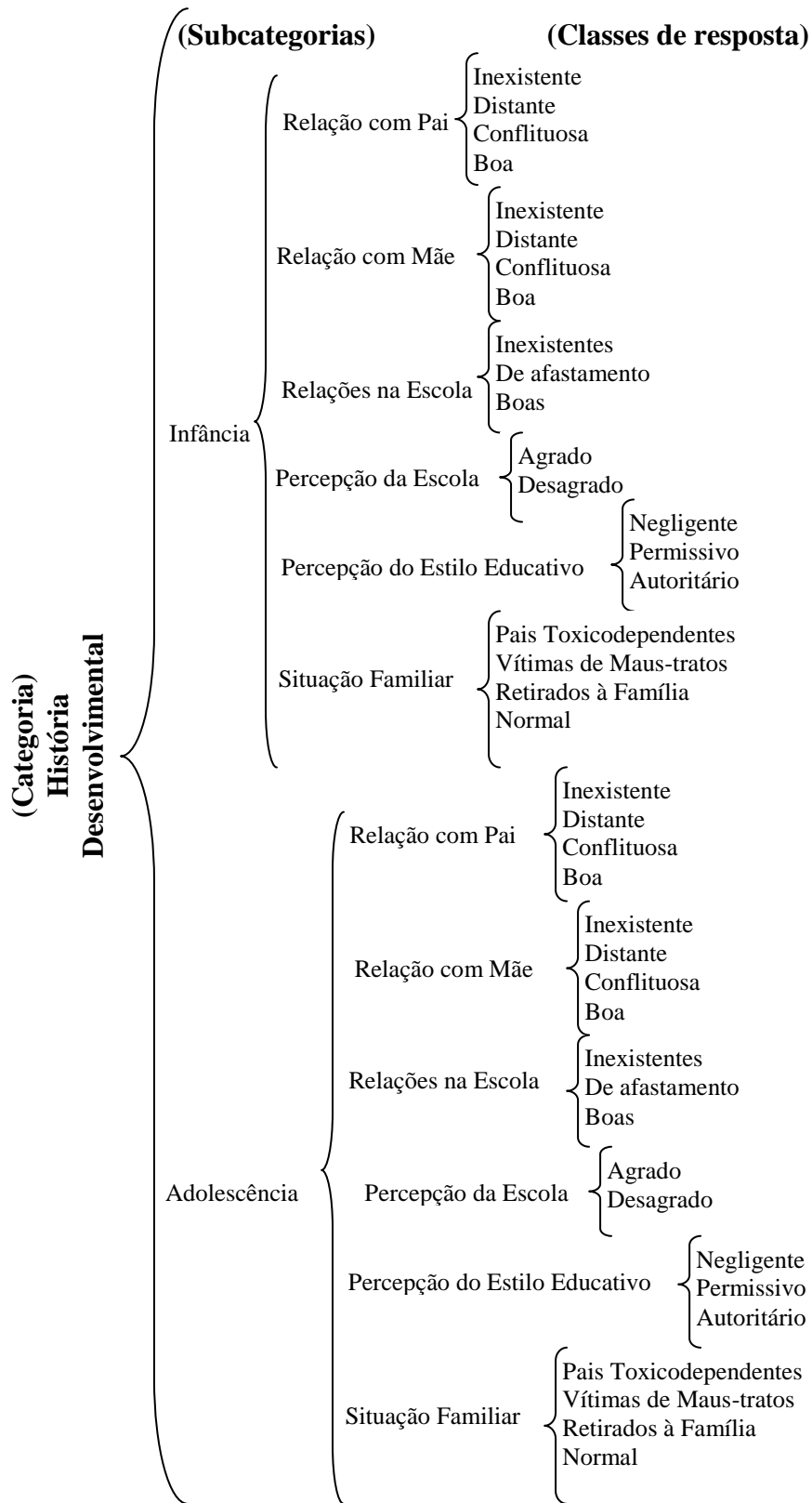


Figura 6.3. A categoria de História Desenvolvimental, as correspondentes subcategorias e as respectivas classes de resposta.

Em relação à categoria correspondente à Trajectória Desviante, o que se pretendeu foi reunir os elementos respeitantes ao início, ao desenvolvimento e à instalação de um registo comportamental delinvente e de consumo de drogas, bem como a forma dessa evolução e a ordem de aparecimento de tais condutas. As respectivas subcategorias constam, essencialmente, de dados relativos ao percurso de consumo de drogas e de práticas delituosas por parte dos sujeitos, conforme se passa a expor.

Assim, a subcategoria Ordem Droga/Delito referiu-se, essencialmente, ao registo da ordem de manifestação de cada um dos comportamentos, consumo de drogas e prática de delito. Neste caso, as classes de resposta encontradas foram as de Droga antecede Delito, Delito antecede Droga e Simultaneidade Droga/Delito. Outra subcategoria, a de Anti-socialidade Precoce, agrupou o registo de Presença ou Ausência de situações em que o sujeito referiu ter tido, ou não, desde muito cedo, tendência para a execução de comportamentos anti-sociais, ainda que não constituíssem violações à lei, como, por exemplo, fugas de casa ou da escola e subtração de dinheiro aos pais ou a outras pessoas. A Idade do 1º Delito registou a idade em que o sujeito se recorda de ter praticado a primeira acção delituosa, tendo-se procedido a tais registos em termos dos intervalos de idade seguintes: Inferior aos 10 anos, Dos 10 aos 15 anos, Dos 16 aos 21 anos e Superior aos 21 anos. O Tipo do 1º Delito serviu para registar a conduta específica com que o indivíduo se iniciou nesses comportamentos. Nesta subcategoria foram registadas as classes de resposta de Furto, Roubo, Tráfico de Drogas e Violência contra Outrem. O Contexto do 1º Delito foi a subcategoria criada para registar se esse primeiro acto delituoso foi desenvolvido Só pelo indivíduo, ou na companhia de alguém como o Grupo de Pares ou Familiares. A subcategoria Motivos do 1º Delito incluiu aquilo que o indivíduo considerou ter sido o motivo para a prática daquela conduta, tendo-se identificado as classes de resposta correspondentes a delitos aquisitivos para Manutenção de Consumos, motivos Meramente Aquisitivos, e Por Explicar quando o participante referiu não saber ou não encontrar qualquer motivo para o seu comportamento. Quanto à subcategoria Tipologia de Delitos, correspondeu aos comportamentos delituosos entretanto desenvolvidos pelo indivíduo ao longo do seu trajecto desviante, e incluiu as classes de resposta com diferentes sequências entre Furto, Roubo, Tráfico de drogas, e Violência contra Outrem. As sequências de comportamentos delituosos praticados pelos participantes do estudo foram as seguintes: Furto; Tráfico de Drogas; Furto e Roubo; Tráfico de Drogas e Violência contra Outrem;

Furto e Tráfico de Drogas; Furto e Violência contra Outrem; Furto, Roubo e Tráfico de Drogas; Furto, Roubo e Violência contra Outrem; Roubo, Tráfico de Drogas e Violência contra Outrem; Furto, Roubo, Tráfico de Drogas e Violência contra Outrem.

A Idade do 1º Consumo serviu para anotar a idade em que o sujeito se recorda de ter consumido droga pela primeira vez. Também nesta subcategoria os sujeitos foram incluídos em diferentes intervalos de idade, como Inferior aos 10 anos, Dos 10 aos 15 anos, Dos 16 aos 21 anos e Superior aos 21 anos. A substância dessa primeira experiência foi anotada na subcategoria Substância de Iniciação, em que se registaram classes de resposta correspondentes a Álcool, Haxixe, Cocaína, Heroína e MDMA. Segue-se a subcategoria relativa ao Contexto do 1º Consumo, na qual se registou se essa primeira experiência com drogas foi desenvolvida pelo sujeito Só, sem qualquer companhia, ou se ocorreu na companhia de alguém como o Grupo de Pares ou Familiares. Quanto à subcategoria Substâncias Consumidas, incluiu o rol de drogas que, entretanto, o sujeito foi consumindo de forma problemática, em obediência a diferentes sequências nas quais estavam presentes Haxixe, Álcool, Heroína, Cocaína e Drogas Sintéticas, em que o grupo de drogas sintéticas inclui MDMA, benzodiazepinas e/ou LSD. Os conjuntos de drogas consumidas pelos participantes do estudo são os seguintes: Álcool e Cocaína; Álcool e Haxixe; Haxixe e Cocaína; Heroína e Cocaína; Álcool, Heroína e Cocaína; Álcool, Haxixe e Heroína; Haxixe, Heroína e Cocaína; Álcool, Haxixe e Drogas Sintéticas; Álcool, Haxixe, Heroína e Cocaína; Haxixe, Heroína, Cocaína e Drogas Sintéticas; Álcool, Haxixe, Heroína, Cocaína e Drogas Sintéticas.

O Período de Consumos registou o tempo durante o qual o indivíduo fez consumos regulares de drogas. Esse registo foi feito na forma de intervalo de idades, de acordo com o seguinte: Inferior a 5 anos, De 5 a 10 anos, De 11 a 16 anos e Superior a 16 anos. Uma outra subcategoria que se revelou necessária foi a Percepção do Período de Consumos, relativa à ideia que os indivíduos tinham do tempo ao longo do qual haviam consumido drogas. Nalguns casos esse período foi apontado como sendo o correspondente ao real, sendo, nesses casos, considerado Adequado mas, na maioria das situações verificou-se que, quando questionados directamente a respeito, os sujeitos apontaram para um período que, mais tarde e durante a entrevista, acabou por se revelar Inferior ao Real período de consumos. Já na subcategoria Problemas com Justiça procedeu-se ao registo dos contactos do sujeito com o sistema de Justiça, bem como dos

problemas que pudessem estar a ocorrer no momento, incluindo as classes de resposta seguintes: Detenções, quando o sujeito referiu ter sido detido pelo menos uma vez, Pena de Prisão, Pena Suspensa e Processo em Curso quando o participante afirmava ter problemas com a Justiça no momento da entrevista. Os contactos tidos com o sistema de Justiça, pelos participantes do estudo, ao longo do seu percurso de desvio foram os seguintes: Detenções; Processo em Curso; Detenções e Processo em Curso; Detenções e Pena de Prisão; Detenções e Pena Suspensa; Detenções, Pena de Prisão e Processo em Curso; Detenções, Pena de Prisão e Pena Suspensa; Detenções, Pena Suspensa e Processo em Curso; Nenhum.

Veja-se a figura 6.4. onde se apresenta a síntese esquemática desta categoria e das respectivas subcategorias.

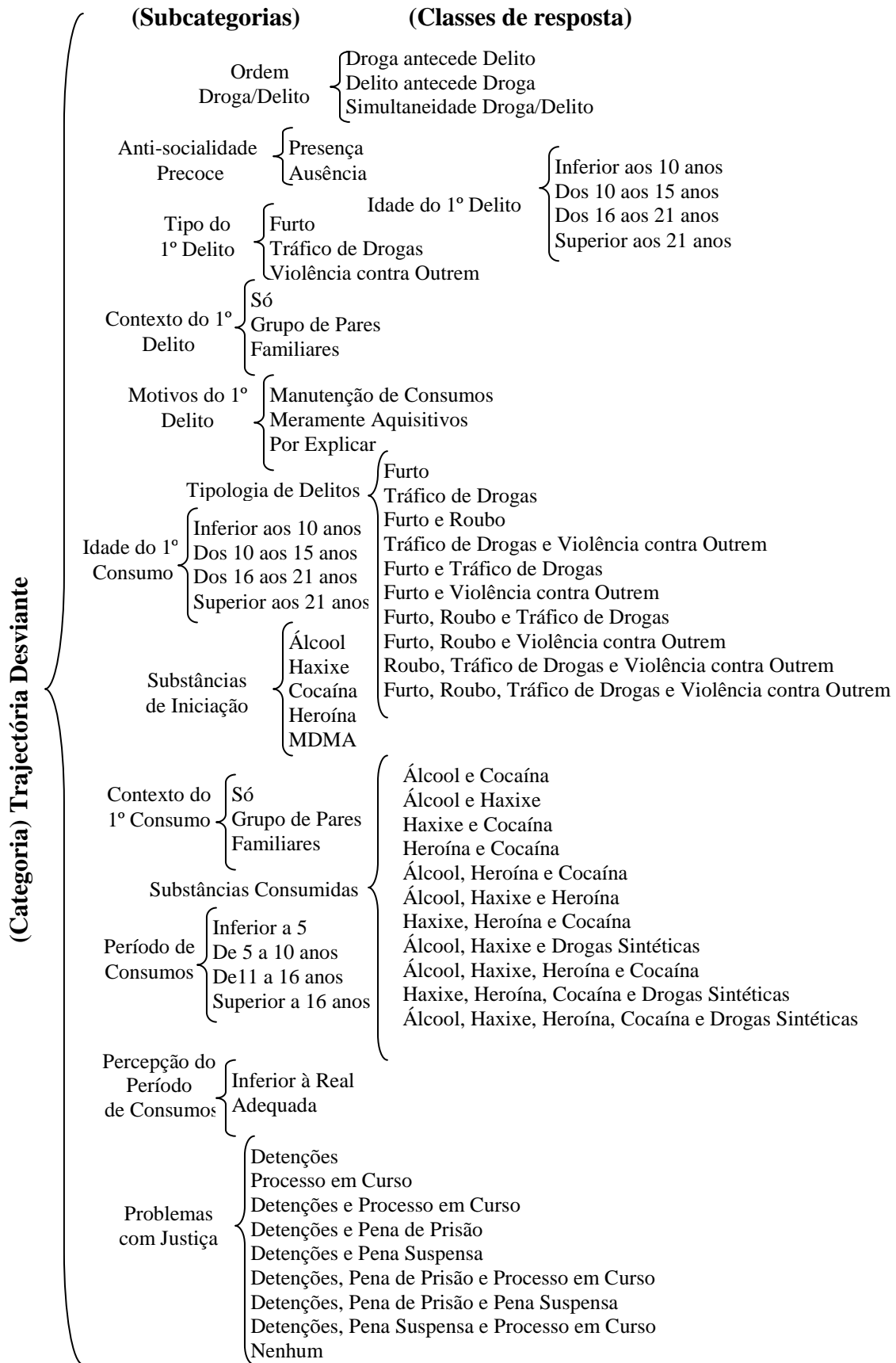


Figura 6.4. A categoria de Trajectória Desviante”, as correspondentes subcategorias e as respectivas classes de resposta.

Passando agora à última categoria, designada por Análise Prospectiva, foi criada para agregar os elementos respeitantes à forma como o sujeito percebia o seu futuro, como eventualmente o planeava e como pretendia concretizar esses planos, no momento da entrevista. Esta categoria visa captar a maneira como cada participante se projecta em termos de vida futura. Assim, foram criadas três subcategorias que passam a ser sumariamente definidas: a subcategoria respeitante aos Projectos de Vida incluiu as verbalizações do sujeito quando questionado a respeito da sua vida futura e dos projectos e expectativas relativamente ao seu futuro. Aqui, o que se procurou averiguar foi a Presença ou a Ausência de projecção no futuro, por parte dos sujeitos. Já na subcategoria Objectivos Definidos, o que se procurou identificar foi a eventual Presença ou Ausência de uma tentativa de definição de objectivos auto-impostos, nomeadamente, de objectivos de curto/médio prazo, no sentido de se virem a construir condições para a concretização dos projectos de vida do sujeito. Já na subcategoria Estratégias de Acção, tentou capturar-se a eventual Presença ou Ausência de estratégias previamente definidas pelos participantes, no sentido de concretizarem os seus Objectivos Definidos e de atingirem condições favorecedoras para a realização dos seus Projectos de Vida.

À semelhança do que foi feito com as categorias anteriores, também esta é apresentada esquematicamente na figura 6. 5.

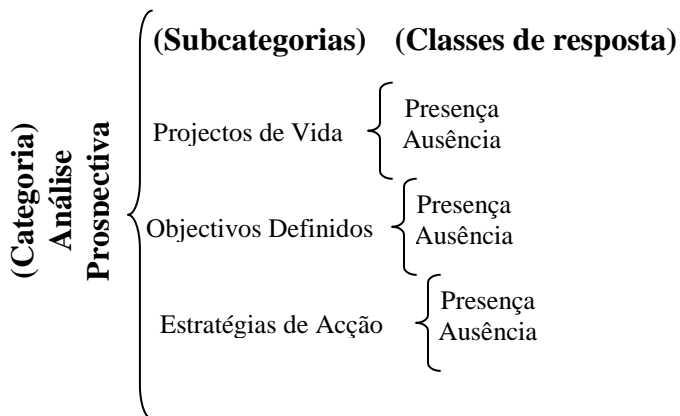


Figura 6.5. A categoria de Análise Prospectiva, as correspondentes subcategorias e as respectivas classes de resposta.

### **6.1.5. Resultados**

Após a apresentação da forma como decorreu a recolha dos dados, bem como do processo de análise de conteúdo conducente à criação do sistema de categorização dos diferentes elementos, é chegado o momento de apresentar os resultados obtidos a partir dos dados recolhidos junto dos participantes no estudo.

Na sequência da descrição do sistema de categorias, parece pertinente começar por apresentar os resultados alcançados através da implementação da análise de conteúdo sobre os dados qualitativos. Seguir-se-á a exposição dos resultados obtidos com os dados recolhidos através dos instrumentos psicométricos para, de seguida, se apresentarem os resultados alcançados a respeito de eventuais associações entre personalidade e vinculação.

#### **6.1.5.1. Resultados Relativos às Histórias Narradas**

Este ponto refere-se aos resultados relativos aos dados qualitativos, obtidos através da condução da entrevista e da observação dos comportamentos não verbais, incluindo as informações registadas na ficha de identificação. Os resultados serão apresentados para cada categoria, na qual se incluirão as correspondentes subcategorias com os valores alcançados por meio da contagem e, sempre que isso se justifique, com exemplos de algumas das verbalizações dos participantes no estudo.

Seguindo a mesma ordem de apresentação do sistema de categorias, e atendendo ao observado nos indivíduos no preciso momento do encontro com cada um deles, começar-se-á pela categoria respeitante aos Comportamentos Não Verbais, com os registos relativos às correspondentes subcategorias, conforme consta no quadro 6.7.

Quadro 6.7. Resultados obtidos para a categoria de Comportamentos Não Verbais.

<b>Categoria Comportamentos Não Verbais</b>			
<b>Subcategoria</b>	<b>Classes de Resposta</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Atitude Geral	Colaborante	33	62,3
	Desconfiada	20	37,7
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>
Apresentação	Boa	35	66,0
	Desleixada	18	34,0
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>
Expressão Facial	Pobre	46	86,8
	Rica	7	13,2
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>
Contacto Ocular	Adequado	6	11,3
	Evitante	24	45,3
	Mantido	23	43,4
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>
Movimentos Corporais	Normal	16	30,2
	Tremor de mãos	18	35,9
	Lentificação	6	11,3
	Agitação	12	22,6
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>
Aspectos Prosódicos: Ritmo	Adequado	24	45,3
	Lento	15	28,3
	Rápido	14	26,4
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>
Aspectos Prosódicos: Tom	Adequado	28	52,8
	Constante	25	47,2
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>
Aspectos Prosódicos: Silêncios	Adequado	34	64,2
	Excessivos	10	18,9
	Inexistentes	9	17,0
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>

Observando o quadro 6.7., dentro da categoria de Comportamentos Não Verbais, a subcategoria Atitude Geral apresentou um número considerável de indivíduos (62,3%) com uma atitude Colaborante, demonstrando prontidão e disponibilidade para participar no estudo de forma a ajudar ao máximo e, portanto, numa clara abertura para responder às diferentes solicitações. Contrariamente, 37,7% dos sujeitos aderiu ao estudo mas demonstrou uma atitude algo Desconfiada, sobretudo no início e na parte da conversação que foi gravada, mesmo após ter havido concordância quanto a essa gravação.

Na subcategoria relativa à Apresentação, foi possível observar que 66% dos sujeitos tinha uma Boa apresentação, sendo evidentes os sinais de higiene pessoal e algum cuidado no vestir e na aparência geral. Pelo contrário, foi notória a apresentação Desleixada em 34% dos indivíduos, que se apresentaram pouco limpos e com sinais de descuido na roupa que traziam.

Relativamente à subcategoria denominada por Expressão Facial, esta última revelou-se Pobre em 86,8% dos indivíduos que não manifestaram alterações, em termos de Expressão Facial, não parecendo acompanhar as flutuações do discurso e os diferentes conteúdos abordados com díspares cargas emocionais, ao longo da conversação. Pelo contrário, 13,2% da amostra revelou essa capacidade de acompanhar a corrente de ideias e dos tópicos de diferentes cargas emocionais, com alterações em termos de Expressão Facial, revelando essa variedade de expressões a que se chamou Rica.

No respeitante ao Contacto Ocular, apenas 11,3% dos participantes estabeleceu esse contacto de acordo com as necessidades sentidas ao longo da conversação. Nestes casos, em que se considerou o Contacto Ocular como Adequado, verificou-se que os indivíduos não sustentavam uma atitude de desafio com o olhar e, simultaneamente, não pareciam evitar esse contacto ao longo da entrevista. Os restantes sujeitos repartiram-se entre o Contacto Ocular Evitante, com uma frequência de 45,3%, em que foi clara a tendência para fugir desse contacto relativamente à entrevistadora, e o contacto Mantido, em 43,4% dos sujeitos, que procuravam e mantinham com certa persistência esse contacto, parecendo encerrar algum desafio.

Quanto à subcategoria Movimentos Corporais, apenas 30,2% da amostra não revelou a existência de particularidades dignas de nota, sendo considerado que esse tipo de movimentos foi Normal para a situação. Em todos os outros indivíduos, verificaram-se movimentos claramente desfasados em relação à situação de conversação. Assim, 35,9% dos sujeitos apresentou um persistente e notório Tremor de Mãos; 22,6% evidenciou uma clara Agitação psicomotora, ao contrário da Lentificação revelada por 11,3% dos participantes, que se mostraram lentos no gesto.

Passando agora aos Aspectos Prosódicos, o Ritmo da fala pareceu Adequado em 45,3% dos sujeitos, revelando-se Lento, numa fala algo arrastada, em 28,3% e Rápido, num débito elocutório por vezes difícil de acompanhar, em 26,4% da amostra. Já o Tom, revelou-se Adequado em 52,8% dos sujeitos, que produziam a fala num tom mais ou

menos elevado consoante as necessidades impostas pelas circunstâncias e pelos conteúdos do discurso. Contudo, 47,2% da amostra produziu a fala num tom Constante, sem variações que acompanhassem os conteúdos do discurso e a respectiva carga emocional, mais ou menos intensa. Relativamente aos silêncios, se 64,2% dos sujeitos pareceu produzir Silêncios e pausas de um modo Adequado, em função dos temas e das necessidades de reflexão sobre o que se estava a verbalizar; 18,9% da amostra revelou Excessivos Silêncios, prolongando-os demasiado e utilizando-os de forma claramente repetitiva, o que dificultou o estabelecimento de diálogo. Em 17% dos indivíduos verificou-se que os Silêncios não eram produzidos e nem sequer eram permitidos à própria entrevistadora que, quando fazia uma curta pausa, era interrompida de imediato pelo discurso do entrevistado, num registo de Silêncios Inexistentes.

No decorrer do encontro em que foram observados os comportamentos acabados de expor, acedeu-se à história narrada por cada indivíduo, através da entrevista, cujos resultados são incluídos nas categorias História Desenvolvidora e Trajectória Desviantes. No que respeita ao percurso dos sujeitos durante os períodos da Infância e da Adolescência, os resultados obtidos integram a categoria da História Desenvolvidora, conforme os quadros 6.8. e 6.9.

Quadro 6.8. Resultados obtidos para a categoria de História Desenvolvidor no período da Infância.

Categoria História desenvolvimental				
Subcategoria	Classes de Resposta	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Exemplo de Verbalização
<b>Infância:</b> Relação com o Pai	Inexistente	12	22,6	“... Não era relação... não existia nada”
	Distante	7	13,2	“Sei lá... ele era frio... distante”
	Conflituosa	14	26,4	“... Sempre a discutir...”
	Boa	20	37,7	“Era boa, parece-me...”
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>	
<b>Infância:</b> Relação com a Mãe	Inexistente	13	24,5	“Mal a conhecia...”
	Distante	11	20,8	“... Era muito ausente... fria...”
	Conflituosa	7	13,2	“ Ralhava-me e discutíamos muito...”
	Boa	22	41,5	“Era uma boa relação”
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>	
<b>Infância:</b> Relações na Escola	Inexistentes	28	52,8	“Não me dava com ninguém... estava só”
	De Afastamento	10	18,9	“... Fui-me afastando da escola...”
	Boas	15	28,3	“Gostava dos colegas... dava-me bem”
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>	
<b>Infância:</b> Percepção da Escola	Agrado	12	22,6	“Gostava da escola...”
	Desagrado	41	77,4	“Nunca me senti bem... não gostava...”
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>	
<b>Infância:</b> Percepção do Estilo Educativo	Negligente	31	58,5	“Ninguém se importava... nem queriam saber...”
	Permissivo	5	9,4	“Eu fazia o que queria”
	Autoritário	17	32,1	“Não podia fazer nada... a minha mãe decidia tudo”
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>	
<b>Infância:</b> Situação Familiar	Pais Toxicodependentes	15	28,3	“A minha mãe era toxicodependente...”
	Vítimas de Maus-tratos	4	7,5	“O meu pai batia-nos... era muito violento”
	Retirados à Família	11	20,8	“Fui muito pequeno para uma instituição...”
	Normal	23	43,4	
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>	

Quadro 6.9. Resultados obtidos para a categoria de História Desenvolvidor no período da Adolescência.

Categoria História desenvolvimental				
Subcategoria	Classes de Resposta	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Exemplo de Verbalização
Adolescência: Relação com o Pai	Inexistente	16	30,2	“...Nem sequer nos falávamos...”
	Distante	5	9,4	“Era uma relação distante... estávamos muito afastados”
	Conflituosa	22	41,5	“... Sempre em conflito...”
	Boa	10	18,9	“...Sei lá...parecia boa...”
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>	
Adolescência: Relação com a Mãe	Inexistente	16	30,2	“Já nem a via...”
	Distante	12	22,6	“...Éramos distantes...”
	Conflituosa	14	26,4	“A discutir, sempre...”
	Boa	11	20,8	“Estava-se bem...”
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>	
Adolescência: Relações na Escola	Inexistentes	29	54,7	“Já não ligava a ninguém...”
	De Afastamento	20	37,7	“...Afastei-me...até deixar...”
	Boas	4	7,5	“Dava-me bem... sem estrilho”
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>	
Adolescência: Percepção da Escola	Agrado	2	3,8	“Gostava da escola...”
	Desagrado	51	96,2	“Detestei a escola... não gostava de estudar...”
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>	
Adolescência: Percepção do Estilo Educativo	Negligente	32	60,4	“Vivia na rua e ninguém se importava...”
	Permissivo	4	7,5	“Deixavam-me à vontade... fazia o que queria...”
	Autoritário	17	32,1	“O meu pai controlava tudo... mandava ele...nem podíamos contrariar...”
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>	
Adolescência: Situação Familiar	Pais Toxicodependentes	15	28,3	“O meu pai era alcoólico...”
	Vítimas de Maus-tratos	3	5,7	“Passava fome e comia muita porrada do meu pai...”
	Retirados à Família	12	22,6	“Acabei por ir para a minha avó... a mando do Tribunal...”
	Normal	23	43,4	
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>	

Nesta grande categoria, e no que se refere ao período da Infância, verificou-se que 37,7% dos indivíduos constatou ter uma Boa relação com o pai. No entanto, essa percentagem baixou para 18,9% no período da Adolescência. Também a relação percebida como Distante baixou de 13,2% na Infância, para 9,4% no período da Adolescência. Entre os sujeitos, ao fazer-se referência à relação mantida com o pai, foram verbalizadas opiniões muito reveladoras, como “Ele nunca estava em casa e quando estava não nos dava atenção nenhuma... devia ter mais que fazer...”. Pelo contrário, a frequência correspondente a uma relação Conflituosa com o pai registou uma drástica subida de 26,4% durante a Infância, para 41,5%, relativamente à Adolescência. Também neste tipo de relação foram proferidas expressões elucidativas, como “... Ele berrava... nunca nada estava bem, havia sempre razão para zangas”. Verificou-se, também, uma subida da relação percebida como Inexistente, ainda que menos acentuada, de 22,6% para 30,2%, do período da Infância para o da Adolescência. Algumas descrições dessa relação denotavam bem essa lacuna relacional como, por exemplo, “Não sei se se pode falar de relação... posso dizer que não o conhecia... nem ele a mim”.

No que se refere à mãe, constatou-se, também, um decréscimo considerável da frequência de indivíduos que apontou ter uma Boa relação na Infância (41,5%), para os 20,8% registados na fase da Adolescência. Em todas as outras classes de resposta verificou-se um aumento de percentagem, da Infância para a Adolescência. Assim, enquanto na Infância, 24,5% dos sujeitos referiu uma relação Inexistente com a mãe, na Adolescência essa percentagem passou para 30,2%. A Inexistência de tal relação foi sendo revelada através de expressões como “À minha mãe... posso dizer que nem a conheci... antes de nos deixar já não se ligava a nós! Não sei explicar”. No período da Infância, 20,8% da amostra apontou para uma relação Distante e, na fase da Adolescência, essa frequência atingiu os 22,6%. A mesma relação foi percebida como Conflituosa por 13,2% dos sujeitos aquando da sua Infância, e por 26,4% durante a Adolescência. Um exemplo dessas relações de conflito pode ser sentido através de desabafos como “Só sabia ralar... com o tempo acabei por dar o troco e, então, discutíamos muito...”.

Quanto à subcategoria relativa às Relações na Escola, 28,3% dos indivíduos referiu serem Boas durante a Infância, mas apenas 7,5% manteve essa resposta quanto ao período da Adolescência. As Relações na Escola foram percebidas como Inexistentes,

na Infância por 52,8% dos indivíduos e, na Adolescência por 54,7%, não se verificando grande alteração a esse nível. Já no que diz respeito às relações percebidas como sendo De Afastamento, pode constatar-se um aumento drástico da Infância, com uma frequência de 18,9%, para a Adolescência, com 37,7%. Algumas verbalizações evidenciaram um rápido afastamento relativamente ao contexto escolar, como por exemplo, “Eram todos uns *xibos*... preferia não dar cúfia senão *xibavam-me* logo”.

A Percepção da Escola foi uma subcategoria que apresentou, quer na Infância com 77,4%, quer na Adolescência com 96,2%, uma grande percentagem de sujeitos para quem a escola era fonte de Desagrado. Frases como “nunca gostei da escola, sentia-me mal... sentia-me diferente dos outros...” revelam bem o desconforto sentido em contexto escolar. Essa percepção revelou-se como sendo de Agrado para 22,6% dos participantes ao referirem a Infância, e apenas para 3,8% da amostra, no que respeitou à Adolescência. Ainda assim, nem sempre a escola era apreciada pelos melhores motivos, como revelaram algumas verbalizações, como: “Gostava da escola... ao menos lá podia brincar à vontade e não estava sempre a comer porrada”.

Relativamente à Percepção do Estilo Educativo, os participantes neste estudo repartiram-se entre o Negligente, com 58,5% na Infância e 60,4% na Adolescência; o Permissivo, com 9,4% na Infância e 7,5% na Adolescência; e o Autoritário com 32,1%, quer na Infância, quer na Adolescência. A negligência percebida por uma parte dos participantes foi transmitida por frases como: “Ninguém queria saber se eu comia e onde andava... nem percebiam que eu estava sempre na rua!”. A permissividade percebida por outros sujeitos foi sendo transmitida com expressões de que é exemplo a seguinte: “Eu fazia tudo o que queria e ninguém me impedia”. Já o autoritarismo sentido por alguns dos sujeitos foi sendo revelado através de afirmações como: “Só ele (o pai) é que sabia... nós nem podíamos abrir a boca, tínhamos de obedecer ... quando ele estava em casa era cá um respeitinho!”.

Finalmente, a subcategoria referente à Situação Familiar dos participantes apontou para 28,3% dos sujeitos com Pais Toxicodependentes, na Infância como na Adolescência. Nalguns casos, verificou-se mesmo a existência dessa situação por parte de ambos os progenitores. De facto, essa ideia foi transmitida através de frases como a seguinte: “O meu pai bebia na rua... era raro estar em casa. E a minha mãe bebia em casa... era um *estrilho* e eu tinha vergonha dos vizinhos!”. Da amostra, 7,5% dos sujeitos referiu ter

sofrido maus-tratos na Infância e, na Adolescência, essa percentagem foi de 5,7% de indivíduos que se expressaram com frases como: “Comi muita porrada... era todos os dias, não sei como aguentei”. A este nível, diferença de frequências entre os dois períodos de desenvolvimento ficou a dever-se ao facto de, entretanto, um dos participantes ter sido afastado da família, passando a integrar os 22,6% de sujeitos na situação de Retirados à Família na Adolescência, já na Infância os indivíduos Retirados à Família constituíram 20,8% da amostra. Nos dois períodos de desenvolvimento, 43,4% dos participantes no estudo referiu ter uma situação familiar Normal.

Apresentadas as informações relativas aos primeiros anos de vida dos sujeitos e às experiências passadas ao longo do seu desenvolvimento que, sob o seu ponto de vista, terão marcado o seu percurso posterior, segue-se a apresentação do trajecto desviante de cada indivíduo e de como tal trajectória foi percebida pelo próprio, na categoria que integra a Trajectória Desviante, conforme os quadros 6.10., 6.11., 6.12., 6.13., 6.14. e 6.15., cujo número se deve às várias subcategorias e às respectivas classes de resposta.

Quadro 6.10. Resultados obtidos para as subcategorias Ordem Droga/Delito, Anti-socialidade Precoce e Idade do 1º Delito, da categoria de Trajectória Desviante.

<b>Categoria Trajectória Desviante</b>				
<b>Subcategoria</b>	<b>Classes de Resposta</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>	<b>Exemplo de Verbalização</b>
Ordem Droga/Delito	Droga antecede Delito	22	41,5	“Comecei com as drogas... foram elas que me perderam...”
	Delito antecede Droga	18	34,0	“... Desde muito cedo já roubava, depois meti-me nas drogas... mas já antes gamava, fugia...”
	Simultaneidade Droga/Delito	13	24,5	“Foi tudo ao mesmo tempo... sei lá... traficava e consumia”
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>	
Anti-socialidade Precoce	Presença	38	71,7	“... Muito pequeno, ... fugia, roubava, ninguém me segurava...”
	Ausência	15	28,3	“Eu era um puto pacato... portava-me bem...”
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>	
Idade do 1º Delito	Inferior aos 10 anos	11	20,8	“Que eu me lembre, aos 7 ou 8 anos já gamava umas coisas, ... fugia de casa, da escola...”
	Dos 10 aos 15 anos	17	32,1	“... Para aí aos 11 ou 12 anos já assaltava carros... depois foi aumentando”
	Dos 16 aos 21 anos	20	37,7	“... Só lá pelos 20 anos...”
	Superior aos 21 anos	5	9,4	“... tinha uns 22 anos, e só fiz isso depois de começar a ressacar...”
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>	

Assim, de acordo com o quadro 6.10., a subcategoria Ordem Droga/Delito apresentou uma percentagem considerável, de 41,5%, de indivíduos que se iniciaram nas drogas antes de terem enveredado pela prática de delito. Em 34,0% dos participantes, o delito antecedeu o consumo de drogas e verificou-se a emergência mais ou menos simultânea das duas condutas para 24,5% dos sujeitos. Nestes casos, os sujeitos revelaram os actos que constituíram infracções à lei, e foram ditas frases que ilucidam, por exemplo, a simultaneidade dos comportamentos, como: “Comecei cedo a traficar e a consumir, até porque era o negócio da família... sei lá qual foi primeiro, foram as duas coisas!...”

Quanto à manifestação de Anti-socialidade Precoce, 71,7% dos participantes revelou a sua Presença, incluindo acções como, por exemplo, fugas de casa e outros que não constituem violações da lei. Já os restantes, 28,3%, referiram não ter manifestado precocemente tais condutas. Alguns dos indivíduos referiram nem se lembrar de qual teria sido o primeiro acto anti-social, referindo mesmo que “... não me lembro... acho que sempre fui do contra e sempre *gamei* e fugi... eu era muito fino...”.

Na subcategoria Idade do 1º Delito, a faixa de idades mais frequente foi a dos 16 aos 21 anos, com uma percentagem de 37,7%, seguida de 32,1% de sujeitos que cometeram o primeiro delito entre os 10 e os 15 anos de idade. Dos restantes, 20,8% dos indivíduos ter-se-á iniciado no delito com idade inferior aos 10 anos, e 9,4% enquadraram-se na idade superior aos 21 anos. A apresentação da categoria respeitante à Trajectória Desviante prossegue no quadro 6.11., agora com os resultados de outras subcategorias.

Quadro 6.11. Resultados obtidos para as subcategorias Tipo do 1º Delito, Contexto do 1º Delito e Motivos do 1º Delito, da categoria de Trajectória Desviante.

Categoria Trajectória Desviante				
Subcategoria	Classes de Resposta	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Exemplo de Verbalização
Tipo do 1º Delito	Furto	41	77,4	“... Tirei dinheiro à professora...”
	Tráfico de Drogas	9	17,0	“Comecei logo no tráfico...”
	Violência contra Outrem	3	5,7	“Batia nos outros da escola... fracturei o crânio a um...”
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>	
Contexto do 1º Delito	Só	24	45,3	“Sempre me virei sozinho...”
	Grupo de Pares	28	52,8	“Foi em grupo, com o <i>gang</i> ...”
	Familiares	1	1,9	“Os meus tios traficavam... comecei com eles...”
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>	
Motivos do 1º Delito	Aquisitivos para Manutenção de Consumos	19	35,8	“Só traficava para poder sustentar os consumos...”
	Meramente Aquisitivos	26	49,1	“Não era para consumir... divertia-me e tinha sempre muito dinheiro...”
	Por Explicar	8	15,1	“Sei lá!!! Sempre fiz isso, mesmo antes de consumir...”
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>	

Vejam-se os resultados apresentados no quadro 6.11. Quanto ao Tipo do 1º Delito, 77,4% dos sujeitos iniciou-se com o Furto e 17,0% começou logo a fazer Tráfico de Drogas. A precocidade da prática de certos comportamentos como o tráfico foi claramente referida por alguns indivíduos através de expressões como: “Desde cedo comecei logo a traficar... era fácil porque quem é que ia reparar num *puto*?”. Os restantes 5,7% dos sujeitos, referiu ter começado por manifestar comportamentos violentos contra terceiros, desde muito cedo. Exemplo disso é a frase seguinte: “Irritavam-me... eu ficava logo *fulo* da vida e não me segurava, cheguei a puxar de uma *naifa*”.

No que diz respeito à subcategoria Contexto do 1º Delito, mais de metade dos participantes (52,8%) teve a sua primeira manifestação de conduta delituosa em

conjunto com o Grupo de Pares. Dos restantes indivíduos, 45,3% referiu ter perpetrado o primeiro delito Só, sem qualquer companhia, e 1,9% iniciou-se no delito acompanhado por Familiares.

Os motivos subjacentes à iniciação de condutas delituosas foram Meramente Aquisitivos para 49,1% dos sujeitos, ao contrário dos 35,8% que referiu ter praticado delitos aquisitivos para Manutenção de Consumos. Os restantes 15,1% dos indivíduos, não conseguiram expor motivos concretos para ter iniciado a prática de delitos que, assim, ficaram Por Explicar. Entre as verbalizações dos sujeitos refira-se, a título de exemplo, a seguinte: “A droga veio cedo mas o delito já cá estava... no bairro era assim que se tinha dinheiro... passei muito *cola-cao* (cocaína) aprendi cedo a ter muito dinheiro, e a *gulosa* (cocaína) rendia...”.

Segue-se a apresentação da subcategoria Tipologia de Delitos, no quadro 6.12.

Quadro 6.12. Resultados obtidos para a subcategoria Tipologia de Delitos, da categoria de Trajectória Desviante.

<b>Categoria Trajectória Desviante</b>				
<b>Subcategoria</b>	<b>Classes de Resposta</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>	
Tipologia de Delitos	Furto	1	1,9	
	Tráfico de Drogas	5	9,4	
	Furto e Roubo	7	13,2	
	Tráfico de Drogas e Violência contra Outrem	1	1,9	
	Furto e Tráfico de Drogas	4	7,5	
	Furto e Violência contra Outrem	2	3,8	
	Furto, Roubo e Tráfico de Drogas	20	37,7	
	Furto, Roubo e Violência contra Outrem	6	11,3	
	Roubo, Tráfico de Drogas e Violência contra Outrem	1	1,9	
	Furto, Roubo, Tráfico de Drogas e Violência contra Outrem	6	11,3	
	<b>Total</b>		<b>53</b>	<b>100,0</b>
	<b>Frequência de cada tipo de delito:</b>			
	Furto		46	86,8
Roubo		39	73,6	
Tráfico da Drogas		36	67,9	
Violência contra Outrem		16	30,2	

Na subcategoria Tipologia de Delitos, também pertencente à categoria Trajectória Desviante, pode constatar-se que 37,7% dos indivíduos desenvolveu, ao longo do seu percurso, comportamentos como Furto, Roubo e Tráfico de Drogas, sendo que 13,2% realizou Furto e Roubo. As condutas de Furto, Roubo e Violência contra Outrem, foram praticadas por 11,3% dos participantes e, com a mesma frequência, foram manifestados os comportamentos de Furto, Roubo, Tráfico de Drogas e Violência contra Outrem. Da amostra, 9,4% dos indivíduos referiu apenas ter-se dedicado ao Tráfico de Drogas e 7,5% juntou o Furto ao Tráfico de Drogas. Dos outros participantes, 3,8% cometeu Furto e Violência contra Outrem, e os restantes indivíduos repartiram-se entre Furto; Tráfico de Drogas e Violência contra Outrem; Roubo, Tráfico de Drogas e Violência contra Outrem, com 1,9% de sujeitos para cada uma daquelas classes de resposta. De notar que o delito mais frequentemente praticado foi o Furto, por 86,8% dos participantes, tendo sido também aquele em que mais se iniciaram os sujeitos conforme se verificou na análise ao início do delito. Seguiu-se o Roubo, executado por 73,6%, o Tráfico de Drogas, manifestado por 67,9% da amostra e, 30,2% exerceu Violência contra Outrem.

O quadro 6.13. apresenta os resultados relativos a outras três subcategorias da categoria de Trajectória Desviante.

Quadro 6.13. Resultados obtidos para as subcategorias Idade do 1º Consumo, Substância de Iniciação e Contexto do 1º Consumo, da categoria de Trajectória Desviante.

Categoria Trajectória Desviante				
Subcategoria	Classes de Resposta	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Exemplo de Verbalização
Idade do 1º Consumo	Inferior aos 10 anos	3	5,7	“... Para aí aos 7 anos já fumava uns <i>charritos</i> ...”
	Dos 10 aos 15 anos	33	62,3	“Tinha mais ou menos 12 anos, o haxixe dava-me sede e, por isso, também bebia...”
	Dos 16 aos 21 anos	15	28,3	“... Foi pelos 18 anos”
	Superior aos 21 anos	2	3,8	“Já era adulto, com mais de 20 anos”
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>	
Substância de Iniciação	Álcool	23	43,4	“Comecei a beber, ainda muito pequeno”
	Haxixe	25	47,2	“Ainda pequenos, já fumávamos haxixe e bebíamos uns copos”
	Cocaína	2	3,8	“Foi à grande... com coca”
	Heroína	1	1,9	“... Foi logo com Heroína”
	MDMA	2	3,8	“Comecei com <i>ecstasy</i> numa festa”
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>	
Contexto do 1º Consumo	Só	8	15,1	“Comecei sozinho...”
	Grupo de Pares	41	77,4	“... <i>Curti</i> sempre com amigos”
	Familiares	4	7,5	“... Com o meu irmão, segui com ele este caminho...”
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>	

Ainda dentro da categoria Trajectória Desviante, a Idade do 1º Consumo mais frequente, com 62,3%, foi a dos 10 aos 15 anos. Seguiu-se-lhe o período dos 16 aos 21 anos, com uma percentagem de 28,3%. Os restantes indivíduos referiram ter-se iniciado no consumo de drogas antes dos 10 anos, para 5,7%, e com mais de 21 anos, para 3,8%. De referir que, em certos casos, os sujeitos haviam começado a consumir tão cedo, que não conseguiram especificar com exactidão a idade de iniciação nas drogas. No entanto, algumas verbalizações dos indivíduos não deixaram espaço para dúvidas como, por exemplo, a seguinte: “Sei lá... com mais ou menos 8 anos eu já andava *charrado* muitas vezes, mas antes já entornava bem... bebia muito com os amigos mais velhos...”.

A Substância de Iniciação de 47,2% dos participantes foi o Haxixe, logo seguida do Álcool, para 43,4%. Para muitos destes sujeitos “O haxixe fazia muita sede e, por isso, comecei logo a beber também muita cerveja”. A Cocaína foi a substância com que se iniciou uma percentagem de 3,8%, tal como a MDMA. Apenas 1,9% dos indivíduos começou logo a consumir Heroína.

Relativamente ao Contexto do 1º Consumo, 77,4% dos indivíduos disse ter-se iniciado nas drogas na companhia do Grupo de Pares, enquanto 15,1% referiu ter consumido Só. Os restantes, 7,5% dos participantes, começaram a consumir drogas na companhia de Familiares.

Seguem-se as substâncias consumidas ao longo do trajecto dos participantes, conforme o quadro 6.14.

Quadro 6.14. Resultados obtidos para a subcategoria das Substâncias Consumidas, da categoria de Trajectória Desviante.

<b>Categoria Trajectória Desviante</b>				
<b>Subcategoria</b>	<b>Classes de Resposta</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>	
Substâncias Consumidas	Álcool e Cocaína	1	1,9	
	Álcool e Haxixe	4	7,5	
	Haxixe e Cocaína	1	1,9	
	Heroína e Cocaína	1	1,9	
	Álcool, Heroína e Cocaína	5	9,4	
	Álcool, Haxixe e Heroína	2	3,8	
	Haxixe, Heroína e Cocaína	9	17,0	
	Álcool, Haxixe e Drogas Sintéticas	6	11,3	
	Haxixe, Heroína, Cocaína e Drogas Sintéticas	4	7,5	
	Álcool, Haxixe, Heroína e Cocaína	10	18,9	
	Álcool, Haxixe, Heroína, Cocaína e Drogas Sintéticas	10	18,9	
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>	
	<b>Frequência de cada substância consumida:</b>			
		Haxixe	46	86,8
	Heroína	41	77,4	
	Cocaína	41	77,4	
	Álcool	38	71,7	
	Drogas Sintéticas	20	37,8	

A subcategoria correspondente às Substâncias Consumidas ao longo da vida dos sujeitos apresentou o conjunto constituído por Álcool, Haxixe, Heroína e Cocaína, a par do grupo de Álcool, Haxixe, Heroína, Cocaína e Drogas Sintéticas, como os mais frequentemente consumidos, por 18,9% de participantes. Logo a seguir, com 17,0%, encontrou-se o grupo formado por Haxixe, Heroína e Cocaína. Seguiu-se, com uma frequência de 11,3%, o grupo de Álcool, Haxixe e Drogas Sintéticas, e com 9,4%, o conjunto de Álcool, Heroína e Cocaína. Com 7,5% encontram-se os conjuntos constituídos por Haxixe, Heroína, Cocaína e Drogas Sintéticas e por Álcool e Haxixe. À excepção do grupo de Álcool, Haxixe e Heroína, consumido por 3,8% dos participantes, todos os restantes conjuntos de substâncias apresentam uma percentagem muito inferior, de 1,9%.

De salientar, a frequência com que são consumidas as Drogas Sintéticas, bem como o facto de todos os sujeitos consumirem mais do que uma substância. Desta subcategoria

sobressai, também, a frequência com que cada uma das substâncias mencionadas foi consumida pelos participantes. O Haxixe, com 86,8%, foi a substância consumida por mais destes indivíduos, logo seguida da Heroína e da Cocaína, cada uma delas com uma frequência de 77,4%. Não muito menos consumido foi o Álcool, que se apresentou com uma percentagem de 71,7%. Acrescente-se que 37,8% dos participantes consumiram pelo menos uma das substâncias incluídas nas Drogas Sintéticas.

Finalmente, segue-se o quadro 6.15. com a apresentação dos resultados obtidos para as três últimas subcategorias pertencentes à categoria da “Trajectória Desviante”.

Quadro 6.15. Resultados obtidos para as subcategorias Período de Consumos, Percepção do Período de Consumos e Problemas com Justiça, da categoria de Trajectória Desviante.

<b>Categoria Trajectória Desviante</b>			
<b>Subcategoria</b>	<b>Classes de Resposta</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Período de Consumos	Inferior a 5 anos	1	1,9
	De 5 a 10 anos	4	7,5
	De 11 a 16 anos	6	11,3
	Superior a 16 anos	42	79,2
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>
Percepção do Período de Consumos	Adequada	23	43,4
	Inferior à Real	30	56,6
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>
Problemas com Justiça	Detenções	14	26,4
	Processo em Curso	2	3,8
	Detenções e Processo em Curso	14	26,4
	Detenções e Pena de Prisão	3	5,7
	Detenções e Pena Suspensa	3	5,7
	Detenções, Pena de Prisão e Processo em Curso	5	9,4
	Detenções, Pena de Prisão e Pena Suspensa	1	1,9
	Detenções, Pena Suspensa e Processo em Curso	1	1,9
	Nenhum	10	18,9
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>
	<b>Frequência de cada Problema com Justiça:</b>		
	Detenções	41	77,4
	Processo em Curso	22	41,5
	Pena de Prisão	9	16,9
	Pena Suspensa	5	9,5

Para terminar a apresentação dos resultados obtidos para a categoria de Trajectória Desviante, vejam-se os que se encontram no quadro 6.15. que, na subcategoria relativa ao Período de Consumos, aponta para uma frequência de 79,2% de indivíduos que, até à data da entrevista, terão consumido drogas durante mais de 16 anos. Os restantes sujeitos repartiram-se pelos períodos de 11 a 16 anos, de 5 a 10 anos e inferior a 5 anos, com as percentagens de 11,3%, 7,5% e 1,9%, respectivamente.

Quanto à Percepção do Período de Consumos apresentada pelos sujeitos, verificou-se que 56,6% dos participantes demonstrou ter uma ideia desse período Inferior à Real, enquanto os restantes 43,4%, manifestaram um conhecimento Adequado do seu período de consumo de drogas. Em várias situações, verificou-se que os indivíduos tendiam a

contar os anos de consumo apenas a partir da altura em que começaram a consumir “drogas pesadas”, ou depois de terem começado a sentir, de forma mais vincada, os problemas decorrentes dos consumos.

No respeitante aos Problemas com Justiça, 26,4% dos indivíduos revelou ter sofrido Detenções, sendo essa a percentagem dos sujeitos que terá sido alvo de Detenções e Processo em Curso aquando da entrevista. Acrescente-se que 9,4% dos participantes deste estudo referiu que, para além de ter um Processo em Curso no momento, já havia sofrido de Detenções e Pena de Prisão pelo menos uma vez. Já para 5,7%, verificou-se a ocorrência de Detenções e Pena de Prisão pelo menos uma vez, sendo que igual percentagem de indivíduos referiu ter sofrido Detenções e Pena Suspensa. Dos restantes sujeitos, 3,8% encontrava-se, no momento, com um Processo em Curso, e 1,9% referiu ter sofrido Detenções, Pena Suspensa, e Processo em Curso, até ao momento. Dos restantes, 1,9% apontou para a ocorrência de Detenções, Pena de Prisão e Pena Suspensa. Saliente-se que 18,9% dos participantes disse não ter tido qualquer problema com a Justiça.

Ainda no contexto desta subcategoria, destaquem-se as frequências com que surgiram os diferentes problemas dos participantes, relativamente ao sistema de Justiça. Assim, 77,4% dos indivíduos referiu ter sido detido mais de uma vez, 41,5% disse encontrar-se, naquele momento, com um processo judicial em curso, 16,9% confirmou já ter cumprido Pena de Prisão pelo menos uma vez, e 9,5% referiu ter cumprido ou encontrar-se a cumprir uma sentença de Pena Suspensa.

Apresentados os resultados relativos aos comportamentos observados e à história dos participantes no estudo, é chegada a altura de apresentar a forma como estes indivíduos se projectam no futuro, através dos resultados incluídos na categoria designada por Análise Prospectiva, através do quadro 6.16.

Quadro 6.16. Resultados obtidos para a categoria Análise Prospectiva.

<b>Categoria Análise Prospectiva</b>				
<b>Subcategoria</b>	<b>Classes de Resposta</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>	<b>Exemplo de Verbalização</b>
Projectos de Vida	Ausência	49	92,5	“Projectos? Morrer? Sei lá...”
	Presença	4	7,5	“Gostaria de trabalhar na área da informática...”
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>	
Objectivos Definidos	Ausência	52	98,1	“Para quê? Já não tenho ilusões... objectivos de quê?”
	Presença	1	1,9	“Para já gostava de assentar para poder continuar a estudar...”
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>	
Estratégias de Acção	Ausência	52	98,1	“Nem penso no futuro quanto mais pensar em acções... para quê... já queimei tudo...”
	Presença	1	1,9	“Estou a estudar, ... para ver se consigo fazer um curso de informática”
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>	

De acordo com os registos do quadro 6.16., verificou-se que 92,5% dos participantes não foi capaz de referir Projectos de Vida, não se sentindo qualquer projecção dos indivíduos quanto ao seu futuro, ao contrário dos restantes 7,5% que revelaram a Presença de projectos, mais ou menos claramente definidos. Um exemplo das verbalizações dos sujeitos que não evidenciaram a existência de projectos é o seguinte: “Projectos... não sei, nem penso nisso...”.

Já em termos de Objectivos Definidos, acabou por se constatar que apenas 1 dos 4 sujeitos que haviam definido Projectos de Vida, conseguiu especificar objectivos exequíveis a médio/curto prazo (1,9%), no sentido de vir a concretizar os projectos delineados para o futuro. Verificou-se que 98,1% dos indivíduos não conseguiu referir quaisquer objectivos, havendo, a esse respeito, expressões como: “Objectivos? De quê? Para quê pensar nisso?”.

Relativamente à subcategoria Estratégias de Acção, 98,1% dos participantes não revelou a Presença de quaisquer estratégias que possibilitassem a concretização de objectivos mais ou menos imediatos ou de projectos de futuro. Um exemplo de como isso foi

transmitido é o seguinte: “Maneira de alcançar o quê? Já está tudo estragado ... e de resto, que me importa agora?”. Apenas 1 dos sujeitos (1,9%) definiu claramente as estratégias que havia adoptado para alcançar os seus objectivos e, a mais longo prazo, concretizar os seus projectos de futuro.

Uma vez apresentados os resultados alcançados através da análise dos dados qualitativos, é chegado o momento de expor os resultados de cariz quantitativo, obtidos através da administração dos instrumentos psicométricos de avaliação da vinculação e da personalidade.

#### 6.1.5.2. Resultados Relativos à Vinculação e à Personalidade

Neste ponto apresentar-se-ão os resultados alcançados através da recolha de dados quantitativos, por meio dos instrumentos de avaliação da vinculação no adulto e da personalidade. Começar-se-á pela apresentação dos resultados obtidos através da administração da Escala de Vinculação no Adulto (EVA), seguindo-se a exposição dos resultados decorrentes da administração do Inventário de Personalidade (NEO-PI-R) e, finalmente, revelar-se-ão os resultados correspondentes à possível existência de correlações entre os padrões de vinculação e as dimensões e facetas da personalidade.

Veja-se, no quadro 6.17., os resultados alcançados a partir da administração da escala EVA.

Quadro 6.17. Resultados obtidos a partir da Escala de Vinculação no Adulto (EVA).

	Vinculação			
	Padrão Ansioso	Padrão Seguro	Padrão Evitante	
<b>Média</b>	19,15	14,30	15,87	
<b>Desvio-Padrão</b>	6,03	2,39	3,71	
<b>Frequência Relativa do padrão predominante nos participantes (%)</b>	<b>37,73</b>	<b>9,43</b>	<b>52,84</b>	<b>Total</b>
				<b>100,00</b>

Assim, e por comparação com os resultados referenciais obtidos por Canavarro e apresentados no quadro 6.4., verifica-se que o factor 1, correspondente ao padrão de vinculação Ansioso, apresenta uma média de valor superior. O mesmo se verifica com o factor 3, correspondente ao padrão Evitante, em que a média encontrada é consideravelmente superior ao valor da média referencial. Já no que diz respeito ao factor 2, correspondente ao padrão Seguro de vinculação, pode constatar-se a existência de valores inferiores aos referenciais, em termos de média.

De notar que, de acordo com os resultados registados no quadro 6.21., apenas 9,43% dos indivíduos apresentou predomínio do padrão Seguro de vinculação. Quanto aos padrões Inseguros, estes prevaleceram em 90,57% da amostra na qual se verificou a preponderância do padrão Ansioso para 37,73% dos sujeitos e o predomínio do padrão Evitante para 52,84% dos indivíduos.

Vejam-se, agora, os resultados obtidos através da administração do *NEO Personality Inventory Revised* (NEO PI-R) para a dimensão de Neuroticismo e respectivas facetas, apresentados nos quadros 6.18. e 6.19.

Quadro 6.18. Resultados obtidos para a dimensão do Neuroticismo.

Neuroticismo		
Amplitude	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Muito Baixo	4	7,5
Baixo	6	11,3
Médio	6	11,3
Alto	5	9,4
Muito Alto	32	60,4
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>

Nesta dimensão da personalidade, designada por Neuroticismo, verifica-se que 60,4% dos participantes no estudo se enquadra na amplitude correspondente a Muito Alto, enquanto os restantes se distribuem pelas amplitudes Alto, com 9,4% dos indivíduos, Muito Baixo, com 7,5% e, finalmente, Baixo e Médio, cada uma delas com 11,3% dos sujeitos.

Vejam-se, de seguida, os resultados das facetas que compõem a dimensão do Neuroticismo no quadro 6.19.

Quadro 6.19. Resultados das facetas que constituem a dimensão do Neuroticismo.

<b>Facetas do Neuroticismo</b>			
<b>N1:</b>	<b>Amplitude</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
<b>Ansiedade</b>	Muito Baixo	19	35,8
	Baixo	2	3,8
	Médio	14	26,4
	Alto	6	11,3
	Muito Alto	12	22,6
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>
<b>N2:</b> <b>Hostilidade</b>	Muito Baixo	3	5,7
	Baixo	1	1,9
	Médio	1	1,9
	Alto	4	7,5
	Muito Alto	44	83,0
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>
<b>N3:</b> <b>Depressão</b>	Muito Baixo	10	18,9
	Baixo	9	17,0
	Médio	2	3,8
	Alto	6	11,3
	Muito Alto	26	49,1
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>
<b>N4:</b> <b>Auto- consciência</b>	Muito Baixo	26	49,1
	Baixo	2	3,8
	Médio	4	7,5
	Alto	2	3,8
	Muito Alto	19	35,8
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>
<b>N5:</b> <b>Impulsividade</b>	Muito Baixo	3	5,7
	Baixo	0	0,0
	Médio	0	0,0
	Alto	1	1,9
	Muito Alto	49	92,5
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>
<b>N6:</b> <b>Vulnerabilidade</b>	Muito Baixo	8	15,1
	Baixo	0	0,0
	Médio	1	1,9
	Alto	3	5,7
	Muito Alto	41	77,4
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>

De acordo com o que consta do quadro 6.19., em 22,6% da amostra a faceta da Ansiedade contribui muito para o valor elevado do Neuroticismo, apresentando-se na amplitude correspondente a Muito Alto, enquanto 11,3 % dos indivíduos evidenciou um valor Alto naquela faceta, 26,4% apresentou a amplitude correspondente ao Médio e 3,8% localizou-se na amplitude correspondente a Baixo. A amplitude mais frequente

entre os participantes corresponde à de Muito Baixo, com uma frequência relativa de 35,8%.

Relativamente à Hostilidade verifica-se um claro predomínio de indivíduos que pontuaram para Muito Alto. A faceta da Hostilidade apresentou 83% de sujeitos com uma amplitude correspondente a Muito Alto, tendo, por isso, grande contributo para o elevado Neuroticismo. 7,5% dos sujeitos apresentou uma amplitude correspondente a Alto, 5,7% teve um valor Muito Baixo e as amplitudes Baixo e Médio incluíram, cada uma, 1,9% dos sujeitos.

Já em termos da faceta da Depressão, verificou-se que quase metade da amostra (49,1%) apresentou a amplitude correspondente a Muito Alto, enquanto 18,9% se enquadrou na amplitude de Muito Baixo. Os restantes indivíduos pontuaram para as amplitudes Baixo, Alto e Médio, com as correspondentes frequências de 17,0%, 11,3% e 3,8%.

No que se refere à quarta faceta, designada por Auto-consciência, 49,1% dos sujeitos apresentou uma amplitude correspondente a Muito Baixo, enquanto 35,8% se enquadrou na amplitude de Muito Alto. Nas amplitudes Baixo e Alto os valores foram, em cada uma delas, de 3,8%, restando 7,5% dos participantes com um registo Médio.

Em relação à faceta da Impulsividade, verificou-se um registo de amplitude correspondente a Muito Alto para 92,5% da amostra, podendo afirmar-se que esta faceta terá tido grande contributo para o predomínio de valores Muito Altos no âmbito da dimensão do Neuroticismo. Os restantes indivíduos distribuíram-se entre as amplitudes de Muito Baixo, em 5,7%, e Alto, em 1,9%.

Finalmente, a faceta da Vulnerabilidade evidenciou que 77,4% dos indivíduos se localizaram na amplitude correspondente a Muito Alto, 15,1% em Muito Baixo, 1,9% em amplitude correspondente a Médio e 5,7% dos sujeitos enquadrou-se na amplitude Alto. Das facetas desta dimensão, é de notar que as que apresentam percentagens mais elevadas na amplitude de Muito Alto são a Impulsividade, a Hostilidade e a Vulnerabilidade.

Vejam-se, de seguida, os quadros 6.20. e 6.21., referentes aos resultados obtidos para a dimensão da Extroversão e respectivas facetas.

Quadro 6.20. **Resultados obtidos para a dimensão da Extroversão.**

<b>Extroversão</b>		
<b>Amplitude</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Muito Baixo	32	60,4
Baixo	1	1,9
Médio	5	9,4
Alto	4	7,5
Muito Alto	11	20,8
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>

A dimensão relativa à Extroversão apresentou 60,4% dos sujeitos com uma amplitude correspondente a Muito Baixo, 20,8% com amplitude de Muito Alto, 9,4% em Médio, 7,5% em Alto e, com menor frequência (1,9%) encontram-se os indivíduos que se enquadraram na amplitude correspondente a Baixo.

Para estes valores da Extroversão terão contribuído as amplitudes relativas às facetas correspondentes àquela dimensão da personalidade, conforme se pode ver através do quadro 6.21.

Quadro 6.21. Resultados das facetas que constituem a dimensão da Extroversão.

<b>Facetas da Extroversão</b>			
<b>E1:</b>	<b>Amplitude</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
<b>Acolhimento Caloroso</b>	Muito Baixo	42	79,2
	Baixo	3	5,7
	Médio	5	9,4
	Alto	0	0,0
	Muito Alto	3	5,7
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>
<b>E2:</b>	Muito Baixo	30	56,6
	Baixo	2	3,8
	Médio	5	9,4
	Alto	8	15,1
	Muito Alto	8	15,1
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>
<b>E3:</b>	Muito Baixo	24	45,3
	Baixo	7	13,2
	Médio	4	7,5
	Alto	5	9,4
	Muito Alto	13	24,5
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>
<b>E4:</b>	Muito Baixo	25	47,2
	Baixo	4	7,5
	Médio	2	3,8
	Alto	3	5,7
	Muito Alto	19	35,8
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>
<b>E5:</b>	Muito Baixo	9	17,0
	Baixo	7	13,2
	Médio	4	7,5
	Alto	12	22,6
	Muito Alto	21	39,6
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>
<b>E6:</b>	Muito Baixo	28	52,8
	Baixas	1	1,9
	Médias	4	7,5
	Altas	5	9,4
	Muito Alto	15	28,3
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>

Segundo os valores do quadro 6.21., a faceta designada por Acolhimento Caloroso terá contribuído para o valor Muito Baixo da Extroversão em 79,2% dos indivíduos, nos quais a faceta se encontra nessa mesma amplitude. Já 9,4% dos participantes foi enquadrado na amplitude correspondente a Médio, havendo 5,7% dos sujeitos que se incluiu em cada uma das amplitudes, Baixo e Muito Alto.

Relativamente à segunda faceta da Extroversão, denominada por Gregariedade, 56,6% dos sujeitos apresentou-se na amplitude correspondente a Muito Baixo, contribuindo, também, para essa amplitude mais frequentemente encontrada na dimensão da Extroversão. Para cada uma das amplitudes Alto e Muito Alto, da faceta Gregariedade, registou-se a frequência de 15,1% dos indivíduos, enquanto 9,4% deles se incluiu na amplitude correspondente a Médio, e 3,8% se situou na amplitude Baixo.

A Assertividade dos participantes neste estudo enquadrou-se na amplitude de Muito Baixo em 45,3% da amostra, ao contrário de 24,5% dos sujeitos, que integrou a amplitude de Muito Alto. Dentro das amplitudes Baixo, Médio e Alto encontraram-se, respectivamente, 13,2%, 7,5% e 9,4% dos indivíduos.

Já em relação à faceta Actividade, verificou-se que 47,2% da amostra se incluiu na amplitude correspondente a Muito Baixo, enquanto 35,8% se inscreveu na amplitude de Muito Alto. Os restantes indivíduos distribuíram-se pelas amplitudes de Baixo, Médio e Alto, com as correspondentes frequências de 7,5%, 3,8% e 5,7%.

No que diz respeito à quinta faceta da Extroversão, a da Procura de Excitação, 39,6% encontrou-se num registo Muito Alto de amplitude e 22,6% enquadrou-se na amplitude correspondente a Alto. Seguiram-se as frequências de 17,0% para a amplitude de Muito Baixo, 13,2% para a de Baixo e 7,5% para a amplitude correspondente ao Médio.

Por último, a faceta designada por Emoções Positivas apresentou 52,8% dos participantes com amplitude correspondente a Muito Baixo e 28,3% na amplitude Muito Alta. Seguiram-se as amplitudes correspondentes a Alto para 9,4%, a Médio para 7,5% e a Baixo para 1,9% dos sujeitos. Nesta dimensão da personalidade, exceptuando a faceta da Procura de Excitação com valores predominantemente Altos e Muito Altos, todas as outras registaram maiores percentagens de indivíduos a pontuarem para Muito Baixo.

Vejam-se, no quadro 6.22., os resultados alcançados na dimensão da Abertura à Experiência.

Quadro 6.22. Resultados obtidos para a dimensão da Abertura à Experiência.

<b>Abertura à Experiência</b>		
<b>Amplitude</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Muito Baixo	31	58,5
Baixo	3	5,7
Médio	13	24,5
Alto	0	0,0
Muito Alto	6	11,3
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>

Nesta dimensão, relativa à Abertura à Experiência, 58,5% dos participantes incluiu-se na amplitude correspondente a Muito Baixo, havendo 24,5% que se encaixou no Médio, 11,3% no Muito Alto e 5,7% na amplitude correspondente a Baixo.

Observem-se, agora, os valores das correspondentes facetas, através do quadro 6.23.

Quadro 6.23. Resultados das facetas que constituem a dimensão da Abertura à Experiência.

<b>Facetas da Abertura à Experiência</b>			
<b>O1:</b>	<b>Amplitude</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
<b>Fantasia</b>	Muito Baixo	16	30,2
	Baixo	2	3,8
	Médio	2	3,8
	Alto	2	3,8
	Muito Alto	31	58,5
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>
<b>O2:</b>	Muito Baixo	41	77,4
	Baixo	2	3,8
	Médio	1	1,9
	Alto	2	3,8
	Muito Alto	7	13,2
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>
<b>O3:</b>	Muito Baixo	32	60,4
	Baixo	14	26,4
	Médio	3	5,7
	Alto	2	3,8
	Muito Alto	2	3,8
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>
<b>O4:</b>	Muito Baixo	32	60,4
	Baixo	3	5,7
	Médio	4	7,5
	Alto	1	1,9
	Muito Alto	13	24,5
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>
<b>O5:</b>	Muito Baixo	34	64,2
	Baixo	8	15,1
	Médio	3	5,7
	Alto	1	1,9
	Muito Alto	7	13,2
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>
<b>O6:</b>	Muito Baixo	19	35,8
	Baixo	0	0,0
	Médio	9	17,0
	Alto	15	28,3
	Muito Alto	10	18,9
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>

A faceta designada por Fantasia apresentou maior frequência, com 58,5% da amostra na amplitude correspondente a Muito Alto, seguida da amplitude de Muito Baixo, em 30,2% dos participantes no estudo. Os restantes sujeitos incluíram-se nas amplitudes correspondentes a Alto, Médio e Baixo, cada uma delas com 3,8% de indivíduos.

Já a faceta relativa à Estética apresentou 77,4% dos sujeitos na amplitude de Muito Baixo e 13,2% na de valor Muito Alto. As amplitudes correspondentes a Alto e a Baixo abarcaram, cada uma delas, 3,8% dos indivíduos, e os restantes 1,9% encaixaram-se na amplitude de valor Médio.

A terceira faceta da dimensão Abertura à Experiência, intitulada por Sentimentos, teve 60,4% dos sujeitos na amplitude correspondente a Muito Baixo, seguindo-se 26,4% dos participantes na amplitude de Baixo. Na amplitude correspondente a Médio encontraram-se 5,7% dos indivíduos e os restantes distribuíram-se igualmente pelas amplitudes de Alto e Muito Alto, com 3,8%, cada uma delas.

Na faceta Acções verificou-se que 60,4% dos participantes no estudo se enquadraram em Muito Baixo e 24,5% se encaixou no extremo oposto com uma amplitude correspondente a Muito Alto. Para as amplitudes de Baixo, Médio e Alto encontraram-se as frequências de 5,7%, 7,5% e 1,9%, respectivamente.

Relativamente à faceta Ideias, 64,2% dos indivíduos apresentou amplitude correspondente a Muito Baixo, seguindo-se a de Baixo com 15,1% dos sujeitos. A amplitude de valor Muito Alto incluiu 13,2% dos indivíduos e os restantes situaram-se na amplitude de Médio com uma frequência de 5,7% e, na de valor Alto, com 1,9% dos participantes.

Finalmente, a sexta e última faceta desta dimensão, designada por Valores, apresentou uma frequência de 35,8% dos sujeitos na amplitude correspondente a Muito Baixo, 28,3% na amplitude de valor Alto, 18,9% em Muito Alto e 17,0% em Médio. Nesta dimensão, a Fantasia foi a única faceta com predomínio de indivíduos a pontuarem para Muito Alto. As restantes facetas contribuíram para os valores baixos da dimensão, apresentando um claro predomínio de indivíduos na amplitude correspondente a Muito Baixo.

Em relação à quarta dimensão da personalidade, intitulada por Amabilidade, vejam-se os resultados no quadro 6.24., que se segue.

Quadro 6.24. **Resultados obtidos para a dimensão da Amabilidade.**

<b>Amabilidade</b>		
<b>Amplitude</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Muito Baixo	46	86,8
Baixo	0	0,0
Médio	3	5,7
Alto	1	1,9
Muito Alto	3	5,7
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>

A dimensão da Amabilidade revelou uma elevada frequência (86,8%) de indivíduos com uma amplitude correspondente a Muito Baixo. As amplitudes de Médio e Muito Alto apresentaram a mesma frequência, com 5,7% dos participantes cada uma, e no valor Alto enquadraram-se 1,9% da amostra.

Para melhor especificar esta dimensão, veja-se o quadro 6.25. com os resultados obtidos para as correspondentes facetas.

Quadro 6.25. Resultados das facetas que constituem a dimensão da Amabilidade.

<b>Facetas da Amabilidade</b>			
<b>A1:</b>	<b>Amplitude</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
<b>Confiança</b>	Muito Baixo	46	86,8
	Baixo	1	1,9
	Médio	1	1,9
	Alto	2	3,8
	Muito Alto	3	5,7
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>
<b>A2:</b>	Muito Baixo	49	92,5
	Baixo	0	0,0
	Médio	1	1,9
	Alto	1	1,9
	Muito Alto	2	3,8
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>
<b>A3:</b>	Muito Baixo	43	81,1
	Baixo	3	5,7
	Médio	1	1,9
	Alto	1	1,9
	Muito Alto	5	9,4
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>
<b>A4:</b>	Muito Baixo	46	86,8
	Baixo	2	3,8
	Médio	1	1,9
	Alto	2	3,8
	Muito Alto	2	3,8
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>
<b>A5:</b>	Muito Baixo	26	49,1
	Baixo	3	5,7
	Médio	5	9,4
	Alto	4	7,5
	Muito Alto	15	28,3
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>
<b>A6:</b>	Muito Baixo	21	39,6
	Baixo	1	1,9
	Médio	6	11,3
	Alto	10	18,9
	Muito Alto	15	28,3
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>

Assim, de acordo com os resultados apresentados no quadro 6.25., pode verificar-se que todas as facetas que constituem a dimensão da Amabilidade apresentaram maior frequência na amplitude correspondente a Muito Baixo. Na faceta correspondente à Confiança, a amplitude de Muito Baixo abarcou 86,8% dos indivíduos, seguindo-se-lhe a amplitude de Muito Alto apenas com 5,7% dos sujeitos. Na amplitude de valor Alto

encontraram-se apenas 3,8% dos participantes e os restantes dividiram-se entre as amplitudes de Baixo e Médio, cada uma delas com 1,9% de frequência.

Quanto à segunda faceta, designada por Rectidão, revelou que 92,5% dos indivíduos se apresentou na amplitude correspondente a Muito Baixo e 3,8% na de Muito Alto. Todos os outros participantes se distribuíram igualmente pelas amplitudes de valor Médio e Alto, com uma frequência de 1,9% para cada uma.

No que respeita à terceira faceta, a do Altruísmo, 81,1% dos participantes encaixou-se na amplitude de Muito Baixo, havendo apenas 9,4% na de Muito Alto. Dos restantes participantes no estudo, 5,7% situou-se na amplitude correspondente a Baixo e as amplitudes de Médio e Alto integraram, cada uma, 1,9% da amostra.

Relativamente à faceta da Complacência, 86,8% dos sujeitos integrou a amplitude de Muito Baixo, 1,9% incluiu-se na de valor Médio e todos os outros se dividiram pelas restantes amplitudes, Baixo, Alto e Muito Alto, com uma frequência de 3,8% cada uma delas.

No que diz respeito à faceta designada por Modéstia, a amplitude correspondente a Muito Baixo integrou 49,1% e a de Muito Alto incluiu 28,3% dos sujeitos. Seguiram-se as amplitudes de Médio, Alto e Baixo, com frequências de 9,4%, 7,5% e 5,7%, respectivamente.

A última faceta desta dimensão, denominada por Sensibilidade, apresentou 39,6% dos sujeitos na amplitude correspondente a Muito Baixo, 28,3% na de Muito Alto, 18,9% na de valor Alto, 11,3% na de Médio e 1,9% na amplitude de valor Baixo. A dimensão da Amabilidade caracteriza-se, essencialmente, por apresentar um predomínio de pontuações Muito Baixas em todas as suas facetas.

Vejam-se, agora, os resultados obtidos para a quinta e última dimensão da personalidade, através do quadro 6.26.

Quadro 6.26. **Resultados obtidos para a dimensão da Conscienciosidade.**

<b>Conscienciosidade</b>		
<b>Amplitude</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Muito Baixo	41	77,4
Baixo	2	3,8
Médio	5	9,4
Alto	4	7,5
Muito Alto	1	1,9
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>

A Conscienciosidade é a última das dimensões da personalidade, apresentando uma amplitude correspondente a Muito Baixo para 77,4% dos participantes neste estudo. Seguem-se as frequências de 9,4% de indivíduos que pontuaram para a amplitude de Médio, 7,5% para a de Alto, 3,8% para a de Baixo e 1,9% para a amplitude de valor Muito Alto.

De seguida, apresentam-se os resultados para as facetas correspondentes a esta dimensão, no quadro 6.27.

Quadro 6.27. Resultados das facetas que constituem a dimensão da Conscienciosidade.

<b>Facetas da Conscienciosidade</b>			
<b>C1:</b>	<b>Amplitude</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
<b>Competência</b>	Muito Baixo	32	60,4
	Baixo	10	18,9
	Médio	0	0,0
	Alto	4	7,5
	Muito Alto	7	13,2
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>
<b>C2:</b>	Muito Baixo	26	49,1
	Baixo	2	3,8
	Médio	10	18,9
	Alto	6	11,3
	Muito Alto	9	17,0
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>
<b>C3:</b>	Muito Baixo	46	86,8
	Baixo	3	5,7
	Médio	0	0,0
	Alto	4	7,5
	Muito Alto	0	0,0
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>
<b>C4:</b>	Muito Baixo	32	60,4
	Baixo	2	3,8
	Médio	3	5,7
	Alto	5	9,4
	Muito Alto	11	20,8
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>
<b>C5:</b>	Muito Baixo	36	67,9
	Baixo	3	5,7
	Médio	3	5,7
	Alto	5	9,4
	Muito Alto	6	11,3
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>
<b>C6:</b>	Muito Baixo	48	90,6
	Baixo	0	0,0
	Médio	3	5,7
	Alto	1	1,9
	Muito Alto	1	1,9
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>

De acordo com os valores registrados no quadro 6.27., e tal como ocorreu na dimensão da Amabilidade, todas as facetas da Conscienciosidade contribuíram para que essa dimensão apresentasse maior frequência na amplitude correspondente a Muito Baixo.

Assim, a faceta denominada por Competência incluiu 60,4% dos indivíduos na amplitude de Muito Baixo, 18,9% na de valor Baixo, 13,2% na de Muito Alto e 7,5% na amplitude de valor Alto.

Relativamente à faceta correspondente à Ordem, 49,1% dos participantes no estudo integrou a amplitude correspondente a Muito Baixo, 18,9% encontrou-se na de Médio, 17,0% enquadrou-se na amplitude de valor Muito Alto, 11,3% apresentou um valor Alto de amplitude, e 3,8% inscreveu-se na amplitude correspondente a Baixo.

Na terceira faceta, de Obediência ao Dever, a amplitude de Muito Baixo incluiu 86,8% dos participantes no estudo, enquanto 7,5% se enquadrou em Alto, e 5,7% se encaixou em Baixo.

Quanto à faceta designada por Esforço de Realização, 60,4% dos indivíduos pontuou para Muito Baixo e 20,8% enquadrou-se na amplitude correspondente a Muito Alto. Os restantes sujeitos distribuíram-se pelas amplitudes de Alto, Médio e Baixo, com as respectivas frequências de 9,4%, 5,7% e 3,8%.

A faceta da Auto-disciplina apresentou 67,9% da amostra na amplitude de Muito Baixo e 11,3% na de Muito Alto. De todos os outros participantes, 9,4% encontrou-se na amplitude de valor Alto, e as amplitudes de Médio e Baixo tiveram, cada uma, 5,7% dos sujeitos.

No que diz respeito à última faceta, a da Deliberação, 90,6% dos sujeitos integrou a amplitude correspondente a Muito Baixo, enquanto 5,7% se situou na de valor Médio, com os restantes indivíduos igualmente distribuídos pelas amplitudes de Alto e Muito Alto, com 1,9% cada uma.

A partir da análise das estatísticas descritivas é possível vislumbrar o predomínio de algumas características, comumente encontradas nesta amostra. Não obstante, é pertinente indagar sobre as possíveis relações existentes entre os resultados extraídos das análises à vinculação e à personalidade, conforme se fará no ponto seguinte.

### **6.1.5.3. Correlações entre Vinculação e Personalidade**

Na sequência do que foi referido anteriormente, e tendo em consideração a já referida estreita ligação entre personalidade e vinculação, procedeu-se à busca de eventuais correlações entre as dimensões e facetas da personalidade e os diferentes padrões de vinculação, apelando à correlação bivariada de Pearson.

Com este procedimento estatístico, procurou-se determinar o grau de associação entre as duas variáveis, sem qualquer direcção definida nessa relação, a qual, conforme o sentido em que uma variável afecta a outra, pode apresentar-se positiva ou negativa (Pereira, 2004; Pestana & Gageiro, 2005). Vejam-se, no quadro 6.28., as correlações encontradas entre os três padrões de vinculação e as diferentes dimensões, e respectivas facetas, da personalidade.

Quadro 6.28. Correlações encontradas entre os padrões de vinculação e as dimensões e facetas da personalidade.

<b>Correlações: vinculação/personalidade (N = 53)</b>				
<b>Variáveis</b>				
<b>Vinculação (padrões)</b>	<b>Personalidade (dimensões e facetas)</b>	<b>r</b>	<b>r<sup>2</sup>x100 (%)</b>	<b>p</b>
Vinculação Ansiosa (F1)	N1: Ansiedade	0,451	20,340	0,001
	N2: Hostilidade	-0,386	14,899	0,004
	N3: Depressão	0,488	23,814	0,000
	N4: Auto-consciência	0,700	49,000	0,000
	N6: Vulnerabilidade	0,331	10,956	0,016
	N: Neuroticismo	0,512	26,214	0,000
	E3: Assertividade	-0,484	23,426	0,000
	E4: Actividade	-0,408	16,646	0,002
	E. Extroversão	-0,379	14,364	0,005
	O4: Acções	-0,350	12,250	0,010
	A1: Confiança	0,366	13,396	0,007
	A2: Rectidão	0,361	13,032	0,008
	A3: Altruísmo	0,282	07,952	0,041
	A4: Complacência	0,361	13,032	0,008
	A5: Modéstia	0,394	15,524	0,003
	A6: Sensibilidade	0,294	08,644	0,033
A: Amabilidade	0,430	18,490	0,001	
C1: Competência	-0,342	11,696	0,012	
Vinculação Segura (F2)	N1: Ansiedade	0,292	08,526	0,034
	N3: Depressão	0,275	07,563	0,046
	E1: Acolhimento caloroso	0,326	10,628	0,017
	O1: Fantasia	0,360	12,960	0,008
	O3: Sentimentos	0,421	17,724	0,002
	O: Abertura à experiência	0,361	13,032	0,008
	A3: Altruísmo	0,401	16,080	0,003
A6: Sensibilidade	0,315	09,923	0,022	
Vinculação Evitante (F3)	N1: Ansiedade	-0,358	12,816	0,008
	N3: Depressão	-0,291	08,468	0,034
	N4: Auto-consciência	-0,363	13,177	0,008
	N: Neuroticismo	-0,322	10,368	0,019
	E3: Assertividade	0,361	13,032	0,008
	E4: Actividade	0,368	13,542	0,007
	O1: Fantasia	-0,353	12,461	0,009
	A1: Confiança	-0,289	08,352	0,036
	A2: Rectidão	-0,377	14,213	0,005
	A3: Altruísmo	-0,412	16,974	0,002
	A4: Complacência	-0,378	14,288	0,005
	A5: Modéstia	-0,502	25,200	0,000
A6: Sensibilidade	-0,425	18,063	0,002	
A: Amabilidade	-0,491	24,108	0,000	

(Com: r = Coeficiente de correlação; r<sup>2</sup> = Coeficiente de determinação; p = Probabilidade; N = N° de sujeitos)

A correlação indica que a intensidade de um fenómeno se faz acompanhar, no mesmo sentido ou no seu inverso, pela intensidade de outro fenómeno, em média e em frequência. Ora, a maior ou menor robustez da correlação implica a consideração de valores que permitam identificar claramente as associações mais ou menos elevadas. Conforme Pestana e Gageiro (2005) explicam: para um coeficiente de correlação ( $r$ ) menor que 0,2 obtém-se uma associação Muito Baixa; entre 0,2 e 0,39 a correlação apresenta-se Baixa; de 0,4 a 0,69 considera-se a correlação Moderada; para valores que oscilam entre 0,7 e 0,89 alcança-se uma correlação Alta; e para um valor de  $r$  entre 0,9 e 1,0 a correlação apresenta-se Muito Alta. Neste caso, deve ter-se em consideração que os valores que definem a robustez da correlação são os adoptados para as ciências exactas, pelo que é necessário atender ao facto de que, havendo correlação mais ou menos robusta, é possível afirmar que a associação entre as duas ocorrências não se deve ao acaso, mas a uma influência mútua, até porque um valor de probabilidade ( $p$ ) inferior a 0,05 é indicador de que a correlação já é significativa.

Assim, de acordo com o quadro 6.31., pode afirmar-se que as correlações entre os padrões de vinculação e as dimensões e facetas da personalidade, positivas e negativas, variam entre valores de robustez Baixos e Moderados, havendo uma correlação Alta entre o padrão Ansioso de vinculação e a faceta do Neuroticismo conhecida por Auto-consciência.

Efectivamente, podem identificar-se diferentes correlações entre os padrões de vinculação e a personalidade. O padrão Ansioso de vinculação apresenta correlações Baixas com as seguintes facetas do Neuroticismo: Hostilidade e Vulnerabilidade. No entanto, de acordo com o coeficiente de determinação, a variação da Hostilidade e da vinculação Ansiosa é cerca de 1,36 vezes mais devida à correlação, do que no caso da Vulnerabilidade. Essa ligação mais significativa também é indicada pelo valor de  $p$ , menor na Hostilidade. Nesta última faceta, a correlação apresenta-se negativa, indicando que Hostilidade e padrão Ansioso de vinculação variam inversamente. As facetas Ansiedade e Depressão apresentam correlações positivas Moderadas com o padrão Ansioso de vinculação, enquanto a faceta Auto-consciência apresenta essa correlação, também positiva, mas Alta. Já em relação à dimensão do Neuroticismo, verifica-se uma correlação positiva Moderada, pelo que se pode depreender que as variações do Neuroticismo se associam, no mesmo sentido, às verificadas no padrão Ansioso de vinculação.

Quanto à associação entre a vinculação Ansiosa e a dimensão de Extroversão, a correlação encontrada é negativa e Baixa. No entanto, encontram-se correlações negativas Moderadas com as facetas Assertividade e Actividade. De notar que a variação da vinculação Ansiosa se deve 1,4 vezes mais à variação da Assertividade do que à da Actividade, e 1,6 vezes mais do que à variação da dimensão de Extroversão. A correlação encontrada com a faceta Acções, da dimensão Abertura à Experiência, apresenta-se negativa e Baixa. No que toca à dimensão da personalidade designada por Amabilidade, a vinculação Ansiosa tem correlações positivas Baixas com todas as suas facetas, apresentando uma correlação positiva Moderada com a própria dimensão Amabilidade. A faceta Competência, da dimensão Conscienciosidade, está em correlação negativa e Baixa com a vinculação Ansiosa.

O padrão Seguro de vinculação apresenta correlações positivas e Baixas com as facetas e dimensões seguintes: Ansiedade e Depressão do Neuroticismo, Acolhimento Caloroso da Extroversão, Fantasia e a própria dimensão de Abertura à Experiência, Sensibilidade da Amabilidade. As correlações são positivas Moderadas com as facetas Sentimentos e Altruísmo.

No respeitante à vinculação obediente a um padrão Evitante, o mais prevalente na amostra, apenas se encontram duas correlações positivas Baixas, relativamente às facetas Assertividade e Actividade, da dimensão Extroversão, com valores muito próximos em termos de variação conjunta, como se pode constatar pelos respectivos coeficientes de determinação e valores de probabilidade ( $p$ ). Relativamente à dimensão do Neuroticismo, ao contrário do ocorrido com a vinculação Ansiosa, a correlação é negativa e Baixa, tal como ocorre com as respectivas facetas Ansiedade, Depressão e Auto-consciência. No que toca à dimensão de Abertura à Experiência, apenas a faceta Fantasia, se correlaciona com a vinculação Evitante. A dimensão Amabilidade e todas as suas facetas estão em correlação negativa com o padrão Evitante, com valores Moderados para Altruísmo, Modéstia, Sensibilidade e a própria dimensão Amabilidade. Já as correlações entre padrão Evitante e as características de personalidade Confiança, Rectidão e Complacência, são Baixas.

Em suma, encontram-se correlações significativas entre a personalidade e os três padrões de vinculação, em que essas correlações são mais numerosas e significativas no que toca ao padrão Ansioso, logo seguido do Evitante. A dimensão Amabilidade, da

personalidade, apresenta todas as suas facetas correlacionadas com os padrões Ansioso e Evitante, verificando-se que, neste último padrão, essas associações são inversas, porque negativas. Assim, não só se pode afirmar a respeito da estreita ligação entre vinculação e personalidade, conforme foi referido na fundamentação teórica, como se podem identificar e localizar os aspectos que se associam, nesta amostra, através das correlações encontradas.

## **6.2. Discussão dos Resultados**

A partir dos resultados obtidos e acabados de descrever, pretende-se, agora, ultrapassar a mera descrição, de forma a alcançar um nível interpretativo que possibilite o estabelecimento de comparações com o adquirido através da fundamentação teórica, num registo que permita a passagem para a conclusão com edificação do ideal-tipo a representar por meio da construção do correspondente biograma.

Começar-se-á pela interpretação dos resultados obtidos para a vinculação, seguida da análise interpretativa da personalidade para, depois, se analisarem as relações encontradas entre as duas variáveis. Passar-se-á, então, à interpretação dos resultados alcançados através da análise de conteúdo.

### **6.2.1. Análise Interpretativa do Padrão Predominante de Vinculação**

No que se refere ao padrão de vinculação mais frequentemente encontrado, foi o Inseguro com predomínio do registo Evitante em mais de metade da amostra, imediatamente seguido do padrão Ansioso, igualmente Inseguro, prevalecente em mais de um terço dos sujeitos. Assim, pode responder-se à questão relativa à eventual existência de um padrão predominante de vinculação nesta amostra, na qual prevalece o Evitante. Efectivamente, constata-se a preponderância de um estilo relacional Inseguro, com ênfase num funcionamento Evitante, relativamente ao estabelecimento de relações afectivamente investidas.

Esses padrões de funcionamento relacional, de índole insegura, têm sido referidos por autores como Pires (2005), que perspectivou a toxicodependência como um fenómeno decorrente de uma perturbação do desenvolvimento psicológico, com implicação da

instalação de padrões Inseguros de vinculação, os quais tendem a perpetuar-se ao longo da vida dos sujeitos. Recordem-se, também, as conclusões de Suess que apontou os padrões Inseguros de vinculação desenvolvidos na infância, como preditores da posterior manifestação de comportamentos problemáticos como o crime. Também Wartner et al. (1994) referiram a maior propensão para o desenvolvimento de comportamentos problemáticos e hostis, entre crianças com uma vinculação Insegura. Acrescente-se que Queirós (1997b) desmentiu a ausência de moralidade nos indivíduos com manifestação de um registo comportamental em que os consumos de drogas coexistem com as práticas delinquentes, mas concluiu pela presença de um maior “negativismo emocional”, o que pode reflectir-se, ou ser o reflexo de um estilo relacional Inseguro. Morizot e Le Blanc (2003), por seu turno, encontraram o desenvolvimento de perfis de personalidade que parecem estar associados a trajectórias de consumo de drogas e de condutas anti-sociais, em indivíduos nos quais se evidenciou, com maior ou menor intensidade, a presença de negativismo emocional. Um tal predomínio de padrões Inseguros de vinculação remete, também, para as conclusões de Manita (1997a) que, em termos afectivo-emocionais, constatou um baixo interesse por relações interpessoais no grupo de indivíduos com consumo de drogas e práticas delinquentes.

Ainda em relação à preponderância de um padrão Inseguro de vinculação nestes indivíduos que, saliente-se, não parecem ter estabelecido relações de afecto suficientemente coesas, pode fazer-se uma associação à análise de Maume et al. (2005), que referiram o casamento como indicador do estabelecimento de laços sociais com influência negativa nos consumos de substâncias e na ligação a pares delinquentes. É possível, também, estabelecer-se uma possível associação ao facto de, nesta amostra, 94,3% dos sujeitos se encontrar em situação de divórcio ou celibato, bem como em situação de desemprego há, pelo menos, 12 meses. Então, será possível dizer-se que se está perante um registo de vinculação Insegura que, certamente, estará ligada à reduzida consistência do laço social referido por Hirschi (2002), com comprometimento das áreas relacional e ocupacional dos indivíduos. Recorde-se que Hirschi (2002) apontou para a importância do estabelecimento de um vínculo afectivo-emocional, como parte dos laços fundamentais para a consolidação do laço social referindo, também, a importância do investimento em actividades convencionais, em que se inscreve a componente ocupacional. Acrescente-se a relevância, também referida por aquele autor, bem como

por Catalano e Hawkins (1996), do compromisso do indivíduo relativamente à persecução de metas de realização e de sucesso que, nestes casos, parece não se ter verificado. Aliás, a propósito da formação droga-crime, Agra (2002) destacou o não investimento em recursos psicológicos, relacionais, sociais, ambientais e económicos, como se de uma desconstrução de vida se tratasse.

Ainda a respeito da notória ausência do estabelecimento de compromissos, quer em termos de actividades sociais convencionais, quer aos níveis afectivo e psicológico, parece estar presente um registo de funcionamento a que não serão alheias as características de personalidade predominantes nestes sujeitos, cuja análise é apresentada de seguida.

### **6.2.2. Análise Interpretativa das Similaridades de Personalidade**

No que respeita à personalidade, pode afirmar-se que nos resultados obtidos foram encontradas similaridades entre os sujeitos que constituíram a amostra deste estudo.

Assim, constatou-se que mais de 60% dos indivíduos evidenciou um Neuroticismo muito elevado. Para essa mesma dimensão, a Ansiedade apresentou valores elevados apenas para 22,6% dos participantes. Contudo, a Hostilidade contribuiu consideravelmente para o elevado Neuroticismo, tendo amplitudes Muito Alta ou Alta para 90,5% dos sujeitos. A Depressão foi outra faceta do Neuroticismo que se revelou Muito Alta ou Alta para mais de 60% dos participantes neste estudo. Relativamente à Auto-Consciência, mais de metade da amostra pontuou para as amplitudes Baixa ou Muito Baixa, enquanto 94,4% dos participantes apresentou a Impulsividade com valores Altos ou Muito Altos o que, para os autores do inventário utilizado, remete para uma incapacidade de resistir às tentações com fácil cedência aos próprios desejos. A Vulnerabilidade, num registo apontado por Costa & McCrae (2000) como sendo de nervosismo e de incapacidade para lidar com o stresse, também pontuou para Alto ou Muito Alto em 83,1% da amostra.

O elevado Neuroticismo encontrado nesta amostra remete para os resultados obtidos por Miller e Lynam (2006), que associaram aquela dimensão à manifestação de comportamentos agressivos, sobretudo em termos de reactividade. Seguindo a lista de adjectivos associados às diferentes características de personalidade, proposta por Costa

e McCrae (2000), pode afirmar-se que estes indivíduos se caracterizam por serem preocupados, tensos, emocionalmente inseguros (o que remete para o predomínio de padrões Inseguros de vinculação), com sentimentos de incompetência, tendência para a descompensação emocional e para manifestações hostis (o que leva a que se recordem as conclusões de Wartner et al., 1994), com ideias irrealistas, desejos e necessidades excessivas, a par de uma desadequação das respostas de *coping*. Acrescente-se que o cerne deste domínio do Neuroticismo aponta para a tendência dos indivíduos poderem experienciar afectos negativos como o embaraço, a culpa, a tristeza, o medo e a raiva.

Já a Extroversão, apresentou-se Muito Baixa para mais de 60% dos indivíduos o que, considerando o pólo oposto como sendo a Introversão, e de acordo com Costa e McCrae (2000), aponta para sujeitos que apresentam um funcionamento menos exuberante e mais distante dos outros. No que diz respeito às facetas daquela dimensão, 84,9% revelou um Acolhimento Caloroso Baixo ou Muito Baixo, podendo considerar-se indivíduos frios e distantes dos outros (Costa & McCrae, 2000), o que também se pode associar ao predomínio de padrões Inseguros de vinculação, nomeadamente, de registo Evitante. A Gregariedade também se inscreveu numa amplitude Baixa ou Muito Baixa para mais de metade da amostra, o que implica, de acordo com Costa e McCrae (2000), que o indivíduo é tendencialmente solitário. Esta característica poderá, também, estar associada ao padrão de vinculação predominante nesta amostra. A Assertividade, em mais de metade dos sujeitos, pontuou para Baixo ou Muito Baixo, remetendo para alguém não assumido e que evita afirmar-se, num funcionamento que lembra a ausência do estabelecimento de compromissos, já referida anteriormente. Também a Actividade se apresentou Baixa ou Muito Baixa para mais de metade dos sujeitos. Mais de 62% pontuou um valor Alto ou Muito Alto para a Procura de Excitação, o que é indicador de indivíduos exibicionistas e apreciadores de riscos e de estímulos fortes. É de recordar que Farrington, em 1996, referiu a necessidade de excitação como um dos factores que “energizam” o desenvolvimento de condutas problemáticas. Relembrem-se, também, as conclusões de Ribeaud e Eisner (2006) que apontaram o auto-controlo influenciado pela Impulsividade e pela procura de risco, como elementos que podem predizer o consumo de drogas e a prática delituosa. Saliente-se que mesmo os cinco participantes que pontuaram valores médios para a Extroversão apresentaram valores extremos na maioria das facetas correspondentes.

A dimensão Abertura à Experiência revelou-se Muito Baixa ou Baixa para mais de 64% da amostra. Ora, segundo Tesch e Cameron, referidos por Costa e McCrae (2000), essa dimensão relaciona-se negativamente com a intensidade de compromisso com a identidade, o que pode associar-se ao reduzido empenho em assumir e manter compromissos aos níveis relacional e ocupacional, por parte dos participantes neste estudo. A baixa cotação desta dimensão aponta, segundo Costa e McCrae (2000), para um funcionamento mais convencional, limitado, não artístico e não analítico. Dentro daquela dimensão, a Fantasia revelou-se como uma faceta de amplitude Alta ou Muito Alta para mais de 62% dos sujeitos, indicando tendência para a elaboração de fantasias. Recorde-se que também Manita (1998) identificou a presença de uma tendência para a fuga no sentido da construção fantasista da realidade. A Estética apresentou-se Baixa ou Muito Baixa para mais de 81% dos sujeitos que, assim, revelaram insensibilidade à beleza. Dos indivíduos, 86,8% apresentou um leque muito limitado de emoções, em virtude de ter exibido a faceta de Sentimentos com valores Baixos ou Muito Baixos. É de lembrar que Queirós (1997b) referiu a presença de negativismo emocional nos indivíduos consumidores de drogas e com práticas delinquentes. A Acções foi uma faceta que apresentou amplitudes Baixa ou Muito Baixa para mais de 66% da amostra, indicando uma adaptação do sujeito à sua rotina. Quase 80% dos sujeitos pontuou Baixo ou Muito Baixo na faceta de Ideias o que, ainda de acordo com Costa e McCrae (2000), pode implicar que o sujeito seja factualmente orientado, não apreciando desafios intelectuais. Aliás, as escalas da Abertura à Experiência revelaram-se associadas às medidas de rendimento escolar e de inteligência (Costa & McCrae, 2000), pelo que a sua baixa cotação poderá relacionar-se com o curto percurso académico destes sujeitos.

As dimensões que apresentaram amplitudes extremamente Baixas para a grande maioria dos sujeitos foram as da Amabilidade, para 86,8%, e da Conscienciosidade, para 77,4%. Em todas as facetas da Amabilidade foram encontrados valores predominantemente Baixos o que, à luz das explicações de Costa e McCrae (2000), indica um funcionamento cínico, céptico e calculista, com tendência a expressar raiva directamente, tratando-se de indivíduos centrados em si próprios, contestadores, arrogantes e narcisistas. Uma Baixa pontuação na Amabilidade é indicadora da tendência para a manifestação de distúrbios da personalidade, entre os quais se encontram as manifestações anti-sociais. Os autores referem, ainda, que uma Baixa Amabilidade pode revelar que a pessoa é hostil, egocêntrica, cínica, rude, pouco

cooperativa, vingativa, irritável, manipuladora e céptica em relação às tendências dos outros.

Já para as facetas da Conscienciosidade, os valores Baixos observados na maioria destes sujeitos são indicadores de um funcionamento típico de indivíduos que se sentem incapazes, desleixados, irresponsáveis, não ambiciosos e prostrados, que desistem perante a frustração, não sendo cautelosos nem planificadores das suas acções (Costa & McCrae, 2000). De um modo geral, os sujeitos com Baixa pontuação para a Conscienciosidade não revelam falta de princípios morais, o que aliás remete para as conclusões de Queirós (1997b) que rejeita a ausência de moralidade entre estes sujeitos. Segundo Costa e McCrae (2000), a Baixa Conscienciosidade reflecte, antes, a menor presença de escrúpulos na aplicação de princípios morais, indicando pessoas menos obstinadas na perseguição dos seus objectivos, negligentes, hedonistas e com reduzida força de vontade. A este propósito podem referir-se algumas conclusões de Manita (1998), que apontaram para uma perda de autonomia e de auto-responsabilização, bem como para uma tendência para a passividade. Essa tendência para a passividade poderá também associar-se aos Baixos valores encontrados para a faceta de Actividade, num registo de ausência de qualquer pressa de realização. De acordo com Manita (1998), a análise à personalidade do grupo de consumidores de drogas com condutas delinquentes foi a que se revelou mais distante da população geral, por comparação com os outros dois grupos de sujeitos, toxicod dependentes e delinquentes, e tendo em conta os padrões normais de resposta dos instrumentos pela investigadora utilizados.

Recordem-se, também, Lynam et al. (2005), que referiram o egocentrismo, a ausência de Acolhimento Caloroso e a tendência para a manipulação interpessoal, como fortemente associados a Baixas amplitudes da Amabilidade e da Conscienciosidade, e a um Alto Neuroticismo. Ora, essas características parecem estar presentes nesta amostra. Acrescente-se que a Auto-disciplina foi uma das facetas com amplitude predominantemente Baixa nestes indivíduos, tal como a Deliberação e a Obediência ao Dever o que, juntamente com as elevadas Impulsividade e Procura de Excitação, parece remeter para um reduzido auto-controlo. Ora, Ribeaud e Eisner (2006) concluíram que o auto-controlo pode constituir um preditor, atravessado pela Impulsividade e pela procura de risco, dos comportamentos delituosos e de consumo de drogas. A reduzida Amabilidade também vai ao encontro do estudo de Wilkowski et al. (2006), que constataram que os indivíduos com Baixa Amabilidade apresentam maiores

dificuldades em se libertarem de estímulos anti-sociais, contrariamente aos que, com Alta Amabilidade, parecem ficar mais focalizados em estímulos pró-sociais. Recorde-se, também, que Agra (2002) definiu os sujeitos em que se instala a formação droga-crime, como aqueles em que se verifica uma busca repetida e permanente de diferentes actos desviantes, numa diversidade comportamental conducente a uma generalidade de condutas descontínuas e interactivas, num registo repetitivo de experiências desviantes que persistem sucessivamente.

Destes resultados pode deduzir-se que a maioria dos indivíduos desta amostra não esboça um padrão específico de traços de personalidade que possa associar-se directamente à co-ocorrência dos dois comportamentos problemáticos como, aliás, também concluiu Manita (1998). Contudo, pode falar-se de um registo global de funcionamento que, neste caso, revelou o predomínio de certas características similares entre os participantes no estudo.

Em suma, em termos de estilo relacional, verificou-se a predominância de um padrão de vinculação Inseguro, de cariz prevalentemente Evitante. Ao nível da personalidade, foram encontradas características muito presentes entre estes sujeitos, num funcionamento francamente marcado por aspectos comuns a um grande número de participantes no estudo, conforme se recapitula de seguida.

Assim, entre as facetas do Neuroticismo, que se apresentou muito elevado ou elevado para mais de 69% dos indivíduos, salientam-se a Hostilidade, muito elevada ou elevada em mais de 90% dos sujeitos; a Depressão, muito elevada ou elevada em mais de 60%; a Auto-consciência, muito baixa ou baixa em mais de 52%; a Impulsividade, muito elevada ou elevada em mais de 94%; e a Vulnerabilidade, muito elevada ou elevada em mais de 83%.

A dimensão Extroversão revelou-se muito baixa em mais de 60 % dos indivíduos e, quanto às respectivas facetas, encontraram-se o Acolhimento Caloroso, muito reduzido ou reduzido em mais de 84%; a Gregariedade, muito reduzida ou reduzida em mais de 60%; a Assertividade, muito reduzida ou reduzida em mais de 58%; a Actividade, muito reduzida ou reduzida em mais de 54%; e a Procura de Excitação, muito elevada ou elevada em mais de 62% dos sujeitos. A dimensão Abertura à Experiência também se apresentou muito reduzida ou reduzida em mais de 64% e entre as correspondentes faceta estão a Fantasia, muito elevada ou elevada em mais de 62%; a Estética, muito

reduzida ou reduzida em mais de 81%; a Sentimentos, muito reduzida ou reduzida em mais de 86%; a Acções, muito reduzida ou reduzida em mais de 66%; e a Ideias, muito reduzida ou reduzida em mais de 79%.

A dimensão Amabilidade revelou-se muito reduzida em mais de 86% dos sujeitos e a maioria das suas facetas também se apresentaram reduzidas para a maior parte dos sujeitos, conforme se pode ver de seguida: a Confiança, muito reduzida ou reduzida para mais de 88%; a Rectidão, muito reduzida para mais de 92%; a Altruísmo, muito reduzida ou reduzida para mais de 86%; a Complacência, muito reduzida ou reduzida para mais de 90%; a Modéstia, muito reduzida ou reduzida para mais de 54%.

Em termos de Conscienciosidade também se verificou que esta dimensão pontuou muito reduzido ou reduzido para mais de 81%, ocorrendo algo semelhante entre as respectivas facetas, em que se encontraram as seguintes similaridades: a Competência, reduzida ou muito reduzida para mais de 79%; a Ordem, muito reduzida ou reduzida para mais de 52%; a Obediência ao Dever, muito reduzida ou reduzida para mais de 92%; a Esforço de Realização, muito reduzida ou reduzida para mais de 64%; a Auto-disciplina, muito reduzida ou reduzida para mais de 73%; e a Deliberação, muito reduzida para mais de 90,6% da amostra.

Estas similaridades encontradas carecem, como já foi referido, da análise interpretativa e conjugada com a vinculação predominante entre estes sujeitos, pelo que se segue a interpretação da forma como o estilo relacional e as características de personalidade se associam, conjugando-se na constituição de um modo global de funcionamento específico.

### **6.2.3. Análise Interpretativa das Relações entre Personalidade e Vinculação**

O funcionamento global dos indivíduos pertencentes a esta amostra reflecte uma associação entre vinculação e personalidade, com a existência de correlações estatisticamente significativas entre os três padrões da primeira e algumas das dimensões e facetas da segunda. Aliás, como foi referido anteriormente, a existência de uma estreita ligação entre personalidade e vinculação tem sido apontada, de forma mais ou menos directa, por diversos autores (Bowlby, 2000; Chotai et al., 2005; Donnellan et al., 2008; Eggert et al., 2007; Kovak, 1994; George & West, 1999; Nakash-Eisikovits et

al., 2002; Shaver & Brennan, 1992; Thompson, 1999; Waters et al., 2002). Além disso, segundo Erez et al. (2008), os estudos têm salientado o impacto negativo dos padrões Inseguros de vinculação, como o Evitante e o Ansioso, sobre o desenvolvimento de comportamentos pró-sociais. A relação entre o desenvolvimento de uma vinculação Insegura e a sedimentação de traços típicos de uma personalidade anti-social também foi, recorde-se, apontada por Levy e Orlans (1999). Estas conclusões não se apresentam estranhas na medida em que, como se referiu na fundamentação teórica deste trabalho, a vinculação conduz à construção e sedimentação dos chamados *working models* que, segundo diversos autores (Bartholomew & Shaver, 1998; Horowitz et al., 1993; Weiss, 1982), são transportados para a vida adulta e, de acordo com tantos outros investigadores (Collins & Allard, 2004; Collins & Read, 1994; Donnellan, Burt, Levendosky & Klump, 2008; Ortiz-Tallo et al., 2006; Scmitt, Pinto, Gomes, Quevedo & Stein, 2006), participam na estruturação e na organização da personalidade.

Em consonância com o que acaba de ser referido, também neste estudo se identificaram correlações estatisticamente significativas, entre os padrões de vinculação e algumas dimensões e facetas da personalidade. Recorde-se, no entanto, que o padrão Seguro apenas foi detectado em menos de 10% da amostra, não se revelando predominante na maioria dos indivíduos. Pelo contrário, os padrões inseguros, em mais de 90% dos sujeitos, foram os que sobressaíram. Nomeadamente, no que toca ao segundo padrão identificado como predominante na amostra, o Ansioso, as facetas Ansiedade, Depressão e Auto-consciência variam no mesmo sentido daquele, tal como sucede com o próprio Neuroticismo e com a faceta Vulnerabilidade, enquanto a Hostilidade varia inversamente à vinculação Ansiosa. Em termos de Extroversão, a vinculação Ansiosa apresenta correlações negativas com a própria dimensão e com duas das suas facetas, Assertividade e Actividade. Também ao nível da Amabilidade foram encontradas correlações positivas, bem como com todas as suas facetas.

Já o padrão Evitante, que se revelou predominante num maior número de participantes no estudo, apresentou correlações com a personalidade ao nível de diversas dimensões e facetas. Assim, a dimensão de personalidade designada por Neuroticismo revelou-se, tal como as respectivas facetas Ansiedade, Depressão e Auto-consciência, correlacionada negativamente com o padrão Evitante de vinculação. Então, a vinculação Evitante variará inversamente às variações observadas em termos de Neuroticismo. Essa relação inversa foi também identificada entre o padrão Evitante de vinculação e a dimensão

Amabilidade, à semelhança do que foi constatado por Fischer (2007). Apenas mais uma faceta, a Fantasia da dimensão Abertura à Experiência, se apresentou negativamente correlacionada com este padrão de vinculação. No que toca à Extroversão, as facetas Assertividade e Actividade apresentaram correlação positiva com a vinculação Evitante. A estas associações encontradas, juntem-se os aspectos referidos aquando da análise à personalidade, como os Altos valores da Hostilidade, da Fantasia, da Impulsividade e da Vulnerabilidade, bem como os Baixos valores encontrados não só para a dimensão Amabilidade e respectivas facetas, mas também para a Conscienciosidade, assim como para as suas seis facetas. A propósito da Baixa amplitude para a Conscienciosidade encontrada em mais de 80% da amostra, é de recordar que, segundo Zuckerman (1993), essa dimensão está negativamente correlacionada com a procura impulsiva não socializada de sensações que, por seu turno, se relaciona com a tendência para a manifestação de determinadas condutas, entre as quais se encontram o crime e o abuso de substâncias.

Assim, pode afirmar-se que, nesta amostra, foram encontradas associações entre os traços de personalidade e os padrões de vinculação predominantes, os Inseguros Evitante e Ansioso, o que remete para Donnellan et al. (2008), que referem a existência de uma interacção entre os aspectos temperamentais e os ligados aos *working models*, no sentido de afectarem o estilo relacional dos indivíduos ao longo da sua vida. Recordem-se outros autores (Bateman & Fonagy, 2003; Brook et al., 2001; Felizardo, 2005; Frodi et al., 2001; Golder, 2006; Golder et al., 2005; Herrenkohl et al., 2006; Levy & Orlans, 1999; Levinson & Fonagy, 2004; Sarkar & Adshead, 2006) cujas análises têm considerado a vinculação, a personalidade ou a ligação entre ambas, para averiguar a respeito da manifestação de comportamentos problemáticos.

Em suma, a amostra em estudo exhibe um predomínio de características reveladoras de um funcionamento relacional indubitavelmente Inseguro e predominantemente Evitante, em que os sujeitos tendem a evitar o estabelecimento e manutenção de relações afectivamente investidas, manifestando a presença de uma sensação de desconforto face à proximidade dos outros, bem como o receio de que os seus parceiros pretendam maior intimidade do que aquela com a qual os indivíduos se sentem confortáveis. Este registo relacional associa-se negativamente a características de personalidade, como Ansiedade, Depressão, Auto-consciência, Neuroticismo, Fantasia, Amabilidade e, também, às seis facetas que lhe correspondem, associando-se, positivamente, a um funcionamento em

que os indivíduos revelam Assertividade e Actividade. Assim, a par de um evitamento de relações interpessoais afectivas, os sujeitos manifestam tendência para um funcionamento cínico, céptico e calculista, tendendo a expressar raiva directamente, sendo indivíduos egocêntricos, contestadores, arrogantes, narcisistas, hostis, irritáveis, vingativos e manipuladores, que se consideram racionais não se deixando comover facilmente, sendo até frios e distantes dos outros, com sentimentos de incompetência, tendência para a descompensação emocional, com ideias irrealistas e desejos e necessidades excessivas, a par de uma desadequação das respostas de *coping*. Acrescente-se a tendência para serem sujeitos pouco escrupulosos na aplicação de princípios morais, pouco obstinados na perseguição de objectivos, hedonistas, despreocupados e negligentes, tendendo para a procura impulsiva de sensações não socializadas, num registo de funcionamento que se pode relacionar, ainda que de forma menos directa, com a manifestação de comportamentos desinibidos de que fazem parte o crime e o consumo de drogas.

Não obstante o traçado do funcionamento global que acaba de ser desenhado, é necessário ter em consideração que a instalação e o desenvolvimento de tais características não serão alheios ao percurso destes indivíduos, cuja história de vida terá tido influência, quer na consolidação dos *working models* associados à vinculação, quer na estruturação da personalidade por esses modelos afectada, quer, ainda, na forma como personalidade e vinculação foram interagindo, estreitamente, no sentido de se desenhar um tal registo específico de funcionamento. Portanto, torna-se imperativa a interpretação dos resultados alcançados pela análise de conteúdo, numa busca de integração contextualizada dos aspectos resultantes das análises à personalidade e à vinculação.

#### **6.2.4. Análise Integrada da História e do Funcionamento Global**

Neste ponto procurar-se-á analisar o percurso narrado pelos indivíduos e, em simultâneo, integrar os resultados obtidos em termos de vinculação e de personalidade. Assim, proceder-se-á à consideração de dois momentos distintos: um primeiro momento em que se apresentarão os comportamentos observados no primeiro contacto com os participantes no estudo, como a Atitude Geral e a Apresentação para, posteriormente, se passar a um segundo momento, com exposição de comportamentos, verbalizações e

ocorrências biográficas relatadas pelos indivíduos, ao longo de toda a entrevista. Em ambos os momentos, apresentar-se-ão, as situações mais comumente registradas no percurso dos sujeitos.

Começando, então, pelo primeiro contacto com os indivíduos, constatou-se que mais de 62% deles manifestou uma Atitude Geral Colaborante. Ainda neste primeiro momento, a Apresentação dos sujeitos foi predominantemente Boa, em mais de 66% da amostra.

No que respeita ao segundo momento a explorar neste ponto do trabalho, considerando os comportamentos que se foram revelando frequentes e persistentes durante o encontro e, simultaneamente, atendendo ao conjunto de histórias narradas pelos indivíduos, verificou-se que se foram desenhando perfis com algumas similaridades. Especificamente, ao longo do encontro com cada um destes sujeitos, mais de 86 % manteve uma Expressão Facial Pobre e um Contacto Ocular Evitante ou Mantido foi revelado em mais de 88% dos sujeitos.

No respeitante aos Movimentos Corporais, mais de metade da amostra apresentou Tremor de Mãos (para 35,9%) ou Agitação (para 22,6%). Quanto aos Aspectos Prosódicos, quer o Tom, quer os Silêncios foram Adequados para mais de metade da amostra. Contudo, o Ritmo revelou-se Lento ou Rápido em mais de 54% dos participantes neste estudo.

No que se refere aos relatos dos indivíduos sobre o seu percurso existencial nos períodos da Infância e da Adolescência, foi possível verificar que perto de metade dos indivíduos relatou, na Infância, uma relação Conflituosa, quando não Inexistente, relativamente ao pai, sendo que, na Adolescência, a percentagem dessas situações se apresentou consideravelmente maior (71,7%). Então, a relação dos participantes no estudo com os respectivos pais revelou-se problemática, sendo predominantemente Inexistente ou Conflituosa desde a Infância, com um claro agravamento de tais relações desde esse período até à Adolescência, o que remete para a cristalização de uma vinculação Insegura. O agravamento da situação, em termos relacionais, também foi sentido no âmbito das relações entre os indivíduos e as respectivas mães. Assim, a relação com a mãe foi descrita como problemática, num registo Distante, Conflituoso ou Inexistente, por 58,5% dos sujeitos durante a sua Infância. No período da Adolescência, o número dessas situações aumentou drasticamente, para uma frequência de 79,2%.

A forma como os sujeitos perceberam a qualidade das suas relações com as figuras parentais poderá associar-se à frágil vinculação subjacente a essas dinâmicas relacionais que, sendo pouco satisfatórias, têm sido identificadas como um dos factores implicados no possível desenvolvimento de certas condutas desviantes. Saliente-se o facto de se ter constatado a maior tendência para a instalação de um padrão Evitante de vinculação entre aqueles que, na adolescência, perceberam a sua relação com os pais como Inexistente. Ora, o modelo de Catalano & Hawkins (1996) refere o desenvolvimento de comportamentos anti-sociais como estando ligado à exposição a determinados factores de risco, resultantes de uma multiplicidade de aspectos de índole biológica, psicológica e social, que são atravessados por diversas esferas de influência, entre as quais se destaca a familiar. Outros teóricos (Hirschi, 2002; Oetting, Donnermeyer & Deffenbacher, 1998) têm enfatizado a qualidade das relações com os pais como um elemento de crucial importância no âmbito da manifestação de certos comportamentos problemáticos. Farrington (1996) também fez referência à qualidade das relações estabelecidas com as figuras parentais, enquanto factores que podem ser inibidores do desenvolvimento de condutas desviantes.

A fragilidade das relações precoces destes sujeitos com as figuras parentais terá, certamente, ligação ao predomínio de padrões de vinculação Inseguros, manifestados em idade adulta, onde os sujeitos tendem a reproduzir o padrão de vinculação primariamente instalado. Isto porque, de acordo com vários autores (Bartholomew & Shaver, 1998; Canavarro, 1999; Collins et al., 2006; Horowitz et al., 1993), a maior ou menor qualidade das relações primárias de vinculação pode fixar modos de funcionamento relacional que tendem a afectar o indivíduo ao longo de toda a sua vida, no sentido da instalação de determinado padrão de vinculação em idade adulta. Acrescente-se a associação entre a solidez dessas primeiras relações e o desenvolvimento da personalidade do indivíduo, também afirmada por diferentes autores (Bowlby, 2000; Mikulincer et al., 1990; Thompson, 1999), e que se liga ao registo de funcionamento global dos sujeitos, a que não é alheia a forma de estabelecimento de relações interpessoais, pautadas, com certeza, pelas Baixas Amabilidade e Conscienciosidade.

Também na escola, as relações estabelecidas acabaram por se revelar de reduzida qualidade para um número considerável de participantes. Na Infância, 71,1% dos sujeitos referiu não ter estabelecido quaisquer relações no contexto escolar, ou ter

sentido uma tendência para o afastamento relativamente a todos quantos estavam ligados à escola. Essa frequência subiu para 92,4% no período da Adolescência. Tal realidade também remete para a forma como a escola foi percebida pelos indivíduos que, na Infância, correspondeu a uma fonte de Desagrado para 77,4% dos casos. Já na Adolescência, 96,2% dos sujeitos percebeu a escola como fonte de Desagrado, num drástico agravamento da situação. A forma como a escola foi percebida terá, com certeza, ligação à escolaridade nitidamente baixa entre os participantes deste estudo, com uma média de 6,49 anos. Neste ponto é de recordar que Valdez et al. (2007) referiram o vínculo em termos educacionais, e também ao nível laboral, como um factor que pode ser considerado mediador do registo comportamental associado à ocorrência droga/delito. Anderson et al. (2007), por sua vez, apontaram a atitude favorável à escola como sendo mais facilmente conseguida, no caso de haver um forte envolvimento da família e dos pares, sendo que tais factores têm particular determinância no período da adolescência. Ainda relativamente à fragilidade do vínculo à escola, sem estabelecimento de relações satisfatórias nesse contexto e com uma percepção do mesmo como sendo fonte de Desagrado, pode fazer-se uma associação ao envolvimento com pares que, não sendo ligados à escola, terão um registo comportamental pouco convencional. Ora, essa ligação a pares que possam ter comportamentos desviantes é apontada por vários autores (Elliott & Menard, 1996; Laird, Pettit, Dodge & Bates, 2005), como um dos factores que podem contribuir para a manifestação de condutas desviantes.

Poderá dizer-se que, quer a forma como foram percebidas as relações primárias com as figuras parentais, quer a maneira como a escola foi percebida, remetem para as debilidades graves existentes no processo de consolidação do laço social referido por Hirschi (2002). Por outro lado, atendendo ao modelo de Catalano e Hawkins (1996), as vivências da infância e da adolescência podem incluir elementos mais ou menos favoráveis ao desenvolvimento de condutas anti-sociais. Recorde-se que os autores apontaram para a importância de actividades e de experiências que afectam o estabelecimento de um vínculo e de uma situação de compromisso, no sentido da pró ou da anti-socialidade. Vários autores (Becoña, 2002; Catalano & Hawkins, 1996; Catalano et al., 2004; Farrington, 1996; Hawkins et al., 1999; Oetting & Donnermeyer, 1998; Oetting, Donnermeyer & Deffenbacher, 1998) referiram as instâncias de socialização, nomeadamente a família e/ou a escola, como elementos de importância central sobre o

possível envolvimento do indivíduo em condutas problemáticas como, por exemplo, o consumo de drogas.

Ainda a respeito da História Desenvolvidora, acrescenta-se o estilo educativo que, durante a Infância, foi percebido como tendo sido Negligente por mais de metade dos participantes, sendo que essa percentagem passou para mais de 60% no período da Adolescência. Quer na Infância, quer na Adolescência, mais de 30% dos sujeitos percebeu ter sido alvo de um estilo educativo Autoritário. O estilo Permissivo foi percebido apenas por 9% dos participantes quando se referiram ao período da Infância e, por 6%, ao apontarem a fase da Adolescência. Assim, estes indivíduos não terão sido objecto de supervisão e de orientação por parte das figuras cuidadoras, havendo mesmo um clima de conflitualidade e negligência no seio familiar. Ora, esse é um dos elementos que, de acordo com vários autores (Catalano & Hawkins, 1996; Guo et al., 2002; Herrenkohl et al., 2006; Hirschi, 2002; Wikstrom & Sampson, 2003), pode contribuir para o possível desenvolvimento de comportamentos desviantes, como o consumo de drogas e a prática de condutas delinquentes.

Assim, pode dizer-se que, provavelmente, uma tão ténue relação com os pais, tal como com a escola, certamente não será alheia ao desenvolvimento de padrões de vinculação que, já em idade adulta, se revelaram Inseguros, não sendo, também estes últimos, alheios à progressiva construção de uma personalidade que estará implicada, ainda que parcialmente, no envolvimento dos sujeitos em comportamentos adictivos e anti-sociais. Poder-se-á mesmo interpretar que estes indivíduos terão crescido sem se perceberem como alvo de cuidado, de atenção, de supervisão e de investimento afectivo, o que constitui uma constelação de aspectos que, segundo vários autores (Becoña, 1999; Catalano & Hawkins, 1996; Cernkovich e Giordano, 1987; Hirschi, 2002; Oetting, Donnermeyer & Deffenbacher, 1998; McCrystal et al., 2007; Thornberry, 1996) se associam à forma como família e escola são implicadas no futuro comportamento dos sujeitos. No caso desta amostra, em idade adulta, acabaram por se revelar certas características de funcionamento, como as baixas amplitudes encontradas para a Amabilidade e para a Conscienciosidade, a par de uma vinculação predominantemente Evitante, num registo que parece reproduzir o estilo relacional de que terão sido alvo desde tenra idade.

Quanto à Situação Familiar, mais de metade dos participantes referiu a vivência de situações problemáticas. Entre esses problemas, foi referido o envolvimento de pelo menos um dos progenitores no consumo de álcool e/ou drogas ilegais, bem como o facto dos sujeitos terem sido vítimas de maus-tratos ou de terem sido retirados, judicialmente, à família de origem. Assim, o próprio clima familiar poderá ter gerado a percepção de oportunidades para a manifestação de condutas anti-sociais, oportunidades essas que terão encontrado terreno fértil na reduzida supervisão por parte dos pais. De facto, segundo Catalano & Hawkins (1996), as oportunidades percebidas, como pró ou anti-sociais, ligam-se ao envolvimento em actividades pró ou anti-sociais. Estas últimas, por sua vez, têm impacte no possível estabelecimento de um vínculo e de uma situação de compromisso, no sentido pró ou anti-social, tendo também influência na percepção dos reforços decorrentes desses comportamentos. Esse vínculo ou compromisso, entretanto estabelecido, acaba por se reflectir nas crenças interiorizadas e desenvolvidas no indivíduo que, consoante o padrão pró ou anti-social, poderá vir a manifestar condutas com ou com outro carácter.

Acrescente-se que os resultados obtidos em relação à Situação Familiar remetem, também, para os modelos parentais cuja influência no indivíduo foi referida por autores como Benavente (2002), sendo associados ao desenvolvimento de problemas comportamentais como o consumo de drogas ou as práticas violentas, por várias análises (Brook et al., 2001; Brook et al., 2000; Catalano et al., 1999; Drapela & Mosher, 2007; Kosterman et al., 2000; Simons et al., 2007). Repare-se que, na Infância como na Adolescência, a situação não Normal que mais frequentemente apareceu foi a do grupo de filhos de Pais Toxicodependentes.

Passando agora para a Trajectória Desviante dos sujeitos, verificou-se que mais de 41% deles apresentou um percurso de iniciação nas drogas com posterior passagem à prática delituosa. A frequência deste grupo foi seguida pela do grupo em que o delito antecedeu o consumo de drogas, situação que se verificou em 34% dos sujeitos. Assim, se é um facto que a antecedência do consumo de drogas se revelou mais frequente nesta amostra, também é verdade que um número considerável de indivíduos começou por praticar actos anti-sociais muito precocemente e, já no contexto da prática delituosa, acabou por se envolver no consumo de substâncias, num registo que, segundo vários autores (Chaiken & Chaiken, 1990; Parent & Brochu, 1999), é bastante frequente. Saliente-se que a forma como os participantes no estudo acabaram por se envolver nos

dois comportamentos problemáticos, em que se verificou a antecedência de um relativamente ao outro, ou a co-ocorrência de ambos, conduz à ideia de vários autores (Agra, 2002; Brochu, 2006; Manita et al., 1997; Torres & Gomes, 2005) que referiram uma estreita ligação entre as duas condutas sem que se possa apontar uma relação de causalidade, sendo que tanto uma pode anteceder a outra, como ambas se podem conjugar num registo de reciprocidade.

É de referir que cerca de 24% dos participantes não conseguiu definir claramente qual dos dois comportamentos terá ocorrido mais precocemente. A esse propósito, recordem-se os estados de Formação Droga/Crime definidos por Agra (2002), num registo inicial de aproximação dos dois comportamentos, que vão interagindo no sentido da consolidação de um estilo de vida sedimentado em torno das duas condutas, que tendem a convergir para uma circularidade fechada e de mútua integração e, repare-se, no sentido de uma progressiva indiferenciação entre os dois comportamentos, que se alternam já sem finalidades concretas.

No entanto, e apesar destes resultados, a verdade é que mais de 71% dos sujeitos referiu a prática de comportamentos anti-sociais, como fugas de casa e da escola ou desvio de dinheiro aos pais, desde muito cedo. Assim, pode afirmar-se que, para a maioria destes sujeitos, a anti-socialidade terá estado presente desde a infância. A manifestação muito precoce de anti-socialidade terá, certamente, associação aos baixos níveis de supervisão e de orientação por parte das figuras parentais, bem como à existência de condutas problemáticas modeladas no seio da família de origem dos sujeitos. Assim, em termos dos constrangimentos internos informais apontados por Catalano e Hawkins (1996), pode dizer-se que não terão sido nem suficientes, nem eficazes, não se tendo verificado uma clara definição e observância de regras, nem um acompanhamento caracterizado por supervisão e disciplina, com vista à interiorização de normas. Ora, de acordo com aqueles autores, tais lacunas constituem factores que contribuem para o desenvolvimento de um estilo comportamental anti-social. De facto, desde muito cedo, esse registo comportamental esteve presente em indivíduos que, na perspectiva de Hirschi (2002), poderiam até acreditar nos valores convencionais, não tendo, no entanto, um grau suficientemente consistente de consolidação do laço social.

Quanto à Idade do 1º Delito, mais de 50% dos sujeitos referiu ter-se iniciado antes dos 16 anos e mais de 90% referiu esse início até aos 21 anos, sendo que mais de 96%

apontou a Idade do 1º Consumo como estando, também, incluída nesse intervalos de idades. Estes últimos resultados parecem convergir com algumas análises desenvolvidas no âmbito do consumo de drogas. Assim, segundo Kandel e Logan (1984), o período de maior risco para o início do consumo de drogas termina, precisamente, pelos 20 anos de idade. Ainda em relação à subcategoria Idade do 1º Delito, a idade em que mais indivíduos se iniciaram no delito foi entre os 16 e os 21 anos (37,7%) logo seguida do intervalo de idades dos 10 aos 15 anos (32,1%).

Reparando nos Motivos do 1º Delito, mais de metade da amostra não se referiu à necessidade de obtenção de meios económicos para manter os consumos, apontando antes para motivos Meramente Aquisitivos (49,1%) ou para a inexistência de uma explicação para a ocorrência (15,1%). Estes resultados não convergem com os obtidos por Johnson (2004), muito embora essa divergência possa ter alguma relação com a amostra daquele estudo que, ao contrário desta, se constituiu apenas de elementos do sexo feminino.

Acrescente-se que, para mais de metade dos participantes, o Contexto do 1º Delito foi em companhia do Grupo de Pares e, o Contexto do 1º Consumo foi, também, o Grupo de Pares para cerca de 77% dos sujeitos. É certo que no percurso destes indivíduos podem identificar-se certas condições que, como já foi referido, se associam a um processo de socialização que terá falhado no estabelecimento de laços sociais suficientemente consistentes. Acontece que esse processo de socialização também se desenvolveu sob influência do grupo de pares, e esse impacte dos pares sobre as possíveis manifestações comportamentais do indivíduo tem sido, também, referido como importante por vários autores (Becoña, 2002; Catalano & Hawkins, 1996; Guo et al., 2002; Kandel, 1985; Oxford et al., 2001).

O Tipo do 1º Delito foi, para 77,4% da amostra, o Furto. Quanto à Tipologia de Delitos entretanto praticados ao longo do percurso destes sujeitos, o conjunto mais frequente, em 37,7% dos participantes, foi Furto, Roubo e Tráfico de Drogas. Repare-se que a maioria dos sujeitos acabou por se envolver em diversos comportamentos delituosos, a par do consumo de drogas, numa vertente que aponta para a ideia de Agra (2002) a respeito da circularidade das duas condutas, num registo de sucessão quase imparável de comportamentos desviantes. Ao longo dos trajectos desviantes destes indivíduos, o Furto foi a prática mais frequentemente executada, para 86,8%, seguida do Roubo em

73,6% dos participantes e, logo a seguir, apresentou-se o Tráfico de Drogas, praticado por 67,9%. Apenas 18,9% dos participantes revelou não ter tido qualquer problema de cariz jurídico-legal, até à data da entrevista. Contudo, 41,5% apresentava, aquando da entrevista, Processos em Curso, e 77,4% dos sujeitos já havia sofrido pelo menos uma Detenção, além de que 16,9% já tinha cumprido pelo menos uma Pena de Prisão.

A Substância de Iniciação foi, para quase metade dos participantes (47,2%), o Haxixe, logo seguido do Álcool para 43,4%. Estes resultados remetem para as conclusões de várias análises (Kandel, 1975; 1985; Kandel et al., 1992; Kandel & Yamaguchi, 1993; Kandel & Chen, 2000) a respeito do papel das substâncias legais e de algumas das ilegais, como trampolim para o posterior abuso de uma série de outras drogas ilícitas. Acrescenta-se que todos os participantes deste estudo acabaram por consumir regularmente duas ou mais substâncias, sendo que mais de 80% dos sujeitos juntou estimulantes a depressores, num registo de dependência cruzada, como tem sido referido por vários autores (Leri et al., 2003; Mack, Franklin Jr. & Francês, 2003; Seibel & Toscano Jr., 2001; Schuckit, 1998).

No que respeita à Idade do 1º Consumo, a que mais frequentemente se encontrou nesta amostra foi entre os 10 e os 15 anos (62,3%). No geral, as substâncias mais frequentemente consumidas entre os sujeitos deste estudo foram: o Haxixe, por 86,8%, logo seguido da Heroína e da Cocaína, a que se seguiu o Álcool. Dos consumos de múltiplas substâncias a que estes sujeitos recorreram regularmente, destaquem-se os grupos mais frequentemente consumidos: Álcool, Haxixe, Heroína e Cocaína; Álcool, Haxixe, Heroína, Cocaína e Drogas Sintéticas, seguidos do conjunto de Haxixe, Heroína e Cocaína, consumido por 17%. Atente-se ao policonsumo de drogas em todos os participantes do estudo, constatando-se, assim, a ideia de vários autores (Becoña & Vázquez, 2001; Mack, Franklin & Francês, 2003; Schuckit, 1998; Seibel & Toscano Jr., 2001) a respeito desta configuração do consumo de drogas.

A grande maioria dos participantes (79,2%) apresentou um período de consumos superior aos 16 anos, em que 56,6% evidenciou uma percepção desse período inferior ao realmente verificado. Estes indivíduos, geralmente, exibiram uma tendência para contar os anos de consumo apenas a partir da data em que começaram a sentir, mais gravosamente, os problemas decorrentes dos seus comportamentos adictivos. Outros desses sujeitos pareceram apresentar uma clara tendência no sentido de ignorar o

consumo de álcool como um problema, referindo-se apenas aos consumos de drogas ilegais como sendo problemáticos. Assim, a Percepção do Período de Consumos revelou-se Inferior à Real em mais de 56% dos sujeitos.

No que se refere à Análise Prospectiva, constatou-se que apenas quatro indivíduos (7,5%) foram capazes de transmitir a existência de Projectos de Vida. Contudo, desses quatro, apenas um (1,9%) foi capaz de estabelecer claramente Objectivos Definidos a médio/curto prazo, bem como Estratégias de Acção que lhe possibilitassem alcançar a concretização, quer dos objectivos, quer dos projectos para o futuro. Nesta categoria está bem presente o que Agra (2002) referiu sobre a Formação Droga/Crime, que acaba por assumir uma existência própria, em que o sujeito vai sendo dominado, num registo de desvanecimento da própria existência. Nesse processo, segundo o mesmo autor, verifica-se a obediência a certos princípios que são aqui identificados. O princípio do não investimento ocorre por um progressivo desinvestimento, relativamente à definição e concretização de objectivos e de planos de vida. O princípio da instabilidade encontra-se, também, espelhado por estes sujeitos que se relacionam com a vida de forma oscilante, inconsistente e mediante um registo instrumental que serve apenas a manutenção do seu estilo de vida, em relação ao qual o indivíduo parece ter-se tornado prisioneiro. Agra (2002) referiu mesmo um consumo da própria personalidade, dos comportamentos e dos planos de vida que, simplesmente, se desvanecem. Tudo isto resulta, também, da presença do princípio da unifinalidade, em que o sujeito foi abandonando todos os fins que, eventualmente, pudesse ter reservado para a sua vida para, de forma progressivamente fechada, se ver circunscrito ao registo comportamental droga/delito. Finalmente, o princípio da evolução fechada ou do envolvimento aponta para a não concretização do pleno desenvolvimento do sujeito, verificando-se, antes, o retrocesso em termos das potencialidades do indivíduo. É um processo de envolvimento e não de desenvolvimento, como enfatizou o autor, num regime que, em crescendo, vai formando um ciclo fechado e, por consequência, incapaz de reter outras finalidades que não as próprias acções em si. Desta forma, o funcionamento do sujeito não apresenta espaço para uma projecção no futuro.

Ao longo dos trajectos edificados pelos participantes do estudo, podem encontrar-se outros aspectos referidos por Agra (2002), como a persistente e constante busca de diferentes comportamentos desviantes, numa diversidade de condutas que interagem entre si no sentido da perpétua repetição das experiências desviantes da adolescência,

que persistem e se reproduzem imparavelmente. Essa associação dos dois comportamentos, ainda de acordo com aquele autor, não se produz por acidente mas, por outro lado, também não obedece a uma sequência determinada de ocorrências, sendo antes um processo evolutivo de um registo comportamental específico. Os dois comportamentos vão convergindo interactivamente numa circularidade progressivamente mais apertada, que, de acordo com Agra (2002), não deixa qualquer réstia para outros investimentos que não os que se prendem com as práticas desviantes, as quais subsidiam e são subsidiadas por um registo comportamental de desvio geral.

\*\*\*

Após apurar e interpretar os resultados obtidos, é de todo pertinente referir que as conclusões que daqui se podem retirar não são passíveis de qualquer generalização, na medida em que a amostra, pelo seu tamanho, está longe de ser representativa da população em causa. Acrescentem-se as limitações inerentes ao facto de se tratar de uma pesquisa baseada no auto-relato, com cariz retrospectivo e transversal, cujos dados foram recolhidos num só momento com cada indivíduo, resultando na obtenção de indicadores de personalidade e de vinculação, bem como das percepções dos sujeitos a respeito da sua história, apenas naquele momento. Entre os obstáculos, saliente-se a dificuldade em encontrar indivíduos que, com estes percursos, acessem à ideia de se expor, nomeadamente no que se refere às suas práticas delituosas, sobretudo devido à presença do gravador áudio que, em certas situações, se revelou um ruído comunicacional. Também se apresentou difícil e, por vezes, impossível, manter a conversação até ao final, na medida em que alguns sujeitos, apresentando reduzida capacidade de resistência e de perseverança, acabavam por desistir, pelo que se impôs a necessidade de se excluírem os indivíduos cuja recolha de dados não tivesse sido completa.

Assim, é chegado o momento de apresentar as conclusões deste trabalho, tendo em consideração o que acaba de ser exposto.

## CONCLUSÃO

No início deste estudo foram colocadas algumas questões às quais urge responder, pelo que passam a ser recordadas:

- i) Encontrar-se-á um registo típico de funcionamento global, contextualizado num determinado tipo de percurso existencial, entre indivíduos consumidores de substâncias e com condutas anti-sociais?
- ii) Embora se trate de um grupo heterogéneo, encontrar-se-ão similaridades ao nível de algumas dimensões da personalidade entre indivíduos consumidores de substâncias e com comportamentos anti-sociais?
- iii) Verificar-se-á a existência de um padrão de vinculação predominante entre os sujeitos consumidores de substâncias e com condutas anti-sociais?

Assim, sem mais delongas, passam a apresentar-se as conclusões do estudo, procurando dar resposta às questões centrais de investigação anteriormente apresentadas. Começar-se-á pela terceira e última questão, relativa à eventual existência de um padrão de vinculação predominante entre estes sujeitos. Efectivamente, foram identificados dois padrões de vinculação muito frequentes, o Evitante e o Ansioso, ambos Inseguros, abarcando, no seu conjunto, a quase totalidade da amostra. Para além do reconhecimento de um registo relacional Inseguro, foi possível identificar um padrão como prevalecente entre muitos dos participantes no estudo. Assim, entre os dois padrões mais frequentes, o que se revelou predominante em mais de metade da amostra foi o Evitante. Portanto, pode afirmar-se a existência de um padrão vinculação indubitavelmente Inseguro e predominantemente Evitante, entre um grande número de sujeitos consumidores de drogas e com condutas delinquentes, pertencentes a esta amostra.

No que respeita à segunda questão de investigação, referente às possíveis similaridades em termos de personalidade, foi possível identificá-las, quer ao nível das cinco grandes

dimensões, nas quais se reconheceu elevado Neuroticismo e reduzidas Extroversão, Abertura à Experiência, Amabilidade e Conscienciosidade, quer em termos de várias das facetas correspondentes a cada uma daquelas dimensões ou domínios. Entre essas similaridades, destaquem-se as dimensões Amabilidade e Conscienciosidade, particularmente baixas na quase totalidade dos sujeitos, bem como as respectivas facetas, todas igualmente reduzidas no perfil de personalidade da maioria destes indivíduos. Na verdade, foi possível reconhecer uma persistente tendência para a manifestação de determinadas características muito comuns nesta amostra, tais como:

Elevado Neuroticismo acompanhado de elevadas Hostilidade, Depressão, Vulnerabilidade e Impulsividade, mas com reduzida Auto-consciência;

Reduzida Extroversão, abarcando reduzida expressão de Gregariedade, Actividade, Assertividade e Acolhimento Caloroso, a par de uma elevada Procura de Excitação;

Reduzida Abertura à Experiência, incluindo elevada expressão de Fantasia e reduzidas Estética, Sentimentos, Acções e Ideias;

Reduzida Amabilidade, acompanhada de reduzidas Confiança, Rectidão, Altruísmo, Modéstia, Complacência e Sensibilidade;

Reduzida Conscienciosidade, integrando reduzidas Competência, Ordem, Obediência ao Dever, Esforço de Realização, Auto-disciplina e Deliberação.

Por último, relativamente à primeira e mais abrangente questão, foi possível reconhecer a existência de um registo global de funcionamento típico e muito comum nesta amostra, com uma Vinculação Insegura e predominantemente Evitante, em que se constatou a preponderância das dimensões e facetas de personalidade já apresentadas, algumas das quais correlacionadas com a vinculação Evitante, a par de diversas regularidades biográficas. Efectivamente, o percurso desenvolvimental dos sujeitos foi vivido com um acentuado comprometimento do seu processo de socialização. A história destes indivíduos apresentou-se algo semelhante, na medida em que se constatou uma prevalência de certas situações, como as relações problemáticas com as figuras parentais, a ausência muito generalizada de relações satisfatórias na escola que, saliente-se, foi identificada como fonte de desagrado por muitos destes indivíduos, os quais se perceberam como alvo de um estilo educativo frequentemente negligente, vivido

num ambiente familiar caracterizado por situações muito problemáticas para todos os sujeitos.

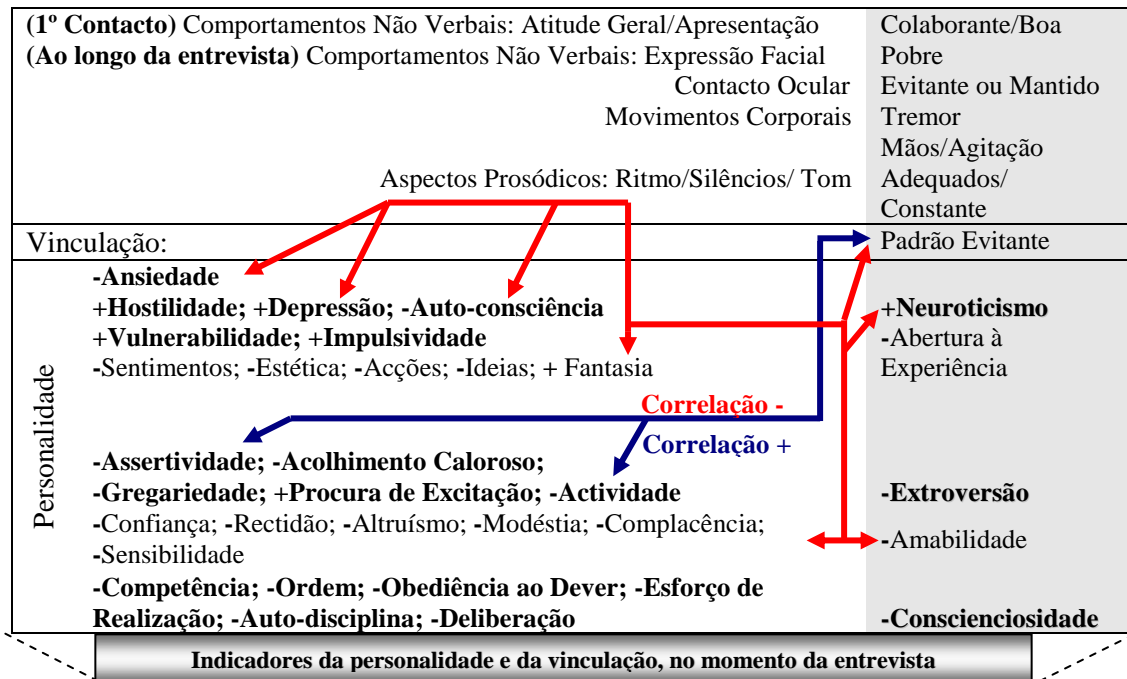
No que respeita aos objectivos previamente definidos para este trabalho, pode afirmar-se a existência de aspectos tácitos que, sendo comuns à maioria dos sujeitos, estarão subjacentes à manifestação dos seus comportamentos problemáticos. É de lembrar que, sendo um estudo essencialmente compreensivo, não são estabelecidas relação causais entre tais aspectos ou ocorrências e a adopção destas condutas. Contudo, foram identificadas regularidades biográficas entre estes indivíduos que estarão, conjuntamente com o registo de vinculação e de personalidade, subjacentemente implicadas no processo de instalação e desenvolvimento dos dois comportamentos aqui abordados. Fala-se de percursos existenciais em que predominaram as relações conflituosas ou percebidas como inexistentes, relativamente às figuras parentais, a par da percepção de um estilo educativo predominantemente negligente, vivido num contexto familiar problemático e altamente comprometedor do processo de socialização, em que se destacou o número de indivíduos com graves e múltiplos problemas familiares desde tenra idade e ao longo de todo o seu desenvolvimento, nomeadamente, aqueles que constituíram o grupo dos filhos de pais toxicodependentes. Esses percursos de desenvolvimento terão sido igualmente marcados pela vivência da escola, outra instância socializadora de primordial importância, percebida com desagrado e na qual também não se verificou o estabelecimento de relações satisfatórias, havendo uma percepção muito frequente de inexistência de relações naquele contexto.

A ausência de ressonância afectiva inerente às primeiras relações parece ter sido transportada ao longo da vida dos sujeitos que, em idade adulta, evidenciaram a reprodução de um tal registo interaccional através do padrão Evitante de vinculação. O desenvolvimento de modos de funcionamento subsidiados pela ausência de investimento afectivo nas sucessivas relações, terá contribuído para que se desenhasse uma personalidade com as similaridades já aqui apontadas e que, aliás, denunciaram a existência de correlações com a vinculação Insegura típica desta amostra. Em termos da trajectória desviante, também se identificaram algumas regularidades que terão tido influência no trajecto futuro e, concomitantemente, terão resultado, pelo menos parcialmente, do trajecto anteriormente percorrido. Na verdade, um grande número de sujeitos evidenciou uma prévia iniciação nas drogas com o posterior desenvolvimento de práticas criminosas sem, contudo, atribuir à necessidade de consumos a adopção

desses comportamentos delinquentes. Pelo contrário, a resposta mais frequente foi a de que a prática delituosa se deveu a fins aquisitivos mas sem relação com a aquisição de drogas. Saliente-se que a maior parte dos sujeitos referiu ter desenvolvido comportamentos anti-sociais, não necessariamente criminosos, desde muito cedo, logo durante a infância. A idade mais frequente de iniciação no delito foi entre os 16 e os 21 anos e, relativamente ao consumo de drogas, a idade mais frequentemente apontada oscilou entre os 10 e os 15 anos, sendo que a maioria dos participantes no estudo apresentou um período total de consumos superior aos 16 anos e, saliente-se, tendo-se iniciado predominantemente com haxixe e/ou álcool, todos os sujeitos acabaram por enveredar por um registo de policonsumo de substâncias.

Muito revelador é o funcionamento global que, nestes sujeitos, sendo pautado pelas características acabadas de expor, terá resultado num registo de total ausência de projectos de vida, bem como de objectivos definidos a curto/médio prazo e de estratégias de acção com vista à concretização de objectivos e de projectos, num absoluto vazio em termos de projecção no futuro.

Assim, tendo em consideração as respostas encontradas e os objectivos alcançados, é agora possível esquematizar o biograma correspondente ao ideal-tipo deste registo de funcionamento, atendendo às principais regularidades biográficas, bem como ao padrão de vinculação predominante e, também, às similaridades registadas em termos de personalidade, aquando da condução da entrevista. Veja-se, na figura 6.6., a apresentação esquemática do biograma representativo do ideal-tipo encontrado.



Eixo Cronológico (anos)							
5	10	15	20	25	30	35	40
Relação com Pai/Relação com Mãe							
Inexistente, conflituosa							
Negligente							
Percepção do Estilo Educativo							
Relação na Escola							
Inexistentes ou de Afastamento							
Desagrado	(Abandono escolar, geralmente, antes do 7º ano de escolaridade)						
Percepção da Escola							
Situação Familiar							
Pais Toxicodependentes							
Presente							
Anti-socialidade Precoce							
Ordem Droga/Delito							
	Droga Antecede Delito, Delito Antecede Droga						
	Furto	Haxixe Álcool	(Delito: Motivos Meramente Aquisitivos. Delito e Consumo: Com Grupo de Pares)				
Idade do 1º Delito / Idade do 1º Consumo							
Delitos Cometidos (mais frequentemente)							
Furto, Roubo, Tráfico de Drogas							
(Desemprego de longa duração)							
Situação laboral							
Substâncias mais Consumidas							
Haxixe, Heroína, Cocaína, Álcool (policonsumo)							
Detenções, Processo em Curso							
Problemas com a Justiça (mais frequentes)							
Análise Prospectiva							
Projectos de Vida/Objectivos Definidos/Estratégias de Acção						Ausência	

Figura 6.6. Biograma representativo do Ideal-tipo.

De um modo geral, pode referir-se um processo de socialização repleto de particularidades favorecedoras do desenvolvimento de condutas problemáticas. A infância decorreu de forma pouco regrada, sem supervisão nem investimento por parte das figuras parentais, com quem os indivíduos apresentaram, desde muito cedo, relações distantes, conflituosas ou até percebidas como inexistentes. A escola, predominantemente percebida como fonte de desagrado, também parece não ter propiciado contexto para o estabelecimento de relações satisfatórias, verificando-se o afastamento, mais ou menos progressivo, até ao abandono precoce do sistema de ensino. É de recordar que, entre as características desta amostra, sobressai a baixa escolaridade da grande maioria dos sujeitos.

Na adolescência, as relações com as figuras parentais agravaram-se, verificando-se, quer nesse período, quer na infância, a presença marcada de problemas familiares. Assim, pode afirmar-se que o desenvolvimento destes indivíduos se pautou, desde logo, pela deficitária qualidade dessas relações primárias, bem como por um registo de não adaptação à escola, não investida em termos relacionais, a que se junta o facto dos cuidadores parecerem ter modelado comportamentos problemáticos, como o consumo de drogas. É também visível a precocidade das práticas anti-sociais que, num registo exponencial, se foram tornando progressivamente mais graves, a par dos consumos de drogas cada vez mais pesados, verificando-se, no geral, vários contactos com o sistema de justiça.

Ao que parece, haverá nesta amostra uma tendência no sentido do evitamento da aproximação dos outros, com manifestação de dificuldade em confiar e em depender afectivamente de alguém. Nestes indivíduos, parece evidente o reduzido interesse, senão a incapacidade, em estabelecer relações interpessoais satisfatórias e duradouras, a que se junta o egocentrismo revelado como uma das suas características de personalidade. Além disso, estes sujeitos revelaram-se, pelas suas características predominantes, irritáveis, frustráveis, zangados, sem esperança, tristes, evidenciando reduzida perturbação face a situações sociais, o que não indica, necessariamente, a presença de boas aptidões a esse nível, com incapacidade de resistir a tentações, num registo de baixa resistência às frustrações, como indica a alta Impulsividade e, como é também ilustrado pela elevada Vulnerabilidade, com uma incapacidade de lidar com tensões e com facilidade em manifestar irritação, tornando-se facilmente dependentes. Assim, os seus desejos carecem de gratificação, tão prontamente quanto possível, num registo que

se coaduna com o facto de terem evidenciado um funcionamento narcisista e hedonista, a que se junta o facto de não terem passado por um processo de socialização em que lhes fosse transmitida e cultivada a necessidade de adiar gratificações em prol de objectivos de mais longo prazo. Pode dizer-se que são indivíduos que, com reduzida Extroversão, manifestam necessidade de estimulação e dificuldade em expressar alegria, sendo distantes, solitários, exibicionistas, apreciadores de estímulos e de riscos, sem pressa na realização de actividades, nem capacidade para assumir compromissos, quer ao nível relacional, quer em termos ocupacionais. São, geralmente, apreciadores do risco e necessitados de estimulação, tendencialmente solitários, até porque dificilmente se ligam afectivamente a alguém, desenvolvendo antes relações de cariz meramente instrumental e circunstancial, como é indicado pelo seu padrão Evitante de vinculação. No entanto, a instrumentalidade com que os sujeitos parecem reger a sua vida apenas é aplicada à manutenção das condutas delituosas e de consumo de drogas, que parecem alimentar-se mutuamente em regime de retroacção cumulativa, não permitindo qualquer outro desenvolvimento ao indivíduo que, entretanto, abandonou todas as restantes áreas de vida.

Em termos da dimensão Abertura à Experiência, estes sujeitos evidenciam tendência para a elaboração de fantasias, tendo um leque limitado de emoções, com um perfil pragmático, dogmático e conformista. No respeitante à Amabilidade, pode dizer-se que serão pessoas que revelam cinismo, sendo calculistas, auto-centradas, contestadoras, arrogantes, narcisistas e racionais. Considerando a dimensão Conscienciosidade, estes sujeitos caracterizam-se essencialmente por serem desleixados, irresponsáveis, não ambiciosos, pouco resistentes à frustração e com sentimentos de incapacidade. De um modo geral, são pessoas que não manifestam falta de princípios morais, mas antes uma menor presença de escrúpulos na aplicação daqueles, sendo pouco obstinados na perseguição dos seus objectivos, negligentes, hedonistas e com reduzida força de vontade.

Este registo de funcionamento global poderá ter contribuído para a forma como estes indivíduos foram edificando a sua história que, por outro lado, apresenta aspectos e ocorrências precoces que parecem ter concorrido, também, para o desenvolvimento e instalação das características que pautam o próprio funcionamento actual. Todo o percurso de edificação da própria história pareceu, aliás, processar-se sem qualquer vínculo e sem qualquer tentativa de planeamento, mas antes ao sabor do dia-a-dia e das

oportunidades que, eventualmente, fossem surgindo. Pode dizer-se que estes sujeitos passaram por um desenvolvimento perturbado que parece ter potenciado um funcionamento favorecedor do seu ingresso progressivo e exponencialmente crescente no mundo do desvio, sendo que a convergência e interacção dessas condutas desviantes, também cada vez mais estreita, intensificou um tal modo de funcionamento.

Trata-se de um registo de mútua influência que culmina com a extinção do indivíduo enquanto ser social, com incapacidade de dar e de receber afectos, bem como de investir em si próprio e nos outros. Esses desinvestimentos em si e nos afectos terão começado a perecer à nascença, seguindo-se-lhe o trajecto conducente ao perecimento do próprio indivíduo na sua globalidade, que se extinguiu para dar lugar à voragem dos dois comportamentos que se sedimentam mutuamente, sustentando e exacerbando um modo de funcionamento global que se encetou precocemente para ser subsidiário e subsidiado por um registo comportamental capaz de exaurir a pessoa.

\*\*\*

As características de funcionamento global evidenciadas por estes indivíduos foram sendo cristalizadas com a forma como decorreram os seus percursos e vivências, desde a mais tenra idade. A vinculação revelou-se um aspecto nevrálgico na medida em que, desde cedo, terá contribuído fortemente para a instalação dos *working models* que participaram estreitamente na sedimentação da estrutura e da organização da personalidade, numa perene dinâmica interactiva que produz e resulta, também, das vivências experimentadas ao longo do percurso existencial destes indivíduos. Portanto, urge atender à multiplicidade de aspectos que pautam o desenvolvimento de crianças e jovens. Nomeadamente, em termos de prevenção primária e secundária, há necessidade de ultrapassar as medidas pontuais e focalizadas apenas em alguns factores, impondo-se uma abrangência a todos os aspectos implicados e, concomitantemente, uma visão de profundidade sobre a forma de trabalhar cada um deles. Por outro lado, em termos de prevenção terciária, o acesso a estes sujeitos carece de uma abordagem compreensiva, de índole fenomenológica, que atenda não apenas aos aspectos objectivamente observáveis e mensuráveis mas, principalmente, à realidade subjectiva de cada um, numa perspectiva de resgate da vontade e da motivação do indivíduo no sentido de se reconstruir.

A todos os níveis de prevenção e de intervenção, tal como em estudos a desenvolver sobre esta população, seria pertinente uma maior atenção à vinculação, ponto de intermediação das relações do indivíduo com o mundo e nó de desenvolvimento de um modo específico de funcionamento global, como aspecto a considerar entre estes indivíduos com uma clara ausência de ressonância afectiva no âmbito das suas interacções, com os outros e com eles próprios. Afinal, “A vida afectiva, tal como a vida intelectual, é uma adaptação contínua, e as duas não são só paralelas como interdependentes, uma vez que os sentimentos expressam o interesse e o valor dado às acções das quais a inteligência fornece a estrutura...” (Piaget, citado por Symington & Symington, 1999, p. 102).



## BIBLIOGRAFIA

- Abreu, M. V. (2002). A complexidade bio-psico-sócio-axiológica da personalidade humana: Contributos para uma teoria integradora. *Psychologica*, 30, 41-55.
- Adler, F., Mueller, G. & Laufer, W. (2004). *Criminology and the criminal justice system* (5ª Ed.). New York: McGraw Hill.
- Agnew, R. (1992). Foundation for a general strain theory of crime and delinquency. *Criminology*, 30 (1), 47-87.
- Agnew, R. (1999). The contribution of social-psychological strain theory to the explanation of crime and delinquency. In F. Adler & W. Laufer (Eds.), *The legacy of anomie theory: advances in criminological theory* (pp. 113-138). New Jersey: Transaction Publishers.
- Agnew, R., Brezina, T., Wright, J. & Cullen, F. (2002). Strain, personality traits, and delinquency: extending general strain theory. *Criminology*, 40 (1), 43-71.
- Agra, C. (1990). Sujet autopoïétique et transgression. In Mardaga, P. (Ed.), *Acteur social et délinquance – Une grille de lecture du système de justice pénale* (pp. 415-426). Liège: Pierre Mardaga, Edicteur.
- Agra, C. (1995). Da rapsódia à sinfonia. Os modos elementares do pensamento das drogas. *Toxicodependências*, 3, 47-59.
- Agra, C. (1996). *A experiência portuguesa: programa de estudos e resultados*. Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga.
- Agra, C. (1999). Drogue et crime: l'expérience portugaise. *Toxicodependências*, 5 (1), 25-34.
- Agra, C. (2002). *Entre droga e crime* (2ª ed.). Lisboa: Editorial Notícias.
- Agra, C., Fonseca, E. P., Quintas, J. & Poiares, C. (1997). *A criminalização da droga: da emergência à aplicação da lei*. Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga.
- Agra, C. & Matos, A. P. (1997). *Trajectórias desviantes*. Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga.

- Agrawal, A. & Lynskey, M. (2006). The genetic epidemiology of cannabis use, abuse and dependence. *Addiction*, 101 (6), 801-812. doi: 10.1111/j.1360-0443.2006.01399.x
- Ahmed, S., Lutjens, R., Van der Stap, L., Lekic, D., Romano-Spica, V., Morales, M.,... Sanna, P. (2005). Gene expression evidence for remodelling of lateral hypothalamic circuitry in cocaine addiction. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 102 (32), 11533-11538. doi: 10.1073/pnas.0504438102
- Ainsworth, M. D. (1993a). Attachments and other affectinal bonds across the life cycle. In C. Parkes & J. Stevenson-Hinde (Eds.), *Attachment across the life cycle* (pp. 33-51). London: Routledge.
- Ainsworth, M. (1993b). Some considerations regarding theory and assessment relevant to attachments beyond infancy. In M. Greenberg; D. Cicchetti & E. Cummings (Eds.), *Attachment in the preschool years. Theory, research, and, intervention* (pp. 463-488). Chicago: University of Chicago Press.
- Ainsworth, M. & Bowlby, J. (1991). An ethological approach to personality development. *American Psychologist*, 46 (4), 333-341.
- Akers, R. (1999). *Criminological theories: introduction and evaluation*. London: Taylor & Francis Books.
- Alda, I. (1995). *Enfoques en terapia familiar sistémica*. Barcelona: Empresa Editorial Helder.
- Alexander, B. (1988). The disease and adaptive models of addiction: A framework evaluation. In S. Peele (Ed.), *Visions of addiction: Major contemporary perspectives on addiction and alcoholism* (pp. 45-66). Lanham: Lexington Books.
- Alfonso, J., Huedo-Medina, T. & Espada, J. (2009). Factores de riesgo predictores del patrón de consumo de drogas durante la adolescência. *Anales de Psicología*, 25 (2), 330-338.
- Alison, L., Goodwill, A., Almond, L., Van den Heuvel, C. & Winter, J. (2010). Pragmatic solutions to offender profiling and behavioural investigative advice. *Legal and Criminological Psychology*, 15 (1), 115-132. doi: 10.1348/135532509X463347
- Allen, C. (2007). *Crime, drugs and social theory: A phenomenological approach*. United Kingdom: Ashgate Publishing.
- Almeida, L. & Freire, T. (2003). *Metodologia da investigação em Psicologia e Educação* (3ª Ed.). Braga: Psiquilíbrios.

- Alper, J. (1995). Biological influences on criminal behavior: how good is the evidence?. *British Medical Journal*, 310, 1332-1333.
- Alvarez, M. (2002). A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. *Revista de Ciências Sociais*, 45 (4), 677-704. doi: 10.1590/S0011-52582002000400005
- Ambrosio, E. (2003). Vulnerabilidad a la drogadicción. *Adicciones*, 15 (3), 187-190.
- American Psychological Association. (2001). *Publication manual of the American Psychological Association* (5ª Ed.). Washington: American Psychological Association.
- American Psychological Association. (2002). *DSM-IV-TR. Manual de diagnóstico e estatística das perturbações mentais* (5ª Ed.; J. Almeida, Trad.). Lisboa: Climepsi Editores. (Original publicado em 2000).
- Anderson, S., Sabatelli, R. & Kosutic, I. (2007). Families, urban neighborhood youth centers, and peers as contexts of development. *Family Relations*, 56 (4), 346-357.
- Anglin, M. & Speckart, G. (1986). Narcotics use, property crime, and dealing: structural dynamics across the addiction career. *Journal of Quantitative Criminology*, 2 (4), 355-375. doi: 10.1007/BF01064260
- Arnal, R. (1998). *Introducción a la psicología de la salud: aspectos conceptuales*. Valência: Promolibro.
- Bandura, A. (1977). *Social learning theory*. New Jersey: Prentice Hall.
- Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo* (3ª ed.; L. Reto & A. Pinheiro, Trad.). Lisboa: Edições 70. (Original publicado em 1977).
- Barenbaum, N. & Winter, D. (2008). History of modern personality theory and research. In O. John, R. Robins & L. Pervin (Eds.), *Handbook of Personality: Theory and Research* (pp. 3-26). New York: Guilford Press.
- Barone, D. & Kominars, K. (1998). Introducton to personality study. In D. Barone, M. Hersen & V. Van Hasselt (Eds.), *Advanced Personality* (pp. 3-24). New York: Springer.
- Bartholomew, K. & Horowitz, L. (1991). Attachment styles among young adults: a teste of a four-category model. *Journal of Personality and Social Psychology*, 61 (2), 226-244.
- Bartholomew, K. & Shaver, P. (1998). Methods of assessing adult attachment. Do they converge?. In J. Simpson & W. Rholes (Eds.), *Attachment theory and close relationships* (pp. 25-45). New York: Guilford Press.

- Bateman, A. & Fonagy, P. (2003). The development of an attachment-based treatment program for borderline personality disorder. *Bulletin of the Menninger Clinic*, 67 (3), 187-211. doi: 10.1521/bumc.67.3.187.23439
- Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative parental control on child behaviour. *Child Development*, 37 (4), 887-907.
- Baumrind, D. (1971). Current patterns of parental authority. *Developmental Psychology*, 4, 1-32. doi: 10.1037/h0030372
- Bean, P. (2004). *Drugs and crime* (2ª Ed.). United Kingdom: Willan Publishing.
- Beaulieu, M. & Messner, S. (2010). Assessing changes in the effect of divorce rates on homicide rates across large U.S. cities, 1960-2000: Revisiting the Chicago school. *Homicide Studies*, 14 (1), 24-51. doi: 10.1177/1088767909353020
- Beccaria, C. (1764). *Dos delitos e das penas* (Edição electrónica: Ed. Ridendo Castigat Mores). Disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/delitosB.html#32>
- Beck, A., Freedman, A., Pretzer, J., Davis, D., Fleming, B., Ottaviani, R.,... Trexler, L. (1993). *Terapia cognitiva dos transtornos de personalidade* (A. Fillman, Trad.). Porto Alegre: Artmed Editora. (Original publicado s/d).
- Becoña, E. (1999). *Bases teóricas que sustentan los programas de prevención de drogas*. Madrid: Plan Nacional sobre Drogas.
- Becoña, E. (2002). *Bases científicas de la prevención de las drogodependencias*. Madrid: Ministerio del Interior. Delegación del Gobierno para el Plan Nacional sobre Drogas.
- Becoña, E. (2007). Bases psicológicas de la prevención del consumo de drogas. *Papeles del Psicólogo*, 28 (1), 11-20.
- Becoña, E. & Martín, E. (2004). *Manual de intervención en drogodependencias*. Madrid: Síntesis.
- Becoña, E. & Vázquez, F. (2001). *Heroína, cocaína y drogas de síntesis*. Madrid: Síntesis.
- Benavente, R. (2002). Delinquência juvenil: da disfunção social à psicopatologia. *Análise Psicológica*, 4 (20), 637-645.
- Bennett, T. & Holloway, K. (2005a). Disaggregating the relationship between drug misuse and crime. *Australian and New Zeland Journal of Criminology*, 38 (1), 102-121. doi: 10.1375/acri.38.1.102
- Bennett, T. & Holloway, K. (2005b). *Understanding drugs, alcohol and crime*. New York: McGraw-Hill.

- Bennett, T. & Holloway, K. (2009). The causal connection between drug misuse and crime. *British Journal of Criminology*, 49 (4), 513-531. doi: 10.1093/bjc/azp014
- Bernaud, J.-L. (2000). *Métodos de avaliação da personalidade* (S. Sousa, Trad.). Lisboa: Climepsi Editores. (Original publicado em 1998).
- Bernburg, J. (2002). Anomie, social change and crime. A theoretical examination of institutional-anomie theory. *The British Journal of Criminology*, 42, 729-742.
- Bordin, I. & Offord, D. (2000). Transtorno da conduta e comportamento anti-social. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 22 (2), 12-15. doi: 10.1590/S1516-44462000000600004
- Born, M. (2002). Continuité de la délinquance entre l'adolescence et l'âge adulte. *Criminologie*, 35 (1), 53-67.
- Born, M. (2005). *Psicologia da delinquência* (M. Boléo, Trad.). Lisboa: Climepsi Editores. (Original publicado em 2003).
- Botvin, G. (1996). Substance abuse prevention through life skills training. In R. Peters & R. McMahon (Eds.), *Preventing childhood disorders, substance abuse, and delinquency* (pp. 215-240). London: SAGE Publications.
- Boudon, R. (1989). *Os métodos em Sociologia* (B. Junior, & S. Campedelli, Trad.). São Paulo: Editora Ática. (Original publicado s/d).
- Bowlby, J. (2000). *Apego. A natureza do vínculo* (Vol. I; 3ª Ed.; A. Cabral, Trad.). São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora. (Original publicado em 1969).
- Bretherton, I. (2000). The origins of attachment theory: John Bowlby and Mary Ainsworth. In S. Goldberg, R. Muir & J. Kerr (Eds.), *Attachment theory. Social, developmental, and clinical perspectives* (pp. 45-84). London: Routledge.
- Brochu, S. (1995a). *Drogue et criminalité: mythe ou réalité?* Montréal: Recherches et Intervention sur les Substances Psychoactives (RISQ).
- Brochu, S. (1995b). *Prévention de la toxicomanie: prévention de la délinquance: prévention de la déviance*. Montreal: Recherche et Intervention sur les substances psychoactives (RISQ). Montréal: Université de Montréal.
- Brochu, S. (1996). A critical look at the conceptual models explaining drug use and crime. In G. Davies, S. Lloyd-Bostock, M. McMurrin & C. Wilson (Eds.), *Psychology, law, and criminal justice* (pp. 445-455). New York: Walter de Gruyter.
- Brochu, S. (1997). Les drogues et les questions criminelles: bilan de la recherche québécoise. *Santé Mentale au Québec*, 22 (2), 218-232.

- Brochu, S. (2003). Drogue et violence: deux mots surcharges d'emotion. *Toxicodépendências*, 9 (2), 61-70.
- Brochu, S. (2006). *Drogue et criminalité. Une relation complexe* (2<sup>a</sup> Ed.). Montréal: Les Presses de l'Université de Montréal.
- Brochu, S., Cournoyer, L., Tremblay, J., Bergeron, J., Brunelle, N. & Landry, M. (2006). Understanding treatment impact on drug-addicted offenders. *Substance use and misuse*, 41, 1937-1949. doi : 10.1080/10826080601025995
- Brochu, S. & Parent, I. (2005). *Les flambeurs. Trajectoires d'usagers de cocaïne*. Canada: Les Presses de l'Université d'Ottawa.
- Brook, J., Brook, D., De la Rosa, M., Whiteman, M., Johnson, E., Montoya, I. (2001). Adolescent illegal drug use: the impact of personality, family, and environmental factors. *Journal of Behavioral Medicine*, 24 (2), 183-203. doi: 10.1023/A:1010714715534
- Brook, J., Brook, D., Richter, L. & Whiteman, M. (2006). Risk and protective factors of adolescent drug use: implications for prevention programs. In Z. Sloboda & W. Berkoski (Eds.), *Handbook of drug abuse prevention. Theory, science and practice* (pp. 265-287). New York: Springer.
- Brook, J., Richter, L. & Whiteman, M. (2000). Effects of parental personalioty, upbringing, and marijuana use on the parent-child attachment relationship. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 39 (2), 240-248.
- Brower, M. & Price, B. (2001). Neuropsychiatry of frontal lobe dysfunction in violent and criminal behaviour; a critical review. *Journal of Neurology, Neurosurgery, and Psychiatry*, 71, 720-726. doi: 10.1136/jnnp.71.6.720
- Brumbaugh, C. & Fraley, R. (2006). The evolution of attachment in romantic relationships. In M. Mikulincer & G. Goodman (Eds.). *Dynamics of romantic love. Attachment, caregiving, and sex* (pp. 71-101). London: Guilford Press.
- Brunelle, N., Brochu, S. & Cousineau, M-M. (1998). *Des cheminements vers un style de vie déviant: adolescents des centres jeunesse et des centres pour toxicomanes*. Les Cahiers de Recherches Criminologiques. Cahiers n° 27. Université de Montreal: Centre International de Criminologie Comparée. Disponível em [https://depot.erudit.org/bitstream/001000dd/1/CRC\\_1998\\_N27.pdf](https://depot.erudit.org/bitstream/001000dd/1/CRC_1998_N27.pdf)

- Brunelle, N., Cousineau, M.-M. & Brochu, S. (2005). Trajectoires déviantes de garçons et de filles. In N. Brunelle & M.-M. Cousineau (Eds.), *Trajectoires de déviance juvénile. Les éclairages de la recherche qualitative* (pp. 9-30). Canada: Presses de l'Université du Québec.
- Bullock, B. (2002). O comportamento desviante dos irmãos: dinâmica, processos e genética do comportamento anti-social. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e família. Uma abordagem científica* (pp. 345-371). Coimbra: Livraria Almedina.
- Burkhart, G. (2000). Intervenções na primeira infância – possibilidades e experiências na Europa. *Toxicodependências*, 6 (2), 33-46.
- Bursik Jr., R. & Grasmick, H. (1996). The use of contextual analysis in models of criminal behavior. In J. Hawkins (Ed.), *Delinquency and crime. Current theories* (pp. 236-267). New York: Cambridge University Press.
- Button, T., Scourfield, J., Martin, N. & McGuffin, P. (2004). Do aggressive and non-aggressive antisocial behaviours in adolescents result from the same genetic and environmental effects? *American Journal of Medical Genetics Part B: Neuropsychiatric Genetics*, 129 (1), 59-63. doi: 10.1002/ajmg.b.30045
- Cadoret, R., Leve, L. & Devor, E. (1997). Genetics of aggressive and violent behavior. *Psychiatric Clinics of North America*, 20 (2), 301-322. doi: 10.1016/S0193-953X(05)70314-2
- Calafat, A., Fernández, C., Juan, M. & Becoña, E. (2005). Cómo el propio consumo de drogas de los mediadores recreativos tiene implicaciones preventivas. *Adicciones*, 17 (2), 145-155.
- Caldas, A. (1999). *A herança de Franz Joseph Gall. O cérebro ao serviço do comportamento humano*. Lisboa: McGraw-Hill.
- Canavarro, M. (1997). *Relações afectivas ao longo do ciclo de vida e saúde mental* (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra). Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Canavarro, M. (1999). *Relações afectivas e saúde mental*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Canavarro, M., Dias, P. & Lima, V. (2006). A avaliação da vinculação do adulto: uma revisão crítica a propósito da aplicação da Adult Attachment Scale-r (AAS-R) na população portuguesa. *Psicologia*, 20, 155-186.

- Capaldi, D., DeGarmo, D., Patterson, G. & Forgatch, M. (2002). Contextual risk across the early life span and association with antisocial behaviour. In J. Reid, G. Patterson & J. Snyder (Eds.), *Antisocial behaviour in children and adolescents* (pp. 123-145). Washington: American Psychological Association.
- Caprara, G. & Cervone, D. (2000). *Personality. Determinants, dynamics, and potentials*. New York: Cambridge University Press.
- Cardoso, C. (2002). *Os caminhos da esquizofrenia*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Cardoso, C. (2001). “Droga” um problema de saúde pública. *Revista de Saúde Mental*, 3 (4), 9-17.
- Carvalho, M. (2005a). Jovens e delinências. (Sobre)vivências na família. *Psicologia*, 18 (2), 129-158.
- Carvalho, M. (2005b). Jovens, espaços, trajectórias e delinências. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, 71-93.
- Casavant, L. & Collin, C. (2001). *Illegal drug use and crime: a complex relationship*. Prepared For The Senate Special Committee On Illegal Drugs. Canada: Library of Parliament.
- Caspi, A. (2000). The child is father the man: Personality continuities from childhood to adulthood. *Journal of Personality and Social Psychology*, 78 (1), 158-172. doi: 10.1037//0022-3514.78.1.158
- Catalano, R., Haggerti, K., Oesterle, S., Fleming, C. & Hawkins, J. (2004). The importance of bonding to school for healthy development: findings from the social development research group. *Journal of School Health*, 74 (7), 252-261
- Catalano, H. & Hawkins, J. (1996). The social development model. A theory of antisocial behavior. In J. Hawkins (Ed.), *Delinquency and crime. Current theories* (pp. 149-197). New York: Cambridge University Press.
- Catalano, R., Kosterman, R. & Hawkins, J. (1996). Modeling the etiology of adolescent substance use: a test of the social developmental model. *Journal of Drug Issues*, 26 (2), 429-455.
- Catalano, R., Oxford, M., Harachi, T., Abbott, R. & Haggerti, K. (1999). A test of the social development model to predict problem behaviour during the elementary school period. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 9 (1), 39-56. doi: 10.1002/cbm.290

- Cernkovich, S. & Giordano, P. (1987). Family relationships and delinquency. *Criminology*, 24 (2), 295-321.
- Cernkovich, S., Lanctôt N. & Giordano, P. (2008). Predicting adolescent and adult antisocial behavior among adjudicated delinquent females. *Crime & Delinquency*, 54 (1), 3-33. doi: 10.1177/0011128706294395
- Chaiken, J. & Chaiken, M. (1990). Drugs and predatory crime. In M. Tonry & J. Wilson (Eds.), *Drugs and crime: crime and justice* (pp. 203-239). Chicago: University of Chicago Press.
- Chalub, M. & Telles, L. (2006). Álcool, drogas e crime. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 28 (2), 69-73. doi: 10.1590/S1516-44462006000600004
- Chauhan, P. & Reppucci, N. (2009). The impacte of neighborhood disadvantage and exposure to violence on self-report of antisocial behavior among girls in the juvenil justice system. *Journal of Youth and Adolescence*, 38, 401-416. doi: 10.1007/s10964-008-9326-3
- Chen, K. & Kandel, D. (1995). The natural history of drug use from adolescence to mid-thirties in a general population sample. *American Journal of Public Health*, 85 (1), 41-47.
- Chotai, J., Jonasson, M., Hagglof, B. & Adoffsson, R. (2005). Adolescent attachment styles and their relationto the temperament and character traits of personality in a general population. *European Psychiatry*, 20 (3), 251-259. doi: 10.1016/j.eurpsy.2004.11.008
- Cloninger, S. (1999). *Teorias da personalidade* (C. Berliner, Trad.). São Paulo: Martins Fontes Editora. (Original publicado em 1996).
- Cloninger, C. (2005). Antisocial personality disorder: a review. In M. Maj, H. Akiskal, E. Mezzich & A. Okasha (Eds.), *Personality disorders* (pp. 125-169). New York: John Wiley and Sons.
- Coie, J. & Kupersmidt, J. (1983). A behavioural analysis of emerging social status in boys' groups. *Child Development*, 54 (6), 1400-1416.
- Collins, N. & Allard, L. (2004). Cognitive representations of attachment: the content and function of working models. In M. Brewer & M. Hewstone (Eds.), *Social cognition* (pp. 75-101). Oxford: Blackwell Publishing.
- Collins, N., Ford, M., Guichard, A. & Allard, L. (2006). Working models of attachment and attribution processes in intimate relationships. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 32 (2), 201-219. doi: 10.1177/0146167205280907

- Collins, N. & Read, S. (1990). Adult attachment, working models, and relationship quality in dating couples. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58 (4), 644-663.
- Collins, N. & Read, S. (1994). Cognitive representations of attachment: The structure and function of working models. In K. Bartholomew & D. Perlman (Eds.), *Advances in personal relationships – Adult attachment relationships* (Vol. V; pp. 53-91). London: Jessica Kingsley Publishers.
- Conner, B., Stein, J. & Longshore, D. (2009). Examining self-control as a multidimensional predictor of crime and drug use in adolescents with criminal histories. *Journal of Behavioral Health Services & Research*, 36 (2), 137-149. doi: 10.1007/s11414-008-9121-7
- Cooper, C. & Pervin, L. (1998). *Personality: Critical Concepts in Psychology*. London: Routledge.
- Cordeiro, J. (2003). *Psiquiatria forense*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Corominas, M., Roncero, C. & Casas, M. (2010). Corticotropin releasing factor and neuroplasticity in cocaine addiction. *Life Sciences*, 86 (1), 1-9. doi: 10.1016/j.lfs.2009.11.005
- Costa, P. & McCrae, R. (1998a). Trait theories of personality. In D. Barone, M. Hersen & V. Van Hasselt (Eds.), *Advanced Personality* (pp. 103-122). New York: Springer.
- Costa, P. & McCrae, R. (1998b). Four ways five factors are basic. In C. Cooper & L. Pervin (Eds.), *Personality: critical concepts* (pp. 295-350). London: Routledge.
- Costa, P. & McCrae, R. (2000). *NEO PI-R Manual profissional. NEO PI-R, Inventário de personalidade NEO revisto* (Adaptação portuguesa por M. Lima & A. Simões). Lisboa: CEGOC-TEA.
- Costa, Jr., P. & McCrae, R. (2006). Age changes in personality and their origins: comment on Roberts, Walton, and Viechtbauer. *Psychological Bulletin*, 132 (1), 26-28.
- Costa Jr., P., McCrae, R. & Kay, G. (1995). Persons, places, and personality: career assessment using the Revised NEO Personality Inventory. *Journal of Career Assessment*, 3 (2), 123-139. doi: 10.1177/106907279500300202
- Craik, K. (2007). Taxonomies, trends, and integrations. In R. Robins, R. Fraley & R. Krueger (Eds.), *Handbook of Research Methods in Personality Psychology* (pp. 209-223). New York: Guilford Press.

- Crowel, J., Fraley, R. & Shaver, P. (1999). Measuring of individual differences in adolescent and adult attachment. In J. Cassidy & P. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment. Theory, research, and clinical applications* (pp. 434-468). London: The Guilford Press.
- Cusson, M. (2005). *Criminologia* (J. Castro, Trad.). Cruz Quebrada: Casa das Letras/Editorial Notícias. (Original publicado em 2002).
- Davidson, S. & Ireland, C. (2009). Substance misuse: the relationship between attachment styles, personality traits and coping in drug and non-drug users. *Drugs and Alcohol Today*, 9 (3), 22-27.
- Davis, J. (1999). Criminal personality profiling and crime scene assessment. A contemporary investigative tool to assist law enforcement public safety. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 15 (3), 291-301. doi: 10.1177/1043986299015003006
- DeBeck, K., Shannon, K., Wood, E., Li K., Montaner, J. & Kerr, T. (2007). Income generating activities of people who inject drugs. *Drug and Alcohol Dependence*, 91 (1), 50-56. doi: 10.1016/j.drugalcdep.2007.05.003
- Debuyst, C. (1985). *Modèle éthologique et criminologie*. Bruxelles: Pierre Mardaga Editeur.
- Debuyst, C. (1990). Social agent and delinquency. *Diogenes*, 38 (150), 96-118. doi: 10.1177/039219219003815005
- Debuyst, C. (1992). Les paradigms du droit penal et les criminologies cliniques. *Criminologie*, 25 (2), 49-72.
- Derefinko, K. & Lynam, D. (2007). Using the FFM to conceptualize psychopathy: a test using drug abusing sample. *Journal of Personality Disorders*, 21 (6), 638-656. doi: 10.1521/pedi.2007.21.6.638
- Dias, J. & Andrade, M. (1997). *Criminologia. O homem delinquente e a sociedade criminógena*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Di Chiara, G. (1995). The role of dopamine in drug abuse viewed from the perspective of its role in motivation. *Drug and Alcohol Dependence*, 38 (2), 95-137. doi: 10.1016/0376-8716(95)01118-I
- Dickstein, S., Seifer, R., Albus, K. & Magle, K. (2004). Attachment patterns across multiple family relationships in adulthood: associations with maternal depression. *Development and Psychopathology*, 16 (3), 735-751. doi: 10.1017/S0954579404004754

- Digman, J. (1996). The curious history of the five-factor model. In J. Wiggins (Ed.), *The Five-factor Model of Personality: Theoretical Perspectives* (pp. 1-20). New York: Guilford Press.
- Digneffe, F. & Beckers, M. (2005). Do individual ao social: a abordagem biográfica. In L. Albarello, F. Digneffe, J.-P. Hiernaux, C. Maroy, D. Ruquoy & P. Saint-Georges (Eds.), *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais* (2ª Ed.; L. Baptista Trad.; pp. 203-245). Lisboa: Gradiva. (Original publicado em 1995).
- DiLalla, L. & DiLalla, D. (2004). Genética do comportamento e conduta anti-social: Perspectivas desenvolvimentistas. In A. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e crime. Da infância à idade adulta* (pp. 323-359). Coimbra: Livraria Almedina.
- Direcção Central de Investigação do Tráfico de Estupefacientes. (2004). *A criminalidade associada à droga. Evolução comparativa 1996-1999 e 2000-2003*. Lisboa: Direcção Central de Investigação do Tráfico de Estupefacientes. Secção Central de Informação Criminal.
- Dodge, K.; Pettit, G.; McClaskey, C. & Brown, M. (1986). Social competence in children. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 51 (2), 1-85. doi: 10.2307/1165906
- Donnellan, M., Burt, S., Levensky, A. & Klump, K. (2008). Genes, personality, and attachment in adults: A multivariate behavioural genetic analysis. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 34 (1), 3-16. doi: 10.1177/0146167207309199
- Donovan, D. (1988). Assessment of addictive behaviors. In D. M. Donovan & G. Marlatt (Eds.), *Assessment of addictive behaviors* (pp. 3-48). New York: The Guilford Press.
- D'Orbán, P. (1973). Female narcotic addicts: A follow-up study of criminal and addiction careers. *British Medical Journal*, 4, 345-347. doi: 10.1136/bmj.4.5888.345
- Drapela, L. & Mosher, C. (2007). The conditional effect of parental drug use on parental attachment and adolescent drug use: Social control and social development model perspectives. *Journal of Child & Adolescent Substance Abuse*, 16 (3), 63-87.
- DuPont, R. (2005). *Cérebro álcool e drogas. O cérebro egoísta: aprender com dependências* (A. André, Trad.). Lisboa: Instituto Piaget. (Original publicado em 1997).
- Durand, G. (2003). *Introdução geral à bioética. História, conceitos e instrumentos* (N. Campanário, Trad.). São Paulo: Edições Loyola. (Original publicado em 1999).

- Edens, J., Boccaccini, M. & Johnson, D. (2010). Inter-rater reliability of the PCL-R total and factor scores among psychopathy sex offenders: are personality features more prone to disagreement than behavioural features?. *Behavioral Sciences and the Law*, 28, 106-119. doi: 10.1002/bsl.918
- Eggert, J., Levendosky, A. & Klump, K. (2007). Relationships among attachment styles, personality characteristics, and disordered eating. *The International Journal of Eating Disorders*, 40 (2), 149-155. doi: 10.1002/eat.20351
- Elliott, D. & Menard, S. (1996). Delinquent friends and delinquent behavior: temporal and developmental patterns. In J. Hawkins (Ed.), *Delinquency and crime. Current theories* (pp. 28-67). New York: Cambridge University Press.
- Ellis, L. (2005). A theory explaining biological correlates of criminality. *European Journal of Criminology*, 2 (3), 287-315. doi: 10.1177/1477370805054098
- Erez, A., Mikulincer, M., IJzendoorn, M. & Kroonenberg, P. (2008). Attachment, personality, and volunteering: Placing volunteerism in an attachment theoretical framework. *Personal and Individual Differences*, 44, 64-74. doi: doi: 10.1016/j.paid.2007.07.021
- Escotado, A. (2004a). *Historia general de las drogas* (6ª Ed.). Madrid: Editorial Espasa Calpe.
- Escotado, A. (2004b). *História elementar das drogas* (J. Barreiros, Trad.). Lisboa : Antígona. (Original publicado em 1996).
- Esterle-Hedibel, M. (2006). Absenteísmo, descolarização, décrochage scolaire, les apports des recherches récent. *Déviance et Société*, 30 (1), 41-65.
- Eysenck, H. (1998). *Dimensions of Personality. With a new introduction by the author*. London: Routledge & Kegan Paul. (Original publicado em 1947).
- Eysenck, H. (2006) *The Biological Basis of Personality. With a new preface by Sybil B. G. Eysenck*. New Jersey: Transaction Publishers. (Original publicado em 1967).
- Eysenck, H. & Eysenck; S. (1970). Crime and personality: an empirical study of the three factor theory. *British Journal of Criminology*, 10, 225-239.
- Eysenck, H. & Eysenck, M. (1992). *Personality and individual differences. A natural science approach* (3º Ed.). New York: Plenum Press.
- Fabião, C. (2002). Toxicodependência : duplo diagnóstico alexitimia e comportamento. Uma revisão. *Toxicodependências*, 8 (2), 37-51.
- Fagan, J. (1989). The social organization of drug use and drug dealing among urban gangs. *Criminology*, 27 (4), 633-670.

- Fagan, J. (1990). Intoxication and aggression. In M. Tonry & J. Wilson (Eds.), *Drugs and crime: crime and justice* (pp. 8-43). Chicago: University of Chicago Press.
- Fagan, A., Horn, M., Hawkins, J. & Arthur, M. (2007). Using community and family risk and protective factors for community-based prevention planning. *Journal of Community Psychology*, 35 (4), 535-555. doi: 10.1002/jcop.20163
- Farate, C. (2000). *O acto do consumo e o gesto que consome*. Coimbra : Quarteto editora.
- Farré, M., Roset, P., de La Torre, R., Poudevida, S., Abanades, S., Peiró, A.,... Camí, J. (2003). Estudios controlados en humanos de éxtasis. *Adicciones*, 15 (2), 121-134.
- Farrington, D. (1996). The explanation and prevention of youthful offending. In J. Hawkins (Ed.), *Delinquency and crime. Current theories* (pp. 68-148). New York: Cambridge University Press.
- Farrington, D. (2004). Criminological Psychology in the twenty-first century. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 14 (3), 152-166. doi: 10.1002/cbm.583
- Farrington, D. (2005). Childhood origins of antisocial behaviour. *Clinical Psychology & Psychotherapy*, 12 (3), 117-190. doi: 10.1002/cpp.448
- Farrington, D. (2008). The integrated cognitive antisocial potential (ICAP) theory. In D. Farrington (Ed.), *Integrated developmental in criminological theory* (pp. 73-93). New Jersey: Transaction Publishers.
- Farrington, D. (2010a). The developmental evidence base. Prevention. In G. Towl & D. Crighton (Eds.), *Forensic Psychology* (pp. 95-112). New York: John Wiley & Sons.
- Farrington, D. (2010b). The developmental evidence base. Psychological research. In G. Towl & D. Crighton (Eds.), *Forensic Psychology* (pp. 113-132). New York: John Wiley & Sons.
- Farrington, D. & Welsh, B. (2007). *Saving children from a life of crime: Early risk factors and effective interventions*. New York: Oxford University Press.
- Faulkner, D. (2010). The justice system in England and Wales. In G. Towl & D. Crighton (Eds.), *Forensic Psychology* (pp. 17-32). New York: John Wiley & Sons.
- Faupel, C. (1987). Drug availability, life structure, and situational ethics of heroin addicts. *Journal of Contemporary Ethnography*, 15 (3-4), 395-419. doi: 10.1177/089124168701500305
- Faupel, C. (1991). *Shooting dope: career patterns of hard-core heroin users*. Gainesville: University of Florida Press.

- Faupel, C. & Klockars, C. (1987). Drugs-Crime connections: elaborations from the life histories of hard-core heroin addicts. *Social Problems*, 34 (1), 54-68.
- Fazel, S., Bains, P. & Doll, H. (2006). Substance abuse and dependence in prisoners: a systematic review. *Addiction*, 101 (2), 181-191. doi: 10.1111/j.1360-0443.2006.01316.x
- Feldman, M. (1978). *Criminal behaviour: a psychological analysis*. London: The Pitman Press.
- Felizardo, S. (2005). Avaliação da personalidade no CAT de Castelo Branco – perfil obtido a partir do Mini-Mult Questionário aplicado aos utentes em programa de metadona. *Toxicodependências*, 11 (3), 25-36.
- Fergusson, D., Boden, J. & Horwood, L. (2006). Cannabis use and other illicit drug use: testing the cannabis gateway hypothesis. *Adicción*, 101 (4), 556-569.
- Fernandes, L. (1997). *Actores e territórios psicotrópicos: etnografia das drogas numa periferia urbana* (Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto). Disponível em <http://hdl.handle.net/10216/18145>
- Ferreira, A. (2004). Toxicodependência(s) e psicoterapia(s). *Toxicodependências*, 10 (2), 65-74.
- Filho, C., Assunção, R., Silva, B., Marinho, F., Reis, I. & Almeida, M. (2001). Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999. *Cadernos de Saúde Pública*, 17 (5), 1163-1171. doi: 10.1590/S0102-311X2001000500017
- Fischer, A. (2007). Parental relationship quality and masculine gender-role strain in young men. *The Counseling Psychologist*, 35 (2), 328-358. doi: 10.1177/0011000005283394
- Fischer, G. (1994). *A dinâmica social. Violência, poder, mudança* (F. Soares & P. Pisco, Trad.). Lisboa: Planeta Editora/ISPA. (Original publicado em 1992).
- Fisher, W., Wolff, N., Grudzinskas, A., Roy-Bujnowski, K., Banks, S. & Clayfield, J. (2007). Drug-Related arrests in a cohort of public mental health service recipients. *Psychiatric Services*, 58 (11), 1448-1453. doi: 10.1176/appi.ps.58.11.1448
- Fite, P., Raine, A., Stouthamer-Loeber, M., Loeber, R. & Pardini, D. (2010). Reactive and proactive aggression in adolescents males. Examining differential outcomes 10 years later in early adulthood. *Criminal Justice and Behavior*, 37 (2), 141-157. doi: 10.1177/0093854809353051

- Fjell, A., Walhovd, K., Meling, S. & Johansen, M. (2005). Personality and social sciences. Basic information processing of neurotics and stables: An experimental ERP approach to personality and distractibility. *Scandinavian Journal of Psychology*, 46, 493-502. doi: 10.1111/j.1467-9450.2005.00481.x
- Flores, P. (2004). *Addiction as na attachment disorder*. New York: Rowman & Littlefield.
- Fonagy, P., Target, M., Steele, M., Steele H., Leigh, T., Levinson, A.,... Kennedy, R. (1997). Morality, disruptive behaviour, borderline personality disorder, crime, and their relationships to security of attachment. In L. Atkinson & K. Zucker (Eds.), *Attachment and psychopathology* (pp. 223-274). New York: The Guilford Press.
- Fonseca, A. (1997). *Psiquiatria e psicopatologia* (Vol. I, 2ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Fonseca, C. & Simões, A. (2002). A teoria geral do crime de Gottfredson e Hirschi: o papel do autocontrolo, da família e das oportunidades. In A. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e família. Uma abordagem científica* (pp. 245-267). Coimbra: Livraria Almedina.
- Ford, J. (2005). Substance use, the social bond, and delinquency. *Sociological Inquiry*, 75 (1), 109-128. doi: 10.1111/j.1475-682X.2005.00114.x
- Fortin, M.-F., Côté, J. & Vissandjée, B. (2003). As etapas do processo de investigação. In M.-F. Fortin (Ed.), *O processo de investigação. Da concepção à realização* (3ª Ed.; N. Salgueiro, Trad.; pp. 35-43). Loures: Lusociência. (Original publicado em 1996).
- Foucault, M. (1997). *Vigiar e punir* (16ª Ed.; R. Ramalhete, Trad.). Petrópolis: Editora Vozes. (Original publicado em 1975).
- Fraley, R. & Shaver, P. (2000). Adult romantic attachment: theoretical developments, emerging controversies, and unanswered questions. *Review of General Psychology*, 4 (2), 132-154.
- Frederick, C. (1980). Drug abuse as learned behavior. In D. Lettieri; M. Sayers & H. Pearson (Eds.), *Theories on drug abuse. Selected contemporary perspectives* (pp. 191-194). Maryland: National Institute on Drug Abuse.
- Freud, S. (1924). *Nevrose, psychose et perversion*. Paris: Presses Universitaires de France.

- Friedman, H. & Schustack, M. (2004). *Teorias da personalidade. Da teoria clássica à pesquisa moderna* (2ª Ed.; B. Honorato, Trad.). São Paulo: Pearson Prentice Hall. (Original publicado em 1999).
- Frodi, A., Dernevik, M., Sepa, A., Philipson, J. & Bragesjo, M. (2001). Current attachment representations of incarcerated offenders varying in degree of psychopathy. *Attachment & Human Development*, 3 (3), 269-283. doi: 10.1080/14616730110096889
- Fuente, A. (1993). *La acción social ante las drogas: Propuestas de intervención socioeducativa*. Madrid: Narcea.
- Fung, M., Raine, A., Lynam, D., Venables, P., Loeber, R., Steinhauer, S.,... Stouthamer-Loeber, M. (2005). Reduced electrodermal activity in psychopathy-prone adolescents. *Journal of Abnormal Psychology*, 114 (2), 187-196. doi: 10.1037/0021-843X.114.2.187
- Gaes, G. & Camp, S. (2009). Unintended consequences: experimental evidence for the criminogenic effect of prison security level placement on post-release recidivism. *Journal of Experimental Criminology*, 5 (2), 139-162. doi: 10.1007/s11292-009-9070-z
- Gailey, J. & Prochaska, A. (2007). Bad boys in bars: Hogging and humiliation. In M. McShane (Ed.), *Youth violence and delinquency: Monsters and myths* (pp. 81-92). Columbia: The University of South Caroline Press.
- Gamella, J. F. (2001). Mareas y tormentas: ciclos de policonsumo de drogas en España (1959-1998). Algunas consecuencias estratégicas para el diseño de políticas publicas. *Cuadernos de Psiquiatria Comunitaria*, 1 (1), 7-18.
- Gao, Y; Raine, A.; Venables, P., Dawson & Mednick, S. (2010). Association of childhood fear conditioning and adult crime. *American Journal of Psychiatry*, 167 (1), 56-60. doi: 10.1176/appi.ajp.2009.09040499
- García-Pablos, A. (1988). *Manual de criminología. Introducción Y teorías de la criminalidad*. Madrid: Espasa-Calpe.
- George, C. & West, M. (1999). Developmental vs. Social personality models of adult attachment and mental ill health. *British Journal of Medical Psychology*, 72, 285-303.
- Gervilla, E. & Palmer, A. (2010). Prediction of cannabis and cocaine use in adolescence using decision trees and logistic regression. *The European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 2 (1), 19-35.

- Giddens, A. (1972). *Emile Durkheim. Selected writings*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Goffman, E. (2003). *A representação do Eu na vida cotidiana* (11ª Ed.; M. Raposo, Trad.). Petrópolis: Editora Vozes. (Original publicado em 1959).
- Gold, M. (1987). Social ecology. In H. Quay (Ed.), *Handbook of juvenile delinquency* (pp. 62-105). New York: Wiley-Interscience Publication.
- Golder, S. (2006). Modeling substance use and related risk behaviours leading to criminal justice involvement among young adult women. *Women & Criminal Justice, 16* (4), 43-72. doi: 10.1300/J012v16n04\_03
- Golder, S., Gillmore, M., Spieker, S. & Morrison, D. (2005). Substance use, related problem behaviours and adult attachment in a sample of high risk older adolescent women. *Journal of Child and Family Studies, 14* (2), 181-193. doi: 10.1007/s10826-005-5046-6
- Goldstein, P. (1995). Drugs and violence: Myth and reality. In L. Joseph (Ed.), *Crime, communities, and public policy* (pp. 181-200). Chicago: University of Illinois Press.
- Goldstein, P., Bellucci, P., Spunt, B. & Miller, T. (1991). Frequency of cocaine use and violence: A comparison between men and women. In S. Scobor & C. Shade (Eds.), *The epidemiology of cocaine use and abuse* (pp. 113-138). U.S.A.: U. S. Department of Health and Human Services. Public Health Service. National Institutes of Health.
- Golse, B. (1998). *O desenvolvimento afetivo e intelectual da criança* (3ª Ed.; M. Homem, Trad.). Porto Alegre: Artmed. (Original publicado em 1985).
- Gomes, A. (1996). A evolução do modelo sistêmico e a sua aplicação na terapia familiar com toxicodependentes. *Toxicodependências, 2* (1), 35-43.
- Gonçalves, M. (2007). *Código Penal Português. Anotado e comentado. Legislação complementar* (18ª Ed.). Lisboa: Almedina.
- Gonçalves, R. (2008). *Delinquência, crime e adaptação à prisão* (3ª Ed.). Coimbra, Quarteto Editora.
- Gossop, M. (2010). Substance use disorders. In G. Towl & D. Crighton (Eds.), *Forensic Psychology* (pp. 346-359). New York: John Wiley & Sons.
- Gottfredson, M. & Hirschi, T. (1990). *A general theory of crime*. Palo Alto: Stanford University Press.
- Gotz, M., Johnstone, E. & Ratcliffe, S. (1999). Criminal and antisocial behaviour in unselected men with sex chromosome abnormalities. *Psychological Medicine, 29* (4), 953-962. doi: 10.1017/S0033291799008594

- Grabbe, J., McSwigan, J. & Belknap, J. (1985). The role of genetics in substance abuse. In M. Galizio & S. Maisto (Eds.), *Determinants of substance abuse: Biological, psychological and environmental factors* (pp. 13-63). New York: Springer.
- Greaves, A., Best, D., Day, E. & Foster, A. (2009). Young people in coerced drug treatment: does the UK drug intervention programme provide a useful and effective service to young offenders?. *Addiction Research & Theory*, 17 (1), 17-29. doi: 10.1080/16066350802008686
- Greenberg, M., DeKlyen, M., Speltz, M. & Endriga, M. (1997). The role of attachment in externalizing psychopathology in young children. In L. Atkinson & K. Zucker (Eds.), *Attachment and psychopathology* (pp. 196-222). New York: Guilford Press.
- Guedeney, N. & Guedeney, A. (2003). *Vinculação: conceitos e aplicações* (E. Pestana, Trad.). Lisboa: Climepsi. (Original publicado em 2002).
- Guenther, A. (1976). *Criminal behavior and social systems. Contributions of american sociology* (2ª Ed.). Chicago: Rand McNally College Publishing Company.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo. Sentidos e formas de uso*. Estoril: Principia Editora.
- Guo, J., Hill, K., Hawkins, J., Catalano, R. & Abbott, R. (2002). A development analysis of sociodemographic, family, and peer effects on adolescent illicit drug initiation. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 41 (7), 838-845.
- Hall, D. & Queener, J. (2007). Self-medication hypothesis of substance use: Testing khantzian's updated theory. *Journal of Psychoactive Drugs*, 39 (2), 151-158.
- Hammersley, R. (2008). *Drugs & crime: Theories and practices*. Cambridge: Polity Editorial.
- Hanlon, R., Rubin, L., Jensen, M. & Daoust, S. (2010). Neuropsychological features of indigent murder defendants and death row inmates in relation to homicidal aspects of their crimes. *Archives of Clinical Neuropsychology*, 25, 1-13. doi: 10.1093/arclin/acp099
- Hansenne, M. (2004). *Psicologia da personalidade* (J. Almeida, Trad.). Lisboa: Climepsi Editores. (Original publicado em 2003).
- Hare, R. (1985). *Psychopathy check-list revised*. Canadá: Psychology Department University of British Columbia.

- Harrison, L. & Gfroerer, J. (1992). The intersection of drug use and criminal behaviour: results from the National Household Survey on Drug Abuse. *Crime & Delinquency*, 38 (4), 422-443.
- Hawkins, J., Arthur, M. & Catalano, R. (1995). Building a safer society: strategic approaches to crime prevention. *Crime and Justice*, 19, 343-427.
- Hawkins, J., Catalano, R., Kosterman, R., Abbott, R. & Hill, K. (1999). Preventing adolescent health-risk behaviours by strengthening protection during childhood. *Archives of Pediatrics & Adolescent Medicine*, 153, 229-234.
- Hawkins, K. & Trobst, K. (2000). Frontal lobe dysfunction and aggression conceptual issues and research findings. *Aggression and Violent Behavior*, 5 (2), 147-157. doi: 10.1016/S1359-1789(98)00033-0
- Hazan, C. & Shaver, P. (2004). Attachment as an organizational framework from research on close relationships. In H. Reis & C. Rusbult (Eds.), *Close relationships* (pp. 153-174). London: Psychology Press.
- Heinz, A., Ragan, P., Jones, D., Hommer, D., Williams, W., Knable, M.,... Linnoila, M. (1998). Reduced central serotonin transporters in alcoholism. *American Journal of Psychiatry*, 155, 1544-1549.
- Hjelle, L. & Ziegler, D. (1992). *Personality theories. Basic assumptions, research, and applications* (3<sup>a</sup> Ed.). New York: McGraw-Hill.
- Herbst, J., Zonderman, A., McCrae, R. & Costa, P. (2000). Do the dimensions of the temperament and character inventory map a simple genetic architecture? Evidence from molecular genetics and factor analysis. *American Journal of Psychiatry*, 157, 1285-1290.
- Herrenkohl, T., Hill, K., Hawkins, J., Chung, I.-J. & Nagin, D. (2006). Developmental trajectories of family management and risk for violent behaviour in adolescence. *Journal of Adolescent Health*, 39 (2), 206-213. doi: 10.1016/j.jadohealth.2005.11.028
- Hirschi, T. (2002). *Causes of delinquency. With a new introduction by the author*. New Jersey: Transaction Publishers.
- Hirschi, T. & Stark, R. (1969). Hellfire and delinquency. *Social Problems*, 17 (2), 202-213.
- Hoever, M., Blokland, A., Dubas, J., Loeber, R., Gerris, J. & Van der Laan, P. (2008). Trajectories of delinquency and parenting styles. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 36 (2), 223-235. doi: 10.1007/s10802-007-9172-x

- Hogan, R. (1996). Socioanalytic perspective on the Five-Factor Model. In J. Wiggins (Ed.), *The Five-factor Model of Personality: Theoretical Perspectives* (163-179). New York: Guilford Press.
- Horn, D. (2003). *The criminal body: Lombroso and the Anatomy of deviance*. London: Routledge.
- Horowitz, L., Rosenberg, S. & Bartholomew, K. (1993). Interpersonal problems, attachment styles, and outcome in brief dynamic psychotherapy. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 61 (4), 549-560.
- Howell, J. & Hawkins, J. (1998). Prevention of youth violence. *Crime and Justice*, 24, 263-315.
- Howitt, D. (2005). *Introduction to forensic and criminal psychology* (2ª Ed.). London: Pearson.
- Huizinga, D., Loeber, R. & Thornberry, T. (1994). *Urban delinquency and substance abuse. Initial findings*. U. S. Department of Justice. Disponível em [http://eric.ed.gov/ERICDocs/data/ericdocs2sql/content\\_storage\\_01/0000019b/80/29/bc/6e.pdf](http://eric.ed.gov/ERICDocs/data/ericdocs2sql/content_storage_01/0000019b/80/29/bc/6e.pdf)
- Hundleby, J. (1986). Personality and the prediction of delinquency and drug use. *The British Journal of Criminology*, 26, 129-146.
- Hunt, D. (1991). Stealing and dealing: Cocaine and property crimes. In S. Shober & C. Shade (Eds.), *The epidemiology of cocaine use and abuse* (pp. 139-150). U.S.A.: Public Health Service. Disponível em [http://rzbl04.biblio.etc.tu-bs.de:8080/docportal/servlets/MCRFileNodeServlet/DocPortal\\_derivate\\_00001943/Monograph110.pdf#page=144](http://rzbl04.biblio.etc.tu-bs.de:8080/docportal/servlets/MCRFileNodeServlet/DocPortal_derivate_00001943/Monograph110.pdf#page=144)
- Ibañez, A. (2008). Genética de las adicciones. *Adicciones*, 20 (2), 103-110.
- Ibañez, M., Moya, J., Villa, H., Mezquita, L., Ruipérez, A. & Ortet, G. (2010). Basic personality dimensions and alcohol consumption in young adults. *Personality and Individual Differences*, 48 (2), 171-176. doi: 10.1016/j.paid.2009.09.017
- Ijzendoorn, M. (1997). Attachment, emergent morality, and aggression: toward a developmental socioemotional model of antisocial behaviour. *International Journal of Behavioural Development*, 21 (4), 703-727. doi: 10.1080/016502597384631
- Ijzendoorn, M. (2002). Vinculação, moralidade emergente e agressão: para um modelo socioemocional e desenvolvimental do comportamento anti-social. In A. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e família. Uma abordagem científica* (pp. 269-299). Coimbra: Almedina.

- Iria, C. & Barbosa, F. (2008). *Psicopatas criminosos e não criminosos. Uma abordagem neuropsicológica*. Porto: Livpsic/Legis Editora.
- Ishikawa, S. & Raine, A. (2002). Psychophysiological correlates of antisocial behaviour: a central control hypothesis. In J. Glicksohn (Ed.), *The neurobiology of criminal behaviour* (pp. 187-230). Massachusetts: Kluwer Academic Publishers.
- Ishikawa, S. & Raine, A. (2003a). The neuropsychiatry of aggression. In R. Schiffer, S. Rao & B. Fogel (Eds.), *Neuropsychiatry* (2ª Ed.; pp. 660-678). London: Lippincott Williams & Wilkins.
- Ishikawa, S. & Raine, A. (2003b). Prefrontal deficits and antisocial behaviour. A causal model. In B. Lahey, T. Moffitt & A. Caspi (Ed.), *Causes of conduct disorder and juvenile delinquency* (pp. 277-304). New York: Guilford Press.
- Jackson, D., Cropsey, K., Weaver, M., Villalobos, G., Eldridge, G. & Stitzer, M. (2010). Factors related to injection drug use among female prisoners. *Substance Use & Misuse*, 45 (3), 368-383.
- Janeiro, L. & Metelo, T. (2004). Contribuições para a dedscrição do perfil de personalidade dos utentes do CAT-Sotavento/Olhão. *Toxicodependências*, 10 (3), 57-70.
- Janosz, M., Le Blanc, M. & Boulerice, B. (1998). Consommation de psychotropes et délinquance: de bons prédicteurs de l'abandon scolaires?. *Criminologie*, 31 (1), 87-107.
- Jansen, K. & Theron, L. (2003). Ketamina: Nuevas observaciones sobre su consumo, consumidores y efectos. *Adicciones*, 15 (2), 135-166.
- Joaquim, H. (2005). Criminalidade e consumo de substâncias ilícitas. *Toxicodependências*, 11 (1), 53-64.
- Johnson, H. (2004). *Drugs and crime: a study of incarcerated female offenders*. Research and Public Policy. Series 63. Canberra: Australian Institute of Criminology.
- Johnson, C., Drgon, T., Liu, Q.-R., Walther, D., Edenberg, H., Rice, J.,... Uhl, G. (2006). Pooled association genome scanning for alcohol dependence using 104,268 SNPs: validation and use to identify alcoholism vulnerability loci in unrelated individuals from the collaborative study on the genetics of alcoholism. *American Journal of Medical Genetics, Part B Neuropsychiatric Genetics*, 141 (8), 844-853. doi: 10.1002/ajmg.b.30346

- Joseph, J. (2004). Estará o crime nos genes? Revisão crítica de estudos de gémeos e de adotados. In A. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e crime. Da infância à idade adulta* (pp. 361-411). Coimbra: Livraria Almedina.
- Jung, C. (1962). *O Homem à descoberta da sua alma* (C. Pais, Trad.). Porto: Livraria Tavares Martins. (Original publicado s/d).
- Junger, M. & Dekovic, M. (2003). Crime as a risk-taking: Co-occurrence of delinquent behavior, health-endangering behaviors, and problem behaviors. In C. Britt & M. Gottfredson (Ed.), *Control theories of crime and delinquency* (pp. 213-248). London: Transaction Publishers.
- Kagan, J. (2007). A trio of concerns. *Perspectives on Psychological Science*, 2 (4), 361-376.
- Kandel, D. (1975). Stages in adolescent involvement in drug use. *Science*, 190 (4217), 912-914. doi: 10.1126/science.1188374
- Kandel, D. (1985). On processes of peer influences in adolescent drug use: a developmental perspective. *Advances in Alcohol & Substance Abuse*, 4 (3), 139-163.
- Kandel, D. & Chen, K. (2000). Types of marijuana users by longitudinal course. *Journal of Studies on Alcohol*, 61 (3), 367-378.
- Kandel, D. & Logan, J. (1984). Patterns of drug use from adolescence to young adulthood: I. periods of risk for initiation, continued use, and discontinuation. *American Journal of Public Health*, 74 (7), 660-666.
- Kandel, D., Yamaguchi, K. & Chen, K. (1992). Stages of progression in drug involvement from adolescence to adulthood: further evidence for the gateway theory. *Journal of Studies on Alcohol*, 53 (5), 447-457.
- Kandel, D. & Yamaguchi, K. (1993). From beer to crack: developmental patterns of drug involvement. *American Journal of Public Health*, 83 (6), 851-855.
- Kazdin, A. & Buela-Casal, G. (2001). *Conduta anti-social. Avaliação, tratamento e prevenção na infância e na adolescência* (J. De Lima, Trad.). Lisboa: McGraw-Hill. (Original publicado em 1998).
- Kazemian, L. & Le Blanc, M. (2004). Exploring patterns of perpetration of crime across the life course. Offense and offender-based viewpoints. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 20 (4). 393-415. doi: 10.1177/1043986204269378
- Keene, J. (2005). A case-linkage study of the relationship between drug misuse, crime, and psychosocial problems in a total criminal justice population. *Addiction Research & Theory*, 13 (5), 489-502. doi: 10.1080/16066350500166588

- Khantzian, E. (1980). An Ego/Self theory of substance dependence. A contemporary psychoanalytic perspective. In D. Lettieri; M. Sayers & H. Pearson (Eds.), *Theories on drug abuse. Selected contemporary perspectives* (pp. 29-33). Maryland: National Institute on Drug Abuse.
- Khantzian, E. (1985). The self-medication hypothesis of addictive disorders: focus on heroin and cocaine dependence. *The American Journal of Psychiatry*, 142, 1259-1264.
- Kiehl, K., Smith, A., Hare, R., Mendrek, A., Forster, B., Brink, J. & Liddle, P. (2001). Limbic abnormalities in affective processing by criminal psychopaths as revealed by functional magnetic resonance imaging. *Biological Psychiatry*, 50 (9), 677-684.
- Kierkus, C. & Hewitt, J. (2009). The contextual nature of the family structure/delinquency relationship. *Journal of Criminal Justice*, 37 (2), 123-132. doi: 10.1016/j.jcrimjus.2009.02.008
- Kintz, P. (2007). Bioanalytical procedures for detection of chemical agents in hair in the case of drug-facilitated crimes. *Analytical and Bioanalytical Chemistry*, 388 (7), 1467-1474. doi: 10.1007/s00216-007-1209-z
- Koob, G. & Le Moal, M. (2008). Addiction and the brain antireward system. *Annual Review of Psychology*, 59, 29-53. doi: 10.1146/annurev.psych.59.103006.093548
- Koob, G. & Nestler, E. (1997). The neurobiology of drug addiction. *Journal of Neuropsychiatry & Clinical Neurosciences*, 9, 482-497.
- Koop, C. (2007). Introduction. Drug addiction in America: Challenges and opportunities. In J. Henningfield, P. Santora & W. Bickel (Eds.), *Addiction treatment. Science and policy for the twenty-first century* (pp. 1-18). Maryland: The Johns Hopkins University Press.
- Kosterman, R., Hawkins, J., Guo, J., Catalano, R. & Abbott, R. (2000). The dynamics of alcohol and marijuana initiation: patterns and predictors of first use in adolescence. *American Journal of Public Health*, 90 (3), 360-366.
- Koudela, M. (2007). Criminologia: a interdisciplinaridade na investigação das origens do crime e o consenso quanto à prevenção. *Revista Jurídica do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Regional de Blumenau*, 11 (22), 29-40.
- Kovak, R. (1994). Adult attachment: A personality or relationship construct?. *Psychological Inquiry*, 5 (1), 42-44.
- Kraus, J. (1981). Juvenile drug abuse and delinquency: some differential associations. *The British Journal of Psychiatry*, 139, 422-430.

- Krober, H., Scheurer, H. & Sass, H. (1994). Cerebral dysfunction, neurologic symptoms and persistent delinquency. II. Results of the Heidelberg Project. *Fortschritte der Neurologie-Psychiatrie*, 62 (7), 223-232.
- Krohn, M., Hall, G. & Lizotte, A. (2009). Family transitions and later delinquency and drug use. *Journal of Youth and Adolescence*, 38, 466-480. doi: 10.1007/s10964-008-9366-8
- Kuhns, J. & Clodfelter, T. (2009). Illicit drug-related psychopharmacological violence: the current understanding within a causal context. *Aggression and Violent Behavior*, 14 (1), 69-78. doi: 10.1016/j.avb.2008.11.001
- Lacourse, E., Nagin, D., Vitaro, F., Côté, S., Arseneault, L. & Tremblay, R. (2006). Prediction of early onset deviant peer group affiliation. A 12-year longitudinal study. *Archives of General Psychiatry*, 63, 562-568.
- Laird, R., Pettit, G., Dodge, K. & Bates, J. (2005). Peer relationship antecedents of delinquent behaviour in late adolescence: is there evidence of demographic group differences in developmental processes?. *Development and Psychopathology*, 17 (1), 127-144.
- Lapsley, D., Varshney, N. & Aalsma, M. (2000). Pathological attachment and attachment style in late adolescence. *Journal of Adolescence*, 23, 137-155.
- Le Blanc, M. (1994). La conduite délinquante des adolescents et ses facteurs explicatifs. In D. Szabo & M. Le Blanc. *Traité de criminologie empirique* (2<sup>a</sup> Ed.; pp. 49-89). Montréal: Les presses de l'Université de Montreal.
- Le Blanc, M. (1996). *Adolescence en difficulté, délinquance et drogues: politiques sociales et interventions preventives et curatives, quelques leçons des recherches scientifique*. Conférence prononcée au Symposium Youth... now and in the future. Ribeirão Preto. São Paulo. Brasil.
- Le Blanc, M. (1997). A generic control theory of the criminal phenomenon: the structural and dynamic statements of an integrative multilayered control theory. In T. Thornberry (Ed.). *Developmental theories of crime and delinquency* (pp. 215-286). London: Transaction Publishers.
- Le Blanc, M. (1999). L'évolution de la violence chez les adolescents québécois : phénomène et prévention. *Criminologie*, 32 (1), 161-194.
- Le Blanc, M. (2003). La conduite délinquante des adolescent et son explication. In M. Le Blanc, M. Ouimet & D. Szabo (Eds.). *Traité de criminologie empirique* (3<sup>a</sup> Ed. ; pp. 367-420). Montréal: Presses de l'Université de Montréal.

- Leggett, V., Jacobs, P., Nation, K., Scerif, G. & Bishop, D. (2010). Neurocognitive outcomes of individuals with a sex chromosome trisomy: XXX, XYY, or XXY. *Neurology*, 52, 119-129.
- Leiber, M., Mack, K. & Featherstone, R. (2009). Family structure, family processes, economic factors, and delinquency. *Youth Violence and Delinquency*, 7 (2), 79-99.
- León-Carrión, J. & Chacartegui, J. (2003). Blows to the head during development can predispose to violent criminal behaviour : rehabilitation of consequences of head injury is a measure for crime prevention. *Brain injury*, 17 (3), 207-216.
- Leri, F., Bruneau, J. & Stewart, J. (2003). Understanding polydrug use: review of heroin and cocaine co-use. *Addiction*, 98 (1), pp. 7-22.
- Leshner, A. (1997). Addiction Is a Brain Disease, and It Matters. *Science*, 278 (5335), 45-47.
- Levinson, A. & Fonagy, P. (2004). Offending and attachment: The relationship between interpersonal awareness and offending in a prison population with psychiatric disorder. *Canadian Journal of Psychoanalysis*, 12, 225-251.
- Levy, T. & Orlans, M. (1999). Kids who kill: Attachment disorder, antisocial personality and violence. *Forensic Examination*, 8 (3/4), 19-24.
- Lewi, K. (2005). The implications of attachment theory and research for understanding borderline personality disorder. *Development and Psychopathology*, 17 (4), 959-986.
- Lier, P., Vitaro, F., Barker, E., Koot, H. & Tremblay, R. (2009). Developmental links between trajectories of physical violence, vandalism, theft, and alcohol-drug use from childhood to adolescence. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 37 (4), 481-492.
- Lima, M. & Simões, A. (2003). Inventário de personalidade NEO Revisado (NEO-PI-R). In M. Gonçalves, M. Simões, L. Almeida & C. Machado (Eds.). *Avaliação psicológica. Instrumentos validados para a população portuguesa* (Vol. I; pp. 15-32). Coimbra: Quarteto editora.
- Liu, J., Raine, A., Venables, P. H. & Mednick, S. A. (2004). Malnutrition at age 3 years and externalizing behavior problems at 8, 11, and 17 years. *American Journal of Psychiatry*. 161, 2005-2013.
- Liu, Q.-R., Drgon, T., Walther, D., Johnson, C., Poleskaya, O. & Hess, J. (2005). Pooled association genome scanning: validation and use to identify addiction vulnerability loci in two samples. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 102 (33), 11864-11869.

- Lombroso, C. (2006). *Criminal man* (M. Gibson & N. Rafter; Trad.). Durham: Duke University Press. (Original publicado em 1876).
- Lonczak, H., Huang, B., Catalano, R., Hawkins, J., Hill, K., Abbott, R.,... Kosterman, R. (2001). The social predictors of adolescent alcohol misuse: a test of the social development model. *Journal of Studies on Alcohol*, 62 (2), 179-189.
- Longshore, D., Chang, E., Hsieh, S.-C. & Messina, N. (2004). Self-Control and social bonds: a combined control perspective on deviance. *Crime and Delinquency*, 50 (4), 542-564.
- Lorber, M. (2004). Psychophysiology of aggression, psychopathy, and conduct problems: a meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 130 (4), 531-552.
- Lynam, D., Caspi, A., Moffitt, T., Raine, A., Loeber, R. & Stouthamer-Loeber, M. (2005). Adolescent psychopathy and the big five; results from two samples. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 33 (4), 431-443.
- Lyons-Ruth, K., Yellin, C., Melnick, S. & Atwood, G. (2005). Expanding the concept of unresolved mental states: hostile/helpless states of mind on the adult attachment interview are associated with disrupted mother-infant communication and infant disorganization. *Development and Psychopathology*, 17 (1), 1-23.
- Machado, T. (2004). Vinculação e comportamentos anti-sociais. In A. Fonseca (Ed.). *Comportamento anti-social e crime. Da infância à idade adulta* (pp. 291-321). Coimbra: Almedina.
- Mack, A., Franklin Jr., J. & Frances, R. (2003). *Guía: tratamiento del alcoholismo y las adicciones* (M. Gascón, Trad.). Barcelona: Masson. (Original publicado em 2001).
- Magnavita, J. (2001). *Theories of Personality: Contemporary Approaches to the Science of Personality*. New York: John Wiley and Sons.
- Maher, L. (1997). *Sexed work: Gender, race, and resistance in a Brooklyn drug market*. New York: Oxford University Press.
- Main, M. (1996). Introduction to the special section on attachment and psychopathology: 2. Overview of the field of attachment. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 64 (2), 237-243.
- Makkai, T. & Payne, J. (2007). *Key findings from the drug use careers of offenders (DUCO) study*. Canberra: Australian Institute of Criminology.
- Mallik-Kane, K. & Visser, C. (2008). *Health and prisoner reentry: how physical, mental, and substance abuse conditions shape the process of reintegration*. Washington: The Urban Institute. Justice Policy Center.

- Maltby, J., Day, L. & Macaskill, A. (2007). *Personality, individual differences and intelligence*. New Jersey: Pearson Education.
- Manita, C. (1997a). Personalidade criminal e perigosidade: da “perigosidade” do sujeito criminoso ao(s) perigo(s) de se tornar objecto duma “personalidade criminal”... *Revista do Ministério Público*, 69, 55-80.
- Manita, C. (1997b). *Personalidade e acção em consumidores de droga e delinquentes*. Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga.
- Manita, C. (1998). *Auto-organização psicológica e transgressão. Análise empírico-crítica de duas figuras do comportamento desviante: criminosos e consumidores de drogas* (Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto). Disponível em <http://hdl.handle.net/10216/15120>
- Manita, C. (2002). Avaliação psicológica no domínio das toxicodependências: das estruturas aos processos. *Toxicodependências*, 8 (3), 11-25.
- Manita, C. & Cardoso, S. (2004). Mulheres toxicodependentes. O género e a desviância. *Toxicodependências*, 10 (2), 13-25.
- Manita, C., Negreiros, J., Agra, C. & Guerra, M. P. (1997). *Planos existenciais, droga e crime*. Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga.
- Mannheim, H. (1965). *Comparative criminology*. London: Routledge.
- Marcelli, D. (2005). *Infância e psicopatologia* (F. Fonseca & R. Rocha, Trad.). Lisboa: Climepsi. (Original publicado em 1999).
- Marconi, M. & Lakatos, E. (1990). *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados* (2ª Ed.). São Paulo: Editora Atlas.
- Marlatt, G. & Fromme, K. (1988). Metaphors for addiction. In S. Peele (Ed.). *Visions of addiction: Major contemporary perspectives on addiction and alcoholism* (pp. 1-23). Lanham: Lexington Books.
- Marques-Teixeira, J. (1993a). *Toxicodependência e auto-organização*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Marques-Teixeira, J. (1993b). Psicofisiologia, auto-organização e toxicodependência. In C. Agra (Ed.). *Dizer a droga. Ouvir as drogas* (pp. 89-132). Porto: Radicário.
- Marques-Teixeira, J. (2001). Drogas e emoções. *Revista de Saúde Mental*, 3 (4), 19-31.

- Marques-Teixeira, J. & Barbosa, M. (2005). Emotional states and informational brain processing in drug addicts free of drugs: An ERPs study. *International Journal of Psychiatry in Clinical Practice*, 9 (3), 213-220.
- Martin, I., Palepu, A., Wood, E., Li, K., Montagner, J. & Kerr, T. (2009). Violence among street-involved youth: the role of methamphetamine. *European Addiction Research*, 15, 32-38.
- Martins, M. & Pillon, S. (2008). A relação entre a iniciação do uso de drogas e o primeiro ato infracional entre os adolescentes em conflito com a lei. *Cadernos de Saúde Pública*, 24 (5), 112-1120.
- Mason, W., Hitchings, J., McMahon, R. & Spoth, R. (2007). A test of three alternative hypotheses regarding the effect of early delinquency on adolescent psychosocial functioning and substance involvement. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 35 (5), 831-843.
- Matthews, G., Deary, I. & Whiteman, M. (2003). *Personality traits* (2ª Ed.). Cambridge: Cambridge University Press.
- Maume, M., Ousey, G. & Beaver, K. (2005). A re-examination of the link between marital attachment, delinquency peers and desistance from marijuana use. *Journal of Quantitative Criminology*, 21 (1), 27-53.
- McAdams, P. (1996). Personality, Modernity, and the Storied Self: A Contemporary Framework for Studying Persons. *Psychological Inquiry*, 7 (4), 295-321.
- McAdams, P. & Pals, J. (2006). A new big five. Fundamental principles for an integrative science of personality. *American Psychologist*, 61 (3), 204-217.
- McCrae, R. (1991). The five-factor model and its assessment in clinical settings. *Journal of Personality Assessment*, 57 (3), 399-414.
- McCrae, R. R. & Allik, J. (2002). Section III: Methodological and theoretical perspectives. In R. R. McCrae & J. Allik (Eds.). *The five-factor model of personality across cultures* (pp. 279-280). New York: Springer.
- McCrae, R. & Costa, P. (1995). Trait explanation in personality psychology. *European Journal of Personality*, 9 (4), 231-252.
- McCrae, R. & Costa, P. (1997). Personality trait structure as a human universal. *American Psychologist*, 52 (5), 509-516.
- McCrae, R. & Costa, P. (2001). A five-factor theory of personality. In L. A. Pervin & O. John (Eds.). *Handbook of personality. Research and theory* (2ª Ed.; pp. 139-153). New York: Guilford Press.

- McCrae, R. & Costa, P. (2003). *Personality in Adulthood: A Five-factor Theory Perspective*. New York: Guilford Press.
- McCrae, R. & John, O. (1992). An introduction to the five-factor model and its applications. *Journal of Personality*, 6 (2), 175-215.
- McCrystal, P., Percy, A. & Higgins, K. (2007). Exclusion and marginalisation in adolescence: the experience of school exclusion on drug use and antisocial behaviour. *Journal of Youth Studies*, 10 (1), 35-54.
- McDermott, R., Tingley, D., Cowden, J., Frazzetto, G. & Johnson, D. (2009). Monoamine oxidase A gene (MAOA) predicts behavioural aggression following provocation. *PNAS*, 106 (7), 2118-2123.
- McGloin, J., Pratt, T. & Maahs, J. (2004). Rethinking the IQ-delinquency relationship : a longitudinal analysis of multiple theoretical models. *Justice Quarterly*, 21 (3), 603-635.
- McLellan, A., Lewis, D., O'Brien, C. & Kleber, H. (2000). Drug dependence, chronic medical illness. Implications for treatment, insurance, and outcomes evaluation. *The Journal of the American Medical Association*, 284 (13), 1689-1695.
- Mednick, S.; Gabrielli, W. & Hutchings, B. (1984). Genetic influences in criminal convictions: Evidence from an adoption cohort. *Science*, 224 (4651), 891-894.
- Mendes, F. & Manita, C. (2006). Vivências da abstinência: as significações do uso de drogas ao longo da trajetória de ex-consumidores de drogas duras. *Toxicodependências*, 12 (3), 37-48.
- Mendiola, J. & Becoña, E. (2003). La aparición de las “Grow Shop & Smartshop” y los nuevos cambios en el consumo de drogas: un estudio en sus usuarios. *Adicciones*, 15 (3), 243-254.
- Merton, R. (1999). Opportunity structure: the emergence, diffusion, and differentiation of a sociological concept, 1930's-1950's. In F. Adler & W. Laufer (Eds.). *The legacy of anomie theory: advances in criminological theory* (pp. 3-112). New Jersey: Transaction Publishers.
- Merton, R. & Sztompka, P. (1996). *On social structure and science*. Chicago: University of Chicago Press.
- Miczek, K., DeBold, J., Haney, M., Tidey, J., Vivian, J. & Weerts, E. (1994). Alcohol, drugs of abuse, aggression, and violence. In A. Reiss & J. Roth (Eds.), *Understanding and preventing violence* (Vol. 3; pp. 377-380). Washington: The National Academies Press.

- Mijolla, A. & Mijolla-Mellor, S. (2002). *Psicanálise* (C. Almeida & I. Sousa, Trad.). Lisboa: Climepsi. (Original publicado em 1999).
- Mikulincer, M., Florian, V. & Tolmács, R. (1990). Attachment styles and fear of personal death: a case study of affect regulation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58 (2), 273- 280.
- Mikulincer, M. & Shaver, P. (2007). *Attachment in adulthood: Structure, dynamics, and change*. New York: Guilford Press.
- Miles, M. & Huberman, A. (1994). *An expanded sourcebook. Qualitative data analysis* (2ª Ed.). London: SAGE Publications.
- Miller, T. (1991). The psychotherapeutic utility of the five-factor model of personality: a clinician's experience. *Journal of Personality Assessment*, 57 (3), 415-433.
- Miller, J. & Lynam, D. (2006). Reactive and proactive aggression: similarities and differences. *Personality and Individual Differences*, 41 (8), 1469-1480.
- Miller, J., Naimi, T., Brewer, R. & Jones, S. (2007). Binge drinking and associated health risk behaviours among high school students. *Pediatrics*, 119 (1), 76-85.
- Minister of Public Works and Government Services Canada (2006). *The human face of mental health and mental illness in Canada*. Canada: Government of Canada.
- Moffitt, T. (2005). The new look of behavioral genetics in developmental psychopathology: gene-environment interplay in antisocial behaviours. *Psychological Bulletin*, 131 (4), 533-554.
- Monahan, K. & Piquero, A. (2009). Investigating the longitudinal relation between offending frequency and offending variety. *Criminal Justice and Behavior*, 36 (7), 653-673.
- Montagner, H. (1993). *A vinculação. A aurora da ternura* (C. Nunes, Trad.). Lisboa: Instituto Piaget. (Original publicado em 1990).
- Moore, T., Scarpa, A. & Raine, A. (2002). A meta-analysis of serotonin metabolite 5-HIAA and antisocial behaviour. *Aggressive Behavior*, 28, 299-316.
- Moral, M. (2005). Crítica psicossocial a la representación social de las drogas asociada a mecanismos de poder y control. *SMAD. Revista Electrónica de Saúde Mental Álcool e Drogas*, 1 (1), 1-16.
- Morizot, J. & Le Blanc, M. (2003). Searching for a developmental typology of personality and its relations to antisocial behaviour: a longitudinal study of an adjudicated men sample. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 13 (4), 241-277.

- Moyer, I. (2001). *Criminological theories: Traditional and non-traditional voices and themes*. London: SAGE Publications.
- Muncie, J. (2009). *Youth and crime* (4<sup>a</sup> Ed.). London: SAGE Publications.
- Nakash-Eisikovits, O., Dutra, L. & Westen, D. (2002). Relationship between attachment patterns and personality pathology in adolescents. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 41 (9), 1111-1123.
- Nakken, C. (1996). *The addictive personality: understanding the addictive process and compulsive behaviour* (2<sup>a</sup> Ed.). Minnesota: Hazelden Foundation.
- Nasuryte, J., Andershed, A.-K., Neiderhiser, J. & Lichtenstein, P. (2007). Aggression as a mediator of genetic contributions to the association between negative parent-child relationships and adolescent antisocial behavior. *European Child & Adolescent Psychiatry*, 16 (2), 128-137.
- Nathanson, C., Paulhus, D. & Williams, K. (2006). Personality and misconduct correlates of body modification and other cultural deviance markers. *Journal of Research in Personality*, 40 (5), 779-802.
- Navas, E. & Muñoz, G. (2005). Teorías explicativas y modelos preventivos de la conducta antisocial en adolescentes. *Cuadernos de Medicina Psicosomática y psiquiatria de enlace*, 75, 22-39.
- Negreiros, J. (1997). *Consumo de drogas nas prisões portuguesas*. Gabinete de Planeamento e Coordenação do Combate à Droga.
- Negreiros, J. (2001). *Delinquências juvenis. Trajectórias, intervenções e prevenção*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Nestler, E. & Landsman, D. (2001). Learning about addiction from the genome. *Nature*, 409 (6822), 834-835.
- Newburn, T. (2007). *Criminology*. United Kingdom: Willam Publishing.
- Newcomb, M., Galaif, E. & Carmona, V. (2001). The drug-crime nexus in a community sample of adults. *Psychology of Addictive Behaviors*, 15 (3), 185-193. doi: 10.1037/0893-164X.15.3.185
- Niemela, S., Sourander, A., poikolainen, K., Helenius, H. , Sillanmaki, L. , Parkkola, K.,... Moilanen, I. (2006). Childhood predictors of drunkenness in late adolescence among males: a 10-year population-based follow-up study. *Addiction*, 101 (4), 512-521. doi: 10.1111/j.1360-0443.2006.01381

- Nunes, L. (2005). *Análise biográfica de indivíduos com história de abuso de substâncias* (Monografia apresentada à Faculdade de Ciência Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa). Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- Observatorio Europeo de las Drogas y las Toxicomanías (2007). *Drogas en el punto de mira. Drogas y delincuencia: una relación compleja. Hacia una definición de la delincuencia relacionada con la droga*. Oficina de Publicaciones Oficiales de las Comunidades Europeas.
- Oetting, E.; Deffenbacher, J. & Donnermeyer J. (1998). Primary socialization theory: the role played by personal traits in the etiology of drug use and deviance. *Substance Use and Misuse*, 33 (2), 1337-1366.
- Oetting, E. & Donnermeyer, J. (1998). Primary socialization theory: the etiology of drug use and deviance. *Substance Use and Misuse*, 33 (1), 995-1026. doi: 10.3109/10826089809056252
- Oetting, E.; Donnermeyer, J. & Deffenbacher, J. (1998). Primary socialization theory: the influence of the community on drug use and deviance. *Substance Use and Misuse*, 33 (3), 1629-1665. doi: 10.3109/10826089809058948
- Oliveira, J. & Costa, M. (2005). Estilos de vinculação e percepções de satisfação com os papéis parental e conjugal em tríades de famílias intactas. *Revista Semestral da Associação Portuguesa de Psicologia*, 18 (2), 57-74.
- Organização Mundial de Saúde (1993). *Classificação internacional de doenças. CID-10* (10ª Ed.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Organización Mundial de la Salud (2005). *Neurociencia del consumo y dependencia de sustancias psicoactivas*. Washington: Organización Mundial de la Salud. Disponível em [http://www.who.int/substance\\_abuse/publications/neuroscience\\_spanish.pdf](http://www.who.int/substance_abuse/publications/neuroscience_spanish.pdf)
- Ortiz-Tallo, M.; Fierro, A.; Blanca, M.; Cardenal, V. & Sánchez, L. (2006). Factores de personalidad y delitos violentos. *Psicothema*, 18 (3), 459-464.
- Otero, J. (1994). *Droga y delincuencia. Concepto, medida y estado actual de conocimiento*. Madrid: Eudema.
- Otero, J., Luengo, A., Miron, L., Carrillo, M. & Romero, E. (1994). An empirical study of the relations between drug abuse and delinquency among adolescents. *The British Journal of Criminology*, 34, 459-478.
- Ovejero, A. (2007). Adicciones y contexto sociocultural: perspectivas psicosociológicas críticas. *Revista Española de Drogodependencias*, 23 (3), 292-309.

- Oxford, M., Oxford, M., Harachi, T., Catalano, R. & Abbott, R. (2001). Preadolescent predictors of substance initiation: a test of both the direct and mediated effect of family social control factors on deviant peer associations and substance initiation. *The American Journal of Drug and Alcohol Abuse*; 27 (4), 599-616. doi: 10.1081/ADA-100107658
- Pacheco, J. & Hutz, C. (2009). Variáveis familiares preditoras do comportamento anti-social em adolescentes autores de atos infracionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25 (2), 213-219. doi: 10.1590/S0102-37722009000200009
- Pardini, D., Obradovic, J. & Loeber, R. (2006). Interpersonal callousness, hiperactivity/impulsivity, inattention, and conduct problems as precursors delinquency persistence in boys: a comparison of three grade-based cohorts. *Journal of Criminal Child and Adolescent Psychology*, 35 (1), 46-59. doi : 10.1207/s15374424jccp3501\_5
- Parent, I. & Brochu, S. (1999). *Quand les trajectoires toxicomanes et délinquants se rencontrent: dix toxicomanes se racontent*. Recherches et Intervention sur les Substances Psicoactives (RISQ). Disponível em <https://depot.erudit.org/retrieve/865/000213pp.pdf>
- Pereira, A. (2004). *Guia prático de utilização. Análise de dados para ciências sociais e psicologia* (5ª Ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Paris, J. (2005). Nature and nurture in personality disorders. In S. Strack & T. Millon (Eds.), *Handbook of personology and psychopathology* (pp. 24-38). New York: John Wiley and Sons.
- Pervin, L. (2002). *The Science of Personality*. New York: Oxford University Press.
- Pervin, L. & John, O. (2004). *Personalidade. Teoria e pesquisa* (8ª Ed.; R. Costa, Trad.). Porto Alegre: Artmed. (Original publicado em 2001).
- Pestana, M. & Gageiro, J. (2005). *Análise de dados para ciências sociais. A complementaridade do SPSS* (4ª Ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Peterson, C. & Park, C. (1998). Learned helplessness and exploratory style. In D. Barone, M. Hersen & V. Hasselt (Eds.), *Advanced Personality* (pp. 287-310). New York: Planum Press.
- Piccinini, W. (2004). Apontamentos históricos sobre a psiquiatria forense no Brasil. In J. Taborda, M. Chalub & E. Abdalla-Filho. *Psiquiatria forense* (pp. 31-41). São Paulo: Artmed Editora.

- Pierce, A. (2008). *Ships without a shore: America's undernurtured children*. New Jersey: Transaction Publishers.
- Piquero, A., Farrington, D., Welsh, B., Tremblay, R. & Jennings, W. (2009). Effects of early family/parent training programs on antisocial behaviour and delinquency. *Journal of Experimental Criminology*, 5, 83-120. doi: 10.1007/s11292-009-9072-x
- Pires, S. (2005). Maus tratos infantis: factor de risco na gênese da toxicodependência. *Toxicodependências*, 11 (1), 65-78.
- Plourde, C. & Brochu, S. (2002). Drogue et alcool durant l'incarceration: examen de la situation des penitenciers federaux quebecois. *Canadian Journal of Criminology*. 44 (2), 209-240.
- Popper, K. (1999). *O mito do contexto. Em defesa da ciência e da racionalidade* (P. Taipas, trad.). Lisboa: Edições 70. (Original publicado em 1996).
- Prochaska, J. & Diclemente, C. (1986). Toward a comprehensive model of change. In W. Miller & N. Heather (Eds.), *Treating addictive behaviors: processes of change* (pp. 3-27). New York: Plenum Press.
- Queirós, C. (1997a). A importância das abordagens biológicas no estudo do crime. *Revista do Ministério Público*. 69, 37-54.
- Queirós, C. (1997b). *Emoções e cognições em consumidores de droga e delinquentes*. Gabinete de Planeamento e de Combate à Droga.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2005). *Manual de investigação em Ciências Sociais* (4ª Ed.; J. Marques & M. Mendes, Trad.). Lisboa: Gradiva. (Original publicado em 1995).
- Raine, A. (1993). *The psychopathology of crime. Criminal behavior as a clinical disorder*. London: Academic Press.
- Raine, A. (2002). Biosocial studies of antisocial and violent behavior in children and adults: a review. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 30 (4), 311-326. doi: 10.1023/A:1015754122318
- Raine, A. (2004). Factores biosociales. In J. Sanmarín (Ed.), *El laberinto de la violencia. Causas, tipos y efectos* (pp. 57-74). Barcelona: Ariel.
- Raine, A. (2008). O crime biológico: implicação para a sociedade e para o sistema de justiça criminal. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 30 (1), 5-8. doi: 10.1590/S0101-81082008000100003

- Raine, A., Brennan, P., Mednick, B. & Mednick, S. (1996). High rates of violence, crime, academic problems, and behavioral problems in males with both early neuromotor deficits and unstable family environments. *Archives of General Psychiatry*, 53 (6), 544-549.
- Raine, A., Ischikawa, S., Arce, E., Lencz, T., Knuth, K., Bihrl, S.,... Colletti, P. (2004). Hippocampal structural asymmetry in unsuccessful psychopaths. *Biological Psychiatry*, 55, 185-191. doi: 10.1016/S0006-3223(03)00727-3
- Rankin, J. & Kern, R. (1994). Parental attachments and delinquency. *Criminology*, 32 (4), 495- 515.
- Raine, A., Lencz, T., Taylor, K., Hellige, J., Bihrl, S., LaCasse, L.,... Colletti, P. (2003). Corpus callosum abnormalities in psychopathic antisocial individuals. *Archives of General Psychiatry*, 60, 1134-1142. doi: 10.1001/archpsyc.60.11.1134
- Regoli, R.; Hewitt, J. & Delisi, M. (2009). *Delinquency in society* (8ª Ed.). London: Jones & Bartlett Publishers.
- Reidy, M. & Mercier, L. (2003). A triangulação. In M.-F. Fortin (Ed.), *O processo de investigação. Da concepção à realização* (3ª Ed.; N. Salgueiro, Trad.; pp. 321-328). Loures: Lusociência. (Original publicado em 1996).
- Renken, B, Egeland, B., Marvinney, D., Mangelsdorf, S & Sroufe, L. (1989). Early childhood antecedents of aggression and passive-withdrawal in early elementary school. *Journal of Personality*, 57 (2). 257-281. doi: 10.1111/j.1467-6494.1989.tb00483.x
- Rholes, W. & Simpson, J. (2006a). Attachment theory. Basic concepts and contemporary questions. In W. Rholes & J. Simpson (Eds.), *Adult attachment theory, research, and clinical implications* (pp. 3-14). New York: Guilford Press.
- Rholes, W. & Simpson, J. (2006b). Attachment processes across the lifespan. Continuity, discontinuity, change, and measurement issues. In W. Rholes & J. Simpson (Eds.), *Adult attachment theory, research, and clinical implications* (pp. 15-16). New York: Guilford Press.
- Ribeaud, D. & Eisner, M. (2006). The “Drug-Crime Link” from a self-control perspective: an empirical test in a Swiss youth sample. *European Journal of Criminology*, 3 (1), 33-67. doi: 10.1177/1477370806059080
- Ribeiro, J. (1998). Dependência psicológica versus dependência física? *Toxicodependências*, 4 (2), 45-53.
- Ribeiro, J. (1999). *Investigação e avaliação em psicologia e saúde*. Lisboa: Climepsi.

- Riggs, S. (2010). Childhood emotional abuse and the attachment system across the life cycle: what theory and research tell us. *Journal of aggression, Maltreatment & Trauma*, 19 (1), 5-51. doi: 10.1080/10926770903475968
- Riggs, S. & Kaminski, P. (2010). Childhood emotional abuse, adult attachment, and depression as predictors of relational adjustment and psychological aggression. *Journal of aggression, Maltreatment & Trauma*, 19 (1),75-104. doi: 10.1080/10926770903475976
- Rijò, D. & Sousa, M. (2004). Gerar percursos sociais (GPS), um programa de prevenção e reabilitação para jovens com comportamento desviante – bases conceituais, estruturas e conteúdos. *Infância e Juventude*, 2, 33-74.
- Robert, P. (2007). Sociologia do crime (L. Perretti, Trad.). Petrópolis: Editora Vozes. (Original publicado em 2005).
- Roberts, B., Walton, K. & Viechtbauer, W. (2006). Personality traits change in adulthood: reply to Costa and McCrae (2006). *Psychological Bulletin*, 132 (1), 29-32.
- Robertson, A., Xu, X. & Stripling, A. (2010). Adverse events and substance use among female adolescent offenders: effects of coping and family support. *Substance Use & Misuse*, 45 (3), 451-472.
- Rodríguez, J., Agulló, E. & Agulló, M. (2003). Jóvenes, fin de semana y uso recreativo de drogas: evolución y tendencias del ocio juvenil. *Adicciones*, 15 (2), 7-33.
- Romi, S. & Marom, D. (2007). Differences in intelligence between nondelinquent and dropout delinquent adolescents. *Adolescence*, 42 (166), 325-336.
- Rothbard, J. & Shaver, P. (1994). Continuity of attachment across the life span. In M. Sperling & W. Berman (Eds.), *Attachment in adults. Clinical and developmental perspectives* (pp. 31-71). New York: Guilford Press.
- Rowe, D. (1986). Genetic and environmental components of antisocial behaviour: a study of 265 twin pairs. *Criminology*, 24 (3), 513-532.
- Rowe, D. (2001). *Biology and crime*. New York: Oxford University Press.
- Rubin, H. & Rubin, I. (1995). *Qualitative interviewing. The art of hearing data*. London: SAGE Publications.
- Ruquoy, D. (2005). Situação de entrevista e estratégia do entrevistador. In L. Albarello, F. Digneffe, J.-P. Hiernaux, C. Maroy, D. Ruquoy & P. Saint-Georges (Eds.), *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais* (2ª Ed.; L. Baptista, Trad.; pp. 84-116). Lisboa: Gradiva. (Original publicado em 1995).

- Sacks; S., Cleland, C., Melnick, G., Flynn, P., Knight, K., Friedman, P.,... Coen, C. (2009). Violent offenses associated with co-occurring substance use and mental health problems: evidence from CJDATS. *Behavioral Sciences & the Law*, 27 (1), 51-69. doi: 10.1002/bsl.850
- Sáiz, P., Gracia-Portilla, P., Martínez, S., Bascarán, M., Bousoño, M. & Bobes, J. (2003). Complicaciones psicopatológicas asociadas al consumo de drogas recreativas. *Adicciones*, 15 (2), 217-213.
- Sánchez, E. & Berjano, E. (1996). Características de personalidad en sujetos drogodependientes. *Psicothema*, 8 (3), 457-463.
- Sandage, S. & Hill, P. (2001). The virtues of positive psychology: rapprochement and challenges of an affirmative post modern perspective. *Journal for the theory of social behaviour*, 31 (3), 241-260.
- Santos, M. & Kassouf, A. (2007). Uma investigação econômica da influência do mercado de drogas ilícitas sobre a criminalidade brasileira. *Economia*, 8 (2), 187-210.
- Sarkar, J. & Adshead, G. (2006). Personality disorders as disorganisation of attachment and affect regulation. *Advances in Psychiatric Treatment*, 12, 297-305.
- Saucier, G. & Goldberg, L. (1996). Lexical perspectives on the Five-Factor Model. In J. Wiggins (Ed.), *The Five-factor Model of Personality: Theoretical Perspectives* (21-50). New York: Guilford Press.
- Scarpa, A. & Raine, A. (2003). The psychophysiology of antisocial behaviour: interactions with environmental experiences. In A. Walsh & L. Ellis (Eds.), *Biosocial criminology: challenging environmentalism's supremacy* (pp. 209-226). New York: Nova Science Publishers.
- Schenker, M. & Minayo, M. (2004). A importância da família no tratamento do uso abusivo das drogas: uma revisão da literatura. *Cadernos de Saúde Pública*, 20 (3), 649-659.
- Schmidt, L., Fox, N. & Hamer, D. (2007). Evidence for a gene-gene interaction in predicting children's behavior problems: association of serotonin transporter short and dopamine receptor D4 long genotypes with internalizing and externalizing behaviors in typically developing 7-years-olds. *Development and Psychopathology*, 19 (4), 1105-1116. doi: 10.1017/S0954579407000569

- Schmitt, R. Pinto, T. Gomes, K. Quevedo, J. & Stein, A. (2006). Personalidade psicopática em uma amostra de adolescentes infratores brasileiros. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 33 (6), 297-303. doi: 10.1590/S0101-60832006000600002
- Schnapper, D. (2000). *A compreensão sociológica: como fazer análise tipológica* (E. Freitas, Trad.). Lisboa: Gradiva. (Original publicado em 1999).
- Schramm-Sapyta, N., Walker, Q., Caster, J., Levin, E. & Kuhn, C. (2009). Are adolescents more vulnerable to drug addiction than adults? Evidence from animal models. *Psychopharmacology*, 206 (1), 1-21. doi: 10.1007/s00213-009-1585-5
- Schroeder, R., Bulanda, R., Giordano, P. & Cernkovich, S. (2010). Parenting and adult criminality: An examination of direct and indirect effects by race. *Journal of Adolescent Research*, 25 (1), 64-98. doi: 10.1177/0743558409354215
- Schroder, J., Chapelle, A., Hakola, P. & Virkkunen, M. (2007). The frequency of XYY and XXY men among criminal offenders. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, 63 (3), 272-276.
- Schuckit, M. (1980). A theory of alcohol and drug abuse: a genetic approach. In D. Lettieri, M. Sayers & H. Pearson (Eds.), *Theories on drug abuse. Selected contemporary perspectives* (pp. 197-302). Maryland: National Institute on Drug Abuse.
- Schuckit, M. (1998). *Abuso de álcool e drogas* (J. Almeida, Trad.). Lisboa: Climepsi. (Original publicado em 1995).
- Schug, R.; Gao, Y.; Glenn, A.; Peskin, M.; Yang, Y & Raine, A. (2010). The developmental evidence base. Neurobiological research and forensic applications. In G. Towl & D. Crighton (Eds.), *Forensic Psychology* (pp. 73-94). New York: John Wiley and Sons.
- Seddon, T. (2000). Explaining the drug-crime link: theoretical, policy and research issues. *Journal of Social Policy*, 29, 95-107. doi: 10.1017/S0047279400005833
- Seddon, T. (2006). Drugs, crime and social exclusion. Social Context and Social Theory in British Drugs–Crime Research. *British Journal of Criminology*, 46 (4), 680-703. doi: 10.1093/bjc/azi079
- Seibel, D. & Toscano Jr., A. (2001). Conceitos básicos e classificação geral das substâncias psicoativas. In S. Seibel & A. Toscano Jr. (Eds), *Dependência de drogas* (pp. 1-6). São Paulo: Editora Atheneu.

- Shaver, P. R., Belsky, J. & Brennan, K. A. (2000). The adult attachment interview and self-reports of romantic attachment: associations across domains and methods. *Personal Relationships*, 7, 25-43. doi: 10.1111/j.1475-6811.2000.tb00002.x
- Shaver, P. & Brennan, K. (1992). Attachment styles and the “Big Five” personality traits: Their connections with each other and with romantic relationships outcomes. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 18 (5), 536-545. doi: 10.1177/0146167292185003
- Shaver, P. R. & Mikulincer, M. (2006). What do self-report attachment measures assess?. In W. S. Rholes & J. A. Simpson (Eds.), *Adult attachment: Theory, research, and clinical implications* (pp. 17-54). New York: Guilford Press.
- Sherry, A., Henson, R. & Lewis, J. (2003). Evaluating the appropriateness of college-age norms for use with adolescents on the NEO Personality Inventory-Revised. *Assessment*, 10 (1), 71-78. doi: 10.1177/1073191102250184
- Sibley, C. & Overall, N. (2010). Modeling the hierarchical structure of personality-attachment associations: domain diffusion versus domain differentiation. *Journal of Social and Personal Relationships*, 27 (1), 47-70. doi: 10.1177/0265407509346421
- Silveira, D., Fernandes, M., Barbieri, A., Labigalini, E. & Silveira, E. (2001). Fatores associados a perfusão cerebral anormal em dependentes de cocaína. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 23 (1), 9-14. doi: 10.1590/S1516-44462001000100004
- Simons, R., Simons, L., Chen, Y.-F.; Brody, G. & Lin, K.-H. (2007). Identifying the psychological factors that mediate the association between parenting practices and delinquency. *Criminology*, 45 (3), 481-517. doi: 10.1111/j.1745-9125.2007.00086.x
- Slade, A. (1999). Attachment theory and research. Implications for the theory and practice of individual psychotherapy with adults. In J. Cassidy & P. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment. Theory, research, and clinical applications* (pp. 575-594). London: The Guilford Press.
- Smith, L. (1994). Biographical method. In N. Denzin & S. Lincoln (Eds.), *Handbook of Qualitative Research* (pp. 286-306). London: SAGE.
- Snyder, H. & Sickmund, M. (1995). Juvenile offenders and victims: a national report. Washington: Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention. Disponível em [http://books.google.pt/books?id=VZt5aeL6xTkC&pg=PA161&dq=Office+of+Juvenile+Justice+and+Delinquency+Prevention.+\(1994&lr=&cd=1#v=onepage&q=Urban%20delinquency%20and%20.&f=false](http://books.google.pt/books?id=VZt5aeL6xTkC&pg=PA161&dq=Office+of+Juvenile+Justice+and+Delinquency+Prevention.+(1994&lr=&cd=1#v=onepage&q=Urban%20delinquency%20and%20.&f=false)

- Soto, F., Lacoste, J., Papenfuss, R. & Gutiérrez, A. (1997). El modelo de creencias de salud. Un enfoque teórico para la prevención del SIDA. *Revista Española de Salud Pública*, 71 (4), 335-341.
- Speckart, G. & Anglin, M. (1986). Narcotics and crime: a causal modelling approach. *Journal of Quantitative Criminology*, 2 (1), 3-28. doi: 10.1007/BF01064593
- Stalenheim, E. (2002). Long-term validity of biological markers of psychopathy and criminal recidivism: follow-up 6-8 years after forensic psychiatric investigation. *Psychiatry Research*, 121 (3), 281-291. doi: 10.1016/j.psychres.2003.07.002
- Steele, M., Hodges, J., Kaniuk, J. & Steele, H. (2010). Mental representation and change: developing attachment relationships in an adoption context. *Psychoanalytic Inquiry*, 30 (1), 25-40. doi: 10.1080/07351690903200135
- Stelmack, R. (1998). H. J. Eysenck's contribution to the causal bases of personality. *Psihologija*, 3, 193-204.
- Stephens, R. & Ellis, R. (1975). Narcotic addicts and crime. Analysis of recent trends. *Criminology*, 12 (4), 474-488.
- Stevens, A., Trace, M. & Bewley-Taylor, D. (2005). *Reducing drug related crime: an overview of the global evidence. Report 5*. London: The Beckley Foundation Drug Policy Programme. Disponível em [https://www.kent.ac.uk/eiss/documents/BeckleyFoundation\\_Report\\_05.pdf](https://www.kent.ac.uk/eiss/documents/BeckleyFoundation_Report_05.pdf)
- Stupperich, A., Ihm, H. & Strack, M. (2009). Violence and personality in forensic patients. Is there a forensic patient specific personality profile?. *Journal of Interpersonal Violence*, 24 (1), 209-225. doi: 10.1177/0886260508316305
- Sun, F., Cousineau, M.-M., Brochu, S. & White, N. (2006). Consommation de substances psychoactives et degré de gravité du crime. *Canadian Journal of Criminology and Criminal Justice*, 46 (1), 1-26.
- Suris, J., Akre, C., Berchtold, A., Jeannin, A. & Michaud, P.-A. (2007). Some go without a cigarette. Characteristics of cannabis users who have never smoked tobacco. *Archives of Pediatrics & Adolescents Medicine*, 161 (11), 1042-1047.
- Symington, J. & Symington, N. (1999). *O pensamento clínico de Wilfred Bion* (D. Dantas, Trad.). Lisboa: Climepsi Editores. (Original publicado em 1997).
- Tavares, M., Silva-Araújo, A., Lopes, I., Silva, J. & Sousa, L. (2002). Drogas de abuso – o discurso da biologia. *Toxicodependências*, 8 (2), 3-16.

- Taylor, S. (2008). Outside the outsiders: Media representations of drug use. *Probation Journal*, 55 (4), 369-387. doi: 10.1177/0264550508096493
- Tehrani, J. & Mednick, S. (2002). Influências genéticas no comportamento criminal. In A. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e família. Uma abordagem científica* (pp. 301-316). Coimbra: Livraria Almedina.
- Thompson, R. (1999). Early attachment and later development. In J. Cassidy & P. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment. Theory, research, and clinical applications* (pp. 265-286). London: The Guilford Press.
- Thompson, R. & Raikes, H. (2003). Toward the next quarter-century: conceptual and methodological challenges for attachment theory. *Development and Psychopathology*, 15 (3), 691-718. doi: 10.1017/S0954579403000348
- Thornberry, T. (1996). Empirical support for interactional theory: a review of the literature. In J. Hawkins (Ed.), *Delinquency and crimes. Current theories* (pp. 198-235). New York: Cambridge University Press.
- Tinoco, R. (1999). Notas sobre a construção psicossocial da identidade desviante em toxicodependência. *Toxicodependências*, 5 (3), 11-23.
- Tinoco, R., & Pinto, S. (2001). Abordagem biográfica das toxicodependências – o biograma como instrumento de intervenção clínica. *Toxicodependências*, 7 (1), 17-22.
- Tinoco, R., & Pinto, S. (2003). As potencialidades clínicas do biograma. *Toxicodependências*, 9 (3), 39-46.
- Tongerren, D. & Klebe, K. (2010). Reconceptualizing prison adjustment: a multidimensional approach exploring female offenders? Adjustment to prison life. *The Prison Journal*, 90 (1), 48-68. doi: 10.1177/0032885509357547
- Torres, N. (2003). A química da dependência e as dependências-tóxicas. Para um modelo biopsicossocial. *Toxicodependências*, 9 (1), 29-45.
- Torres, A. & Gomes, M. (2005). Drogas e prisões: relações próximas. *Toxicodependências*, 11 (2), 23-40.
- Tremblay, S. (1999). *Drogues illicites et criminalité au Canada*. Ottawa: Centre Canadien de la Statistique Juridique. Disponível em <http://www.statcan.gc.ca/pub/85-002-x/85-002-x1999001-fra.pdf>
- Trigo, M. (2006). Terapia para a prevenção da recaída na dependência de substâncias: os modelos de Alan Marlatt e de Terence Gorski. Aplicações à nicotino-dependência. *Revista Portuguesa de Clínica Geral*, 22, 299-328.

- Vaillant, G. (1966). A twelve years follow-up of New York narcotic addicts: Some social psychiatric characteristics. *Archives of General Psychiatry*, 15, 599-609. doi: 10.1176/appi.ajp.122.7.727
- Vala, J. (2003). A análise de conteúdo. In A. Silva & J. Pinto (Eds.), *Metodologia das Ciências Sociais* (12ª Ed.; pp. 101-128). Porto: Edições Afrontamento.
- Valdez, A., Kaplan, C. & Curtis Jr., R. (2007). Aggressive crime, alcohol and drug use, and concentrated poverty in 24 U.S. urban areas. *The American Journal of Drug and Alcohol Abuse*, 33 (4), 595-603. doi: 10.1080/00952990701407637
- Van Dam, C., De Bruyn, E. & Janssens, J. (2005). Personality, delinquency and criminal recidivism. *Adolescence*, 42 (168), 763-777.
- Verweij, K., Zietsch, B., Lynskey, M., Medland, S., Neale, M., Martin, N.,... Vink, J. (2010). Genetic and environmental influences on cannabis use initiation and problematic use: a meta-analysis of twin studies. *Addiction*, 105, 417-430. doi: 10.1111/j.1360-0443.2009.02831.x
- Vitaro, F., Pedersen, S. & Brendgen, M. (2007). Children's disruptiveness, peer rejection, friend's deviancy, and delinquent behaviors: a process-oriented approach. *Development and Psychopathology*, 19 (2), 433-453. doi: 10.1017/S0954579407070216
- Volavka, J., Mednick, S., Rasmussen, L. & Teasdale, T. (2007). EEG response to sine wave modulated light in XYY, XXY, and XY men. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, 56 (5), 509-516.
- Wall, A. & Kohl, P. (2007). Substance abuse in maltreated youth: findings from the National Survey of Child and Adolescent well-being. *Child Maltreatment*, 12 (1), 20-30. doi: 10.1177/1077559506296316
- Warr, M. (2007). Delinquency, deception, and parental attachment. *Journal of Youth and Adolescence*, 36 (5), 607-622. doi: 10.1007/s10964-006-9148-0
- Wartner, U., Fremmer-Bombik, E. & Suess, G. (1994). Attachment patterns at age six in South Germany: Predictability from infancy and implications for preschool behavior. *Child Development*, 65, 1014-1027.
- Waters, E., Crowell, J., Elliott, M., Corcoran, D. & Treboux, D. (2002). Bowlby's secure base theory and the social personality Psychology of attachment styles: Work(s) in progress. *Attachment and Human Development*, 4, 230-242.
- Weber, M. (2005). *Conceitos sociológicos fundamentais* (3ª Ed.; A. Mourão, Trad.). Lisboa: Edições 70. (Original publicado s/d).

- Weiss, R. (1982). Attachment in adult life. In C. Parkes & J. Stevenson-Hinde (Eds.), *The place of attachment in human behaviour* (pp. 171-184). London: Taylor & Francis.
- Weiss, R. (1993). The attachment bond in childhood and adulthood. In C. Parkes & J. Stevenson-Hinde (Eds.), *Attachment across the life cycle* (pp. 66-76). London: Routledge.
- Werch, C. & DiClemente, C. (1994). A multi-component stage model for matching youth of use. *Health Education Research*, 9 (1), 37-46.
- Westen, D., Gabbard, G. & Ortigo, K. (2008). Psychoanalytic approaches to personality. In O. John, R. Robins & L. Pervin (Eds.), *Handbook of Personality: Theory and Research* (pp. 61-113). New York: Guilford Press.
- White, H., Tice, P., Loeber, R. & Stouthamer-Loeber, M. (2002). Illegal acts committed by adolescents under the influence of alcohol and drugs. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 39 (2), 131-152. doi: 10.1177/002242780203900201
- Widiger, T. & Lowe, J. (2007). Five-Factor model assessment of personality disorder. *Journal of Personality Assessment*, 89 (1), 16-29. doi: 10.1080/00223890701356953
- Widon, C. & Wilson, H. (2009). How victims become offenders. In B. Bottons, C. Najdowski & G. Goodman (Eds.), *Children as victims, witnesses, and offenders. Psychological science and the law* (pp. 255-274). New York: Guilford Press.
- Wiesner, M., Kim, H. & Capaldi, D. (2005). Developmental trajectories of offending: validation and prediction to young adult alcohol use, drug use, and depressive symptoms. *Development and Psychopathology*, 17 (1), 251-270.
- Wikstrom, P.-O. & Sampson, R. (2003). Social mechanisms of community influences on crime and pathways in criminality. In B. Lahey, T. Moffitt & A. Caspi (Eds.), *Causes of conduct disorder and juvenile delinquency* (118-148). New York: The Guilford Press.
- Wilkowski, B., Robinson, M. & Meier, B. (2006). Agreeableness and the prolonged spatial processing of anti-social and prosocial information. *Journal of Research in Personality*, 40 (6), 1152-1168. doi: 10.1016/j.jrp.2005.12.004
- Witt, E., Donnellan, M. & Blonigen, D. (2009). Using existing self-report inventories to measure the psychopathic personality traits of fearless dominance and impulsive antisociality. *Journal of Research in Personality*, 43 (6), 1006-1016. doi: 10.1016/j.jrp.2009.06.010

- Wright, B. & Younts, C. (2009). Reconsidering the relationship between race and crime. Positive and negative predictors of crime among African American youth. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 46 (3), 327-352.
- Xiberras, M. (1996). *As teorias da exclusão. Para uma construção do imaginário do desvio* (J. Rego, Trad.). Lisboa: Instituto Piaget. (Original publicado em 1993).
- Yamaguchi, K. & Kandel, D. (1984). Patterns of drug use from adolescence to young adulthood: II. Sequences of progression. *American Journal of Public Health*, 74 (7), 668-672.
- Yang, Y., Raine, A., Lencz, S., Bihrl, S., LaCasse, L. & Colletti, P. (2005). Volume reduction in prefrontal gray matter in unsuccessful criminal psychopaths. *Biological Psychiatry*, 57, 1103-1108. doi: 10.1016/j.biopsych.2005.01.021
- Yaralian, P. & Raine, A. (2001). Biological approaches to crime: Psychophysiology and brain dysfunction. In R. Paternoster & R. Bachman (Eds.), *Explaining criminals and crime: Essays in contemporary criminological theory* (pp. 57-72). Los Angeles: Roxbury.
- Yochelson, S. & Samenhow, S. (1976). *The criminal personality*. London: Jason Aronson.
- Zara, G. & Farrington, D. (2009). Childhood and adolescent predictors of late onset criminal careers. *Journal of Youth and Adolescence*, 38, 287-300. doi: 10.1007/s10964-008-9350-3
- Zuckerman, M. (1993). P-Impulsive Sensation Seeking and Its Behavioral, Psychophysiological and Biochemical Correlates. *Neuropsychobiology*, 28 (1-2), 30-36.
- Zupancic, B. (1974). Criminal law and its influence upon normative integration. *Acta Criminologica*, 7 (1), 53-105.



## **ÍNDICE DE ANEXOS**

Anexo A: Declaração de Consentimento Informado

Anexo B: Declaração de Autorização de Gravação da Entrevista

Anexo C: Ficha de Identificação

Anexo D: Lista de Verificação de Comportamentos Não Verbais

Anexo E: Guião da Entrevista

Anexo F: NEO Personality Inventory Revised (NEO PI-R)

Anexo G: Escala de Vinculação no Adulto (EVA)

Anexo H: Autorização para Administrar a Escala de Vinculação do Adulto

## **ANEXOS**

**ANEXO A**  
Declaração de Consentimento Informado

## CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, abaixo-assinado, declaro que aceito participar no estudo intitulado por *Análise biográfica, do estilo de vinculação e da personalidade, em indivíduos com história de abuso de substâncias e condutas delinquentes*, que Laura M. Nunes está a realizar no âmbito do desenvolvimento do seu doutoramento na Universidade Fernando Pessoa.

Declaro que, antes de optar pela minha participação, tomei conhecimento do objectivo do estudo, de todos os aspectos que considere importantes para a minha decisão e do que tenho de fazer para participar dele. Fui também informado(a) da duração esperada e dos procedimentos do estudo, tendo-me sido dadas garantias de anonimato e confidencialidade dos dados, além de que me foi transmitido o direito que me assiste de recusar participar ou cessar a minha participação, em qualquer momento, sem quaisquer consequências para mim.

Consciente de que estou a contribuir para a investigação, comprometo-me a colaborar com total sinceridade, fornecendo as informações que me forem solicitadas.

Data \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

**ANEXO B**

Declaração de Autorização de Gravação da Entrevista

## DECLARAÇÃO

Eu, abaixo-assinado, declaro que consinto a gravação das minhas respostas à entrevista conduzida por Laura M. Nunes, como informações que serão incluídas no estudo que a entrevistadora está a realizar no âmbito do desenvolvimento do seu doutoramento, na Universidade Fernando Pessoa. Fui informado relativamente ao anonimato das respostas e foram-me dadas garantias de confidencialidade. Fui igualmente informado de que todas as respostas gravadas servirão unicamente para a investigação, não vindo a ser usadas para qualquer outro fim. Foi-me também dito que, caso o deseje, poderei cessar a minha participação e a gravação da entrevista, a qualquer momento e sem qualquer consequência para mim. Consciente de que estou a contribuir para a investigação, autorizo a gravação da entrevista.

Assinatura \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_\_

**ANEXO C**  
Ficha de Identificação

## FICHA DE IDENTIFICAÇÃO

DATA

CÓDIGO DO PARTICIPANTE

SEXO: F  M

IDADE

ESCOLARIDADE

ESTADO CIVIL: SOLTEIRO

CASADO

DIVORCIADO

VIÚVO

### SITUAÇÃO LABORAL/OCUPACIONAL

TRABALHADOR ACTIVO

ACTIVIDADE

REFORMA/PENSÃO

DESDE

DESEMPREGO

DESDE

ÚLTIMA ACTIVIDADE

GENOGRAMA	OBSERVAÇÕES

SITUAÇÃO CLÍNICA

TOXICODEPENDENTE

ABSTINENTE

SUBSTÂNCIAS QUE CONSOME OU CONSUMIU:

HAXIXE

ÁLCOOL

HEROÍNA

COCAÍNA

OUTRAS

---

VIA DE ADMINISTRAÇÃO: ENDOVENOSA

ORAL

PULMONAR

NASAL

PERÍODO DE CONSUMOS

PERÍODO DE ABSTINÊNCIA

ÚLTIMA RECAÍDA

TERAPIA DE SUBSTITUIÇÃO  COM

SITUAÇÃO JURÍDICO-LEGAL

DETENÇÕES:

MOTIVOS:

CONDUTA ANTI-SOCIAL:

SITUAÇÃO ACTUAL:

## **ANEXO D**

Lista de Verificação de Comportamentos Não Verbais

## LISTA DE VERIFICAÇÃO DE COMPORTAMENTOS

DATA

CÓDIGO DO PARTICIPANTE

<u>COMPORTAMENTOS</u>	<u>DESCRIÇÃO</u>		<u>FREQUÊNCIA</u>
ATITUDE GERAL			
APRESENTAÇÃO			
CONTACTO OCULAR			
EXPRESSÃO FACIAL			
MOVIMENTOS CORPORAIS	CABEÇA		
	BRAÇOS		
	MÃOS		
	TRONCO		
	PERNAS		
	PÉS		
	AGITAÇÃO		
	LENTIFICAÇÃO		
ASPECTOS PROSÓDICOS	RITMO		
	TOM		
	SILÊNCIOS		

Laura M. Nunes (2006)

**ANEXO E**  
Guião da Entrevista

## GUIÃO DA ENTREVISTA

Data

Código do participante

### **1. Procure recordar a sua infância.**

Como era a relação com os seus pais?

E com os seus irmãos?

Como foi o seu primeiro dia de escola?

Quem o levou?

O que pensou?

Como se sentiu?

Como era a relação com o(a) professor(a)?

E com os seus colegas?

Como passava os recreios?

1.10. Tinha algum amigo especial?

1.11. Como definiria o seu comportamento na altura?

### **2. Recorde o seu período da adolescência.**

Como era a relação com os seus pais?

E com os seus irmãos?

Como se sentia na escola?

Como era enquanto estudante?

Como passava os tempos livres?

Com quem?

Como caracterizaria o seu grupo de amigos?

### **3. Recorde o seu início no consumo de drogas.**

Com que idade se iniciou nesses consumos?

Com que substância se iniciou?

Com quem se iniciou?

Como era a relação com essas pessoas?

Como caracterizaria essas pessoas?

Que alterações sentiu na sua vida?

Como foram evoluindo os consumos?

Actualmente consome drogas?

Quais?

3.10.O que o leva a manter esses consumos?

**4. Pense nos comportamentos opostos à lei ou às regras sociais.**

Quando se apercebeu desses comportamentos?

A que aspectos ou acontecimentos associa tais comportamentos?

Como eram no início?

Como foram evoluindo?

Já sofreu detenções?

Quantas?

A que se deveram?

Em que medida as detenções o modificaram?

Actualmente, o que pensa a esse respeito?

**5. Procure pensar na sua vida presente.**

Quais os seus projectos para o futuro?

Que objectivos tem definidos a curto/médio prazo?

Como pensa atingir esses objectivos?

**ANEXO F**

NEO Personality Inventory Revised (NEO-PI-R)

(M. P. Lima & A. Simões, 2004, CEGOC-TEA para adaptação portuguesa; Costa & McCrae, 1992)

Discordo fortemente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo fortemente
---------------------	----------	--------	----------	---------------------

- |   |                          |                          |                          |                          |                          |
|---|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 1. Não sou uma pessoa preocupada.   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 2. Gosto mesmo da maioria das pessoas que encontro.                             | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 3. Tenho uma imaginação muito activa.   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 4. Tendo a ser descrente ou a duvidar das boas intenções dos outros.            | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 5. Sou conhecido(a) pela minha prudência e bom senso.                           | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 6. Muitas vezes, aborrece-me a maneira como as pessoas me tratam.               | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 7. Não gosto de multidões, por isso, evito-as.                                  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 8. Não dou grande importância às coisas da arte e da beleza.                    | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 9. Não sou matreiro(a) nem espertalhão (espertalhona).                          | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 10. Antes quero deixar as coisas em aberto que planear tudo com antecedência.   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 11. Raramente me sinto só ou abatido(a).  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 12. Sou dominador(a), cheio(a) de força e combativo(a).                         | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 13. Sem emoções fortes, a vida não teria interesse para mim.                    | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 14. Algumas pessoas pensam que sou invejoso(a) e egoísta.                       | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 15. Tento realizar, conscienciosamente, todas as minhas obrigações.             | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 16. Ao lidar com as outras pessoas, tenho sempre receio de ser mal sucedido(a). | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 17. No trabalho e nos tempos livres gosto de fazer as coisas com calma.         | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 18. Sou bastante agarrado(a) às minhas próprias maneiras de proceder.           | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 19. Preferia colaborar com as outras pessoas do que competir com elas.          | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 20. Sou distraído(a) e pouco determinado(a).                                    | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 21. Raramente me deixo levar pelos meus impulsos (caprichos).                   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

	Discordo fortemente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo fortemente
22. Sinto, muitas vezes, uma necessidade louca de me divertir.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23. Muitas vezes, dá-me prazer brincar com teorias e ideias abstractas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24. Não me custa nada gabar as minhas capacidades e os meus sucessos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25. Sou bastante capaz de organizar o meu tempo, de maneira a fazer as coisas dentro do prazo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
26. Sinto-me, muitas vezes, desamparado(a), desejando que alguém resolva os meus problemas por mim.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27. Para dizer a verdade, nunca pulei de alegria.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28. Acredito que deixar os alunos ouvir pessoas com ideias discutíveis, só os pode confundir e desorientar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29. Os governantes deviam preocupar-se mais com os aspectos humanos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
30. Ao longo dos anos, fiz algumas coisas bem estúpidas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
31. Assusto-me facilmente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
32. Não me dá muito prazer estar à conversa com as pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
33. Tento sempre organizar os meus pensamentos, em termos realistas, não dando asas à imaginação.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
34. Acredito que a maioria das pessoas são, no fundo, bem intencionadas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
35. Não encaro os deveres cívicos, tais como votar, muito seriamente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
36. Não me zango facilmente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
37. Gosto de ter muita gente à minha volta.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
38. Às vezes, deixo-me absorver, totalmente, pela música que ouço.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
39. Se for necessário, não hesito em manipular as pessoas para conseguir aquilo que quero.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
40. Mantenho as minhas coisas limpas e em ordem.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
41. Às vezes, sinto-me completamente inútil.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
42. Às vezes, não consigo afirmar-me, tanto como devia.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
43. Raramente sinto emoções fortes.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Discordo fortemente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo fortemente
44. Tento ser delicado com todas as pessoas, que encontro.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
45. Às vezes, não sou tão seguro ou digno(a) de confiança como deveria ser.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
46. Poucas vezes, sinto-me inseguro(a) quando estou com outras pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
47. Quando faço alguma coisa, faço-a com todo o entusiasmo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
48. Penso que é interessante aprender e cultivar novos <i>hobbies</i> (passatempos).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
49. Sei ser sarcástico(a) e cínico(a), quando necessário.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
50. Tenho objectivos claros e faço por atingi-los, de uma forma ordenada.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
51. Custa-me resistir aos meus desejos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
52. Não gostaria de passar férias no Algarve.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
53. Acho as discussões filosóficas aborrecidas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
54. Prefiro não falar de mim próprio(a) e das minhas realizações.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
55. Perco muito tempo, antes de me concentrar no trabalho.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
56. Sinto que sou capaz de resolver a maioria dos meus problemas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
57. Já experimentei, algumas vezes, sensações de grande alegria ou de êxtase (arrebatamento).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
58. Acredito que as leis e as políticas sociais deveriam mudar, de forma a reflectir as necessidades de um mundo em mudança.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
59. Sou inflexível e duro(a) nas minhas atitudes.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
60. Penso, maduramente, nas coisas, antes de tomar uma decisão.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
61. Raramente me sinto amedrontado(a) ou Ansioso(a).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
62. Sou conhecido(a) como uma pessoa amigável e simpática.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
63. Tenho uma grande capacidade para fantasiar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
64. Penso que a maior parte das pessoas abusa de nós, se as deixarmos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
65. Mantenho-me informado(a) e, geralmente, tomo decisões inteligentes.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Discordo fortemente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo fortemente
66. Sou conhecido(a) como uma pessoa de mau génio e irritável.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
67. Normalmente, prefiro fazer as coisas sozinho(a).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
68. Aborrece-me ver bailado ou dança moderna.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
69. Mesmo que quisesse, não conseguiria enganar ninguém.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
70. Não sou uma pessoa muito metódica.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
71. Raramente estou triste ou deprimido.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
72. Já fui, muitas vezes, líder de grupos a que pertenci.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
73. É importante para mim a maneira como eu vejo as coisas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
74. Algumas pessoas consideram-me frio(a) e calculista.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
75. Pago as minhas dívidas, a tempo, e a horas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
76. Já houve alturas, em que fiquei tão envergonhado(a) que desejava meter-me num buraco.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
77. Trabalho de vagar, mas persistentemente (de forma contínua).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
78. Quando encontro uma maneira correcta de fazer qualquer coisa, não mudo mais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
79. Hesito em expressar a minha raiva, mesmo quando justificada.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
80. Quando inicio um programa de modificação pessoal, deixo de o cumprir, após alguns dias.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
81. Não me é difícil resistir a tentações.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
82. Já fiz algumas coisas, só pelo gozo ou gana de as fazer.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
83. Gosto de resolver problemas e <i>puzzles</i> .	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
84. Sou melhor do que a maioria das pessoas e tenho consciência disso.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
85. Sou uma pessoa aplicada, conseguindo sempre realizar o meu trabalho.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
86. Quando estou numa grande tensão, sinto-me às vezes, como se me estivessem a fazer em pedaços.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
87. Não sou um(a) grande optimista.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Discordo fortemente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo fortemente
---------------------	----------	--------	----------	---------------------

- |   |                          |                          |                          |                          |                          |
|---|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 88. Acredito que devemos ter em conta a autoridade religiosa, quando se trata de tomar decisões respeitantes à moral. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 89. Nunca fazemos demasiado pelos pobres e pelos velhos.  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 90. Às vezes, actuo primeiro e penso depois.  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 91. Muitas vezes sinto-me tenso(a) e enervado(a).   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 92. Muitas pessoas vêem-me como uma pessoa um pouco fria e distante.  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 93. Não gosto de perder tempo a sonhar acordado(a).   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 94. Penso que a maioria das pessoas com quem lido são honestas e dignas de confiança.                                 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 95. Sou, frequentemente, confrontado(a) com situações para as quais não estou totalmente preparado(a).                | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 96. Não sou considerado(a) uma pessoa melindrosa ou irritável.  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 97. Sinto mesmo necessidade de estar com outras pessoas, quando estou sozinho(a) durante muito tempo.                 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 98. Fico admirado(a) com os modelos que encontro na arte e na natureza.   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 99. Ser completamente honesto(a) é uma via inadequada para fazer negócios.  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 100. Gosto de ter as coisas no seu lugar, pois, assim sei onde as posso encontrar.                                    | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 101. Já senti, algumas vezes, uma sensação profunda de culpabilidade ou de ter pecado.                                | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 102. Normalmente, nas reuniões, deixo os outros falar.  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 103. Raramente, presto atenção àquilo que sinto no momento.   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 104. Geralmente, procuro ser atencioso(a) e delicado(a).  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 105. Nos jogos de paciência, às vezes, faço batota.   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 106. Não fico muito atrapalhado, quando as pessoas se riem e fazem pouco de mim.                                      | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 107. Muitas vezes, sinto-me a rebentar de energia.  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 108. Frequentemente, experimento comidas novas e desconhecidas.   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 109. Quando não gosto das pessoas, faço-lho saber.  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

Discordo fortemente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo fortemente
---------------------	----------	--------	----------	---------------------

- |  |                          |                          |                          |                          |                          |
|--|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 110. Trabalho muito para conseguir o que quero.  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 111. Quando me apresentam o mau prato preferido, tenho tendência a comer demasiado.  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 112. Procuo evitar filmes demasiado chocantes ou assustadores.   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 113. Às vezes, perco o interesse, quando as pessoas começam a falar sobre assuntos demasiado teóricos e abstractos.                            | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 114. Tento ser humilde.  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 115. Tenho dificuldades em me decidir a fazer o que devo.  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 116. Em casos de perigo, conservo a cabeça fria.   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 117. Às vezes, sinto-me a rebentar com tanta felicidade.   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 118. Penso que as ideias diferentes das nossas, sobre o que é bem ou o que é mal, das pessoas de outras sociedades, devem ter valor para elas. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 119. Não gosto de pedintes.  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 120. Antes de agir, penso nas consequências.   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 121. Raramente, me preocupo com o futuro.  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 122. Gosto muito de falar com as outras pessoas.   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 123. Dá-me gozo concentrar-me numa fantasia e explorar todas as suas possibilidades, deixando-a crescer e desenvolver-se.                      | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 124. Fico desconfiado(a), sempre que alguém me faz qualquer coisa agradável.   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 125. Tenho orgulho do meu bom senso.   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 126. Fico, frequentemente, aborrecido(a) com as pessoas com quem tenho de lidar.   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 127. Prefiro trabalhos que eu possa fazer sozinho(a), sem ser incomodado(a), por outras pessoas.   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 128. A poesia pouco ou nada me diz.  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 129. Detestaria ser considerado(a) um hipócrita.   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 130. Parece que nunca consigo ser organizado(a).   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 131. Tenho tendência a culpabilizar-me, se alguma coisa corre mal.   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

	Discordo fortemente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo fortemente
132. Muitas vezes, as outras pessoas pedem-me para ajudar a tomar decisões.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
133. As minhas emoções e sentimentos são muitas e variados.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
134. Não sou muito conhecido(a), pela minha generosidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
135. Quando assumo um compromisso, podem sempre contar que eu o cumpra.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
136. Sinto-me, muitas vezes, inferior às pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
137. Não sou tão rápido(a) e vivo(a) com outras pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
138. Prefiro passar o tempo em ambientes que me são familiares.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
139. Quando sou insultado(a), tento apenas perdoar e esquecer.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
140. Não sou ambicioso(a).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
141. Raramente, cedo aos meus impulsos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
142. Gosto de estar onde está a acção.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
143. Gosto de resolver <i>puzzles</i> difíceis.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
144. Tenho uma opinião muito favorável acerca de mim próprio(a).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
145. Quando começo um projecto, quase sempre o termino.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
146. Sinto, quase sempre, dificuldade em tomar decisões.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
147. Não me considero uma pessoa alegre.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
148. Julgo que é mais importante ser fiel aos próprios ideais e princípios do que ter abertura de espírito.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
149. As necessidades humanas devem ter sempre prioridade sobre considerações económicas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
150. Sou, frequentemente, levado(a) pelo impulso do momento.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
151. Preocupo-me, muitas vezes, ao pensar que as coisas podem correr mal.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
152. É fácil, para mim, sorrir e conviver com pessoas desconhecidas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
153. Quando vejo que estou a ser levado(a) pela imaginação, procuro concentrar-me ocupando-me com qualquer trabalho ou actividade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Discordo fortemente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo fortemente
154. A minha primeira reacção é confiar nas pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
155. Não me parece que tenha sido bem sucedido(a), seja no que for.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
156. É preciso muito para me arreliares.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
157. Prefiro passar férias numa praia concorrida, do que numa cabana isolada nos bosques.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
158. Certas formas de música têm um encanto infinito para mim.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
159. Por vezes, levo as pessoas a fazerem o que eu desejo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
160. Sou uma pessoa um tanto rigorosa: aprecio a ordem em todas as coisas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
161. Tenho uma fraca opinião acerca de mim próprio(a).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
162. Prefiro tratar da minha vida ser chefe das outras pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
163. Poucas vezes, dou-me conta da influência que diferentes ambientes produzem nas pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
164. A maioria das pessoas que conheço, gostam de mim.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
165. Observo, rigorosamente, os princípios éticos, que defendo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
166. Sinto-me à vontade na presença do meu patrão ou outras autoridades.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
167. Normalmente, dou a impressão de estar sempre com pressa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
168. Por vezes, mudo coisas em minha casa, só para experimentar a diferença.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
169. Se alguém começa uma briga, estou sempre pronto(a) para lhe dar luta.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
170. Esforço-me por conseguir tudo aquilo que eu puder.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
171. Às vezes, como até me sentir mal.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
172. Adoro as emoções da montanha russa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
173. Gosto pouco de me pronunciar sobre a natureza do universo e da condição humana.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
174. Julgo que não sou melhor do que os outros, seja qual for a sua condição.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
175. Quando um projecto se torna demasiado difícil, sinto-me inclinado(a) a começar um novo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
176. Consigo controlar-me bastante bem, em situações de crise.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Discordo fortemente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo fortemente
177. Sou uma pessoa alegre e bem disposta.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
178. Considero-me uma pessoa aberta e tolerante, no que respeita o modo de vida das outras pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
179. Penso que todos os seres humanos são dignos de respeito.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
180. Raramente, tomo decisões precipitadas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
181. Tenho menos receios que a maioria das pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
182. Prendem-me aos meus amigos fortes laços afectivos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
183. Em criança, raramente, achava piada aos jogos do faz-de-conta.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
184. Tendo a pensar o melhor acerca das pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
185. Sou uma pessoa muito competente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
186. Houve alturas em que experimentei ressentimento e amargura.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
187. Os encontros sociais são, geralmente, aborrecidos para mim.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
188. Às vezes, ao ler poesia e ao olhar para uma obra de arte, sinto um arrepio ou uma onda de emoção.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
189. Por vezes, meto medo ou lisonjeio as pessoas, para as levar a fazer o que eu quero que elas façam.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
190. Não tenho a obsessão da limpeza.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
191. Às vezes, as coisas parecem-me bastante negras e desesperadas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
192. Nas conversas, tendo a falar mais do que os outros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
193. Acho fácil sentir empatia – quer dizer, sentir o que os outros sentem.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
194. Considero-me uma pessoa caridosa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
195. Tento fazer as tarefas com todo o cuidado, para não ter necessidade de as fazer outra vez.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
196. Se disser ou fizer algum mal a alguém, custa-me imenso conseguir encarar essa pessoa, outra vez.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
197. A vida decorre a um ritmo rápido.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
198. Quando estou em férias, prefiro voltar a um local genuíno e já conhecido.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Discordo fortemente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo fortemente
199. Sou cabeçudo(a) e teimoso(a).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
200. Esforço-me por ser excelente em tudo o que faço.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
201. Às vezes, faço as coisas de modo tão impulsivo que, mais tarde, me arrependo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
202. Atraem-me as cores alegres e os estilos exuberantes.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
203. Tenho muita curiosidade intelectual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
204. Prefiro elogiar os outros a ser elogiado(a).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
205. Existem tantas pequenas coisas a fazer que, por vezes, simplesmente as ignoro.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
206. Mesmo quando tudo parece correr mal, ainda consigo tomar boas decisões.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
207. É raro utilizar palavras como fantástico ou sensacional, para descrever as minhas experiências.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
208. Algo corre mal, se aos 25 anos as pessoas não sabem em que é que acreditam.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
209. Tenho simpatia por pessoas com menos sorte do que eu.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
210. Planeio de antemão e com cuidado as minhas viagens.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
211. Às vezes, vêm-me à cabeça pensamentos aterradores.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
212. Interesse-me, pessoalmente, pelas pessoas com quem trabalho.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
213. Teria muita dificuldade em deixar a minha imaginação vaguear, sem controlo nem orientação.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
214. Tenho bastante fé na natureza humana.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
215. Sou eficiente e eficaz no meu trabalho.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
216. Mesmo os pequenos contratemplos podem ser frustrantes para mim.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
217. Gosto de festas com muita gente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
218. Agrada-me mais ler poesia, que dá ênfase aos sentimentos e às imagens, do que uma história com princípio, meio e fim.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
219. Orgulho-me da minha perspicácia em lidar com as pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Discordo fortemente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo fortemente
220. Gasto muito tempo à procura de coisas, que coloquei fora do lugar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
221. Muitas vezes, quando as coisas não me correm bem, perco a coragem e tenho vontade de desistir.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
222. Não considero fácil controlar as situações.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
223. Coisas estranhas, como certos sabores ou o nome de locais distantes, podem evocar em mim fortes emoções.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
224. Quando posso, deixo o que estou a fazer para ajudar os outros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
225. Só se estivesse mesmo doente é que eu faltava a um dia de trabalho.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
226. Fico embaraçado(a), quando as pessoas que eu conheço fazem asneiras.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
227. Sou uma pessoa muito activa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
228. Sigo sempre o mesmo caminho, quando vou a qualquer sítio.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
229. Frequentemente, arranjo discussões com a minha família e colegas de trabalho.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
230. Tenho o vício do trabalho.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
231. Consigo sempre manter os meus sentimentos sob controlo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
232. Nos acontecimentos desportivos, gosto de fazer parte da multidão.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
233. Tenho uma grande variedade de interesses intelectuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
234. Sou uma pessoa superior.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
235. Tenho muita auto-disciplina.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
236. Sou bastante estável, do ponto de vista emocional.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
237. Rio facilmente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
238. Penso que a nova moralidade, que consiste em tudo permitir, não é moralidade nenhuma.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
239. Gostaria mais que me considerassem “compreensivo(a)” (inclinado(a) a perdoar) do que “justo” (inclinado(a) ao rigor).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
240. Penso duas vezes, antes de responder a uma pergunta.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**ANEXO G**  
Escala de Vinculação do Adulto (EVA)

## Escala de Vinculação do Adulto

EVA - M.C. Canavaro, 1995; Versão Portuguesa da *Adult Attachment Scale-R*; Collins & Read, 1990

Por favor leia com atenção cada uma das afirmações que se seguem e assinale o grau em que cada uma descreve a forma como se sente em relação às relações afectivas que estabelece. Pense em todas as relações (passadas e presentes) e responda de acordo com o que geralmente sente. Se nunca esteve afectivamente envolvido com um parceiro, responda de acordo com o que pensa que sentiria nesse tipo de situação.

	Nada característico em mim	Pouco característico em mim	Característico em mim	Muito característico em mim	Extremamente característico em mim
1. Estabeleço, com facilidade, relações com as pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Tenho dificuldade em sentir-me dependente dos outros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Costumo preocupar-me com a possibilidade dos meus parceiros não gostarem verdadeiramente de mim.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. As outras pessoas não se aproximam de mim tanto quanto eu gostaria.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Sinto-me bem dependendo dos outros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Não me preocupo pelo facto das pessoas se aproximarem muito de mim.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Acho que as pessoas nunca estão presentes quando são necessárias.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Sinto-me de alguma forma <u>desconfortável</u> quando me aproximo das pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Preocupo-me frequentemente com a possibilidade dos meus parceiros me deixarem.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Quando mostro os meus sentimentos, tenho medo que os outros não sintam o mesmo por mim.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Pergunto frequentemente a mim mesmo se os meus parceiros realmente se importam comigo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Sinto-me bem quando me relaciono de forma próxima com outras pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. Fico <u>incomodado</u> quando alguém se aproxima emocionalmente de mim.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. Quando precisar, sinto que posso contar com as pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15. Quero aproximar-me das pessoas mas tenho medo de ser magoado(a).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16. Acho difícil confiar completamente nos outros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17. Os meus parceiros desejam frequentemente que eu esteja mais próximo deles do que eu me sinto confortável em estar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18. Não tenho a certeza de poder contar com as pessoas quando precisar delas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

## **ANEXO H**

Autorização para Administrar a Escala de Vinculação do Adulto

Cara Dra. Laura,

Está autorizada a utilizar a versão portuguesa da EVA, da qual sou autora. Dados psicométricos relativos à aplicação da Escala de Vinculação do Adulto na população portuguesa encontram-se descritos no capítulo 5 ("Estudos empíricos preliminares") da versão não publicada da minha tese de doutoramento. A biblioteca da FPCE da UC possui exemplares.

Está também no prelo um número especial da Revista Psicologia, dedicado à vinculação e coordenado pela Prof<sup>a</sup> Isabel Soares, que tem um artigo importante sobre a EVA.

Felicidades para o seu trabalho.  
Cumprimentos da

MCristina Canavarro

----- Original Message -----

From: <nunes17@sapo.pt>

To: <mccanavarro@fpce.uc.pt>

Sent: Monday, March 13, 2006 10:24 PM

Subject: Pedido de autorização para utilização de instrumento

Laura M. Nunes  
nunes17@sapo.pt